

DOUGLAS WANDERLEY DE VASCONCELLOS

Esporte, Poder e Relações Internacionais

3ª edição



O trabalho *Esporte, Poder e Relações Internacionais*, extensão de Tese original aprovada no Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, destaca que entrelaçamentos político-esportivos afloram em profusão e tornam o esporte motor de afirmação nacional, leito de propaganda ideológica e matéria de pauta diplomática. No cenário moderno, inúmeros casos comprovam a realidade dessa interação e reafirmam um papel protagônico e profícuo atribuído ao esporte nos acontecimentos políticos mundiais, inclusive no âmbito do próprio sistema das Nações Unidas, seus programas de pacificação, desenvolvimento e mesmo relações públicas internacionais. Objetivamente, bastariam referências a duas propriedades, entre vários fatores e facetas, para fazer ressaltar o esporte como tópico relevante da agenda internacional: 1) o setor esportivo é significativo na economia transnacional e movimenta, somente nos Estados Unidos, Produto Interno Bruto anual médio de US\$ 150 bilhões e 2) a visibilidade e a repercussão internacionais dos megaeventos esportivos (platéia televisiva acumulada de 31 bilhões de pessoas na Copa do Mundo dos EUA-1994, de aproximadamente 4,8 bilhões nas Olimpíadas de Sydney-2000, de quase 40 bilhões na Copa do Mundo Coreia do Sul-Japão-2002, de públicos projetados de 10 bilhões de espectadores nas Olimpíadas de Pequim-2008 e de 50 bilhões na Copa do Mundo da África do Sul-2010, por exemplo) mobilizam corações, mentes e “holofotes”, traduzindo, portanto, tablado de mídia contundente procurado por empresas e países para o lançamento de imagens, a projeção de valores e a prevalência de interesses. Por isso, as questões mundiais e de fato momentosas do esporte – como a disputa por sede olímpica – rebocam a movimentação dos poderes públicos e a elevação do temário ao patamar de alta política e saliente concertação diplomática. E, especificamente na prática de nossa política externa, o vetor esportivo propicia oportunidades singulares calcadas na utilização de certa vantagem esportiva comparativa que permite reconhecer notoriamente a imagem do Brasil no contexto internacional. Nesse diagnóstico e escopo, o trabalho procurou avançar também receituário que terá servido ao Brasil na conquista das sedes da Copa do Mundo de Futebol-2014 e Olimpíadas-2016, com efetiva responsabilização de subido Executivo público atuante, inclusive com atribuições à Diplomacia brasileira.

ESPORTE, PODER E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES



Ministro de Estado Embaixador Antonio de Aguiar Patriota
Secretário-Geral Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO



Presidente Embaixador Gilberto Vergne Saboia

*Instituto de Pesquisa de
Relações Internacionais*

Diretor Embaixador José Vicente de Sá Pimentel

*Centro de História e
Documentação Diplomática*

Diretor Embaixador Maurício E. Cortes Costa

A *Fundação Alexandre de Gusmão*, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo, Sala 1
70170-900 Brasília, DF
Telefones: (61) 3411-6033/6034/6847
Fax: (61) 3411-9125
Site: www.funag.gov.br

DOUGLAS WANDERLEY DE VASCONCELLOS

Esporte, Poder e Relações Internacionais



Brasília, 2011

Direitos de publicação reservados à
Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília – DF
Telefones: (61) 3411-6033/6034
Fax: (61) 3411-9125
Site: www.funag.gov.br
E-mail: funag@itamaraty.gov.br

Equipe Técnica:

Henrique da Silveira Sardinha Pinto Filho
Fernanda Antunes Siqueira
Fernanda Leal Wanderley
Juliana Corrêa de Freitas

Programação Visual e Diagramação:

Juliana Orem

Impresso no Brasil 2011

Vasconcellos, Douglas Wanderley de.
Esporte, poder e relações internacionais / Douglas
Wanderley de Vasconcellos. – Brasília: Fundação
Alexandre de Gusmão, 2011. 3ª ed.
268 p.

ISBN 978-85-7631-319-9

1. Política do Esporte. 2. Relações Internacionais.
3. Jogos olímpicos.

CDU: 796

Ficha catalográfica elaborada pela
Bibliotecária Sonale Paiva - CRB /1810

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei
nº 10.994, de 14/12/2004.

Sumário

Introdução, 7

Capítulo I - Relevância Conceitual e Uso do Esporte como Fator Cultural, Função Social, (in) Gerência Estatal e Promoção Internacional, 27

Capítulo II - Contextualização dos Jogos Olímpicos Modernos, 55

Capítulo III - Eventos e Manifestações Esportivas, Propaganda Estatal e Instrumentalização Política do Esporte, 73

Capítulo IV - Esporte e Política Internacional. Casos Clássicos de Negociações Diplomáticas em Assuntos Esportivos, 97

Capítulo V - Política e Papel Político dos Organismos (Esportivos) Internacionais. Utilidade Para o Brasil, 127

Capítulo VI - Variantes de Negócios e Valores da Indústria Transnacional do Esporte, 163

Capítulo VII - O Brasil, o Esporte e Sua (Sub) Utilização Como Instrumento de Promoção e Política Externa, 183

Capítulo VIII - Conclusões, 209

Documento Anexo I - Instrumentos Legais e de Políticas em Apoio ao Esporte no Âmbito do Sistema das Nações Unidas, 241

Documento Anexo II - Resoluções das Nações Unidas sobre “Esporte para a Paz e o Desenvolvimento”, o “Ano Internacional do Esporte e da Educação Física” e “Construindo um Mundo Melhor e mais Pacífico através do Esporte e do Ideal Olímpico”, 245

Notas, 249

Bibliografia, 261

Introdução

O universo de tópicos de política internacional abrange os assuntos mais tradicionais e típicos das disputas territoriais, lutas independentistas, afirmação de nacionalidades e movimentos insurretos, rivalidades ideológicas, guerra e paz, tratados, convenções e, notoriamente, a prática das representações e negociações diplomáticas. A constelação, ademais, envolve várias outras questões que motivam e mobilizam os atores internacionais, tais como os chamados novos temas, por exemplo, do meio ambiente e biodiversidade, desenvolvimento sustentável e transferência de tecnologias sensíveis, propriedade intelectual, corporações transnacionais, lemas e legitimidade das organizações não governamentais. O macrocosmo da agenda internacional relaciona também, desde época prévia ao aparecimento desses novos temas, a questão momentosa do esporte, que serviu de móvel, mote e meio de propagandas nacionalistas, de teatro de peças políticas, de palanque de discursos populistas e de plataforma de pretendido domínio ideológico. No lado genuíno e positivo, o esporte serve de instrumento e cenário de sua divulgação institucional dos países, de percuciente formação de imagem externa, de pacificação e conagração mundial.

Grandes eventos esportivos, como os Jogos Olímpicos, tanto podem significar a superação de limites atléticos e técnicos, recordes esportivos e a comunhão da humanidade, como representar a afirmação do poder

do Estado, a competição entre nações, raças e ideologias. A confluência e o conflito de interesses no terreno dos jogos incluem também a mercantilização do esporte, seu aspecto condicionante mais recente e, talvez, mais intrusivo.

A intrincada teia de desígnios políticos e interesses esportivos pode ser dimensionada por correntes acontecimentos mundiais. As Olimpíadas de 1992 na Espanha, por exemplo, receberam quase dez mil atletas, representando 170 países e competindo em trinta esportes. O montante de US\$ 10 bilhões investido em instalações esportivas e obras de infraestrutura urbana e viária aquilatava a magnitude dos Jogos Olímpicos de Barcelona e sua importância para o poder público espanhol. A inauguração daquelas Olimpíadas pelo monarca Juan Carlos, no Estádio Montjuic, na Catalunha, pôde ocorrer depois de superado um problema de representação internacional. Permanecera pendente até a véspera a fórmula de conciliar a apresentação das novas nações surgidas no Leste Europeu no ano anterior. A questão protocolar era saber como desfilar as bandeiras e executar o hinário da Rússia, da Estônia, da Letônia e da Lituânia, àquela altura desmembradas da União Soviética. A solução foi emprestar o pavilhão e o hino do Comitê Olímpico Internacional para cada Delegação desgarrada, expediente também válido para croatas, eslovenos e macedônios da antiga Iugoslávia. A nova CEI – Comunidade dos Estados Independentes, que abrangia a Rússia e outros doze Estados, como Armênia, Geórgia, Cazaquistão e Ucrânia, competiria com a denominação de Equipe Unificada e as Alemanhas, derrubado o muro de separação física e ideológica, voltaram a participar como um único país. Os impasses políticos, então confinados à arena olímpica, puderam ser vertidos na competição e na consagração, encenadas no terreno esportivo.

Casos de paralelismos e entrelaçamentos político-esportivos são reportados em profusão. A mesma Catalunha, por seu ufanismo étnico e relativo *status* de autonomia regional, consegue obter do Estado espanhol autorização para realizar uma única apresentação por ano de seu time de futebol, como nos jogos amistosos realizados em 2002 e 2004 com a seleção brasileira, como medida de centralismo político para arrefecer potenciais manifestações públicas de afirmação separatista. Na Turquia, o governo estimulava o acesso à Primeira Divisão de Futebol de equipes representantes de regiões ocupadas majoritariamente por populações de origem curda, em esforçada tentativa de demonstrar assimilação étnica e

integração nacional. A FIFA – Federação Internacional de Futebol Associado, que reunia 204 membros com a admissão de Butão no ano 2000, já superando, portanto, a filiação de 191 países membros da ONU – Organização das Nações Unidas, acomoda, com tato diplomático, Israel nos grupos europeus e acolhe em chave asiática representação autônoma da Palestina, de jogadores da Cisjordânia e da Faixa de Gaza, nas Eliminatórias da Copa do Mundo. O Comitê Olímpico Internacional banuiu o Afeganistão dos Jogos Olímpicos de Sydney no ano 2000, em represália ao regime talibã, que, entre outras transgressões aos princípios do olimpismo, proibia a participação social das mulheres, inclusive no plano educacional e esportivo. Entretanto, a milícia talibã, que alijara do país a maioria dos esportes considerados não islâmicos, permitia a prática do futebol e do críquete, desde que os atletas respeitassem o código de vestimentas do Islã. Em outubro de 2001, mesmo em plena escalada das operações militares norte-americanas e aliadas no país, o Afeganistão autorizou a participação do time nacional de críquete na disputa do Troféu *Patron's* em Peshawar, Paquistão. E, também naquelas mesmas Olimpíadas australianas, e depois em Atenas-2004, diminuta Delegação do Timor Leste teve presença que significava o lançamento do país no cenário internacional, “um novo ator que praticava a paz, a tolerância e a reconciliação”.

A recorrente crise no Oriente Médio também mostrou reflexos no esporte. Em maio de 2002, a FIFA discutiu na sede de Zurique a moção dos países árabes no sentido da exclusão de Israel das competições internacionais de futebol. O pedido, apresentado pela Tunísia, pretendia determinar a suspensão até que o Gabinete israelense de Ariel Sharon mudasse sua política para a região. Além da FIFA, a UEFA – União Europeia de Futebol e o COI – Comitê Olímpico Internacional receberam mesmo apelo dos governos árabes.

Nas Olimpíadas de Inverno de Salt Lake City, em 2002, – evento que movimentou quase US\$ 3 bilhões entre obras de infraestrutura, investimentos diretos, patrocínio comercial, direitos de transmissão e lucros líquidos –, provas médicas e julgamentos técnicos considerados tendenciosamente parciais e prejudiciais a atletas da Rússia motivaram ressurgimento de Guerra Fria político-esportiva, moção de protesto do Politiburo em Moscou e pronunciamento oficial do próprio Presidente Vladimir Putin

quanto à possibilidade de boicote da Delegação russa ao desfile de encerramento dos jogos.

O Presidente sul-africano, Thabo Mbeki, reagiu com indignação à derrota de seu país na eleição para sede da Copa do Mundo de Futebol de 2006 e atribuiu o resultado da votação à globalização do apartheid, regime marcante na história de seu país; “a verdade é que não se sabe quando os europeus vão aceitar que a África é parte de uma família global e não algo irrelevante no mundo”, disse Mbeki. E o governo do Marrocos decidiu romper relações diplomáticas com o Catar porque esse país apoiou a candidatura rival da Alemanha para sede da Copa de 2006. Bem, pelo menos quanto à África do Sul, a redenção e a aceitação como parte da família global viriam a seguir, com a vitoriosa eleição do país, logo em primeiro turno, para sede da Copa do Mundo de 2010, a primeira no continente africano.

São exemplos alinhados numa perspectiva histórica que permite notar com frequência e notabilizar em alguns casos a forte ligação político-esportiva. O historiador inglês Eric Hobsbawn argumenta que uma observação mais extensa sobre o nacionalismo pós-1918 faz transcender o conceito para fora das tradicionais áreas de disputas de fronteiras, de eleições, plebiscitos e de necessidades linguísticas. A identificação nacional nessa era adquiriu novos meios e metas de expressão nas sociedades modernas, urbanizadas e de alta tecnologia. Dois instrumentos importantes merecem destaque. O surgimento da moderna comunicação de massa, imprensa, cinema e rádio, meios pelos quais as ideologias populistas podiam ser tanto padronizadas e transformadas quanto, obviamente, podiam ser exploradas com propósitos deliberados de propaganda por Estados ou interesses privados. Hobsbawn exemplificava que a transformação da família real britânica em um símbolo de identidade nacional, tanto doméstico quanto público, teria sido inviável sem a moderna comunicação de massa. Sua expressão ritual mais resolva, especificamente elaborada para o rádio e mais tarde adaptada para a televisão, era a transmissão do natal real, iniciada em 1932.

Noutra ilustração mais vivaz e mais ampla, Hobsbawn diz que o espaço entre as esferas privada e pública também foi preenchido pelos esportes. Entre as duas guerras, o esporte, como um espetáculo de massa, foi transformado numa sucessão ininterrupta de encontros, nos

quais se digladiavam pessoas e times simbolizando Estados-Nações e se desenrolavam outras contendas da vida global, competitiva em variadas instâncias. Até então, ocasiões como os Jogos Olímpicos e partidas internacionais de futebol interessavam principalmente ao público de classe média – apesar de os Jogos Olímpicos já começarem a assumir contornos de competições nacionais mesmo antes de 1914 – e as partidas internacionais foram realmente organizadas com o objetivo de integrar os componentes nacionais dos Estados multinacionais. Esquadrões e embates esportivos simbolizavam a completeza desses Estados, assim como a rivalidade amistosa entre suas nacionalidades reforçava o sentimento de que todos pertenciam a uma unidade, pela institucionalização de disputas regulares, que proviam uma válvula de escape para as tensões grupais, dissipáveis de modo seguro nas simbólicas pseudolutas.

Entre as guerras, porém, o esporte internacional assumiu, como observou George Orwell, maior expressão de luta nacional, com os esportistas representando seus Estados ou suas Nações, enunciações fundamentais de suas comunidades imaginadas. Foi nesse período que o *Tour de France* de rugby acabou protagonizado por times nacionais, que a Copa Mitropa confrontava os times líderes dos Estados da Europa Central, que a Copa do Mundo foi introduzida no meio futebolístico e, como exposto no ano de 1936, que os Jogos Olímpicos transformaram-se claramente em ocasiões competitivas de autoafirmação nacional. As razões que fizeram do esporte um meio único, em eficácia, para inculcar sentimentos nacionalistas teriam sido a faculdade e a facilidade de provocar, mesmo nos menores atores políticos individuais ou públicos, a identificação com a nação. A imaginária comunidade de milhões de concidadãos parece mais real, mais protagonista, na forma de um time de jogadores nomeados. O indivíduo, mesmo o simples torcedor, torna-se o próprio símbolo de sua nação.

Disciplina específica proposta para o estudo sistemático e descompromissado das implicações dos confrontos bélicos, a Polemologia, adverte contra a tentação de estudar a guerra por si mesma e pressupõe um caráter essencialmente instrumental das atividades militares, a serviço de outros fins, como os políticos. Nesse sentido, a célebre máxima de Clausewitz, de que “a guerra nada mais é do que a continuação da ação política por outros meios”, poderia somar mais uma

paráfrase, ao arrazoar interpretação extensiva também do esporte como luta política na afirmação e projeção de interesses nacionais.

Os Estados valem-se da constituição de séries homogêneas de signos de poder, como as insígnias dos soberanos, coroas, cetros, moedas, armas, heráldicas, pavilhões ou, ainda, os empreendimentos que têm por objetivo representar simbolicamente o poder estatal, como o patrimônio cultural e as realizações arquitetônicas, o avanço científico e o progresso industrial. São simbolismos suscetíveis de leituras plurais, que variam de acordo com circulação diferenciada dos códigos próprios de cada fórmula de representação e também consoante competências e inclinações dos diferentes públicos postados para ver e interpretar o poder através de seus signos. Lição do sociólogo francês Roger Chartier ensina que “a tipificação histórica e sociocultural da percepção e da compreensão dos signos do Estado é indispensável para apreender, no campo da prática, a eficácia da simbólica do Estado”. Essa simbólica exprime-se também por meio da invenção de cerimônias, gestos e rituais e na manipulação pelos diferentes poderes de um mesmo cerimonial – por exemplo, na precedência diplomática, nos cortejos cívicos, nas procissões religiosas, nas entradas de príncipes, nas paradas militares, nos desfiles e solenidades olímpicas. As demonstrações públicas significantes não representam apenas, mas também edificam as relações entre os grupos sociais e o Estado. Ao propor e projetar uma apresentação do ordenamento legitimado da sociedade, o Estado moderno determina o terreno, regras e procedimentos autorizados para as lutas simbólicas intergrupais.

Hobsbawn relata episódio de quando ouvia, nervoso, à transmissão radiofônica da primeira partida internacional de futebol entre a Inglaterra e a Áustria, jogada em Viena em 1929, na casa de amigos que prometeram descontar nele se a Inglaterra ganhasse da Áustria, resultado que, pelos antecedentes esportivos, parecia bastante provável. Como o único menino inglês presente, Hobsbawn representava a Inglaterra, enquanto os outros representavam a Áustria. Aliviado, Hobsbawn registra que, por sorte, a partida terminou empatada e afirma que, dessa maneira, o episódio refletia como crianças de doze anos ampliavam o conceito de lealdade ao time para a nação.

Mesmo com a ordem política e a disciplina jurídica necessárias à sociedade organizada, a força física permaneceu presente, condicionando a busca do alimento, o combate às feras, as guerrilhas contra os

inimigos da horda e da tribo e, ao longo da evolução, a ocupação, o lazer e a educação. A força física evoluiu para práticas atléticas que, na Antiguidade grega, divinizadas pela religião e exaltadas pelo Estado, aliavam rito sagrado, cidadania e segurança militar.

Como salto precursor evolutivo do reconhecimento e emprego estatal das atividades atléticas, despontou a política educacional do pedagogo inglês Thomas Arnold que, na era do Reinado Vitoriano, instituiu nas escolas públicas da Inglaterra, mesmo antes de abertura à massificação escolar, a prática da educação física como expediente apropositado para a ocupação prolongada e codificada dos jovens, assim desviados de possíveis distúrbios atentatórios à segurança do Reino.

Similarmente, no Brasil, o Barão do Rio Branco, com a mesma ampla perspectiva política proporcional à largura das fronteiras que ajudou a demarcar, teve a antevisão de recomendar o apoio das elites políticas à prática dos esportes de massas, que considerava propiciatórios da construção de sentimento e de identificação nacional.

Contemporaneamente, as potências econômicas e, não por raro acaso, também as forças mais expressivas do cenário esportivo mundial, perfilam as questões esportivas entre os pilares de soerguimento de suas sociedades nacionais e de sustentação de imagem externa. Nesse contexto, o esporte não é apreciado como pincelada descurada ou adereço do quadro social, mas, muito ao contrário, integra sua própria moldura e compõe, com traço marcado e harmonizado com a educação, cultura, alimentação, saúde, emprego, renda, produção industrial, transações econômicas internacionais, intercâmbio científico e tecnológico, – alguns desses, por sinal, ingredientes societários do atual *Índice de Desenvolvimento Humano* –, as imagens e idiosincrasias das nações. Pretextar enfoque oposto dos assuntos de esporte como exclusivos ou reclusos do ordenamento social, com pretensa favorecimento conceitual a outras expressões, valores e atores (políticos, econômicos, artísticos, empresariais), supostamente mais protagônicos na sociedade, apenas serviria para escassear oportunidades e encurtar a repercussão dos benefícios.

Uma política pública de esportes, importante interna e internacionalmente, requer interação de vários setores e mecanismos. Do mesmo modo que empresas privadas exportadoras escoram a rentabilidade de suas vendas no suporte e orientação supletiva dos órgãos

governamentais competentes, que, por exemplo, regulam a concessão de incentivos fiscais à instalação do parque industrial e à exportação e, como é função dos Setores de Promoção Comercial de Representações Diplomáticas do Brasil no exterior, atuam na prospecção e projeção de negócios comerciais, captação de investimentos estrangeiros e atração de fluxos turísticos, também quadros técnicos, agências e manifestações esportivas podem robustecer suas atividades, e, com efeito, contribuir para o fortalecimento social e o proveito da imagem internacional, mediante reconhecimento e cooperação qualificada entre instituições governamentais responsáveis.

Importa nesse contexto traduzir o apelo carismático e gratuito do Brasil, associado notavelmente a seu retrospecto esportivo, não apenas em expressões pueris de jactância ou lirismo, mas, sobretudo, na utilidade prática, pragmática, para ampliar a dimensão internacional projetada, positivar a imagem e multiplicar benefícios derivados de uma melhor promoção institucional do país no exterior.

Hoje, com a consolidação dos Estados, a densidade das condições e relações sociais e até as projeções mercadológicas associadas – basta registrar os resultados financeiros e promocionais contabilizados por uma Copa do Mundo ou Olimpíada e o vultoso investimento empresarial no setor esportivo –, em muitas escalas internacionalizadas, a diversidade e o alcance tentacular dos recursos de natureza esportiva que quadram à estruturação social e à divulgação institucional das nações estão magnificados pelo *status* usufruído pelo esporte em muitos países, independentemente de regimes políticos, sistemas econômicos ou estágios de desenvolvimento.

Assim, comparativamente, existe Departamento para Cultura, Mídia e Esporte na Grã-Bretanha, onde antes havia a figura do Ministro do Esporte, Subsecretário Parlamentar, sediado no Departamento do Meio Ambiente, cuja função era prover assistência financeira e implementar a política de esportes do governo através das Secretarias, Conselhos e Autarquias regionais. No Reino Unido, aliás, nos anos sessenta, uma orientação proativa impeliu a ambos os Partidos Trabalhista e Conservador a aceitarem a designação do esporte como legítima responsabilidade governamental, uma maior relevância da política pública de esportes como força potencialmente dissuasória de desordens sociais e, também, o entendimento de que o esporte pode contribuir

para melhor performance de imagem internacional com benfazejos efeitos diplomáticos. Na Itália funciona o Ministério do Turismo e do Espetáculo – Direção-Geral dos Assuntos de Turismo e Esporte. No Egito, o Alto Conselho para Juventude e Esportes é subordinado diretamente ao Primeiro-Ministro. Na Coreia do Sul existe o Ministério dos Esportes. Na antiga União Soviética funcionava o Comitê Estatal do Esporte. Na antiga República Democrática Alemã, Secretaria de Estado para Cultura do Corpo e Esporte. Na República de Cabo Verde, antes Ministério da Informação, Cultura e Desportos e hoje Pasta específica do Ministério do Esporte. Na Tunísia, Ministério da Juventude e dos Esportes, com Vice-Ministro encarregado específico. No Marrocos, também Ministério da Juventude e dos Esportes. Na Austrália, em nível federal, Departamento de Esporte, Recreação e Turismo e, como órgão de coordenação entre os governos federal e estaduais, Conselho de Ministros de Esporte e Recreação. Na Alemanha o esporte é competência do Ministério do Interior. No Departamento de Estado norte-americano existe, no *Office of Policy, Public and Congressional Affairs*, do *Bureau of International Organizations*, uma *Desk-Officer for International Athletics*. E a Argentina, que tinha a dupla competência da Secretaria de Esportes do Ministério da Saúde e da Ação Social e da Direção Nacional de Educação Física, Esporte e Recreação do Ministério da Educação e Justiça, depois criou Secretaria de Esportes pertencente ao Ministério de Desenvolvimento Social e Meio Ambiente e agora eleva o assunto ao gabarito do recente Ministério de Turismo, Desporte e Cultura.

Ainda no âmbito do Mercosul, o governo uruguaio instituiu, em julho de 2000, o Ministério dos Desportos e Juventude para centralizar as concepções ideológicas básicas que fundamentam a ação do Estado nas áreas de educação elementar e formação desportiva. O Ministro uruguaio encarregado resumia que “o desporto deve ser encarado como consubstancial ao ser humano, orientador inseparável da conformação da personalidade, conselheiro insubstituível da compreensão do *fair play* que colabora com a adaptação à vida em democracia e o respeito à legalidade e, portanto, deve ser tratado no mais alto nível do Poder Executivo e ter importância reconhecida nas políticas públicas... A formulação de políticas de Estado para um desporto humanista, educativo, diverso e plural requer um censo nacional público e privado da infraestrutura e dos recursos humanos dedicados à educação física e ao desporto, como suporte de

uma análise da participação dessas atividades na economia do Uruguai, para determinar sua decisiva parcela no Produto Nacional Bruto”, tarefa, aliás, encomendada à missão técnica e ministerial espanhola financiada pelo BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Esses exemplos comparativos bem justificaram, no Brasil, a criação do Ministério do Esporte e Turismo em 1999, precedido pelo Ministério Extraordinário dos Esportes, em 1995, e alçado a Pasta Ministerial autônoma pelo Governo Federal petista, em 2003. Dessa evolução devem resultar a conseqüente elevação do *status* institucional e o efetivo tratamento diferenciado aos vários aspectos da questão esportiva. A inserção da educação física no panorama da política educacional geral e a racionalização da promoção do esporte recomendam, para ajuste e aprimoramento de suas vertentes, integração do referido Ministério, de outros órgãos responsáveis da Administração e da iniciativa privada, atraída por incentivos à aplicação de investimentos de propaganda e patrocínio. Quanto a certos aspectos da representação esportiva internacional e ao prolongamento da imagem externa projetada, essa interação deve incluir o Itamaraty.

As manifestações esportivas internacionais podem revestir função representativa da sociedade brasileira, manifestar a pujança dos setores econômico-industrial e exportador nacionais, promover a entrada de investimentos e a vinda de turistas. Os acontecimentos esportivos constituem válido e conseqüente instrumento para que qualquer país incuta e irradie melhor divulgação institucional internacional de suas características, qualidades e potencialidades.

Vários países e empresas de porte transnacional já fazem bom uso da ferramenta, como França e Espanha, que gestionaram nos níveis econômico, cultural, político e diplomático sua disputa para a realização dos Jogos Olímpicos de 1992. A Hungria, país de dez milhões de habitantes, patrocinou prova do Campeonato Mundial de Fórmula 1 como recurso para divulgação do país e atração de fluxos turísticos que hoje registram a entrada anual de quinze milhões de visitantes. Contabilidade mais recente indica que, nas Olimpíadas do ano 2000, os Jogos Olímpicos de Sydney foram responsáveis pelo primeiro superávit comercial da Austrália em três anos. A venda dos direitos de televisão (US\$ 715 milhões para a NBC norte-americana) e os gastos generosos dos turistas provocaram um aumento de

19% nas divisas com as exportações. Com as importações tendo aumentado apenas 1% em setembro, mês das competições, o lucro chegou a US\$ 352 milhões.

Em seu aspecto de convenção ou convocatória internacional, a confraternização real da humanidade através do esporte pode superar a falsa conceituação de tratar-se de simples *cliché* histórico. Durante um século, as Olimpíadas modernas constituíram-se num dos raros rituais capazes de proporcionar momentos de autêntica e ampla harmonia entre os povos. De regra, de quatro em quatro anos, divergências raciais, políticas e ideológicas apequenam-se ante luzentes eventos mundiais do esporte e as nações são convocadas não para guerrear, mas sim para competir e celebrar a (esperança da) paz.

Obviamente, os esportes não puderam prevenir ou subsanar todas as guerras no mundo em todos esses anos, como sucedia nas Olimpíadas da Antiguidade. É verdade que, pelo contrário, deixou de haver Olimpíadas em 1916, por ocasião da Primeira Grande Guerra, e em 1940 e 1944, em razão da Segunda Guerra, mas impressiona que após apenas três meses do fim da segunda conflagração mundial os notáveis do Comitê Olímpico Internacional já apurassem as providências preparatórias da próxima edição dos Jogos. Desde então, as Olimpíadas atravessaram a Guerra Fria e incrustaram-se nas novas ordem e agenda internacionais para completarem, em Pequim-2008, sua décima oitava apresentação sem interrupções. Resistiram aos boicotes sucessivos e retaliatórios capitaneados pelas duas maiores potências políticas, econômicas e esportivas da época – os Estados Unidos, em 1980, e a União Soviética, em 1984. Transformaram-se em tribunas de muitas causas e de muitos pleitos. Delas vocalizaram os negros da América e da África em luta contra o racismo e o segregacionismo, os chineses da ilha e do continente na disputa pelo título de verdadeiros chineses, as mulheres a caminho da igualdade também no esporte e novas nações na trilha do reconhecimento.

Com o mundo dividido em dois, o esporte transformou-se em arma de guerra ideológica, empunhada com especial habilidade pelos socialistas que, da União Soviética a Cuba, julgaram poder fazer e propagar a revolução do proletariado por veículos esportivos. Medalhas olímpicas transformaram-se em moeda no mercado ideológico. E, nesse caso, a cunhagem podia seguir métodos nada convencionais ou esportivos,

como no caso da antiga República Democrática Alemã que engendrava, quimicamente, nos laboratórios do Instituto de Cultura Física de Leipzig, atletas e medalhas.

“A Carta Olímpica insiste em proclamar seus belos ideais; dias depois de um século de olimpismo moderno, quem teria ainda a ingenuidade de acreditar nas virtudes humanas da instituição? Os objetivos do olimpismo foram, são e serão sempre políticos e econômicos”, escreveu, a título de conclusão, a historiadora francesa Françoise Hache, em seu livro *Jeux Olympiques – La Flamme de L’Exploit*.

Alguns fatos expõem acasos dessa interação, mas, suplantando possível vezo, inúmeros outros podem atestar um papel muito mais positivo e profícuo reservado ao esporte nos acontecimentos políticos mundiais. Reportagem da Rede Globo documentou atividades de religiosos muçulmanos que construíram campos e promoveram torneios de futebol próximos a sítios sagrados no Sul do Líbano. No local dos encontros esportivos, região da antiga Canaã na Galileia, aparecia a idolatria, gratuita e espontânea, que os jovens palestinos rendiam a atletas brasileiros como Ronaldo e Oscar Schmidt, o “mão-santa” do basquete. Também no Líbano, em Beirute, em outubro de 2000, depois de 22 anos de guerra contra Israel e quinze anos de guerra civil entre cristãos e muçulmanos, realizou-se a Copa da Ásia de Futebol. A distinção de atribuir ao Líbano a organização do evento esportivo significava o apoio regional à recuperação do país e ideava a alternativa – simbólica, mas ansiada pela população – da possibilidade de reparar problemas políticos não nas trincheiras da guerra, mas nos campos do esporte. No assunto e na mesma área geográfica, o Emir do Catar resolveu fazer doação de US\$ 10 milhões ao time de futebol árabe-israelense Bene Sajnin, na Galileia. O time local é a equipe da minoria árabe-israelense, ou seja, palestinos com cidadania israelense que representam 20% da população de Israel. Segundo o acordo entre o governo do Catar e Município de Sajnin, os fundos serão destinados ao estádio de futebol e à criação de uma “cidade do esporte” na localidade árabe, como incentivo à convivência social e à disseminação de cultura de paz.

Em sua política de relações públicas internacionais, a Organização das Nações Unidas designa *Embaixadores da Paz e da Boa Vontade*, comumente esportistas renomados como os futebolistas Pelé, Ronaldo, o tenista Gustavo Kuerten, que recebeu o Prêmio social UNESCO

2001, e o ex-boxeador Muhamed Ali, para liderar campanhas em favor da erradicação da pobreza e em prol da paz mundial. O time desses Embaixadores manteve reunião na sede da ONU, em outubro de 2000, para avaliação e propositura de ações, como a visita do jogador Ronaldo à região da Província sérvia separatista de Kosovo, realizada em 1999, que permitiu trégua momentânea nas escaramuças e promoveu os esforços de pacificação regional, então diligenciados pela Organização. Participantes do encontro em Nova York, o brasileiro Ronaldo e o astro francês Zinedine Zidane cederam o uso de imagens para um informe do PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento acerca de projetos e ações de combate à pobreza no mundo. Esportistas são também destacados no noticiário mundial pela participação em programas de apoio da ONU a países assolados por conflitos étnicos, como a Albânia e a região de Kosovo. Em dezembro de 2004, a ONU nomeou oficialmente também o jogador brasileiro Kaká, então do clube AC Milan, como Embaixador contra a fome do PAM – Programa Alimentar Mundial. John Powell, Diretor-Executivo daquela agência humanitária, destacou que “os jogadores de futebol são Embaixadores naturais. O futebol é o esporte mais popular do mundo, elimina fronteiras e une culturas”. A escolha do atleta do Brasil, que visitou projetos e operações que atendem a 800 milhões de pessoas no mundo, foi impulsionada pelo fato de o governo brasileiro aparecer como liderança internacional muito visível na luta contra a fome e a pobreza. O jogador brasileiro Ronaldo, destacado na luta mundial contra a pobreza, visitou o Oriente Médio, em maio de 2005, na qualidade de Embaixador da Boa-Vontade do PNUD, para inaugurar centro para jovens palestinos carentes na Cisjordânia e conhecer, em Israel, organização que junta crianças palestinas e israelenses para a educação comunitária e práticas esportivas. Permaneceu menos de 24 horas na região, o bastante para as imagens correrem o mundo. Em Ramallah, principal cidade da Cisjordânia, o esportista brasileiro acompanhou programas da ONU e inaugurou um centro assistencial especializado, complexo de capacitação profissional que inclui ginásio de futebol e vôlei, iniciativa resultante de parceria entre o Ministério para Assuntos Sociais da Autoridade Palestina e o Programa de Assistência à População Palestina do PNUD. Foi recebido pelo Primeiro-Ministro Ahmed Qorei, que afirmou “essa visita é muito importante. Ela mostra que o esportista brasileiro é um homem da paz e apoia o povo palestino”.

Em seguida, o jogador viajou para a cidade israelense de Herzeliya ao norte de Tel Aviv, onde funciona o projeto Escolas de Futebol Unidas pela Paz. O brasileiro foi convidado pelo Centro Peres para a Paz, organização não governamental criada pelo Vice-Primeiro-Ministro israelense, Shimon Peres, para promover ações educacionais e esportivas entre populações israelenses e palestinas. O Vice-Primeiro-Ministro Peres, em declaração à imprensa, disse que “essas pessoas podem fazer pela paz, com os pés, muito mais do que nós, políticos, podemos fazer com a cabeça”. Segundo o político israelense, além do futebol, o Brasil tem muito a oferecer pela paz no Oriente Médio principalmente dando exemplos de tolerância.

Kofi Annan, ex-Secretário-Geral que costumava presidir pessoalmente as reuniões dos *Embaixadores da Boa Vontade*, assevera que “povos e governantes que admiram esportistas e artistas por seus feitos fantásticos sensibilizam-se com o trabalho dos referidos representantes especiais da ONU e podem deles recolher inspiração para a justiça social, o equilíbrio das relações internacionais e o objetivo maior da paz mundial”. Nessa mesma linha de afirmação da questão esportiva no temário internacional, Projeto de Resolução apresentado pela Tunísia nas Nações Unidas e Declaração do Presidente Tunisino Zine Ben Ali, a propósito do Ano Internacional do Esporte e da Educação Física em 2003, registravam que “os impactos benéficos do esporte não estão confinados à saúde e à condição física, mas abarcam valores necessários para a coesão social e enriquecem o diálogo entre várias raças, culturas e civilizações. A presente Resolução constitui instrumento que contribui para a realização dos objetivos de desenvolvimento pactuados internacionalmente, incluindo aqueles dispostos na Declaração do Milênio referentes ao incremento da solidariedade e da cooperação e à disseminação de uma cultura de paz”.

Em mesmo tom assertivo, George Papandreou, Ministro das Relações Exteriores da Grécia, país anfitrião das Olimpíadas de 2004, também propôs projeto intitulado “Construindo um Mundo Pacífico e Melhor Através do Esporte e do Ideal Olímpico”, com o seguinte arazoado histórico: “as Olimpíadas foram de fato estabelecidas para manter a paz, com a implementação da Trégua Olímpica na Antiguidade, permitindo a movimentação liberada de milhares de pessoas que viajavam entre Olímpia e os locais dos Jogos em segurança. A paz Olímpica tem sido

mantida por mais de mil anos, tornando-se o mais longo tratado de paz da história”.

A propósito dos referidos Projetos de Resolução, representantes da República Popular da China, Israel, Chipre, Cuba, Mônaco, Egito e Estados Unidos sublinharam que os esportes, e mais especificamente os Jogos Olímpicos, como um dos únicos eventos verdadeiramente globais, apresentavam à comunidade internacional uma oportunidade extraordinária para concentrar a atenção do mundo e utilizar a boa vontade inspirada pelos jogos para a construção de um mundo mais harmonioso e pacífico. Ressaltaram referências ao poder do esporte para despertar na opinião pública mundial consciência e parâmetros de paz, cultura, humanismo e respeito a princípios éticos universais. Portanto, “um símbolo da capacidade humana de alcançar a paz”.

O esporte favorece e fortalece vínculos de aproximação dos povos. A comunhão de afinidades e a conquista de simpatias transbordam para instâncias governamentais, empresariais e jornalísticas, otimizando os recursos de natureza esportiva na comunicação social do poder público, na propaganda institucional, na divulgação internacional dos países e na geração de oportunidades mercadológicas.

Ações concertadas que valorizam o esporte envolvem cúpulas governamentais e investimentos empresariais, e não apenas agremiações esportivas, porque conformam vetor prioritário de promoção cultural e institucional e contemplam perspectivas de reboque de negócios, intercâmbio comercial-tecnológico, informação e prestação de serviços que ultrapassam a fronteira esportiva, mais ou menos como visualizava Pierre de Coubertin ao compilar preceitos na Carta da Reforma Desportiva. No documento, o restaurador dos Jogos Olímpicos modernos preconizava, por exemplo, a intelectualização da imprensa desportiva com a introdução de crônicas consagradas à política exterior e aos acontecimentos mundiais.

Para o Brasil e sua diplomacia, melhor e mesmo maior protagonismo pode resultar de envolvimento ativo nessas ações de pacificação mundial e resgate social da ONU, ancoradas no esporte. As Nações Unidas proveem ambiente público internacional para ponderar – em assembleia de nações –, problemas, programas e prioridades cada vez mais diversos da coletividade mundial. Imperam, naturalmente, os ideais basilares de garantia da paz e da segurança, mas novos desafios são delineados

e demandam um papel ampliado da ONU na solvência de outros ingredientes e aspectos de *pax*, como desenvolvimento sustentável, liberdades individuais, ajuda humanitária e níveis de pobreza. Essa “Agenda Social” da organização abre possibilidades de ativar e valorizar, externamente, um instrumental próprio identificado com o Brasil e que significa eficácia interna de políticas sociais participativas. Os programas do Comunidade Solidária, Bolsa Escola, Amigos no Esporte, Esporte na Escola e Segundo Tempo, exemplares para outros países, representam funcionalidade prática de soluções, desenham imagem positiva e, principalmente com a notória valia e visibilidade do esporte brasileiro, podem servir para conferir ao Brasil protagonismo internacional, profícuo em várias áreas. Aí reside ilustração concreta e inspiradora da receita definida pelo ex-Chanceler Celso Lafer de que a política externa deve “traduzir necessidades internas em possibilidades externas”.

Objetivamente, bastaria a referência a duas propriedades, entre vários fatores e facetas particulares, para fazer ressaltar o esporte como tópico relevante da agenda internacional: 1) o setor industrial esportivo é um dos mais importantes da economia mundial transnacional e movimenta, somente nos Estados Unidos, um Produto Nacional Bruto anual médio superior a US\$ 150 bilhões e 2) a visibilidade e a repercussão internacionais dos grandes eventos esportivos (plateia televisiva acumulada de 31 bilhões de pessoas na Copa do Mundo dos EUA-1994, de aproximadamente 4,8 bilhões nas Olimpíadas de Sydney-2000, de quase 40 bilhões de telespectadores na Copa do Mundo de Coreia-Japão-2002 e de público estimado em 50 bilhões na Copa do Mundo da África do Sul-2010, por exemplo) mobilizam corações, mentes e “holofotes”, traduzindo portanto cenário de mídia contundente procurado pelos países para o lançamento de imagens, a projeção de valores e a prevalência de interesses. Por isso a instrumentalização política das manifestações esportivas de massa, como os Jogos Olímpicos, e sua repercutente utilidade na divulgação internacional dos países. O esporte visualizado, portanto, como motor de afirmação nacional e tema de pauta diplomática. Em conclusão, modos e miras variadas determinam a participação do poder público em assuntos de esporte. Após a Segunda Guerra Mundial, depois de a prática esportiva ter servido à preparação, ocupação e lazer de soldados, à melhoria dos níveis de saúde da população, à assimilação e inserção social de imigrantes e minorias raciais e à provisão de bem-estar social,

os governos atentaram principalmente para a relação do esporte com a economia, a imagem e o prestígio internacional.

O cerne ideológico, o cariz político, a capacitância econômico-industrial, a contextura empresarial transnacional e a conexiva projeção de imagem e prestígio internacional propulsados do (via) esporte são propósitos prioritários na presente tese. A monografia apresentada do tema intenta iniciar investigação judiciosa de ocorrências no plano mundial e permitir patentear, pela interpretação dos casos analisados e suas repercussões diretas no comportamento dos governos, a imissão da política nos assuntos do esporte. Mediante estimação de exemplos paradigmáticos e avaliação de possibilidades próprias conjugadas, deverá ser convalidado o emprego do esporte para melhor utilização da rica unicidade esportiva brasileira, no propósito de magnificar imagem positiva do Brasil no exterior, com conseqüente proveito de notabilidade e protagonismo internacional.

Releva destacar que o objetivo principal da monografia é demonstrar a valia do investimento de recursos significativos, como a montagem de programas, aproveitamento otimizado da oferta do potencial disponível no segmento esportivo e conseqüente geração de oportunidades e resultados práticos, a serviço de prioridades que podem ser reconhecidas até mesmo como governamentais, no caso, no campo da política externa.

Nesse terreno, claramente, o arsenal esportivo nacional pode representar fonte geradora de riquezas (exportação/captação de fluxos turísticos) e significar fator irradiador de imagem e prestígio internacionais.

Ações auxiliares do Itamaraty na captação de megamanifestações esportivas, na divulgação externa de eventos, circuitos e sítios esportivos nacionais, na prestação de cooperação técnica setorial e na abertura/ampliação de oportunidades de promoção comercial, por exemplo, constituem ramificação de realidades concretas conectadas também a funções atribuíveis ao Ministério das Relações Exteriores.

A pretensão não é, pois, centralizar excessivamente a singularidade e pujança esportiva do Brasil, numa simples abordagem romântica equiparável a uma “abstração do imaginário coletivo”. Muito ao contrário, o patrimônio esportivo concreto, prático, permite aproveitamento palpável. Aproveitamento, aliás, é a ideia matriz e motriz da tese. Nem gerir, nem ingerir, a proposta é gerar, acrescentar e aproveitar. Trabalhar uma matéria-prima tangível, que pode estar disponível em “estado natural”

eventual, mas que pode seguramente, com o envolvimento supletivo de órgãos governamentais e entidades privadas, magnificar resultados produtivos. São correntes ações governamentais modernas e lúcidas de aproveitamento positivo. Exemplo ilustrativo e acabado dessa utilização promocional positiva é o da realização de amistoso da seleção brasileira no Haiti, em agosto de 2004, como gesto humanitário e contribuição para o processo de paz. Na visão dos segmentos do governo brasileiro mais envolvidos, inclusive o militar, o Brasil, que já liderava a Missão de Paz no Haiti, muito pode usufruir do reconhecido prestígio mundial do futebol pentacampeão e de sua força como ferramenta diplomática para os esforços de pacificação e o protagonismo do país no plano internacional. Tratou-se de evento momentoso de grande visibilidade, mas que, é claro, não poderia ser repetido amiúde e livremente, pela escala de mobilização requerida. Igualmente favorável e factível é o somatório de instrumentos e iniciativas pontuais disponíveis para o proposto emprego rotineiro e produtivo do esporte brasileiro.

Portanto, nem gerência, nem ingerência. Proveito legítimo das potencialidades e, no caso do Itamaraty, geração de oportunidades comerciais, culturais, de cooperação técnica e de irradiação de imagem externa, isso sim. Essa atuação supletiva, esse aproveitamento otimizado, com benefícios multiplicados, não caracteriza obrigatoriamente apropriação, ingerência ou controle limitadores da ação dos atores diretos (indústrias, empresas exportadoras) nem dos consequentes resultados (qualificação industrial, competitividade, participação no comércio internacional). Mesma interpretação de parceria construtiva deve prevalecer em outros campos (cultural, de cooperação técnica, promoção externa, etc.), inclusive no setor esportivo.

O próprio sistema das Nações Unidas já reconhece institucionalmente e convalida o emprego do esporte em muitas instâncias, ações e programas da Organização. O tema esporte registra demandas reais variadas, inclusive demanda política e diplomática, e o Brasil tem oferta já disponível e potencial em muitos quesitos. E a combinação dessas “procura” e “provisão” pode propiciar múltiplos retornos positivos ao país.

O trabalho sobre “Esporte e Relações Internacionais” objetiva coligir preliminarmente aspectos da ambiência do esporte como produtiva fonte de riqueza econômica transnacionalizada, avaliar sua

visibilidade e repercussão mundiais, de modo a preparar observações, conclusões e sugestões práticas do autor para delimitar as atividades promocionais que possam ser próprias do Itamaraty. Nesse sentido, precedidas pelos relatos fáticos dos capítulos introdutórios, resultam focais considerações críticas sobre: articulações políticas e gestões diplomáticas em assuntos desportivos; casos correntes de propaganda estatal e de instrumentalização política do esporte; relato das pendências internacionais de natureza político-esportiva e do comportamento diplomático dos países; importância do esporte na agenda da sociedade brasileira e seu vetor positivo de cooperação, divulgação de imagem e prestígio internacional; repercussão dos grandes acontecimentos esportivos no plano das relações internacionais e receituário de propostas para uso do esporte na projeção da imagem externa do Brasil, inclusive via condutos políticos e máxime canais diplomáticos.

Capítulo I

Relevância Conceitual e Uso do Esporte como Fator Cultural, Função Social, (in) Gerência Estatal e Promoção Internacional

Alguns antropólogos aduzem que o jogo pode ser considerado antecedente à cultura, pois esta, mesmo em suas definições mais largas, pressupõe sempre a existência da sociedade humana, enquanto a atividade lúdica poderia ser detectada no reino animal, selvagem e primitivo.

O *animal ridens* de Aristóteles serviria para caracterizar a raça humana, em contraposição aos animais, de modo quase tão pleno e absoluto quanto o *homo sapiens*. Contudo, a insuficiência dessa simples faculdade física e emocional de ser ridente e a imponderabilidade da razão e sapiência, às vezes questionáveis nas atitudes humanas, teriam provocado a suposição de melhor convir a designação de *homo faber*. Huizinga ressalva as três qualificações e defende uma quarta função, verificada tanto na vida humana como na animal e que seria tão importante quanto o raciocínio e o fabrico de objetos, o jogo. Sua conceituação estipula que, depois de *homo faber* e talvez no mesmo nível de *homo sapiens*, a expressão *homo ludens* deveria ser reconhecida como qualificatória da espécie humana.

Essa qualidade lúdica é particularmente meritória porque o jogo não pode ser reduzido a uma conceituação física ou biológica, pois tem uma função significativa e superposta em outros terrenos da sociedade organizada. Por exemplo, as estatísticas de vendas e de produção introduziram na vida econômica um certo elemento esportivo. A

consequência é aparecer hoje um aspecto de competição esportiva em quase todo triunfo comercial ou tecnológico: o navio cargueiro de tonelagem máxima, o recorde de exportações e o superávit, a mais alta taxa de produção industrial, os produtos de maior valor agregado, o *know-how* de vanguarda, o melhor Índice de Desenvolvimento Humano. Noutra ilustração, também o ambiente e os costumes da democracia parlamentar aparecem condicionados por um autêntico espírito esportivo, principalmente na Inglaterra e em países praticantes do modelo político inglês. O ânimo de camaradagem depois do debate ou embate mais ríspido contribuiu para o surgimento do *gentleman's agreement* e para o próprio parlamentarismo e suas regras de procedimento. O fato lúdico e a elasticidade das relações humanas subjacentes à máquina política possibilitariam reduzir tensões no sistema eleitoral. Segundo Huizinga, as eleições, como evidenciado no regime bipartidário da política norte-americana, transformaram-se numa espécie de esporte nacional.

Parece natural que ao homem primevo o exercício de sua força física fosse suficiente e satisfatório. Essa força garantia a provisão de alimentos e a vitória sobre inimigos ou animais. Em seguida, imaginou que os deuses deveriam testemunhar o espetáculo de seu vigor, virtuosismo e façanhas. Durante longo período, como na Antiguidade grega, os exercícios desportivos iriam estar estreitamente vinculados ao culto e às cerimônias religiosas.

A relevância das manifestações esportivas para a formação comunitária, social e educacional cedo ressaltou na História constitutiva dos Estados, cujo aparecimento o pensador espanhol Ortega y Gasset vincula à transformação das hordas e tribos selvagens em comunidades de homens jovens primitivos que, impulsionados por um instinto de sociabilidade e exogamia, formaram clubes secretos, de férrea disciplina interna, para o cultivo do ascetismo religioso, o exercício das destrezas vitais da caça e da guerra e o treinamento atlético, com o propósito primacial de sequestrar mulheres estranhas ao grupo consanguíneo. É a origem desportiva dos Estados, assemelhados originalmente a um clube atlético, antes que a um parlamento gerontocrático ou governo magistrado.

Bertrand Russell mostrava sequiosa inquietude na procura do lenitivo que reduzisse incompatibilidades entre o indivíduo e a sociedade. O

mestre escocês levou o insucesso de sua procura ao ceticismo e imaginou este rompante filosófico: “oxalá que a bioquímica nos ensine a maneira de fazer o homem feliz com a presunção de possuir tudo quanto necessário à sua vida! Oxalá que se instituíam desportos perigosos para aqueles que, por outro modo, seriam transformados em anarquistas por força dos aborrecimentos! Tome o desporto para si a crueldade desterrada pela política. Poderia acontecer que fosse encontrada por essa maneira uma válvula de segurança contra as forças violentas e anárquicas da natureza humana ou que, com uma educação sábia, os homens chegassem à cura dos seus impulsos desenfreados. Toda a vida se tornaria tão tranquila quanto um dia de Domingo”.

Foco nas civilizações mais antigas revela atividades decorrentes de um instinto desportivo verdadeiro, inspiradas e instigadas fortemente pelo desejo de adquirir habilidade mais versátil e resistência mais provada, qualidades necessárias para garantir êxito nos desafios da vida corrente. Os Jogos Helênicos da Antiguidade mantinham ligação inicial e íntima com a religião. Esses festivais públicos presididos pelo gênio de Agon sempre tiveram inspiração religiosa, embora a serviço também da preparação atlética dos jovens para as lutas de guerra.

A época real reconhecida historicamente estabelece o ano de 884 a.C. como a data de fundação dos Jogos pelo rei Ífitos de Élide. Entretanto, somente a partir do ano 776 a.C. as Olimpíadas passaram a ser contadas, porque nesta data os eleanos começaram a registrar publicamente a relação dos vencedores.

Celebrados durante mais de doze séculos, até o ano 393 da era atual, a cada quatro anos na lua cheia seguinte ao solstício de verão, coincidentes com a festa dos camponeses comemorativa da colheita e da venda de cereais, os Jogos Olímpicos, com seu ritmo imutável, originaram, no ano 776, o calendário grego, calculado por olimpíadas de modo a permitir conhecer e fixar com maior exatidão a data dos acontecimentos importantes.

Antes da inauguração dos Jogos, mensageiros ou *spondroforos* partiam de Élide para anunciar a celebração das próximas competições olímpicas. Alguns viajavam para o norte cruzando a Grécia continental, outros seguiam em périplo ao redor das ilhas do Mar Egeu e outro grupo rumava para o oeste, Sicília e Magna Grécia. Esses mensageiros escolhidos entre a aristocracia eram os arautos da trégua santa. Os

teores eleos, embaixadores sagrados, ficavam incumbidos de anunciar a proximidade dos Jogos aos cidadãos gregos, os únicos habilitados à participação. Esses embaixadores visitavam as mais longínquas terras para localizar seus concidadãos: Crimeia, Egito, até os Pirineus.

À medida que se aproximavam os Jogos Olímpicos, avolumavam-se os peregrinos. Acorriam ricas comitivas, representantes das principais cidades do mundo helênico, que vinham render homenagens e fazer oferendas em honra a Zeus. Mercadores convergiam de várias regiões e faziam dos Jogos uma feira comercial. Os Jogos também agradavam e serviam a cidadãos célebres como Temístocles e Platão, que compareciam às festividades esportivas para confrontar ideias e comprovar popularidade. Também mediam forças e valores os povos da Grécia, as cidades gregas da Ásia Menor e de outras regiões mediterrâneas, que tinham campeões profissionais e comprometiam seu prestígio nesses Jogos.

A tradição grega estabeleceu divisão entre competições públicas e militares, entre outras disputas relacionadas com a força, a sabedoria e a riqueza. Por exemplo, a força provava o preparo para habilitar o jovem às disputas guerreiras, o agonismo jurídico nas justas forenses verificava o intelecto e a associação de ideias e o julgamento em tribunal constituíam verdadeiro *Agon*.

Os gregos da Antiguidade, que perseguiam a formação de um tipo de homem equilibrado próximo ao ideal, estavam convencidos da necessidade de atribuir aos exercícios do corpo um lugar preferencial na educação. Com um uso racional e razoável de exercícios físicos propunham-se, sobretudo, a cultivar a força moral. Esse trato tinha aval da religião, da opinião pública, dos legisladores, dos filósofos e dos artistas que consensuaram em adotar o emprego metódico das atividades atléticas.

Na Grécia antiga, o exercício físico foi muito provocado pelo instinto competitivo. Uma das principais razões da eclosão e prosperidade da admirável civilização helênica pode ser atribuída ao vivo espírito de rivalidade que animava seus cidadãos. Os gregos avaliavam que a divisão das cidades em classes e facções, a animosidade das populações, o antagonismo idealizado nos torneios de atletismo e nos duelos poéticos fortaleciam e sofisticavam a cultura. A necessidade de estar disposta e disponível prontamente para a luta definitiva e vital dotava a humanidade de uma perfeita integridade física, sábia, sóbria, bem adestrada, enérgica e musculosa, preparada para a ação.

As sociedades primitivas valiam-se dos jogos para a simbologia e sustento dos cultos e ritos sagrados, nas provas de sacrifício, nas honras aos deuses, no respeito às consagrações e na reverência aos mistérios. A simbologia do ritual segue revestindo a prática dos jogos. O mito e o culto liberam e lideram as forças instintivas da vida civilizada, como a ordem e o direito, o comércio e o lucro, a indústria, a arte, a poesia, a sabedoria e a ciência. A semelhança ao culto reside no fato de que todo jogo é processado e vale no interior de um campo ou cenário próprio, material ou imaginário, adrede ou espontâneo. O tabuleiro do jogo, o círculo mágico, a pista, a raia, o palco, a tela, o templo, o tribunal, etc., têm forma e função de terrenos de jogo, entendidos como lugares circunscritos e sagrados onde se respeitam determinadas regras instituídas para regular a prática de um mister especial de concorrência, disputa, luta, afirmação e preponderância.

Enquanto função cultural, a luta exige o reconhecimento de seu caráter lúdico e impõe sempre a vigência de regras limitativas. Nessa ótica, pareceria lícito falar da guerra como função cultural enquanto desenrolada por participantes que se considerem como iguais ou como antagonistas com direitos iguais. A função cultural da guerra dependeria assim de sua qualidade lúdica, vale dizer, enquanto permanecesse contida nos limites da civilização, em nome de sua própria honra.

O próprio *Direito das Nações* reproduziria um sistema de limitações, por reconhecer o ideal de uma comunidade humana com direitos iguais e a distinção expressa entre o estado de guerra regrada e a violência criminosa, indiscriminada e infrene, ou seja, entre a “guerra nobre” e a “guerra total”.

A concepção da guerra como nobre jogo de honra e virtude desempenhou papel importante no desenvolvimento da civilização, pois originou a ideia da cavalaria e, portanto, sua instância derivada e refinada, o direito internacional. A cavalaria serviu assim de molde e motor da civilização medieval e de base para o direito internacional tão vital à comunidade mundial.

O ideal primitivo da honra e da nobreza cavalariana é substituído, nas fases mais elaboradas da civilização, pelo ideal da justiça, consubstanciado em normas reconhecidas e reclamadas pela sociedade humana, que evolui de um amontoado de clãs, hordas e tribos para uma associação de grandes Nações e Estados. A *Lei das Nações* consistirá

num sistema integral de obrigações internacionais baseadas na ética que supera a influência do elemento agonístico nas relações entre os Estados e procura sublimar o instinto de luta política num sentido genuíno de equidade, equilíbrio e justiça. Em tese, um direito internacional universalmente reconhecido bastaria para barrar guerras agonísticas entre membros de uma comunidade de Estados aderentes. E mesmo no caso de conflitos registrados na prática, a comunidade internacional logra conservar alguns caracteres de uma associação lúdica. O princípio da universalidade de direitos, as práticas diplomáticas, o respeito recíproco aos tratados e a igualdade jurídica apresentam uma semelhança formal às regras lúdicas de ordem e equilíbrio no jogo. Nesse aspecto e nesse sentido puramente formal, o exercício, o jogo de equilibrar e ordenar a sociedade, é princípio basilar do processo civilizador.

Toda comunidade de Estados respeitadora da lei possui características assemelhadas a uma associação lúdica. O direito internacional radica no reconhecimento, pela generalidade dos países, de princípios e valores que funcionam como regulamentos de jogo, tal qual o *Pacta Sunt Servanda*, que faz assentar a inteireza do sistema numa vontade generalizada de respeito às regras. A par de ordenamentos do domínio jurídico, outros preceitos como a honra e a honestidade concorrem para afirmar o direito internacional. Nesse contexto, é significativo o fato de as regras europeias da guerra terem evoluído do código de honra da cavalaria. A guerra era então considerada um nobre jogo – o esporte dos reis – e o respeito obrigatório de suas regras refletia a observância de princípios lúdicos formais.

O elemento lúdico contribui para a plenitude da civilização e o respeito às regras do jogo é absolutamente necessário nas relações internacionais, que impõem tais condições para prevenir ou corrigir a barbárie e o caos numa latitude maior. Assim, a competição legítima e equilibrada está apegada a preceitos de convívio cultural e civilizado, praticado ou jogado em vários palcos, como a “guerra nobre”, o parlamento, o teatro, o foro e o estádio.

No jogo desportivo – ou cultural, ou político – vale a vitória e vale a repercussão da vitória, que revela superioridade e resulta em prestígio e em reconhecimento públicos. A vitória na competição traduz a prevalência de certos valores sociológicos e culturais. A supremacia forjada na conquista vale para mensurar atributos de ideias, pessoas,

grupos e nações concorrentes, em várias instâncias e cenários, como um palanque eleitoral, uma tribuna política, uma assembleia parlamentar ou um campo de jogo.

O reflexo do processo lúdico, da simbologia e do ritual dos jogos na realidade da vida corrente pôde ser traduzido no sonho que os anfitriões e a autoridade religiosa de Delfos haviam perseguido em vão – o apaziguamento das lutas intestinas que destroçavam as cidades gregas – e que foi realizado enfim graças aos Jogos Olímpicos, quando imperava uma trégua desde a proclamação de abertura ao encerramento.

Como traço evolutivo, cumpre comparar que os desportos na Grécia eram principalmente individuais, enquanto que na Idade Média passam a refletir um sentido de realização coletiva e anônima, como as obras das catedrais, e favorecem também a sólida organização de corporações, como a cavalaria. Surgem os esportes por equipes e o historiador Marcel Bloch escreve: “ninguém duvida que estas associações de jogo tenham contribuído para firmar as solidariedades provinciais”.

O envolvimento com os esportes coletivos era natural e real. Na França, o rei Luis XI, preocupava-se com a fabricação de bolas e, no ano de 1480, editou uma ordem prescrevendo que “os mestres do dito ofício de manufatura estavam obrigados a fabricar boas bolas, bem revestidas e bem cheias de bom couro e de boa borracha”.

No princípio do século XV, havia mais artesãos de bolas estabelecidos em Paris do que livrarias e lojas de tintas. Os fabricantes de bolas, *paumiers*, reunidos em confrarias, obtiveram de Francisco I, em 1537, cédulas de identificação e Carlos IX, em 1571, concedeu-lhes estatutos próprios, reconhecendo que o jogo estava “... tanto ou mais em uso que qualquer outro em todas as boas cidades do nosso reino”. Os textos oficiais regulamentavam a profissão e a fabricação de bolas e raquetes.

À época, Montaigne procura traçar na França um novo caminho para a educação e, em reação à disciplina ferrenha e fechada dos colégios, propõe a aplicação de um programa educacional em que “os jogos e os exercícios serão boa parte do estudo”.

Surgem as primeiras obras especializadas sobre os exercícios atléticos e os jogos. Em 1569, o italiano Mercurialis publica em latim *De Arte Gymnastica*, importante obra ilustrada consagrada à cultura física na Antiguidade. Alguns anos mais tarde, Du Faur de Saint-Jorri,

também em latim, publica *Agonisticon*, uma densa documentação sobre práticas esportivas conhecidas.

Os esportes adquirem então relevância mais saliente nas sociedades nacionais, principalmente na alemã, na inglesa e na francesa. Respectivamente, alguns movimentos que misturam práticas atléticas, políticas públicas de educação física e nacionalismo são destacáveis. A severa derrota infligida por Napoleão à Prússia na batalha de Jena causara profundo golpe e abatimento nos patriotas alemães. O esmorecimento da nação e a busca dos meios de revitalização produziam diagnósticos: “não é nem a força dos braços nem o brio das armas que conseguem as vitórias, mas o vigor da alma”, exclama Fichte. Seus *Discursos à Nação Alemã* têm uma repercussão extraordinária. O filósofo alemão conclui que o único remédio seria uma educação nova, com esforço físico, intelectual e moral envolvendo atividade pessoal e espontânea. A teoria para a reafirmação da nacionalidade está elaborada, mas precisa tornar-se prática e atraente para motivar a juventude.

Esta será a missão reservada a Friedrich Ludwig Jahn, que tem o supremo desígnio de despertar o sentimento nacional e a realização da unidade alemã, empresa dificultada por circunstâncias particulares naquele momento. Prússia e Áustria disputavam a hegemonia sobre os países de raça alemã, os príncipes alemães procediam com egocentrismo, aplicados em conservar sua independência, sem entrega ou empenho na coletividade. Na obra *A Nacionalidade Alemã*, publicada em 1809, Jahn exortava seus compatriotas a reencontrar a força cultivando as qualidades primitivas da raça. Ao concitar a juventude alemã a fazer ginástica, pretendia promover um ideal heróico, o gosto pelo esforço e pela aventura, o hábito da obediência voluntária, o valor do sacrifício e das firmes tradições coletivas da nação.

A adoção de regras uniformes e a organização de competições eram necessárias para conferir aos exercícios de Jahn uma forma desportiva, capaz de permitir sua difusão e a arregimentação da juventude de seu país para o reencontro da força moral. O resultado da empreendida empresa de renovação nacional apareceu flagrantemente quando seis mil participantes concorreram a um festival esportivo organizado em Berlim em 1861 e vinte mil a outro realizado em Leipzig em 1863, eventos que evidenciavam a afeição da Alemanha pelas demonstrações de massas. Tempos depois, esses encontros ginásticos e esportivos foram reeditados

nas duas Alemanhas: a República Democrática reuniu em Leipzig, em 1956, cinco mil atletas, e a República Federal, quarenta mil participantes em Munique, em 1958.

Os esportes modernos desenvolvem-se na Alemanha e mantêm o movimento fiel aos festivais atléticos instaurados pelo fundador Jahn. De imediato, os alemães perceberam que com o êxito da ginástica era possível e convinha adicionalmente reorganizar a direção dos exercícios escolares. Nota circular do Ministro de Instrução Pública da Prússia, Gustav Von Gossler, ordenava, em 1882, que os centros de ensino médio incrementassem os exercícios e os jogos ginásticos ao ar livre, principalmente as corridas. Propunha recordar os princípios de Jahn e aconselhava o retorno dos jogos tradicionais da juventude, em particular dos jogos de bola. Nessa época, são publicados vários manuais de jogos e os alemães praticam esportes conforme regras recém-regulamentadas na Grã-Bretanha.

Após a guerra de 1914-1918, foi preciso encontrar novamente um lenitivo para a retitude moral e física da juventude alemã. Nessa linha, o governo propiciou novo alento aos jogos e ao culto aos desportos, com a instituição da tarde semanal de jogos físicos e da jornada mensal de campo para os escolares, que obtiveram eminentes resultados. Esse programa atlético foi consideravelmente desenvolvido com o advento do nacional-socialismo. Uma lei de 1936 regulava a educação juvenil e destacava o papel dos desportos e das distrações ao ar livre, atividades concebidas não para melhorar condições de existência, mas porque deviam acrescentar vigor e aumentar o rendimento do trabalho, vantagens aproveitadas pelo regime. Assim, então, desde a escola, a formação física de base estava assegurada e controlada por um exame físico ao final de cada ano escolar. O treinamento continuava no curso dos seis meses de serviço obrigatório para o jovem aos dezenove anos de idade. Quando cessava seu dever aos exercícios da *Juventude Hitleriana*, o jovem alemão ficava dispensado para praticar a modalidade de sua preferência, em uma sociedade controlada pela organização *A Força pela Alegria*.

Na Inglaterra, sobressaiu a aplicação educativa dos esportes. No caso, o grande mérito esteve em saber utilizar a força dos instintos físicos, despertados na juventude, para emprego e canalização organizada em jogos e competições ardorosas. Thomas Arnold, reitor do Colégio de Rugby, foi o primeiro a realizar reforma educacional que contemplava

valores e recursos das práticas esportivas. Arnold não foi inventor de jogos ou de exercícios, como o alemão Jahn, nem tampouco criador de métodos, como o sueco Ling ou o espanhol Amorós. Suas competições esportivas introduziram a ideia de promover um enfrentamento das equipes representativas de colégios e universidades, esboço que permitiu ao desporto ganhar importância na rotina escolar e provocou posteriormente a uniformização de regulamentos. Esses campeonatos anuais suscitavam enorme interesse. Na época, a massa provavelmente mais numerosa presente a um encontro desportivo era a da multidão aglomerada nas margens do Tâmesa, oito dias antes da Páscoa, para assistir às competições de remo que as equipes de Oxford e Cambridge disputam desde 1836.

Os resultados da inserção dos esportes na educação geral provam a clarividência dos educadores britânicos. O esporte converte-se no espetáculo preferido do público e a Grã-Bretanha tem o crédito de oferecer ao mundo a maioria dos desportes praticados na atualidade (atletismo, *cross-country*, rugby, futebol, hóquei, remo, boxe, tênis). Sustentado pela sólida armadura da educação britânica, o esporte consegue larga difusão em outras esferas sociais e em outras fronteiras. O alto valor outorgado às provas nacionais não significava descuidar das competições internacionais de criação exógena: por exemplo, embora reticentes à pronta adesão, os britânicos compreenderam todo o interesse dos Jogos Olímpicos, renovados pelo francês Pierre de Coubertin.

Na França, as normas e os regulamentos adotados pelos desportes britânicos serviram para propulsar encontros competitivos entre agremiações de rugby francesas que rivalizavam troféus e valores, principalmente os clubes Stade e Racing. A um Racing realista, empreendedor, com relativamente abastados recursos, o Stade contrapunha a força do espírito de equipe, o legendário “espírito stadista”. Pierre de Coubertin, antes de realizar uma obra mundial com a renovação dos Jogos Olímpicos, consagrou-se à múltipla tarefa de transformar rivalidades clubísticas pontuais em um movimento orquestrado e vigoroso, de provar a eficácia e o valor dos jogos e práticas esportivas na formação educacional.

Cumprir notar que os afamados feitos de Pierre de Coubertin no terreno esportivo representavam apenas parcela de uma obra grandiosa cujo objetivo era construir um novo método de educação. Coubertin

assumia que a tarefa de aperfeiçoar o sistema educacional nacional estava inclusa no contexto de uma transformação completa da pedagogia mundial. A renovação da pedagogia internacional deveria considerar alguns “fatos novos”, como o progresso do conforto, a especialização, o recrudescimento do nacionalismo e o triunfo da democracia.

Jules Simon, Ministro de Instrução Pública, há muito tentara incluir os exercícios físicos nos programas educacionais. Imaginou então, após visita e explanação de Pierre de Coubertin, que o desporto aportaria o meio próprio para repetir a tentativa e aceitou, em 1888, a presidência do Comitê para a Propagação dos Exercícios Físicos na Educação. O referido Comitê reunia a altos dirigentes da Universidade, diretores de grandes escolas, membros da Academia de Medicina, da Academia Francesa e do Parlamento, representantes do Exército, da imprensa e da administração.

Mesmo durante as agruras dos anos de guerra, entre 1914 e 1918, seguiu a progressão do desporto, que representava distração para os combatentes, era empregado na instrução de recrutas e servia de meio para o aprimoramento da condição física.

A opinião pública francesa continuou receptiva aos objetivos fixados pelas autoridades educacionais e federações esportivas. As técnicas e os meios de informação, comparativamente modernizados e alargados no princípio do século XX, mesmerizavam o público, despertavam o interesse pelas marcas recordes e induziram a substituição do prazer do jogo de risco ou aposta pela honra esportiva vitoriosa da cidade, província ou nação.

Ao Estado, portanto, convieram o controle e a orientação do movimento desportivo. Desde 1920, criou-se na França uma Alta Comissaria, em seguida transformada em Subsecretariado de Estado, cuja subordinação ministerial permaneceu indefinida entre os Ministérios da Guerra, Saúde e Instrução Pública. A partir de 1940, desenvolveu-se grande esforço de montagem e aparelhamento de centros esportivos. Em 1965, os assuntos de esporte foram confiados a um Secretariado de Estado, que, dispondo de autoridade regulatória e propondo políticas de incentivo, pretendeu tomar parte mais ativa nos programas das federações, na nomeação de classes dirigentes e na preparação atlética de equipes nacionais.

Em 1892, quando Pierre de Coubertin lançou a ideia pioneira de restaurar os Jogos Olímpicos, a iniciativa, recebida com ceticismo e

considerada inexecutável, cobrou do proponente tenacidade e articulada diplomacia. Após o Congresso de 1894 que aprovou o restabelecimento dos Jogos Olímpicos, Pierre de Coubertin segue para a Grécia, obtém o apoio da realeza grega, enceta negociações políticas com países estrangeiros e, em 1896, treze nações concorrem à primeira reedição do Jogos, revividos na Grécia natal.

Quando as Olimpíadas renasceram, como reflexo de cultura desportiva, já não reuniam força para impor o fim das guerras, mas tinham e mantiveram a capacidade de fascinar a humanidade, projetar valores universais e enlaçar o mundo em atmosfera de compreensão.

A intenção original e máxima de Pierre de Coubertin, ao renovar os Jogos Olímpicos, era assegurar a persistência do movimento desportivo moderno. Raciocinava que “este internacionalismo moderno é, na atualidade, a melhor, ou mais bem dito, a única garantia para a duração do movimento de renovação desportiva tão necessário à vida das sociedades modernas”.

A função social dos desportos adquire maior representatividade à proporção que aumenta a complexidade da civilização, com o incremento das técnicas de produção, das mudanças e vicissitudes da vida social, da sofisticação do pensamento, da adição de conhecimentos, do refinamento das normas de conduta. A densidade e a diversidade socioculturais permitem ao homem, e exigem dele, percepções e ações num ambiente mais provocativo. A terapêutica dos desportos proporciona moderação à vida sociologicamente densa e tensa.

O elemento agonístico da competição já não é marcante nos Jogos Olímpicos da era moderna, restaurados em 1896 com filosofia distinta. Competição entre culturas. Os recursos das técnicas sociais modernas para organizar e orientar manifestações de massa, com efeitos exteriores maximizados no domínio esportivo, passam a identificar no esporte fatores culturais e funções sociais reverberantes que importam ao poder público.

O jogo valoriza-se como desporto quando gera e mobiliza atributos de substância social e cultural, envolvendo jogadores protagonistas diretos, mas interessando também à vida comunitária e à humanidade em geral. As regras que condicionam as competições esportivas são normas de cultura e os resultados atléticos, aquilatados por marcas e recordes, são provas que simbolizam a medição de cultura de competidores e de

povos representados. Os campeonatos e torneios desportivos de cunho internacional contribuem para a emulação e a comunhão de valores, o conagraçamento dos povos e a elevação do nível das atividades culturalmente representativas.

Embora pontificasse o interesse nas provas atléticas, os primitivos jogos não alistavam apenas os atletas qualificados, porquanto as provas eram extensivas aos concursos artísticos e literários que compreendiam a eloquência, a declamação, a dança, o canto coral, a música e a poesia. A improvisação de versos em frases paralelas, por exemplo, era uma credencial indispensável no Extremo Oriente. O sucesso de uma Embaixada anamita em Pequim podia, por vezes, depender do talento do Embaixador para a improvisação em versos. Os membros das Embaixadas precisavam ser constantemente preparados para todo o tipo de questões, enigmas e charadas e saber responder convincentemente a perguntas do Imperador ou de seus mandarins. O esporte que consistia em vencer o adversário pela força da razão ou pelo poder da palavra equivalia quase à profissão das armas, uma sorte de diplomacia sob forma lúdica.

Na Grécia, para participar dos jogos de arena e de estádio propriamente, o atleta devia satisfazer diferentes exigências entre as quais ser homem livre e de origem grega, estar de posse dos seus direitos civis, não ser culpado por irreverência religiosa, não ser acusado de crime de morte, não ser considerado como insubmisso, não ser devedor dos cofres públicos. Eis parcela do condicionamento social que sujeitava a representação da cultura atlética dos concorrentes aos Jogos Olímpicos.

Quando as práticas atléticas voltaram a refletir um aspecto da vida social, depois dos períodos recessivos do Feudalismo e da Renascença, os Jogos Olímpicos foram restaurados com conceituação diversa da essência religiosa, militar ou agonística e fecundaram a infante cultura desportiva mundial. Essa substância cultural do desporto vicejou e assumiu projeção como atividade influente da vida social, superior à concepção de simples lazer ou divertimento.

Razões sociológicas e culturais atuam, portanto, na condição de cada atleta e de cada representação nacional. Na história social dos povos, são graduados os estágios relativos à competição, ao conflito, à acomodação e à assimilação, que corresponde à aculturação na linguagem dos sociólogos, o processo de ajustamento que permite repartir valores comuns, prevenir conflitos ou reduzir seus efeitos. Os reflexos

superestruturais da cultura envolvem primacialmente a ordem política e jurídica, mas abrangem também as manifestações dos desportos. Por constituírem manifestações de cultura, influenciados pelas condições estruturais da sociedade, os desportos revelam-se na superestrutura social e podem concorrer para a mudança dos costumes e a requalificação de outros parâmetros da vida cotidiana.

Outra função social do esporte, mais marcante nas sociedades modernas, liga-se à circunstância de o espetáculo desportivo constituir um modo efetivo e saudável de empregar o lazer do povo. Herbert Hoover, quando Presidente dos Estados Unidos, defendia, em mensagem ao Congresso de seu país, que a política do trabalho era importante, mas não tanto quanto a escolha da política de defesa do ócio, sobretudo em tempos de paz e num mundo repleto de contradições sociais. Hoover afirmava que “nada se teme quando o povo se concentra no trabalho, mas muita ruindade pode haver nas pausas destinadas ao ócio. Creio que o lazer é sadio no espetáculo desportivo, pois o povo tem melhor opção, se lhe faltar clima de vida para os derivativos da leitura, do cinema ou do teatro”.

A paixão do povo pelos desportos de massa, como o futebol nos trópicos e o basquete no Hemisfério Norte do continente americano, permite ao analista social estimar o nível da cultura popular. Simultaneamente, sugere a estadistas e a educadores a via de acesso mais direto ao convívio do povo, de modo a reconhecer, reforçar e orientar o movimento da cultura de massas. Como alternativa de ocupação, participação e lazer, as competições e os espetáculos desportivos oferecem a motivação mais sensível aos progressos da cultura popular, quando os níveis da vida social e econômica não permitem eventualmente aos povos outras escalas e escaladas de valorização cultural.

Pela substância lúdica e valor social de múltiplas atividades e realizações esportivas, muitos cientistas sociais renomados atribuem importância quase prioritária ao estudo dos esportes, como Huizinga, Roger Bastide, Roger Caillois, Dumazedier, Ortega y Gasset e Bertrand Russell, todos, segundo João Lyra Filho, integrantes de uma “Seleção Internacional de Cultura”, protagonistas de um time universal do saber. Para eles, a consciência desportiva, mais do que a consciência política, ocupou conseqüentemente o sentimento da juventude e os desportos passaram a ser referencial no emprego do lazer aberto nas pausas entre

os estudos, assumindo papel de distração e ocupação permeável às classes sociais.

Como reflexo prático da advertência de Espinas quanto à possibilidade de a decadência social ser freada pelos esportes, o reconhecimento político e a inserção dos esportes na vida social organizada dos países esparramaram-se pela Europa, a partir de princípios do século XIX. Primeiro na Grã-Bretanha e depois na França, o desejo de prazer e lazer serviram também para fomentar o renascimento desportivo e a Suécia, então minada pelos efeitos do alcoolismo, converte-se, graças à iniciativa de Per-Henrik Ling, em um dos primeiros países a resgatar a afeição aos exercícios físicos como política de recuperação social.

A presença de um certo fator lúdico ativado nos processos culturais aparece como geradora de muitas das formas fundamentais da vida social. O espírito de competição lúdica, enquanto impulso social, perpassa o largo leque de manifestações e realizações da humanidade. O ritual surgiu no jogo sagrado, a poesia representava o jogo declamado, a música e a dança reproduziam encenações de puro jogo. O saber e a filosofia ecoam palavras e formas inspiradas nas competições religiosas. As regras da guerra e as convenções da vida aristocrática eram baseadas em paradigmas lúdicos que, hoje, na vida social contemporânea em geral, sobressaem, sobretudo, na política.

A civilização aventa um jogo governado por certas regras e a organização social sempre exigirá o espírito esportivo, a capacidade de *fair play*, entendida simplesmente como a boa fé expressa em termos lúdicos. “O espírito de competição”, diz Granet, “que animava as confrarias masculinas e, nas festas de inverno, as opunha umas às outras em torneios de danças e canções, está na origem de um processo evolutivo que conduz às instituições políticas e ao Estado”.

Nessa trajetória, o esporte serve de matéria para fundamentos e funções sociais e de molde para políticas culturais de governo que, por intermédio de paradigmas esportivos, buscam o fortalecimento do sentimento nacional interno, publicidade e prestígio externos para suas sociedades.

Atualmente, o escopo e o tipo de respostas políticas às questões do esporte variam nos países conforme a estrutura de governo, a organização da educação pública e os padrões dominantes nos campos da identidade nacional e regional, do estágio cultural e mesmo do desenvolvimento

industrial. Variações ocorrem nos arranjos constitucionais, na extensão da prática esportiva voluntária pluralista *versus* interesses comerciais e corporativos do *sport-business*, na saliência do tema do esporte para os atores políticos investidos e para o público-eleitorado e na projeção de imagem internacional provinda.

Até os anos sessenta, o esporte representava somente interesse marginal para a maioria dos governos. Antes disso, a intervenção governamental no esporte era geralmente uma reação associada a problemas específicos, como padrões de saúde em áreas urbanas, necessidades militares ou erupções de desordem, e raramente consequência do reconhecimento do esporte (e do lazer) como área política distinta. Contudo, a despeito da ausência de reconhecimento explícito e sustentado do esporte como foco particular do interesse governamental, existem, em muitos países, claras continuidades temáticas entre aquelas fases de envolvimento estatal.

Muitos exemplos podem ser arrolados. Na Austrália, no período prévio à independência, o esporte foi parte integral na definição da identidade nacional. Durante a segunda metade do século XIX, o esporte, particularmente o críquete, espelhou as mudanças e a evolução do conceito da identidade australiana. A Igreja considerava os campos de críquete como adequadas salas de aulas morais. Nas competições da modalidade, o nacionalismo australiano passa do período inicial de humildade e reverência aos times ingleses para sensação de confiança, quase arrogância. A insegurança inicial estava baseada nos receios de inferioridade racial devida à origem desabonadora dos primeiros colonizadores, prisioneiros exilados, e de degeneração social pela distância da metrópole cultural. Intimamente ligada à visão eugênica, havia a preocupação com o valor do esporte para provar a “masculinidade” do caráter australiano. Nesse sentido, a importância das vitórias esportivas contra a Grã-Bretanha retratou a primeira e mais claramente manifesta expressão de nacionalismo e autoconfiança. Segundo W. F. Mandle, referido por Barry Houlihan em *Sport, Policy and Politics*, “o nacionalismo australiano desperto pelo esporte abriu caminho para o nacionalismo político capaz de promover e sustentar os movimentos pela independência”. Exemplo assertivo dessa crescente consciência da identidade nacional pode ser ilustrado pela rejeição da Austrália à proposta de formar equipe do Império Britânico para competir nas Olimpíadas de 1916.

Nos Estados Unidos, na virada do século XIX, a filosofia da *Young Men Christian Association* refletia a preocupação cristã que propugnava por alternativas ao entretenimento comercial e que exaltava os exercícios físicos, as atividades intelectuais e a amizade cristã. Essa ideologia estava embasada na presunção de que os esportes podiam constituir uma força socialmente estabilizadora para ajudar na “americanização” dos estrangeiros, na pacificação de trabalhadores insatisfeitos, recuperação de delinquentes e estancamento de radicalismos.

Os temas na história do esporte na América são classe, integração social e comercialização. Embora no antigo período colonial e na fase inicial da independência a tensão entre diferentes versões do esporte derivadas do Calvinismo e de outras religiões protestantes, de um lado, e o Catolicismo, de outro, tivessem ajudado a forjar o desenvolvimento inicial do esporte, esses ingredientes logo desvaneceram à vista de forças sociais mais poderosas. No período colonial, diferentes atitudes atinentes ao lazer prevaleciam em regiões diferentes. Nos Estados sulistas, o lazer era claramente utilizado como símbolo de *status* para a classe de proprietários rurais desejosos de emular a aristocracia inglesa. Caça, corridas de cavalo e críquete serviam para demonstrar riqueza e distanciar a elite social, a classe de lazer, daqueles que tinham que trabalhar para sustento e daqueles, os escravos, forçados a trabalhar para viver. Nos Estados Unidos, o desenvolvimento e a filosofia subjacente da YMCA – Associação Cristã de Moços melhor refletiam a preocupação cristã em oferecer alternativa ao entretenimento comercial, mediante a promoção de valores como a prática da educação física, intelectualização e cristianização solidária. Nessa ótica, a ideologia do esporte surgida no século XIX foi condicionada pela suposição de que “os esportes podiam representar força socialmente estabilizadora que ajudaria a americanizar os estrangeiros, pacificar trabalhadores insatisfeitos, limpar as ruas de delinquentes e sustar a onda de radicalismo”. Durante os anos vinte, a Legião Americana patrocinou ligas juvenis de basebol como meio de combater o radicalismo e garantir que “todos os cidadãos permanecessem 100% americanos”. Posteriormente, no período de 1930 a 1960, a maior igualdade de acesso aos parques e facilidades recreacionais para os americanos negros, especialmente homens jovens, era vista como passo importante na redução das tensões sociais.

Tema de política pública interna relaciona-se à tentativa do governo de utilizar o esporte como meio de integração social. Na Grã-Bretanha, durante a segunda metade do século XIX, havia considerável preocupação na classe média inglesa com o potencial de instabilidade social no interior das classes trabalhadoras urbanas. Os labores do movimento da “cristandade muscular” para instigar disciplinas nos pobres núcleos da periferia urbana foram reforçados por legislação que exaltava o valor do treinamento físico e das habilidades militares. O *Education Act* de 1918 permitia às autoridades locais prover facilidades esportivas para treinamento físico e social, comprovando a “atitude utilitária” do governo em relação ao esporte. Também preponderava a associação entre a questão de delinquência juvenil e ausência de oportunidades para recreação física nos períodos pós-escolares. A associação entre política do esporte e integração social sobressaiu nos anos oitenta e noventa. Exemplo evolucionado ocorreu em 1981 quando, em decorrência de série de distúrbios urbanos, o Conselho Britânico de Esportes lançou o projeto “Esporte Ação”, que promovia o contato de líderes e ídolos do esporte nas comunidades com o objetivo de estimular a integração de grupos socialmente desfavorecidos ou marginalizados.

Em 1991, o Primeiro-Ministro John Major transferiu os assuntos de esporte do Ministério do Meio Ambiente para o Departamento de Educação e Ciência, depois renomeado para Departamento de Educação e Emprego. A seguir, em 1992, nova transferência das questões de política esportiva para o Department of National Heritage, numa tentativa de agrupar séries de responsabilidades funcionais das áreas de artes, esporte e turismo.

Outros países usaram o esporte de maneira semelhante. Durante o governo Vichy na França, na época da guerra, o esporte, particularmente a ginástica, foi promovido como veículo de “disciplina social e meio de regeneração da juventude francesa”. Mais recentemente, nos anos oitenta, o governo francês recorreu ao esporte e a outras formas de lazer como meio de confrontar “o sério risco de problemas sociais resultantes de tensões em áreas suburbanas de algumas cidades”.

No Canadá, a questão da integração social enfoca principalmente pendências entre as comunidades anglófonas e francófonas e a pressão periódica da Província de Quebec por maior autonomia e mesmo independência. A preocupação com a unidade nacional é evidente em

todos os pronunciamentos políticos importantes, desde 1960. Análise de série de documentos políticos no período atesta que o nacionalismo foi componente ideológico dominante na política pública de esportes, que registra referências diretas aos princípios de “unidade”, “objetivo nacional” e “*canadianismo*” em grande porcentagem de leis. No Canadá, o nacionalismo é um componente ideológico dominante na política pública de esportes, que, nos anos setenta, visou ao *canadianism(o)* unitário. Principalmente através do plano *A Proposed Sport Policy for Canadians* da Administração Pierre Trudeau, que regulava basicamente efetivo apoio administrativo-financeiro para o esporte, o governo pretendeu agregar melhor qualificação das representações esportivas canadenses em competições internacionais. Visão similar, calcada em valores de “construção da nação”, ressalta na política de esportes da Austrália e da Irlanda. Para ambos os países o esporte representa fonte importante de simbolismo nacional.

Outro aspecto político sensível atine ao uso do esporte como meio de melhorar a preparação militar do Estado. Desde 1860, os governos da Austrália oferecem facilidades para clubes de rifle com a justificativa de que eles formariam o núcleo de milícias locais em tempo de crise. Outras leis foram motivadas em grande parte por necessidades de defesa na Grã-Bretanha, onde o governo procurou aprimorar a qualidade de potenciais recrutados para a previsível guerra com a Alemanha. A decisão americana de entrar na Primeira Guerra Mundial ensejou declarações e apoio do governo no financiamento do esporte como meio de garantia para alistamento e preparação de homens jovens para o serviço militar. Igualmente, o desenvolvimento de parques urbanos era justificado pela contribuição que poderiam proporcionar à saúde pública e “via exercícios físicos à pretendida preparação da soldadesca e da moral elevada”.

Tópico relevante refere-se à intensidade de associação entre esporte e políticas de identidade. Em muitos países, um motivo central para o engajamento dos governos tem sido reconhecer ou explorar o simbolismo do esporte e seu significado para a preservação de noções de herança nacional e projeção externa do imaginário nacional. Outro fator está relacionado a um tipo de *forum* geral societário e efetivamente organizado. Somente em época recente, atletas, esportes amadores e grupos específicos de usuários como mulheres e deficientes físicos puderam começar *lobby* mais efetivo. Em parte, essa expansão do

número de interesses organizados é resultado do aumento de expectativas populares com relação à acessibilidade de oportunidades no esporte, mas é parcialmente consequência do maior envolvimento governamental-administrativo, especialmente através da multiplicação de agências públicas e instâncias gerenciais supervisoras da política de esportes. Outro ponto, ao tempo em que aumenta o empenhado interesse governamental no esporte, refere-se à paralela necessidade de maior coordenação política internacional. O ciclo quadrienal dos mais importantes eventos esportivos internacionais, tais como os Jogos Olímpicos, a Copa do Mundo e o *Grand Prix* de atletismo, estabelece estrutura rígida para países aspirantes à glória do esporte de elite. Pontificam inúmeros assuntos tais como patrocínio, direitos de retransmissão, elegibilidade e credenciamento de nações, regulamentação e controle antidoping, que somente podem ser equacionados satisfatoriamente em nível internacional.

Modos e miras variadas determinam a participação ou mesmo ingerência peremptória do poder público em assuntos de esporte. Após a Segunda Guerra Mundial, depois de a prática esportiva ter servido à preparação, ocupação e lazer de soldados, à melhoria dos níveis de saúde da população, à assimilação e inserção social de imigrantes e minorias raciais e à provisão de bem-estar social, os governos atentaram principalmente para a relação do esporte com a economia e com o prestígio internacional.

Preponderam por isso o visível estímulo dos países ao desporto de elite, competitivo no cenário esportivo mundial, mensurador de prestígio e indutor de imagem internacional positiva, e o justificável atributo do esporte como instrumento de política externa. Por exemplo, a União Europeia reconhece e explora o valor do esporte no desenvolvimento de um sentimento de cidadania comunitária. No sentido amplo de forjar a união referida no Tratado de Roma, a UE patrocina regularmente eventos esportivos europeus e, mais significativo para a construção do senso de identidade supranacional, trata o esporte como indústria sujeita aos regulamentos da Comunidade como, por exemplo, aqueles relativos às leis trabalhistas de livre circulação de mão de obra.

Nesse contexto ampliado, Houlihan adverte que “seria limitação grosseira analisar o setor esportivo-comercial da França e da Grã-Bretanha sem examinar o impacto da legislação industrial e trabalhista da União Europeia ou considerar o colapso do apartheid na África do Sul sem

avaliar a influência de amplo conjunto de atores de política externa”, incluindo as Nações Unidas e o Comitê Olímpico Internacional.

No início, a seriedade atribuída ao culto, ao adestramento corporal dos homens e à preparação de guerreiros, funções essenciais na vida pública institucionalizada, derivava da imposição de garantir o sustento do poder onímico do Estado. O resultado perseguido era a soma, no mesmo plano de vida política e religiosa, do vigor físico e do valor espiritual em benefício do Estado. O importante seria a plenitude de seu poder, de seu desenvolvimento e de sua propagação.

Os exercícios, as ginásticas e as demais atividades corporais acompanhavam os movimentos consuetudinários. Os desportos regulamentados surgiram muito depois, talvez como consequência remota dos efeitos da Revolução Industrial ou das necessidades humanas de recuperação física das energias consumidas no trabalho das manufaturas, e obteriam na modernidade sua institucionalização social.

A técnica, a publicidade e a propaganda contribuíram para promover o espírito de competição em escala antes inigualável. E a competição passou a frequentar domínios diversos das antigas formas sagradas de jogo, mas seguiu observando regras condicionantes. A rivalidade comercial, por exemplo, invoca imediatamente a adoção de regras limitativas, nomeadamente as barreiras alfandegárias. Mesmo antes, a competição comercial introduzira um certo elemento lúdico, estimulado pela estatística com uma ideia originária da vida esportiva, a do recorde (comercial). As estatísticas de produção e de vendas repetiam na esfera econômica um significado de competição emprestado da ambiência esportiva.

No terreno educacional e social, Thomas Arnold, o célebre reformista educacional inglês, transformou o ensino e reservou um papel destacado para a educação física, ao lado das disciplinas intelectuais. A contribuição substantiva do reformador vincula-se à introdução pioneira de regras que conferiram padronização aos diferentes esportes praticados. As regras esportivas básicas foram instituídas no sistema educacional da Inglaterra e em seguida importadas pelos demais países europeus. Tal uniformidade permitiu uma ampliação considerável dos encontros desportivos na Grã-Bretanha e logo também dos enfrentamentos entre equipes estrangeiras. As regras técnicas eram simplificadas, mas o essencial residia na maneira de jogar e portar-se; o desportista devia

manter-se um aficionado austero e conservar, na luta, uma atitude leal e cavalheiresca, uma postura honrada e limpa, o verdadeiro *fair play*.

Quanto aos movimentos de educação física mais especificamente, merecem menção alguns organizados na Europa Continental e nos Estados Unidos. Em 1806, a Prússia feudal vergava em Jena, as tropas napoleônicas entravam em Berlim e os prussianos, humilhados, exauridos pelas exações de guerra, tentavam sair do marasmo moral. Um Edito proclamou finalmente a abolição do servilismo de uma parte do campesinato e Fichte, em 1807, lançou os famosos *Discursos à Nação Alemã*. Era imperativa a recuperação. Esta empresa, bem compreendida e desenvolvida por Johann Friedrich Ludwig Cristoph Jahn, preceptor de jovens fidalgos e, depois, combatente do exército prussiano, professa a defesa de uma grande Alemanha e de uma juventude forte inteiramente a serviço do Estado. Jahn ensinava alemão, história e matemática num colégio que depois seria frequentado por Bismarck. Algumas vezes na semana, Jahn organiza, dirige e canaliza jogos e passeios desportivos. Pouco a pouco, os exercícios atléticos, antes apenas corridas e lutas, adquirem modalidades variadas. Disputam-se provas de velocidade, corridas de longa distância em conjunto e saltos em altura. Terrenos como Hasenheide, chamados *turneplaetz*, são instalados nas cidades pelos alunos dos institutos e por outros estudantes. O movimento esportivo associado à disseminação de áreas esportivas, o *turnerschaft*, ganha volume.

Talvez como uma extensão de sua ideia de propagar a implantação de terrenos livres para a prática esportiva, Jahn propunha que houvesse entre a Alemanha e a França “uma zona fronteira em que quinze léguas de bosque e pântanos estariam povoadas por animais selvagens”. A partir de 1815, Jahn antipatiza os ministros alemães, provavelmente porque pedisse, como corolário de seu programa de democratização esportiva, a abolição das castas, numa época em que a nobreza prussiana era muito poderosa e ciosa. As ideias de Jahn sobre uma grande Alemanha, democratização esportiva e igualdade social eram julgadas audazes e mesmo subversivas.

Paralelamente à ginástica alemã, nasceu também a ginástica sueca. Universitário em Lund e depois em Upsala, Per-Henrik Ling sempre foi professor de filhos de famílias abastadas, antes de fundar e dirigir o Instituto Central de Ginástica em Estocolmo. Seus dotes de esgrimista e

sua devoção ao esporte impulsionaram a concepção do método que tinha por objetivo o desenvolvimento harmonioso do corpo.

Enquanto a ginástica alemã – violenta e dinâmica – interessava e envolvia a uma minoria em condições físicas privilegiadas, Ling queria formar pessoas equilibradas para uma Suécia em paz. Enquanto Jahn pretendia dar à Alemanha uma juventude vigorosa, intrépida e apta para impor-se e dominar a serviço do Estado, Ling diligenciava uma teoria de movimento limpo e leve, uma cultura física sanitária.

Nos Estados Unidos, o desporto assumiu característica particular que se diferenciava mais do esporte inglês, por exemplo, pela participação no movimento desportivo estadunidense de uma sociedade confessional, a *Young Men Christian Association*. A Y.M.C.A., associação protestante fundada em Londres em 1844 e que chegou a Boston em 1851, visava ao acercamento e à integração social de jovens de origens modestas. Doações e sistemas de quotas participativas permitiram operar facilidades e serviços conexos, como a criação de um grande número de restaurantes populares, a fundação de associações culturais, corais, grupos musicais e agremiações atléticas. Outras organizações tornaram-se muito ativas, como a *Young Men Hebrew Association* dos jovens judeus e a *Catholic Youth Association*, que ancoravam a inserção social de comunidades carentes em encontros e festivais esportivos.

Acontecimentos bélicos e a pressão do treinamento militar também impulsionaram, em alguns casos, a prática de esportes, principalmente o adestramento esportivo orientado que podia servir igualmente ao atleta e ao soldado. Pierre de Coubertin, que quando jovem abdicou de carreira na Advocacia e na Diplomacia, tinha o desejo patriótico de recuperar a honra do país derrotado pelos alemães em 1870-1871. Nesse mister, Coubertin acalentou o anelo de desenvolver o sistema educacional francês, particularmente a educação física.

Coubertin conclui que o esporte competitivo podia servir de veículo para uma “grande reforma pedagógica na França”. Assim, acreditava, a melhoria dos padrões de educação física poderia fortalecer outros aspectos do crescimento moral e intelectual. Visitas realizadas à *Rugby School* na Inglaterra fascinaram Coubertin quanto ao papel do esporte na educação britânica e convenceram o francês de que o “atleticismo” e a “cristandade muscular” constituíam parte fundamental da grandeza imperial britânica. O esporte e os jogos propiciavam infusão

de disciplina moral forjadora do caráter e dos futuros líderes do império. Adicionalmente, os esportes constituíam importante traço de exportação cultural aglutinadora. Os povos do Império britânico aprenderam e comungaram os valores do críquete e o futebol logrou ser o esporte mais popular e linguagem de contato esportivo mais internacionalizada.

Na França, causas e consequências de guerra determinaram a fundação de numerosas sociedades de tiro e ginástica, que podiam ser qualificadas como sociedades de salvaguarda. Um livreto de propaganda política intitulado *Pour La Patrie* equiparava a prática do tiro e da ginástica pelos jovens à antecipação do serviço militar, obrigatório na maioridade, e acrescentava que as sociedades de tiro e ginástica formariam plantéis de onde sairiam já treinados os soldados de amanhã. O contexto beligerante favorecia a essas sociedades a obtenção de aval e apoio governamental, suporte que possibilitou o aumento considerável de seus efetivos e praticantes. A ginástica e o tiro tinham cada um quase meio milhão de sócios às vésperas da Primeira Guerra Mundial. Porém, essas modalidades semioficiais, de preparação militar, não agradavam plenamente aos estudantes jovens, que procuravam mais uma distração do que um alistamento.

Existia uma União de Sociedades de Ginástica da França, cujos centros mais importantes estavam em Paris e no norte. A Alsácia, que tinha também numerosos grupos ginásticos, havia sido anexada à Alemanha. Do outro lado do Reno, as sociedades esportivas eram muito numerosas e remontavam ao movimento dos *turners* lançado por Jahn. Em 1861, as sociedades ginásticas abandonam os marcos da juventude burguesa e dos alunos privilegiados dos institutos e viram agrupamentos atléticos operários. Como na Alemanha, as sociedades ginásticas socialistas também estavam proscritas na França. Por determinismo geográfico e político de vizinhança, a Alsácia sediava várias sociedades de ginástica, que se transformavam frequentemente, durante a anexação alemã, em grupos de resistência ao germanismo.

Outras mobilizações esportivas associadas à defesa e às motivações políticas nacionais ilustram o uso do esporte como instrumento de presença do poder estatal e de afirmação de interesses nacionais. Tyrš fundou na Tchecoslováquia, em 1862, o movimento dos *Sokols* (falcões), que objetivava preparar uma geração capaz de liberar o país, então sob dominação estrangeira. O programa do movimento compreendia

educação física e obras folclóricas e suas festas, os *Sljets*, chegavam a reunir até 300.000 participantes.

A antiga União Soviética e a China, depois da Revolução política, voltaram interesse denodado ao desporto, que é então estatizado, planificado e visto como guião útil para direcionar a juventude ao ideal comunista.

O programa esportivo soviético, titulado sugestivamente de *Preparados para o Trabalho e a Defesa*, dividia-se em vários níveis e modalidades, que compreendiam, ademais de provas de puro atletismo e esforço físico, exercícios de caráter utilitário, como o tiro ou o lançamento de granadas e, segundo a região geográfica, esqui, marcha ou ciclismo, esportes coletivos e cursos teóricos. As celebrações das famosas competições das Espartaquíadas, que reuniam 24 modalidades esportivas e competidores representantes das quinze repúblicas do país, serviam de fértil celeiro de atletas de elite e de cenário para popularizar maciçamente o esporte e, de forma correlata, as virtudes políticas do regime. Com as Espartaquíadas, que apresentavam também desfiles e demonstrações artísticas, a antiga URSS conseguiu atingir, em 1965, o objetivo planejado de habilitar 50 milhões de praticantes.

A China também nutria as práticas desportivas de visão politizada e de organização estatizada. A Festa Desportiva de Pequim, versão chinesa das Espartaquíadas, inspirada no lema exortativo *Pratica o Desporte para a Saúde, o Trabalho e a Defesa da Pátria*, reuniu, em 1959, 30.000 desportistas em representação de 29 províncias, regiões e cidades.

São ocorrências de eventos de esporte e nacionalismo, movimentos culturais populares, que tiveram repercussão e de alguma maneira acolhimento nas políticas públicas de governo. Em realidade, manifestações esportivas como os Jogos Olímpicos assumem em algumas situações o papel de ponto focal de políticas estatais e ambições nacionais. A participação exitosa no festival olímpico pode representar afirmação pública e reconhecimento internacional. Assim, a Alemanha nazista pretendeu fazer interpretar a adesão e afluência de vários países às Olimpíadas de Berlim em 1936 como evidência de que o mundo apreciava as realizações de nova ordem mundial pretendida pelas políticas doméstica e externa do Reich alemão. Os Jogos Olímpicos de Berlim significavam resgate do prestígio arranhado em Antuérpia-1920 e Paris-1924. Naquelas ocasiões, mesmo com a pretensão e prudência

de Coubertin em querer despolitizar o movimento esportivo mediante desvinculação declarada da organização olímpica com qualquer mecanismo da nova Liga das Nações, o Comitê Olímpico Internacional compartilhou da paixão dos Poderes Aliados vitoriosos e declarou a Alemanha “culpada do início da Grande Guerra” e excluída dos jogos.

No plano internacional, os governos utilizam frequentemente o esporte como ferramenta de política externa e de comunicação social para mensagens especiais. Nos anos sessenta, a República Democrática Alemã instruiu seus atletas a portarem passaportes da Alemanha Oriental, para forçar sinais de reconhecimento dos países ocidentais, porquanto as realizações esportivas da RDA significavam valiosa representação internacional do Estado socialista; a “diplomacia chinesa do pingue-pongue”, que facilitou a visita de mesatenistas norte-americanos à RPC em 1971, testemunhava o interesse da China em restabelecer contatos políticos com os Estados Unidos. Quando atletas negros africanos abandonaram as Olimpíadas de Montreal de 1976, o objetivo político almejado era golpear o regime sul-africano do apartheid.

Da mesma forma, a competição esportiva pode focar e fermentar pontos de tensão internacional por proporcionar cenário ampliado para incidências ou expressões de conflitos maiores. São conhecidos e exportados os casos da “guerra do futebol” entre Honduras e El Salvador, associada a disputas fronteiriças, e do jogo de polo aquático entre Hungria e União Soviética nos Jogos Olímpicos de Melbourne, em 1956, após o esmagamento da revolução libertária húngara por tropas soviéticas. Outros exemplos relatam o protesto diplomático uruguaio junto ao governo holandês relativo ao comportamento de jogadores de futebol alemães no encontro realizado durante as Olimpíadas de Amsterdã em 1928 e a violência das disputas de hóquei entre tchecos e soviéticos nos anos sessenta, na sequência da invasão da Tchecoslováquia pelo Pacto de Varsóvia em 1968.

Em 1919, os exércitos vencedores já haviam realizado os “Jogos Interaliados” em Paris, como parte das celebrações da vitória, patenteando a relação do esporte com os assuntos políticos e militares. Nessas competições, o lado político do esporte internacional pôde ser evidenciado por resquícios da guerra. Os tchecos, dominados pelos austríacos antes de 1914, exultaram com o reconhecimento dado ao novo Estado da Tchecoslováquia, os sérvios, agora travestidos e

rotulados como iugoslavos, gozaram de *status* favorecido por terem sido vítimas da “agressão” austríaca em 1914, enquanto o antigo rei Nikita de Montenegro encontrava pouca simpatia ao tentar em vão utilizar a ocasião e o cenário do evento esportivo para protestar contra a dominação de seu pequeno reino pela Sérvia, nas fases finais da Grande Guerra. Os países vencedores naturalmente interpretavam, aplicavam e traduziam, na organização dos jogos, seu próprio senso de justiça e equilíbrio político internacional. Pierre de Coubertin endossou os “Jogos Interaliados”, que seriam significativos dos valores do esporte internacional. Para os organizadores, contudo, a manifestação esportiva servia para demonstrar o “valor e a virilidade” dos exércitos vencedores.

Governantes de novos Estados da África e Ásia logo reconheceram a utilidade do esporte como meio ágil e efetivo para estabelecer a identidade nacional e os sentimentos de lealdade nacional. Enquanto alguns líderes de movimentos anticolonialistas objetavam a popularidade dos esportes originários dos antigos senhores imperiais, políticos atinados vislumbravam numa vitória contra o time de futebol de um país vizinho a senha e o sentido de orgulho nacional. Como resultado, esses novos governos prontamente instituíram Ministérios de Esporte, Conselhos de Esporte e políticas públicas de esporte. Nos anos cinquenta, o instrumento do boicote olímpico emergiu como arma potente contra a política segregacionista praticada na África do Sul, país banido futuramente dos organismos e competições esportivas internacionais.

Faceta importante da política estatal de esporte é a crescente e intrincada relação entre manifestação esportiva e prestígio internacional. Os governos têm aguda noção do potencial do esporte para refletir, magnificar ou depreciar o prestígio de um país. Na Grã-Bretanha, o crescente sucesso das antigas União Soviética e República Democrática Alemã nos anos sessenta e o claro declínio do esporte britânico logo determinaram um aumento do financiamento governamental e representaram um estímulo importante para a criação do Conselho Consultor de Esportes, em 1965.

Também nos anos sessenta, o governo canadense considerou proveitoso politicamente apoiar os atletas de elite. A Lei de Esportes e Formação Física de 1961 teve o duplo objetivo de melhorar o nível de preparação física da população em geral e perseguir os desígnios do governo na associação entre prestígio nacional e sucesso em competições

esportivas de elite. Inicialmente, os objetivos políticos foram amparados por dotações financeiras aos governos provinciais e aos órgãos dirigentes do esporte. Depois, em 1970, o apoio financeiro foi suplementado pela provisão de suporte administrativo, com a criação de centros nacionais de administração do esporte e ciclos de forças-tarefa orientadas para a formação de quadros, a realização de manifestações e eventos esportivos particulares. Estratégia similar foi adotada na França em 1984, com a decisão do governo de reestruturar a administração esportiva e atribuir a responsabilidade do desenvolvimento do esporte de elite ao Ministério da Juventude e do Esporte.

Um papel ancilar do esporte pode ser caracterizado como recurso da diplomacia. Os Estados Unidos e a antiga União Soviética têm longa história de uso governamental e manipulação do esporte para usos diplomáticos. Ambos os países empregaram o esporte como código cifrado na rivalidade ideológica, como meio de atrair países para os respectivos campos e de fortalecer vínculos com seus aliados. Noutros casos comparativos, observadores ressaltam o papel desempenhado pelo Canadá no contexto da política da *Commonwealth* em relação à África do Sul do apartheid e o uso da cooperação esportiva-educacional com os países pobres, como meio de alcançar protagonismo no contexto internacional. A Austrália também recorre ao esporte com propósitos diplomáticos; por exemplo, o Primeiro-Ministro Menzies encorajou a Junta de Controle de Críquete Australiano a fazer excursões esportivas às Índias Ocidentais, na década de cinquenta, para fortalecer posição regional e na Comunidade Britânica.

Hoje, resulta notória a relevância social do esporte em vários países que logram mesmo montar, em suas relações internacionais, um mosaico plasmado por certa ordem esportiva. Graças à renovação do olimpismo engendrada por Pierre de Coubertin, celebrações mundiais do esporte, como as Olimpíadas modernas, puderam agenciar a comunhão de valores, aportar verniz e código próprio para o relacionamento interestatal, no contexto de uma cultura esportiva universalizada.

Capítulo II

Contextualização dos Jogos Olímpicos Modernos

Os conceitos máximos e características preeminentes do esporte na civilização podem ser pontilhados no trajeto histórico que vai da utilização da força física para satisfazer as necessidades vitais de alimentação e guerras de sobrevivência da espécie humana, depois o exercício atlético e os festivais esportivos sagrados por ritos e significados religiosos, em seguida a educação física codificada nas políticas públicas, canalizada para o ordenamento social interno e a afirmação do sentimento nacional, até a internacionalização de torneios, eventos e organismos esportivos, sua visibilidade, repercussão e conseqüente enredamento por desideratos político-governamentais e interesses empresariais-privados, no quadro das relações internacionais.

Na história das Olimpíadas, a lenda confunde-se com a realidade e os historiadores polemizam sobre a origem e o propósito dos jogos. Possivelmente, as primeiras reuniões olímpicas aconteceram em 1453 a.C., sem configurar festivais esportivos e sim cerimônias religiosas. No período áureo da civilização grega, ocorriam quatro tipos de competições: as Píticas, as Ístmias, as Nemeias e os Jogos Olímpicos, que perduraram e foram realizados de 776 a.C. até 393 da era atual. Esses Jogos foram uma iniciativa de Ífito para celebrar a paz estabelecida com Licurgo, rei de Esparta, em 776 a.C. Seguindo conselho de Pítia, a sacerdotisa que interpretava os oráculos de Delfos, o rei da Élide pretendia a proteção

dos deuses para liberar a Grécia das invasões bárbaras e da peste que assolava o Peloponeso. Desse modo, impregnados de um caráter religioso, os Jogos impunham um “armistício sagrado” que suspendia todas as guerras durante a realização do festival esportivo.

A partir do século II a.C., com a conquista da Grécia pelos romanos, inicia-se o declínio dos Jogos Olímpicos da Antiguidade, principalmente por causa da concepção que os romanos tinham do esporte, uma atividade que interessava mais à plateia que ao atleta, por ser um espetáculo que incluía a chacina de muitos participantes, sobretudo os escravos. Em 393 d.C., os Jogos foram suprimidos por Teodósio I, que era cristão e os considerava pagãos. Cinco anos depois, Teodósio II radicalizou, ordenando a destruição de Olímpia e das instalações esportivas.

Na era moderna, a ideia da restauração dos Jogos Olímpicos, do movimento do olimpismo, pode ser atribuída prioritariamente ao interesse do francês Pierre de Coubertin pelas teorias do pedagogo inglês Thomas Arnold, que confiava ser possível evitar o envolvimento dos jovens com reformas sociais através da prática intensa de exercícios físicos. Para Pierre de Fredi, Barão de Coubertin, manifestações olímpicas internacionais consolidariam a harmonia e evitariam a guerra na Europa, previsível no fim do século XIX. Em 1892, palestrando na Sorbonne, o Barão, então Secretário-Geral da USFSA – União das Sociedades Francesas de Desportes Atlético, decidiu concluir o discurso que proferia sobre os exercícios e os tempos modernos com o surpreendente anúncio de sua intenção de restabelecer logo os Jogos Olímpicos.

No mister de conseguir respaldo político internacional, Pierre de Coubertin embarcou para os Estados Unidos em 1893. Esperava a adesão dos dirigentes universitários norte-americanos ao projeto. No ano seguinte estava na Inglaterra. Debalde foi seu empenho pessoal, pois em nenhum dos dois países Coubertin conseguira despertar entusiasmo imediato pela ideia de reativação das Olimpíadas. Os norte-americanos questionavam a utilidade da recuperação do movimento olímpico e na Inglaterra inexistia receptividade, principalmente porque os ingleses, soberbos por sua insular superioridade atlética, não obstante derrotas em algumas especialidades esportivas, eram reticentes em fiar empresa de um continental pouco representativo.

Enquanto isso, a USFSA decidiu convocar um Congresso internacional em 1894 para estudar a propagação dos princípios do

amadorismo. De substantivo, o programa do Congresso considerava que os encontros internacionais, cada vez mais frequentes, impunham a obrigação de harmonizar percepções e regras relativas à condição do atleta amador. Astutamente, Coubertin logrou acrescentar um último tema de debate “sobre a possibilidade de restabelecer os Jogos Olímpicos”, o que propiciou a nomeação de um Comitê internacional preparatório.

Então, naquela reunião na nova Sorbonne, os representantes nacionais, que em princípio deveriam deliberar sobre conceitos e condições do amadorismo, acabaram sendo induzidos a discutir a renovação dos Jogos Olímpicos. Tão marcante foi a mudança de enfoque e ênfase que o próprio Congresso mudou de nome e converteu-se em um “Congresso para o restabelecimento dos Jogos Olímpicos”. De preferência, o grandioso projeto esportivo ambicionava poder dispor de uma rede de propaganda ampla o bastante para sensibilizar a adesão de muitos países, principalmente os meios para alcançar o mundo universitário transatlântico, através da cooptação do atletismo norte-americano.

Assim, do contagiante entusiasmo e do poder de convencimento dos congressistas resultou a decisão unânime de realizar em Atenas, em 1896, em Paris, em 1900, e a cada quatro anos em outras cidades do mundo, as próximas edições do resgatado ciclo olímpico. O poeta grego Bikelas foi nomeado Presidente de um novo organismo, o Comitê Olímpico Internacional, e Pierre de Coubertin primeiro Secretário-Geral da entidade.

A realização efetiva dos Jogos precisaria superar grandes obstáculos de ordem material. O governo grego tinha dificuldades financeiras e o Primeiro-Ministro Tricoupi levantava oposição à construção do estádio olímpico. Um banqueiro grego que vivia em Alexandria financiou a obra de reconstrução do estádio de Atenas, sobre as ruínas da antiga arena, destruída pelos turcos. Embora parecessem presunçosos na concepção, os primeiros Jogos Olímpicos corresponderam aos objetivos idealizados por Pierre de Coubertin. Na ocasião da reabertura dos Jogos Olímpicos, em abril de 1896, uma multidão de 80.000 pessoas concentrou-se no estádio olímpico de Atenas para assistir à cerimônia inaugural e testemunhar o próprio resgate simbólico de valores cultuados na história da Antiguidade grega.

Às provas atléticas clássicas das corridas e saltos os gregos adicionaram o lançamento de disco, uma reminiscência dos Jogos

antigos, e a maratona, como recordação emblemática de um fato histórico. A realização dessa prova tinha sido instada por um helenista francês, membro do Instituto Michel Breal, que solicitava a Pierre de Coubertin remarcar a lendária façanha do famoso soldado ateniense Filípedes que, em 490 a.C., correu desde Marathon, na Ática, até Atenas, numa distância de 42 quilômetros, para anunciar a vitória de Milcíades sobre os persas. Pela primeira vez, uma organização poliesportiva registrava um êxito apreciável no plano internacional, com a participação de 285 atletas de treze nações competindo em nove modalidades esportivas distintas. Tão promissor princípio não teria, contudo, sequência auspiciosa imediata.

Em 1900, atletas de renome participaram dos segundos Jogos Olímpicos. Entretanto, as competições que se desenvolveram no Bois de Boulogne atraíram somente três mil espectadores. Os Jogos Olímpicos de Paris não conseguiram êxito encorajador porque coincidiram com a Exposição Universal, cuja diretiva não manteve as promessas de apoiar o projeto olímpico com recursos e obras. Essa experiência frustrada de parceria levou Coubertin a observar “que ficava provada a inadequação de permitir que os Jogos coexistissem com algumas das grandes feiras comerciais mundiais, no meio das quais esvai-se o valor filosófico e torna-se inoperante a transcendência pedagógica dos eventos olímpicos”. Desafortunadamente, a imisção comercial parecia muito mais inexorável do que imaginavam os promotores do olimpismo e duas vezes mais, em 1904 e 1908, foi obrigatório suportar, por questão de ordem econômica, o convívio com as exposições universais.

Em Saint Louis, em 1904, os Estados Unidos empalmaram a maioria dos títulos, incluídos os de ginástica, graças a seus campeões de origem alemã. Paralelamente aos Jogos, celebraram-se também umas jornadas esportivas chamadas *Anthropological Days* reservadas para homens não brancos, categorização que incluía turcos e sírios. O fato indignou Pierre de Coubertin pelo patente racismo infenso aos princípios básicos do movimento olímpico.

Nas Olimpíadas estadunidenses, a distância em relação à Europa e nova concorrência com outra feira internacional redundaram numa participação reduzida a somente treze países e numa diminuta assistência, porque o público preferira os espetáculos de rodeios ligados ao evento comercial.

Em Londres, em 1908, os bem preparados Jogos Olímpicos tiveram de acomodar a onda de protestos das diversas delegações porque todos os árbitros eram ingleses e adotavam suas próprias regras, muitas vezes discrepantes dos regulamentos esportivos internacionais. Exasperações políticas decorreram da recusa da Irlanda em ceder a totalidade de seus atletas à Grã-Bretanha e da negativa da Rússia em permitir que a Finlândia, então seu Grão-ducado, tivesse representação própria. O mérito das Olimpíadas de Londres foi conseguir reunir, até então, o maior número de nações e de competidores, inclusive mulheres. Cerca de dois mil atletas em representação de 22 países.

Em Estocolmo, em 1912, os suecos fizeram os primeiros Jogos Olímpicos realmente estruturados e organizados da Era Moderna. A sede olímpica proporcionou melhores instalações aos concorrentes e a principal novidade consistiu na instituição de concursos artísticos paralelos de arquitetura, literatura, música, pintura e escultura. O número de participantes foi recorde: mais de 2.500 atletas, representando 28 países, na disputa de quinze esportes.

Nas Olimpíadas de Estocolmo, em 1912, já era possível farejar a pólvora da Primeira Guerra Mundial, que acabou eclodindo em 1914. Por causa do conflito, os Jogos de 1916 foram suspensos. Deveriam ser disputados em Berlim, àquela altura mais preocupada em traçar estratégias militares contra Rússia, França e Inglaterra do que propriamente montar competições e táticas esportivas. Nesse clima de tanta perturbação e conflito, o Barão de Coubertin resolveu mudar o Comitê Olímpico Internacional para a neutra Suíça, país onde fixou sua sede permanente.

A guerra entretecia o cenário político e o cotidiano na Europa. A Alemanha conflitava com a Rússia e mantinha um litígio simultâneo com França e Inglaterra, enquanto o Império Austro-Húngaro armava-se pesadamente contra a Sérvia e a Rússia.

Nesse turbilhão de rivalidades e na iminência de uma conflagração mundial, o Barão de Coubertin descortinou razões suficientes para manter os Jogos na Europa e escolheu Estocolmo como sede. Preconizava que fossem os Jogos da Paz e representassem um antídoto paralisante da animosidade. As Olimpíadas foram um sucesso comemorado mundialmente, mas a guerra estourou dois anos depois, em 1914. Como visto, pela sequência programada, Berlim seria sede das Olimpíadas de

1916, mas as competições foram sufocadas pelo enredo superveniente da Primeira Guerra Mundial.

Foi da Suíça, – depois que a guerra devastara 8,4 milhões de vidas e o tratado de paz fora assinado em 1918 –, que o Barão ordenou a realização das Olimpíadas de 1920 na Antuérpia, cidade do norte da Bélgica. A eleição do território belga, um dos primeiros invadidos no conflito, tornou-se um gesto simbólico pela paz. Outro simbolismo palpável foi a criação do Pavilhão olímpico, proposto pelo Barão de Coubertin em 1914, e composto por cinco aros entrelaçados, pintados no azul da Europa, no amarelo da Ásia, no negro da África, no verde da Oceania e no vermelho das Américas, cores que representam todas as nações porque pelo menos uma delas figura na bandeira de qualquer país.

A realização dos Jogos da Antuérpia foi dificultosa. A guerra também depauperara os cofres belgas e o estádio principal, de 30 mil espectadores, não pôde ser terminado. Os alojamentos ficaram pela metade e até a prova da maratona deixou de ser realizada, embora por motivos diversos, posto que os organizadores não queriam repetir na Bélgica os mesmos escandalosos favorecimentos e indisfarçáveis patriotadas de maratonas anteriores. Pelos resquícios, resultados e responsabilizações da Primeira Guerra, Alemanha e Áustria não foram convidadas e a União Soviética não mandou representantes. No total, participaram aproximadamente 2.600 atletas de 29 países para disputar vinte modalidades esportivas.

Os VII Jogos Olímpicos de 1924 foram realizados novamente em Paris, que queria remissão do fracasso dos Jogos de 1900. Pela primeira vez ocorria repetição de sede e o evento foi realmente sucesso de público e de participação esportiva. Participaram 44 países representados por mais de 3.000 atletas, com o número recorde de 290 mulheres. Na época, o Barão de Coubertin consolidou o Comitê Olímpico Internacional, então recheado de nobres, e conseguiu que sua Paris se recuperasse das falhas da edição olímpica anterior. O Barão tomou outras decisões, entre elas, a de que as mulheres estavam oficialmente convidadas a participar das Olimpíadas, mera convalidação protocolar porque na prática atletas femininas já tinham inclusive conquistado medalhas em concursos esportivos anteriores.

Os VIII Jogos Olímpicos em Amsterdã, em 1928, garantiram o futuro das Olimpíadas, por vários motivos. Principalmente: a grande importância e cobertura dada à competição pela imprensa internacional,

os números recordes de 46 países e quase 3.300 atletas inscritos, a maior imparcialidade dos juízes, que podiam ratificar e retificar decisões com o auxílio de filmagens em câmara lenta, e o maior equilíbrio do quadro de medalhas, com mais países repartindo os lauréis dourados no pódio.

Outra reticência do Barão de Coubertin era vencida nos Jogos de Amsterdã: o rigorismo em defesa do princípio amador absoluto foi cinicamente contraditório e contrariado. Os astros do tênis foram proscritos porque presenteados com raquetes e bolas de multinacionais e os atiradores também foram banidos porque usavam armas e munições fornecidas por firmas comerciais. Contraditoriamente ao apregoado amadorismo, o próprio Comitê Olímpico, como não recebera o ansiado aporte de recursos do governo holandês, tampouco teve qualquer inibição de recorrer ao patrocínio financeiro de uma multinacional de cosméticos.

Como a França em 1924, os Estados Unidos também puderam recuperar prestígio em 1932. Ao contrário dos primeiros Jogos norte-americanos de 1904, em Saint Louis, as X Olimpíadas, em Los Angeles, em 1932, foram de fato exitosas. Muito bem organizado e com grande assistência popular, o festival olímpico nos Estados Unidos logrou rebater as críticas antes assacadas contra o Comitê Olímpico Internacional por este ter escolhido uma sede fora da Europa. A crise econômica grassava e a participação de muitos países estava ameaçada. Os organizadores norte-americanos tiveram então a ideia, depois sempre rotinizada, da construção de uma Vila Olímpica onde os atletas podiam hospedar-se e comer por US\$ 2 diários, um subsídio importante para garantir a presença significativa das equipes internacionais. Mesmo assim, os efeitos da quebra da Bolsa de Nova York em 1929 ainda repercutiam no mundo e poucos países tiveram condições de custear as longas viagens de suas delegações até Los Angeles. Somente 38 países participaram, representados por cerca de 1.500 atletas. O sucesso de público, porém, foi incontestável, com o registro da frequência diária de 65 mil pessoas no *Coliseum* e no *Rose Bowl* e de um milhão de pessoas nas ruas para acompanhar a prova da maratona.

Em Berlim, em 1936, o ditador Adolf Hitler presenciou a impugnação de suas teorias de supremacia nacional e racial, que só seriam vencidas definitivamente nove anos e muitos sacrifícios de guerra depois. No cenário político da época, a Itália fascista de Mussolini invadira a Etiópia pouco antes dos Jogos, em 1935, e, um ano depois das Olimpíadas

de Berlim, um bombardeio alemão massacrou Guernica, cenário de devastação captado em painel de Pablo Picasso. Enquanto, nas telas, Charles Chaplin criticava com verve a mecanização e a insensibilidade das leis econômicas dos *Tempos Modernos*.

No verão de 1933, Hitler retirou a Alemanha da Liga das Nações. Os Jogos Olímpicos, um grande festival cultural onde estilo e espírito predominavam, poderiam desviar a atenção do mundo daqueles conflitos políticos internacionais. Berlim vislumbrava a sede dos jogos como oportunidade para desativar o criticismo mundial contra suas políticas domésticas, como a alarmante perseguição aos judeus que gerava controvérsia internacional.

A sede fora escolhida pelo COI, em 1931, dois anos antes da ascensão de Hitler ao poder, e não poderia ser mudada. Os jogos foram grandiosos, com a presença de cinquenta países e quase 5.000 atletas, dos quais 328 mulheres, todos números recordes. Pela primeira vez, a tocha olímpica foi levada de Atenas para a sede dos Jogos numa viagem que durou onze dias e foi revezada por atletas de sete países.

Os suntuosos Jogos projetavam demonstrar a superioridade da raça ariana. O estádio, erguido especialmente para as Olimpíadas de Berlim pelo Partido Nacionalista Alemão, exibia nas tribunas de honra o Führer Adolf Hitler e o comando de líderes nazistas, enquanto nas arquibancadas 100 mil espectadores brandiam cartazes da suástica. A hostilidade racial ficou patente quando o Ministro da Propaganda, Goebbels, chamou os atletas negros norte-americanos de “auxiliares africanos”. Hitler e Goebbels, que faziam aparições e demonstrações xenófobas nos Jogos, estavam eles próprios na plateia que assistiu ao negro norte-americano Jesse Owens vencer as principais provas de atletismo, sempre batendo rivais arianos, recordes mundiais e olímpicos e impondo assim humilhação pública ao nazismo.

Os Jogos Olímpicos de Berlim em 1936 simbolizam a conclusão do período formativo da história das olimpíadas modernas. Frustrados por sua exclusão dos jogos de 1920 e 1924 e tendo saído da Liga das Nações, a Alemanha e o novo governo de Adolf Hitler escolheram usar o festival olímpico como palco para ostentar ao mundo a força e o vigor da nova ordem. Quando forças antinazistas objetaram a promoção germânica e pediram que o Comitê Olímpico Internacional retirasse os jogos de Berlim, o COI precisou reconfigurar seus próprios padrões: na prática, o

COI excluía a Alemanha dos Jogos Olímpicos por insistência dos países aliados; agora, o organismo pretendia alargar sua base internacional, salientar seu próprio protagonismo político e essencialmente validou o regime de Hitler.

Depois dos Jogos de Berlim, ocorreu o mais acerbo período para a história das Olimpíadas. O prócer do olimpismo, o Barão de Coubertin, morreu em 1937, Tóquio, que devia ser a sede das XII Olimpíadas, em 1940, desistiu e a Finlândia, segunda opção, foi invadida pelas tropas soviéticas, que bombardearam as bases do futuro estádio olímpico. Nesse quadro de instabilidade política mundial, não foi possível cogitar realizar também os XIII Jogos em 1944, freados por outra Guerra Mundial.

Depois de doze anos de paralisação, as Olimpíadas voltaram a ser disputadas em 1948, em Londres, cidade que ainda exibia vestígios dos bombardeios da Segunda Guerra Mundial. Apesar de muitos países ainda se ressentirem dos efeitos da guerra, a participação foi recorde: 59 países e quase cinco mil atletas. Os XIV Jogos ficaram desfalcados de três países importantes: Alemanha e Japão não foram convidados e a União Soviética não compareceu. Os italianos foram admitidos com reservas.

Nas próximas Olimpíadas, em Helsinque, em 1952, o acontecimento mais marcante quanto à integração do movimento olímpico seria o reaparecimento dos desportistas da União Soviética, embora a Rússia Czarista tivesse participado já em 1912 dos Jogos de Estocolmo. A participação pioneira e pálida da antiga Rússia naquelas competições refletia o então baixo perfil do esporte na sociedade russa. À época, quando a opinião pública russa propôs a realização de Olimpíadas no país, São Petesburgo e Moscou rejeitaram a construção do estádio olímpico e o Prefeito moscovita, Goutchkov, declarou que “nada de bom podia resultar da ideia de desenvolver o esporte”.

Em Helsinque, a presença da União Soviética representou novidade na área política porque passou a fazer resvalar a Guerra Fria para o terreno do esporte. Na abertura das competições, os dirigentes soviéticos prepararam um enorme painel de resultados, instalado na praça principal de sua Vila Olímpica, para provar e visibilizar superioridade na conquista das medalhas. O placar foi desmontado logo depois das primeiras provas de pista, em que os Estados Unidos ganharam a maioria dos prêmios dourados do atletismo. Pela primeira vez uma Olimpíada refletia, nas próprias competições atléticas, medições comparativas de regimes

políticos, rivalizando marcas esportivas sublimes e pretensas virtudes capitalistas e comunistas.

A Finlândia, sempre alvo e rota de conflitos no continente europeu, conseguia finalmente realizar uma Olimpíada, com sucesso aferido pelo número recorde de 67 países representados por quase cinco mil atletas. Quarenta anos depois de Estocolmo, e somente um ano após a fundação do Comitê Olímpico Soviético, os atletas da União Soviética tiveram participação protagônica e ficaram em segundo lugar no quadro geral de medalhas, secundando os campeões Estados Unidos.

As razões desse estrondoso ingresso soviético no concerto esportivo mundial eram devidas, segundo opinava Raymond Boisset, catedrático de Letras, em série de artigos no jornal francês *L'Équipe*, em 1959, “não ao fato de que na União Soviética o movimento esportivo estivesse dirigido e controlado pelo Estado, mas sim à sua organização dentro do marco e com o apoio das organizações profissionais e dos organismos sindicais”.

A nota essencial do desporto soviético era, pois, seu caráter de massificação. Já nos primeiros anos do poder derivado da Revolução Soviética, abriram-se em Petrogrado cursos para a formação de monitores de cultura física. Tais cursos, ministrados com mais regularidade e quantidade em Moscou, originaram o Instituto Central de Cultura Física. A procriação encadeada de mais quinze Institutos e 47 Faculdades de Educação Física traduzia a importância que o poder central passava a atribuir ao movimento esportivo. Entre as originalidades do esporte soviético, eram distinguíveis as escolas esportivas para crianças, os certificados de determinação do nível físico dos jovens esportistas, denominados “*GTO, Preparados para o Trabalho e a Defesa*”, e os diplomas de mestrado em esportes.

Novos problemas políticos caracterizariam a realização dos XVI Jogos Olímpicos em Melbourne, Austrália, em 1956, os primeiros Jogos disputados no Hemisfério Sul, evento ao qual compareceram mais de três mil atletas de 67 países. O ano de 1956 foi marcado politicamente pela invasão da Hungria por parte da União Soviética e pela crise no Canal de Suez. No cenário esportivo, poucos dias antes das Olimpíadas, a China abandonou o COI, chamando de volta sua Delegação, porque a representação de Formosa também estava prevista participar. Tais dissensões cercearam a participação de equipes atléticas nacionais e deslustraram o brilhantismo técnico das Olimpíadas. O destaque

foi a União Soviética, que desta vez superou os Estados Unidos na contabilidade das medalhas olímpicas, triunfo que também significava vitória política e triunfo de propaganda ideológica.

Em Roma, em 1960, pela primeira vez, os Jogos Olímpicos transformaram-se num portentoso espetáculo de massa transmitido mundialmente. Os XVII Jogos, que tiveram cobertura televisiva para vários países, foram realizados num clima político relativamente desanuviado e puderam produzir uma competição atlética de alto nível e de alta visibilidade, começando a consolidar a colocação mercadológica das Olimpíadas.

Os XVIII Jogos Olímpicos, em Tóquio, em 1964, foram ainda mais custosos e bem organizados que os de Roma. Menos de vinte anos depois do fim da Segunda Guerra Mundial, o Japão pôde reunir condições para investir US\$ 2 bilhões no maiúsculo acontecimento esportivo internacional. Pretendeu mostrar sua meticulosidade e seu autodesenvolvimento tecnológico, embrionários da futura superpotência econômica. O esforço de mobilização nacional em torno do esporte objetivava exibir ao mundo a reconstituição da imagem de povo sério e confiável, ainda comprometida pelo reflexo da Segunda Guerra Mundial, e a pujança de sua renovada sociedade. Os focos de instabilidade política rarearam e as Olimpíadas de Tóquio, que acolheram a participação recorde de mais de cinco mil atletas de 94 países, foram chamadas de os “Jogos Felizes”, felizes principalmente para o Japão, que usufruiu de importantes ingressos de turistas e de investimentos, retornos comerciais e ganhos de projeção externa.

Ao contrário das Olimpíadas de Tóquio, faltou paz nos XIX Jogos Olímpicos do México, em 1968, apesar da participação recorde, pela primeira vez, de mais de 100 países representados por cerca de seis mil atletas. Ocorreram muitas falhas organizacionais dos administradores e protestos estudantis mexicanos reclamavam dos gastos, enquanto minguava verba para o ensino público. O ar rarefeito da altitude do México também foi afetado por outros ventos e aromas políticos. Uma convulsão social transtornava o mundo no final dos anos sessenta. Estudantes tomavam as ruas de Paris, a União Soviética invadia a Tchecoslováquia na Primavera de Praga, os Estados Unidos guerreavam onerosamente no Vietnã e o ódio racial culminava com o assassinato do líder negro Martin Luther King. No México, os estudantes insatisfeitos

instigaram permanentemente contra a realização dos Jogos e a privação de recursos para programas educacionais. Para arrematar, o Presidente do COI, Avery Brundage, defendeu a readmissão da África do Sul, que fora banida dos Jogos desde 1960 devido à lei racial discriminatória do apartheid. Irados atletas negros norte-americanos, influenciados pelo movimento do *Poder Negro* que insuflava protestos nos Estados Unidos, ameaçaram não competir. Ante igual recusa da União Soviética e de alguns países africanos, Brundage foi forçado a prorrogar o expurgo esportivo da África do Sul. O Comitê Olímpico Internacional manteve a proibição da participação sul-africana, mas os negros norte-americanos protestaram mesmo assim e, a cada vitória, no pódio de premiação, erguiam o punho com uma luva negra. Era o movimento *Black Power* de repúdio à discriminação racial, sobretudo no sul dos Estados Unidos, que encontrava tablado ampliado para exhibir a causa internacionalmente.

O fato marcante das XX Olimpíadas, em Munique, em 1972, foi o assassinato de onze atletas israelenses por um grupo de guerrilheiros palestinos. Enquanto o noticiário político internacional devotava cobertura maciça ao envolvimento do Presidente Richard Nixon no escândalo Watergate nos Estados Unidos, oito encapuzados com bolsas de atleta à mão pularam o alambrado da Vila Olímpica, mataram e sequestraram membros da Delegação israelense. A notícia do ataque do *Setembro Negro*, integrante do *Al Fatah*, braço armado da OLP – Organização para a Libertação da Palestina, passou a monopolizar a imprensa internacional. Os árabes exigiam de Israel a libertação de mais de duzentos presos políticos e a garantia de que o grupo e sequestrados saíssem da Alemanha em voo direto para qualquer país árabe que não fossem Jordânia e Líbano. As Olimpíadas pela primeira vez foram interrompidas e ficaram paralisadas por trinta e quatro horas, enquanto nervosas e atropeladas negociações revoloteavam.

A Primeira-Ministra de Israel, Golda Meir, negou-se a atender às exigências dos palestinos, mas um aparente acordo foi costurado entre o Comitê Olímpico Internacional, a polícia alemã e os agressores. Os alemães providenciaram dois helicópteros que conduziriam o grupo de terroristas e sequestrados a uma base aérea, para embarque. O plano armado, porém, incluía o estratagema de camuflar atiradores de elite que, à chegada do grupo à base aérea, desencadearam tiroteio e lançamento de granadas, provocando, no

final, a morte de um policial, cinco sequestradores e todos os reféns israelenses.

O ataque à Vila de Berlim, o primeiro da história perpetrado diretamente contra atletas de uma Delegação nacional olímpica, feria profundamente o ideal do olimpismo, um sentimento de pacificação internacional pelo esporte que conseguira passar ileso por duas Guerras Mundiais e que agora os militantes do movimento *Setembro Negro* utilizavam para visibilizar objetivos políticos.

A instrumentalização política do cenário olímpico repetiu-se nos Jogos de Montreal, em 1976. Os países africanos recusavam-se a participar em protesto contra a Nova Zelândia, que mandara time de rugby jogar na penalizada África do Sul, do segregacionista apartheid. A China também ficou reclusa, ainda por causa da aproximação do Comitê Olímpico Internacional com Formosa.

Concentrado na realização dos Jogos, o Canadá realizou o maior investimento até então aplicado a um evento esportivo. Por volta de 1973, o preço do barril de petróleo triplicou no mercado internacional e o Comitê Organizador de Montreal, que não previra e não quantificara os efeitos da alta do combustível na economia canadense, manteve a execução das obras de infraestrutura programadas. Como consequência, o governo provincial de Quebec teve de suportar um rombo de aproximadamente US\$ 1 bilhão, que levaria, aliás, quase uma década para ser quitado.

A partir das XXI Olimpíadas, em Montreal, em 1976, a palavra boicote virou verbete no dicionário olímpico e seria também muito repetida nas duas competições seguintes. Os países africanos, com exceção de Tunísia, Senegal e Costa do Marfim, decidiram não ir aos Jogos em protesto pela inclusão da Nova Zelândia, país que continuava indiferente à participação de suas equipes de rugby em torneios na África do Sul. Depois de sucessivos recordes em quatro olimpíadas, reduziu-se o número de atletas e de países participantes.

Nas XXII Olimpíadas de Moscou, em 1980, pela segunda vez consecutiva, um boicote prejudicou o movimento olímpico, com a característica de que, dessa vez, as superpotências protagonizavam diretamente a peça político-esportiva. Os Estados Unidos não mandaram sua Delegação em represália à invasão soviética ao Afeganistão, em 1979. O Presidente norte-americano Jimmy Carter conseguiu arregimentar o apoio de 64 países ao embargo esportivo, mas poucos eram realmente

competitivos, com exceção de Alemanha Ocidental, Japão e Canadá. Participaram 84 países, embora dezoito, como a Grã-Bretanha, não desfilassem seus símbolos nacionais.

Os soviéticos responderam à sanção norte-americana quatro anos depois e embargaram os Jogos em Los Angeles, em 1984. Do Bloco Socialista, apenas a Romênia compareceu. A justificativa oficial da URSS foi uma suposta “campanha antissoviética lançada por setores reacionários dos EUA em conivência com as autoridades”. A carta de justificativa enviada ao Comitê Olímpico Internacional continha até a insinuação de que os atletas corriam risco de atentados, sequestros e subornos para exílio em Los Angeles.

O Politiburo do Partido Comunista Soviético reciprocou o boicote olímpico em Los Angeles-1984, mesmo com a esforçada e provada vontade de cooperação do Departamento de Estado norte-americano que aprovara a autorização de voos da companhia Aeroflot para a capital da Califórnia e de atracamento de embarcação soviética no Porto de Long Beach, mas que se recusara a garantir a repatriação de possíveis exilados soviéticos durante os Jogos Olímpicos. O boicote, ou a “não participação”, da URSS provavelmente influenciou a decisão da FIFA de outorgar à Itália e não à União Soviética a Copa do Mundo de 1990, embora a imprensa soviética creditasse a preterição aos impostos interesses comerciais da Coca-Cola e da televisão ocidental.

Mesmo assim, um número recorde de 141 países compareceu aos Jogos, disputados por 7.800 atletas. A competição foi um show capitalista. Pela primeira vez, uma Olimpíada era quase totalmente financiada pela iniciativa privada e os negócios, por exemplo, das campanhas publicitárias que atingiram mais de 2,5 bilhões de telespectadores, produziram lucro estimado em US\$ 15 milhões.

A seguir, as Olimpíadas de Seul em 1988 foram rotuladas de os “Jogos da Confraternização” e de Olimpíadas da *glasnost* porque, depois dos boicotes duelados por soviéticos e norte-americanos nas edições anteriores de Moscou em 1980 e Los Angeles em 1984, as duas superpotências esportivas voltavam ao enfrentamento e ao convívio num mesmo evento olímpico.

Em Barcelona, em 1992, as polêmicas anacrônicas sobre ideologias políticas, entre capitalismo e comunismo, estavam já superadas pela nova ordem mundial, que impunha a prevalência da economia de mercado,

da eficiência produtiva, da vantagem competitiva e da qualidade total. À divisão ideológica sucedeu um mundo que se pretendia único e globalizado num megamercado. Igualmente no esporte vigoravam grandes negócios do grande mercado, como a pasteurização invasiva das campanhas de marketing multinacional e a exploração mundial dos direitos televisivos. No plano político, a União Soviética, a maior potência olímpica do pós-guerra, estava pulverizada. Doze de suas ex-Repúblicas participaram dos Jogos com uma Delegação unificada sob a bandeira da fictícia e efêmera Comunidade dos Estados Independentes, um conglomerado de deserdados do Império Soviético. Com a superação do antagonismo ideológico direto e a supressão do duelo esportivo bipolar, restou uma única superpotência também na esfera esportiva, os Estados Unidos. À falta de rivais parelhos, o resultado, então flagrante em Barcelona, foi que as disputas das delegações esportivas nacionais, antes destacadas pela rivalidade olímpica entre URSS e EUA, acabariam algo opacificadas pelos “guerreiros dos negócios”, transnacionais do esporte como Nike e Reebok que fatiavam, por exemplo, o patrocínio do time de basquete norte-americano e, indiscriminadamente, de modalidades diversas de diferentes países. Assim, em vez do país premiado no pódio olímpico, aparecia com mais notoriedade a vitória da empresa multinacional patrocinadora.

Repetindo o esquema adotado doze anos antes em Los Angeles, Atlanta também preparou a total privatização dos Jogos Olímpicos de 1996. Escorada na tradição e vigor de seu setor empresarial, sede da rede de televisão CNN, da Coca-Cola e da Delta Airlines, a cidade tratou as Olimpíadas como um grande empreendimento comercial.

Para disciplinar um pretense comando econômico do esporte, o Comitê Olímpico Internacional, que admite e até advoga o envolvimento empresarial na promoção dos eventos esportivos de massa, passou a preconizar restrições a essa comercialização excessiva ou exclusiva, com a volta das garantias financeiras e institucionais dos governos. Já em Sydney, em 2000, o governo da Nova Gales do Sul encarregou-se da construção da Vila Olímpica, de todos os estádios, instalações, facilidades desportivas e também de parte da publicidade institucional.

O reaparelhamento e a remodelação da sede olímpica australiana provaram o engajamento, hoje imperioso, dos setores político-governamentais, empresariais e informativos na tarefa de realizar e

explorar produtivamente as Olimpíadas, o acontecimento de maior visibilidade da agenda internacional. Desde a fase de apresentação da candidatura de Sydney, o governo australiano empregou comitivas políticas e representações diplomáticas no exterior para garantir a vitória do pleito. Internamente, a interação de autoridades administrativas, de amplos segmentos da sociedade civil e da opinião pública australiana resultou em empresas de arrojada realização e na mobilização do sentimento nacional: simbolicamente, “a noite em que Cathy Freeman, descendente de aborígenes, venceu os 400 metros rasos nas Olimpíadas de Sydney, em setembro, entrará para a História como um dos raros instantes em que a política e o esporte andam de mãos dadas para produzir um episódio mágico. A ovação no Estádio Olímpico soou como um grito de liberdade para as minorias australianas” (“A magia do esporte”, Revista Época, Editora Globo, Janeiro de 2001). Representava para a Austrália, inclusive, quanto à integração racial, um reparo da sistemática marginalização dos aborígenes e da tibia tentativa de inclusão dos nativos australianos nos esportes, especificamente no boxe e no críquete, que não puderam prover oportunidades de mobilidade social e redenção de pobreza, à diferença da experiência dos negros norte-americanos. Na Austrália, desde a época colonial, a presença dos nativos ancestrais fora desprezível pela associação que o retido Reinado Vitoriano impunha entre participação esportiva e valores de civilidade, o que por definição excluía os aborígenes.

Antes dos Jogos Olímpicos de Berlim, Pierre de Coubertin lançou mensagem intitulada *Os Fundamentos Filosóficos do Olimpismo Moderno*, na qual precisou as noções fulcrais contidas na ideia olímpica: “A primeira característica essencial, tanto do olimpismo antigo como do olimpismo moderno, é o fato de que seja uma religião. Cinzelando seu corpo com o exercício, como faz o escultor com a estátua, o atleta antigo honrava os deuses. Fazendo o mesmo, o atleta moderno exalta sua pátria, sua raça, sua bandeira”... “A segunda característica do olimpismo é o fato de ser uma aristocracia, uma elite; porém, bem entendido, uma aristocracia de origem totalmente igualitária, posto que determinada somente pela superioridade corporal do indivíduo e por suas possibilidades musculares multiplicadas, até certo ponto, por sua vontade de treinamento”.

A história reduziria à mera utopia alguns ideais dos organizadores dos jogos. Já em 1896, a Alemanha ameaçou não participar de uma

competição iniciada por um francês. Esta terá sido a primeira injunção política que incluiu boicotes esportivos e refregas políticas entre países rivais, como Coreia do Sul e Coreia do Norte, quando das Olimpíadas de 1988, e, de novo, com os mesmos protagonistas, por ocasião das negociações preliminares referentes à organização da Copa do Mundo de Futebol de 2002.

No contexto político internacional contemporâneo, os espetáculos esportivos de massa e os eventos universais do esporte, como as Olimpíadas, puderam exhibir e ecoar a vastidão e a complexidade de interesses em jogo. Peças políticas manifestadas em cenários esportivos incluem encenações visíveis no tablado e operações de bastidores, como gestões políticas e tratativas diplomáticas para sediar Olimpíadas e torneios de cobertura mundial. As oportunidades promocionais, inclusive de propaganda estatal institucional, e os resultados financeiros do *sport-business* polarizam o interesse de governos, empresas públicas e corporações transnacionais, que rebocam volumosos recursos econômicos pelo vínculo esportivo. Reconhecidamente, a indústria do esporte avulta, junto à produção petroquímica, indústrias armamentista, automobilística e turística, como importante fonte de riqueza da economia mundial.

Capítulo III

Eventos e Manifestações Esportivas, Propaganda Estatal e Instrumentalização Política do Esporte

Nesta unidade, a título de pretendido aporte à historiografia diplomática de tema algo inovador, caberia introduzir o contexto maior de situações que comprovam a utilidade e a efetiva utilização do esporte, por empresas e governos, como plataforma promocional, suas derivadas e às vezes determinantes interconexões políticas. Procedem, então, ilustrativamente, relatos e considerações críticas a exemplos como os denominados *Goodwill Games* na União Soviética, o dirigismo esportivo na Alemanha comunista, a política internacional de esportes da China, a projeção de imagem esportiva externa de Cuba e o emprego do instrumental de caráter desportivo pelos poderes públicos na África do Sul. Seguem maior abordagem e avaliação desses casos relacionados de esporte e política internacional.

GOODWILL GAMES E URSS. Marcantemente, a burocracia desportiva soviética instalara-se na década de cinquenta, quando a Guerra Fria abrigava disputas acirradas também nos principais palcos do esporte, como as Olimpíadas. Naqueles anos, o governo comunista investiu milhões de rublos em programas de desenvolvimento esportivo escolar e na formação de atletas de alto nível. Os dirigentes admitiam abertamente o esporte como instrumento de propaganda ideológica. O então Secretário-Geral do Comitê Olímpico da União Soviética, Piotr Sobolev, apregoava que “o esporte será uma arma na luta pela paz e

na promoção da amizade entre os povos”. A extensão do pensamento significava, naturalmente, a utilização a propósito do esporte para denotar as virtudes e vantagens do regime político.

No Estado soviético partidário e centralizado, o Partido Comunista e, àquela altura e em última instância, o próprio Josef Stálin controlavam todas as decisões em assuntos internacionais. Para os ideologistas do Partido, o esporte de massas servia ao propósito de produzir melhores soldados e trabalhadores para o Estado. Os oficiais soviéticos instituíram sistema de premiação para atletas de elite que estampavam os triunfos do sistema no circuito e nos contatos internacionais. Em 1945, por exemplo, dirigentes de futebol da URSS responderam afirmativamente ao convite de enviar time nacional à Inglaterra, numa turnê precursora qualificada por historiadores soviéticos como uma “janela para o Oeste”⁽¹⁾.

Entretanto, desde o início dessa ofensiva (político-esportiva), a União Soviética também tentou impor condições à sua participação no cenário esportivo internacional. Em 1947, as autoridades soviéticas anunciaram a disposição de pronta filiação à Federação Internacional de Esportes Atléticos e à Federação Internacional de Luta Livre, mas reivindicaram: o reconhecimento do russo como língua oficial das Federações esportivas, o credenciamento de representante soviético na Junta Executiva de cada organismo e a saída da Espanha de Franco daquelas duas Federações.

Os líderes do COI acederam submeter as exigências soviéticas aos Conselhos Governadores das referidas Federações, mas rechaçaram de plano ataques à filiação da Espanha aos “inteiramente apolíticos” órgãos. A outra demanda soviética importante também resultou desqualificada pela montagem de enredo elaborado. Conforme orquestrado previamente pelo Presidente do COI, durante reunião da Federação de Esportes Atléticos, o Delegado da Espanha pediu a palavra para postular que o espanhol fosse considerada língua oficial da federação e, quando o Delegado egípcio requisitou igual tratamento para o árabe, a questão de pretendida designação de línguas oficiais foi arquivada. Jogos de cena à parte, a URSS foi incorporada.

Os líderes soviéticos trataram o ingresso do país na família olímpica como um reconhecimento da importância do Estado comunista e de seu papel positivo nas relações internacionais. Aduziram que o COI havia cedido à pressão da opinião pública mundial em favor do convite à URSS para aderir ao movimento olímpico, como prova de apreciação

dos serviços prestados pela União Soviética à promoção da educação física, do esporte e da paz internacional.

Nas Olimpíadas de Helsinque em 1952, a União Soviética participaria já com numerosa e qualificada Delegação, disposta a provar ao mundo as excelências do comunismo. Os soviéticos chegaram a dispensar a Vila Olímpica. Pretendiam fazer uma ponte aérea entre a capital finlandesa e Stalingrado, atual São Petesburgo, situada a 300 quilômetros de distância, na margem oposta do Golfo da Finlândia, para realizar o transporte diário de seus atletas. Desistiram do plano ostentatório, mas exigiram e obtiveram uma Vila particular, que acolheu também as Delegações dos satélites socialistas Bulgária, Hungria, Polônia, Romênia e Tchecoslováquia. A Vila erguida em Otaniemi, uma base naval soviética em território finlandês às margens do Mar Báltico, era cercada de arame farpado e espetada de postes com imensas bandeiras vermelhas e gigantescos pôsteres de Stálin. O acampamento comunista exibia na praça central um placar que computava e comparava os resultados olímpicos da União Soviética e dos Estados Unidos. Contudo, quando anteciparam que a contagem das marcas esportivas seria favorável aos representantes do “imperialismo”, os soviéticos desmontaram subitamente o painel.

As Olimpíadas de Helsinque foram, aliás, no geral, uma arena esportiva que serviu de palco para a apresentação sequencial de peças políticas. Já no desfile de abertura, os russos, antigos dominadores da Finlândia e que haviam proibido o país de desfilar com Delegação e bandeira próprias nas Olimpíadas de 1908, foram aplaudidos elegantemente pela plateia de 70 mil finlandeses, relevadas as agressões do velho opressor. O plano Marshall já permitira recuperação econômica paliativa da Europa, enquanto a Cortina de Ferro dividia politicamente o mundo em partes estanques.

Na URSS, a valorização da cartilha esportiva para a catequese de massas, afirmação e propaganda do regime há muito resultara na formação de um esporte estatal, por vezes militarizado. O regime soviético pretendia então, também com proezas esportivas, provar virtudes em vários campos e cenários, principalmente no internacional. Nítida ilustração da dualidade político-esportiva pôde ser distinguida quando a rivalidade atlética entre URSS e EUA, então potência desportiva máxima, foi intensificada colateralmente pelo lançamento pioneiro do satélite Sputnik, canalizando assim, para o esporte, a frustração provocada nos

norte-americanos, sequiosos de competições e compensações morais e patrióticas. Era preciso e possível um trunfo na mão e não no espaço. Como vencer os atletas militares soviéticos em competições esportivas servia ao governo e sossegava a opinião pública quanto à supremacia capitalista, os Estados Unidos forçavam a realização de confrontos atléticos com a União Soviética. O clima de confrontação entre Estados Unidos e União Soviética, Ocidente e Leste, capitalismo e comunismo, marcará acentuadamente, por décadas, os destinos da humanidade e transparecerá também em cada prova das próximas Olimpíadas, até a oclusão da então quimera socialista.

Tempos depois das mais claras e frontais competições, o antagonismo ideológico ainda seria ademais foco e fator de situações inusitadas. O esporte, seu significado de prática atlética competitiva entre nações e, mais importante, suas repercussões políticas e comerciais tentaculares semearam a impensável e quase impraticável parceria entre um multimilionário capitalista norte-americano, Ted Turner, czar das comunicações e magnata da superestação WTBS, e a cúpula comunista da antiga União Soviética. O empreendimento conjunto, grau superlativo de associação empresarial, governamental e esportiva, culminou na realização em Moscou, em 1986, dos Jogos da Amizade, os *Goodwill Games*, também rotulados de *Made-for-TV Games*, inspirados na origem pelo desejo de simbolizar então o décimo aniversário do último enfrentamento olímpico entre Estados Unidos e União Soviética, ocorrido nas Olimpíadas de Montreal, em 1976.

O confronto atlético das duas superpotências esportivas fora proscrito nas Olimpíadas imediatamente subsequentes, de Moscou, em 1980, em razão do boicote decretado pelo Presidente norte-americano Jimmy Carter para punir a intervenção militar soviética no Afeganistão, e de Los Angeles, em 1984, pela desforra de Leonid Brézhnev, que calçou seu embargo esportivo em várias desculpas ligeiras, como a falta de segurança da cidade, a ameaça à integridade física dos participantes, a incitação ao exílio de dissidentes e até a danosa poluição do ar no conurbano californiano.

A imprensa soviética qualificou os Jogos da Amizade como exemplo de cooperação antecipada. O periódico *Sovietskii Sport* enfatizava a dimensão política do festival esportivo atribuindo ao “importante evento significado internacional que serviria à causa do fortalecimento

da paz e do desenvolvimento de vínculos amistosos entre a juventude do planeta no espírito das conversações de Genebra entre o Presidente dos Estados Unidos Ronald Reagan e o Secretário do Partido Comunista soviético Mikhail Gorbachev”. As autoridades soviéticas viam os *Goodwill Games* como produto de mídia e canal de abordagem positiva do público norte-americano, depois dos sucessivos boicotes olímpicos. Na avaliação política dos “*Goodwill Ambassadors*”, promotores da rede norte-americana TBS – Turner Broadcasting System que percorriam os EUA e outros países, os jogos podiam dissolver estereótipos depreciativos dos russos, atenuando o impacto de filmes como “*Rambo*” ou a ação insana de pseudolutadores profissionais da Rússia, “fantasias criadas para inflamar uma psicose antissoviética e justificar a continuação de testes nucleares nos Estados Unidos”.

O mote político dos Jogos da Amizade era recomendável, embora aparentemente singelo, ou seja, o de que as nações, estimuladas a competir nos campos esportivos, estariam menos propensas ao plano da guerra. Adicionalmente, Ted Turner, que professava o pacifismo, visualizava nos Jogos “talvez marco emblemático para o fim da corrida armamentista”. De fato, mensagem do então Secretário-Geral da ONU, Javier Perez de Cuellar, dizia que “os Jogos mostravam que a necessidade de cooperação era mais evidente do que nunca e que o espírito de amizade dos encontros esportivos contribuía para uma maior compreensão entre os povos e ajudava a cumprir os objetivos daquele Ano Internacional da Paz”.

Na prática e no ver pragmático da iniciativa, o empreendedor Ted Turner elaborou os Jogos da Amizade como um produto sem sucedâneos, então sumido do ávido mercado. A rivalidade esportiva entre EUA e URSS alavancava vultosos negócios em nível internacional, com efeitos econômicos multiplicados, visibilidade e significado políticos incomparáveis. A reboque, o sempre anelado bônus da promoção institucional, proporcionado por uma grandiosa manifestação esportiva, reconhecida eventualmente como muito mais útil, penetrante e consequente para um país promotor que, por exemplo, a soma de campanhas turísticas ou seminários isolados de captação de investimentos.

A inédita parceria capitalismo-comunismo num empreendimento esportivo-político-comercial enfrentou oposição nos Estados Unidos e reservas na URSS. Relewa registrar que, curiosa e inversamente ao

script histórico, os norte-americanos invocavam argumentos político-ideológicos, enquanto os soviéticos mantinham zelo e ênfase nos aspectos mercantis.

A União Soviética rejeitara a proposta inicial de Turner de adquirir, conjuntamente com estatais soviéticas, os direitos de televisão das próximas Olimpíadas, que seriam realizadas em Seul, em 1988. Alternativamente, mostraram receptividade política à ideia de realizar uma competição de estilo e escala olímpicos, mas impuseram ressalvas em áreas comerciais, censurando, por exemplo, a relação de patrocinadores. Rejeitaram publicidade nos Jogos da *Miller Lite Beer*, tradicional patrocinadora esportiva nos Estados Unidos, porque o comercial da cervejaria norte-americana apresentava o comediante soviético exilado Yakov Smirnoff explicando a diferença entre os EUA e URSS com o slogan “*Here, you can always find a party. There, the party finds you*”.

Nos Estados Unidos, o Departamento de Defesa interditou a participação de boxeadores militares que integravam o time americano, porque os regulamentos do *Defense Department* proibiam funcionários civis e militares “de participar em qualquer atividade de natureza política ou destinada a beneficiar seletiva ou lucrativamente qualquer empresa comercial”. O então Secretário Casper Weinberger justificou a medida com a preocupação de que “o pessoal do Departamento de Defesa como participante dos Jogos em Moscou pudesse estar sujeito à exploração com propósitos políticos”. Parte da imprensa também questionava o altruísmo dos Jogos, conjecturando tratar-se de puro projeto comercial lucrativo, mais uma minissérie televisiva do que propriamente uma competição atlética.

Vencidas reticências e resistências, ao menos parcialmente, os Jogos da Amizade reuniram mais de 3.000 atletas, de 52 países, em dezoito modalidades esportivas. Os soviéticos aplicaram US\$ 70 milhões na promoção esportiva em Moscou, enquanto Ted Turner investiu US\$ 45 milhões, investimento a longo prazo que só confirmaria retorno parcial na edição dos Jogos seguintes, realizados em Seattle, em 1990.

A Guerra Fria estava na antevéspera de seu final, os *Goodwill Games* semiempresariais pareciam sugerir que a União Soviética puxava fôlego, também no literal sentido esportivo, para começar a moderar seu férreo hiperestadismo, abrandar a ditadura partidária ou, pelo menos, suavizar a rígida rivalidade política bipolar. Começava também a flexionar

músculos para a aplicação incipiente de regras econômicas de mercado. Transparência política e liberalização da economia. Uma classe de *glasnost* e *perestroika* antecipadas no (pelo) esporte.

A burocracia esportiva estatal implantada na União Soviética, que valorizava o esporte como instrumento propagandístico e prova da superioridade do socialismo, produzia resultados esportivos e atrelados benefícios políticos modelares para outros países. República Democrática Alemã, China, Cuba e África do Sul oferecem exemplos da emulação perseguida, principalmente quanto aos efeitos externos, cada qual com motivação e intensidade variáveis.

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA ALEMÃ. Uma primeira indicação emblemática do significado político que germânicos comunistas atribuíam a um acontecimento esportivo importante ocorreu quando a República Democrática Alemã anuiu competir em equipe unificada, e, portanto, fortalecida, com a República Federal da Alemanha nos Jogos Olímpicos de Melbourne, Austrália, em 1956. Na oportunidade, todos os atletas alemães desfilaram atrás da bandeira branca com anéis coloridos do Comitê Olímpico Internacional e adotaram como hino nacional a Canção da Alegria, o movimento final da Nona Sinfonia de Beethoven em poema de Schiller. Essa unificação esportiva olímpica ainda seria repetida mais duas vezes, em Roma, em 1960, e em Tóquio, em 1964.

Os números relativos da contabilidade olímpica provavam que a República Democrática Alemã era inquestionavelmente, desde o início da década de oitenta, a maior potência esportiva do planeta, pois, por exemplo, à época das Olimpíadas de Seul em 1988, sua população de 17 milhões de habitantes não chegava a 10% daquela de seus concorrentes diretos, a União Soviética com 280 milhões de habitantes e os Estados Unidos com 240 milhões de habitantes.

A par do pragmatismo matemático, privilegiado pela RDA ao escalar quase 90% de seus atletas em esportes individuais, nos quais cada cabeça conta uma medalha, o que valia para lastrear mais a propaganda do regime, a Alemanha comunista tinha um programa esportivo-educacional que absorvia 1% do Produto Interno Bruto e mantinha em atividade 380 mil técnicos e educadores esportivos em 13 mil clubes atléticos, centros de formação e treinamento. Com a queda do muro de Berlim, ruíram também esses programas, totalmente financiados com recursos do Estado e que incluíam adrede a operação

de verdadeiros laboratórios de avançados estudos fisiológicos e de uso sistemático de doping.

A RDA dispunha de uma organizada e eficiente estrutura esportiva voltada para a fabricação de atletas de alto nível. A iniciação esportiva nas escolas primárias, onde o esporte era disciplina curricular obrigatória, podia ser concluída em 24 centros nacionais de formação atlética. O Instituto de Cultura Física de Leipzig era reputado um dos mais desenvolvidos centros de pesquisa de fisiologia e esporte em todo o mundo.

Investigações posteriores, conduzidas por autoridades alemãs ocidentais depois da reunificação em 1989, comprovaram que, junto a esse maquinário de pesquisa científica exemplar, mesmo que movido por combustível ideológico, desenvolveu-se também e prioritariamente um processo massificado de produção de vitórias esportivas a qualquer preço. Esse mercado produtor de superatletas era energizado pelo emprego sistemático de substâncias esteroides e anabolizantes, principalmente em mulheres, muito mais sensíveis aos tratamentos. E o cardápio era completo. Incluía esteroides anabolizantes, que aumentam e fortalecem a massa muscular; diuréticos, que induzem a perda rápida de líquidos, a conseqüente redução de peso e mascaram anabolizantes; beta-bloqueadores, que reduzem o nível de nervosismo, a hipertensão e o ritmo cardíaco; analgésicos narcóticos e mesmo dopagem sanguínea, que aumenta o número de glóbulos vermelhos e a capacidade de absorção de oxigênio.

A tríade exitosa ciência-esporte-política da antiga República Democrática Alemã contribuiu depois para o fenômeno da “Terceiromundialização” de vitórias atléticas, que reproduzia no terreno esportivo os efeitos da globalização, divisa da moda no início da última década do século XX. O tripé sustentava o frasco misturador da produção laboratorial de atletas, da oferta de técnicos e técnicas científicas aos países periféricos candidatos a vitórias atléticas e da premiação esportiva, com dosificadas repercussões de propaganda política e maior notoriedade mundial. Mais países passaram a figurar como vencedores em torneios internacionais e novas potências esportivas conseguiram capitalizar politicamente suas realizações no esporte. China e Cuba, notadamente, diligenciam por usar o esporte como plataforma de promoção institucional e relações internacionais em tempos recentes.

REPÚBLICA POPULAR DA CHINA. Durante o período de sua reinserção no convívio mundial, com o reatamento de relações diplomáticas com vários países, na década de setenta, a maneira mais fácil para um atleta chinês perder o lugar numa equipe esportiva era jogar para valer, como um campeão competitivo, em busca da vitória.

Operosos funcionários mais esmerados na diplomacia instruíam os esportistas chineses a perder para conferir destaque à visita dos adversários e melhorar as relações exteriores. Aconteceu assim no caminho de reaproximação com os Estados Unidos, desbravado pela chamada *diplomacia do pingue-pongue*, quando “missão precursora” de mesatenistas norte-americanos venceu competições na China. Os encontros esportivos serviram para desanuviar o clima político que cercou a visita do Presidente Richard Nixon à RPC, em 1972, e para estimular entendimentos elásticos em outras áreas.

A tática política para maior participação e protagonismo chinês na comunidade internacional, que também tramitava na arena do esporte mundial, buscava primeiramente a filiação da China Comunista a organismos esportivos em que a China Nacionalista não participava. Paulatinamente, essa maior exposição esportiva e maior visibilidade internacional possibilitaram fortalecer presença, reclamar descredenciamentos taiwaneses em organismos (esportivos), reivindicar e obter exclusividade de representação para a República Popular da China. Os atos de reconhecimento internacional da representatividade plena da China Comunista eram explícitos e muito ecoantes no esporte. Em 1976, por exemplo, o governo canadense, que adotava na disputa chinesa a “política de uma China”, negociava grandes partidas de cereais para a RPC. Quando Pequim solicitou aos organizadores dos Jogos Olímpicos de Montreal a proibição da participação de atletas taiwaneses, o Primeiro-Ministro Pierre Trudeau aquiesceu inteiramente e, depois, ante resistência do Comitê Olímpico Internacional, prevaleceu solução de compromisso que acolhia a participação dos chineses nacionalistas com bandeira própria, mas sob a designação diferenciada de Taiwan. Assim condicionada, a China Nacionalista resolveu não participar, sendo confortada politicamente pela censura dos Estados Unidos à postura do governo canadense e pela sintomática e ostensiva recusa do Secretário de Estado norte-americano Henry Kissinger em comparecer aos jogos.

Posteriormente, a República Popular da China passou a treinar para ser superpotência do esporte, vislumbrando na supremacia esportiva uma plataforma passível de graduar afirmação e respeito internacionais. Em 1979, o país filiou-se ao Comitê Olímpico Internacional, em 1980 aderiu ao boicote comandado pelos Estados Unidos às Olimpíadas de Moscou e, em 1984, fez sua reestreia olímpica nos Jogos Olímpicos de Los Angeles. Ausente desde 1936, a China comunista compareceu à sede olímpica norte-americana com Delegação de 300 atletas e recebeu tratamento cerimonioso dos anfitriões. A seguir, nas Olimpíadas de Seul em 1988, a República Popular da China dosou suas alianças com a Coreia do Norte e, atenta pragmaticamente ao intenso comércio que mantinha com a Coreia do Sul, sua inimiga histórica, resolveu participar dos Jogos Olímpicos realizados na capital sul-coreana. Assim, contrariou o boicote liderado pela Coreia do Norte, que fez fracassadas tentativas de copatrocínio das competições. Cuba, Etiópia, Nicarágua e Albânia ausentaram-se em solidariedade ao governo de Pyongyang, mas, pela primeira vez em oito anos, Estados Unidos, União Soviética e respectivos aliados voltariam à competição direta e à coabitação harmoniosa numa Vila Olímpica. Apesar de não manter relações oficiais com o governo de Seul, a China resolveu participar do evento esportivo na Coreia do Sul, um gesto diplomático alinhado ao utilitarismo do comércio bilateral.

Apoiada pelo talento de uma população atlética maciça, a República Popular da China substituiu o Japão como a primeira potência esportiva asiática. A Comissão de Esporte e Cultura Física Chinesa elaborou, em 1987, um programa esportivo nacional e um Congresso de treinadores, reunidos em Pequim no mesmo ano, produziu manuais especializados de treinamento. A meta esportiva maior pretendia estender a prática de exercícios físicos regulares à metade de sua população por volta do ano 2006. O objetivo político seria impor-se como candidata qualificada para sediar os Jogos Olímpicos de 2008. Nesse sentido, ações diplomáticas, intercâmbio esportivo intensificado na região do Sudeste Asiático e medidas rigorosas para transmitir imagem de seriedade e abertura à comunidade olímpica internacional passaram a ser praticadas por autoridades políticas e esportivas chinesas. Pouco antes das Olimpíadas de Sydney, por exemplo, o Comitê Olímpico Chinês eliminou quarenta integrantes de sua Delegação, entre atletas e técnicos, supostamente por envolvimento com dopagem. O esforço pela transparência revelaria a

preocupação de conformidade às leis internacionais do esporte e de um convívio regular com a comunidade mundial, requisitos enunciados para tornar consistente e crível uma candidatura olímpica chinesa. No pleito pelas Olimpíadas de 2008, a RPC deveu rivalizar frontalmente pelo privilégio de sede, e conseqüentemente por poder e prestígio políticos regionais, com o Japão, que apresentou a forte concorrência de Osaka. O realce político do esporte na República Popular da China pôde ser apurado na comparação de dois fatos internacionais mais recentes e respectivas repercussões naquele país. Intrigada e surpresa, a cadeia norte-americana CNN observava que, na primeira semana de outubro de 2001, a operação militar de retaliação ao Afeganistão comandada pelos Estados Unidos não recebia na RPC a mesma intensa cobertura do noticiário internacional. Na oportunidade, a imprensa estatal e os líderes máximos do Partido Comunista Chinês dedicavam mais longos informes e mais disseminados pronunciamentos oficiais à inédita classificação do país para a Copa do Mundo de 2002!

CUBA. Em Cuba, onde 25% da população praticam esportes regularmente, o governo investe alto na formação de atletas. A estatização do esporte no país derivou da prioridade atribuída aos programas de educação esportiva da população. Ademais, o esporte comprovou ser para Cuba o ferramental mais produtivo da propaganda oficial e da proclamação das supostas virtudes do regime, tanto melhor porque à utilidade política o esporte cubano adiciona vitórias e divisas. Cursos, clínicas especializadas por modalidades e treinamento desportivo pagos, ministrados em centros cubanos ou por técnicos enviados ao exterior, como, por exemplo, a instrução de treinadores de pugilismo em São Paulo e de atletismo em Manaus, chegariam a representar, eventualmente, importante fonte de divisas do país, como a indústria turística.

Com efeito, a minúscula ilha caribenha agigantou-se na produção e performance atlética, principalmente olímpica, nicho que serviu à intervenção estatal para reforçar a divulgação do país como centro de excelência esportiva, resultante das prioridades e realizações do regime no campo educacional. O Instituto Nacional do Esporte comanda, com comparativamente generosas dotações, o planejamento e o desenvolvimento de projetos ambiciosos, que incluem, por exemplo, a formação de atletas na Cidade Universitária de Havana, um megacomplexo de quadras, ginásios e estádios que absorve desde jovens

atletas da rede escolar, em que 90% das crianças praticam esportes, até potenciais campeões inscritos num projeto denominado de Pirâmide de Alto Rendimento.

A política pública de esportes, fundamental no governo cubano, repousa numa associação de métodos, instalações e serviços conexos de nutrição e medicina esportiva. Embora ressentida com o fim dos subsídios e suprimentos da antiga União Soviética e com o embargo norte-americano, a medicina cubana, que exporta remédios para o mundo, contribui substantivamente para a superestrutura esportiva cubana. Treinadores, preparadores físicos, professores de educação física, médicos e fisiologistas lotam centros poliesportivos espalhados em quinze províncias. São 526 instalações aparelhadas em todo o país. Somente a capital Havana conta com 58 combinados, espécies de ilhas multidesportivas de treinamento e formação atlética. A massificação planejada do esporte e sua integração com outros setores e atividades sociais, como a instituição de práticas atléticas nas fábricas, responde pela evolução esportiva de Cuba a partir do triunfo da Revolução comandada por Fidel Castro em dezembro de 1959. Assim, um país do Terceiro Mundo, com cerca de doze milhões de habitantes, conseguiu em menos de trinta anos alcançar notoriedade no esporte mundial, sendo superado nas Américas apenas pelos Estados Unidos, quase sempre ganhando mais competições e medalhas olímpicas do que o Canadá e conseguindo resultados superiores aos de países maiores, mais populosos e supostamente com mais recursos, como Brasil, Argentina e México. Como o poder propagandístico e a visibilidade mundial provaram ser proporcionais ao desempenho esportivo, o governo cubano considera sua política pública de esportes prioritária, inclusive no arranjo de seus programas de cooperação técnica e relações internacionais.

A onipresença social e política do esporte em Cuba eleva grandes questões esportivas, necessariamente associadas à repercussão da imagem internacional do país, à hierarquia máxima da elite dirigente comunista, inclusive, em sua época, ao próprio Comandante Fidel Castro. Ilustram o envolvimento direto do Presidente cubano os episódios de acusações de uso de doping assacadas pela Comissão de Dopagem da ODEPA – Organização Desportiva Pan-Americana contra atletas de salto em altura, halterofilismo e boxe, ídolos nacionais que competiam nos Jogos Pan-Americanos de Winnipeg no Canadá e no Campeonato Mundial de

Boxe em Houston, Texas, em 1999. Nas duas oportunidades, conforme informativos distribuídos por Representações Diplomáticas cubanas, o Presidente Fidel Castro Ruz determinou pessoalmente verdadeira operação detetivesca internacional para contra-arrestar “a campanha difamatória ao esporte revolucionário”. Enviou diretores do Instituto de Medicina Esportiva de Cuba em missão secreta a laboratórios de Barcelona, Madri, Lisboa e Bruxelas, com o propósito de anular o diagnóstico de uso de cocaína e anabolizantes impingido pela Comissão Médica da ODEPA, presidida pelo médico brasileiro Eduardo de Rose, e por laboratórios de Montreal.

O relato oficial do governo cubano denunciava “a crescente corrupção e a falta de honestidade que a comercialização e o mercantilismo trazem ao esporte” e que “as acusações contra os atletas cubanos e o país equivaliam à guerra política”, “representada pela retirada de medalhas e deslocamento de Cuba do segundo lugar da competição hemisférica, em favor do Canadá, país-sede”⁽²⁾.

Logo após os referidos acontecimentos, o Presidente cubano declarava à televisão estatal, num veemente discurso repetido e distribuído no mundo por informes diplomáticos, estarem “provadas as injustiças que sofrem e as desigualdades que impedem o desenvolvimento do esporte e as vitórias a que têm direito os países do Terceiro Mundo”. Anunciava também “a criação, com toda urgência, de um moderno e eficiente laboratório antidoping que cooperará com os países da área que precisarem e, assim como fazemos no campo da medicina, na qual também somos já uma potência, não só contribuiremos ao desenvolvimento do desporto com a cooperação de especialistas cubanos, senão que estamos a considerar seriamente a criação duma faculdade latino-americana e caribenha de educação física e esportes para formar os seus próprios especialistas que impulsionem esta nobre e sã atividade nos seus países de origem”. Com efeito, e conforme adiantado por Ministro-Conselheiro Encarregado de Negócios da Embaixada de Cuba em Brasília, o Presidente cubano inaugurava o quarto centro de controle de doping das Américas, em fevereiro de 2001, e predizia trabalhos preparatórios para a próxima instalação de faculdade de assuntos de esporte.

O lastro e significado interno, os recursos propagandísticos e reflexos de afirmação e prestígio internacional do esporte cubano, socializado, politizado, estatizado, determinam a movimentação constante do alto circuito dos poderes públicos do país.

ÁFRICA DO SUL. Na África do Sul apartheísta, a questão esportiva tinha fundamento e repercussão direta tanto na organização societária interna segregacionista como na prospecção de atalhos externos alternativos ao imposto isolamento internacional do país.

Desde 1976, principalmente, quando a Organização das Nações Unidas conclamou os países-membros a cortarem intercâmbios sócio-esportivo-culturais com a África do Sul, em repúdio à política de segregação racial então prevalecente no país, esporte e apartheid registraram choques em várias partes do mundo. No mesmo ano da sanção da ONU, o governo da Nova Zelândia, por exemplo, não objetou a excursão do selecionado nacional de rugby à África do Sul, atitude que resultou no primeiro boicote orquestrado aos Jogos Olímpicos. Os países negros africanos exigiram o afastamento da Nova Zelândia do Movimento Olímpico Internacional e, como não foram atendidos, abandonaram as Olimpíadas de Montreal de 1976.

A África do Sul foi expulsa da FIFA, das Federações de Atletismo e Natação, da Copa Davis de Tênis, ficando cada vez mais isolada do cenário esportivo internacional. A regata Rio-Cidade do Cabo acabou, o Grande Prêmio de Fórmula 1 de Kialamy também, após alguma pertinácia armada por interesses comerciais, e muitos atletas profissionais saíram do país para poder continuar suas carreiras esportivas.

O sistema do apartheid, oficializado na África do Sul desde 1948, vivia, então, a crise mais aguda de sua história – instabilidade que perpassava todos os setores da sociedade branca instalada no extremo sul da África desde o século XVII. A crise não afetava apenas a superestrutura política e econômica do governo, nem se cingia às instituições legais, mas penetrava profundamente na própria razão de ser da chamada mentalidade *afrikaaner*, envolvendo os valores culturais dos quase três milhões de brancos que se consideravam um povo “eleito por Deus” para preservar a supremacia dos “cristãos” sobre os “hereges”. A crise da década de setenta solapou a sólida unidade forjada pelos integrantes da chamada “última tribo branca” da África. Minou as bases econômicas de sustentação de um modelo colonialista histórico, particularizado por características resultantes do sistema de supremacia racial, gerou período de vulnerabilidade e, mais tarde, variantes importantes. A ruptura do velho sistema abalou as estruturas do “desenvolvimento separado” e escancarou o flanco para

que o movimento negro de quase trinta milhões de habitantes ganhasse vigor na luta pela igualdade de direitos.

O enriquecimento do grupo político formado por descendentes de colonos holandeses, possibilitado pela procura mundial de alimentos e pelas exportações de minério de ouro logo após a Segunda Guerra Mundial, concorreu para a institucionalização do apartheid na década de quarenta. Rico e fortalecido, esse quadro político aproveitou-se da debilidade momentânea da oligarquia comercial e financeira de origem inglesa para assumir o poder com uma filosofia e plataforma nacionalistas, que traduziam uma espécie de vingança tardia pela derrota sofrida pelos colonos na guerra dos Boers, em 1899-1902. A vitória do Partido Nacional em 1948 levou ao governo, portanto, um grupo político que se sentia acossado duplamente pela oligarquia financeira anglo-saxã e pela maioria negra.

Na década de setenta, o governo do Primeiro-Ministro Pieter Botha representava a aliança dos grandes interesses econômicos com a cúpula militar. A velha hegemonia dos setores agrícola e minerador conhecida como *Aliança do Milho e do Ouro* foi substituída pela parceria do capital financeiro com o complexo industrial-militar, cujo prestígio e poder cresceram em consequência da guerra contra o *Lança da Nação*, braço armado do movimento antirracista negro Congresso Nacional Africano, e contra os núcleos guerrilheiros na Namíbia. Quando assumiu o poder, o governo de Botha lançou a chamada *estratégia global*, um projeto que pretendia modernizar o apartheid eliminando as leis mais severas de opressão à maioria negra e estimulando um mínimo de liberalismo econômico. O objetivo fixado era a ampliação do mercado interno, com a incorporação de setores negros ao segmento consumidor, para permitir economia de escala e rentabilidade às empresas e ao próprio capitalismo sul-africano. Os elementos fundamentais da *estratégia global* eram a integração da economia do país ao sistema capitalista transnacional e a militarização. O projeto econômico derivava do papel primordial da África do Sul no fornecimento de matérias-primas para a Europa e Estados Unidos e da pretensão de transnacionalizar seu polo industrial, de modo a crescer a influência do país na África austral. O plano da militarização significava também a montagem de fortíssimo esquema de segurança policial para suprimir movimentos contestatórios da maioria negra, paralelamente à repressão à guerrilha pela independência da Namíbia.

No circuito regional, a *estratégia global* projetava a criação de uma constelação de Estados, reunindo os bantustões e também países vizinhos como Angola, Botsuana, Lesoto, Suazilândia, Moçambique, Zimbábue, Zâmbia, Malavi e até mesmo a Tanzânia. É certo que a projetada constelação de Estados perdeu brilho e ímpeto depois da vitória de Robert Mugabe no Zimbábue e após a criação da antirracista SADCC – Conferência de Cooperação para o Desenvolvimento da África Austral, mas a ideia ressurgiu quando, em 1984, Pieter Botha passou a propor pactos de não agressão. Pressionado pela crise econômica interna e pelos gastos militares na manutenção da ocupação da Namíbia, o governo concebeu os pactos de não agressão para incluir pacotes econômicos através dos quais o parque industrial e financeiro da África do Sul tentava encontrar ou forçar brechas na SADCC. Diplomáticamente, os pactos procuravam também romper o isolamento de Pretória na África e no mundo. Os acordos econômicos eram uma cunha de reinserção na comunidade regional e mundial. A outra alavanca era o esporte.

A África do Sul era o país onde o esporte tinha mais conotações políticas e propagandísticas. Toda a estrutura esportiva, assim como a educacional, estava repleta de justificativas contraditórias e insinuações alimentadas pelo cotidiano da segregação racial. E o esporte estava de fato emaranhado na urdidura meio tortuosa da situação política do país. O esporte refletia, por exemplo, o significado político e social da linguagem utilizada na África do Sul, com conotação inteiramente diferente da que prevalecia no mundo. Em todos os outros países, o adjetivo “multinacional” aplica-se a eventos como os Jogos Olímpicos, Campeonatos Europeus ou Copa do Mundo de Futebol, que são encontros internacionais e envolvem necessariamente equipes de diferentes nações. Na África do Sul, uma competição multinacional era um evento que reunia somente sul-africanos, definidos como grupos étnicos ou raciais, segundo a classificação racista da então Lei de Registro da População.

Dessa maneira, um evento “multinacional” na África do Sul podia consistir meramente no confronto de equipes ou jogadores sul-africanos brancos, sul-africanos africanos, sul-africanos mestiços ou sul-africanos indianos. Os sul-africanos mestiços, indianos e africanos eram pessoas que nasciam e eram criadas na África do Sul e cuja ascendência determinava sua classificação étnica e racial específica. Os sul-africanos brancos eram identificados pela

cor da pele, não importando que seus pais fossem residentes ou originários da Inglaterra, Espanha, Portugal, Holanda, Alemanha ou Nova Zelândia. O imigrante branco que assinava os documentos de nacionalização ao chegar à África do Sul tornava-se imediatamente parte do *establishment* e podia receber um passaporte sul-africano. Tinha direito e privilégio de votar e ser votado nos mais altos foros administrativos do país, prerrogativas negadas terminantemente a qualquer sul-africano não branco que não tivesse outro país de origem senão a África do Sul.

O conceito de “multinacional” no esporte sul-africano foi inventado inicialmente em benefício do chamado conagraçamento internacional dos sul-africanos brancos, que vinham sendo excluídos do esporte mundial. Nos estamentos executivo e parlamentar, o raciocínio e a retórica propunham que as regiões negras independentes, os bantustões, eram de fato “Estados independentes e soberanos” e que, portanto, quando havia um encontro esportivo entre sul-africanos brancos e representantes desses Estados-regiões, a competição equivalia a um legítimo evento esportivo internacional.

O problema prático que se opunha a essa manobra política era o fato de a maioria da população negra fisicamente capaz desses Estados-regiões trabalhar na África do Sul branca como operários contratados. O embaraço foi remendado com a criação de entidades esportivas centrais, como o Conselho Sul-Africano de Futebol, ao qual pertenciam a Associação Sul-Africana de Futebol (FASA, branca), a Associação Nacional Sul-Africana de Futebol (SANFA, negra) e a União Sul-Africana Indiana de Futebol (SAIFU).

A situação causava confusões quanto à fidedigna representatividade esportiva internacional da África do Sul. Jogadores mestiços atuavam em suas próprias competições mestiças no clube, na província e na nação, mas qualquer um deles podia ser convocado pelos times brancos das regiões onde jogavam ou residiam. Alguns atletas negros, por exemplo, eram usados quase exclusivamente para jogos de “exibição internacional”. Quando politicamente correto e necessário, a negritude de alguns poucos integrantes servia para configurar a natureza “multinacional” das representações esportivas sul-africanas. Por orientação dos órgãos do governo, e para granjear a credibilidade internacional e apaziguar seus satélites mestiços e africanos, a Diretoria Sul-Africana de Rugby,

por exemplo, composta de brancos, precisava incluir sempre pelo menos um jogador mestiço ou negro nos selecionados, independentemente do mérito esportivo do favorecido.

As verbas para esporte e educação física escolar votadas pelo Parlamento Sul-Africano também revelavam desideratos discriminatórios. O desdobramento desse orçamento mostrava que, em média, a porcentagem aplicada em esporte e educação nas escolas sul-africanas era de 9,93 rands por criança branca e de 0,32 rands por criança negra. O preconceito e o ressentimento inculcados nas crianças durante seus anos de formação escolar, incluindo a prática esportiva em regime segregacionista, representavam base inicial para a manutenção da política oficial de apartheid.

O apoio e patrocínio de empresas privadas a entidades racistas de esporte “multinacional” ajudavam no esforço de burlar o banimento político internacional da África do Sul, pela via escapatória do esporte. O patrocínio empresarial permitia que a racista “multinacional” União Sul-Africana de Críquete, por exemplo, pudesse pagar pelas visitas de jogadores de outros países, como profissionais negros das Ilhas Virgens, atraídos obviamente pelo subsídio e não por simpatia ao esporte sul-africano ou ao regime do apartheid.

A chamariz do dinheiro, irresistível para jogadores mestiços e negros do Sri Lanka e das Índias Ocidentais, por exemplo, era usada para comprar credibilidade esportiva e política internacional para a África do Sul. A tática de intercâmbio esportivo não indicava mudanças políticas ou sociais internas. Os esportistas negros que visitavam a África do Sul recebiam o título quase ofensivo de “brancos honorários” e tratamento diferenciado dos negros locais.

A economia e o esporte escoravam o esforço político e diplomático de romper o isolamento internacional. Dinheiro e promoções desportivas dirigidas, transações comerciais e intercâmbio nos esportes serviam para forçar a abertura de janelas para o mundo.

Em meados da década de setenta, operavam na África do Sul quase 2.000 empresas internacionais, principalmente britânicas, norte-americanas e alemãs ocidentais. O total do investimento estrangeiro estava avaliado em US\$ 30 bilhões. Esses dados constavam da publicação *A Nova África do Sul-oportunidade única*, editada pela Embaixada sul-africana em Lisboa, em março de 1983. A referida publicação do

setor de imprensa da Embaixada concluía que “muitos países, embora critiquem agressivamente a África do Sul, e até votem sanções e boicotes internacionais contra ela, continuam a aumentar o volume do seu comércio com Pretória”.

Com efeito, em quase todos os setores da economia sul-africana, as empresas mais importantes eram filiais ou subsidiárias de transnacionais europeias e norte-americanas ou ainda empreendimentos *joint-venture* com capitais locais. Três das principais sociedades petrolíferas eram europeias, a britânico-holandesa Shell, a britânica British Petroleum e a francesa Total. Juntas, essas empresas controlavam cerca da metade do mercado de petróleo na África do Sul. No setor químico, por exemplo, a AECI, subsidiária da inglesa ICI, e a subsidiária local da transnacional alemã Hoechst dominavam um ramo da indústria que contribuía com 5% do Produto Nacional Bruto, empregava mais de 100 mil trabalhadores e era estrategicamente vital para a economia. O matiz transnacional era o mesmo em outros segmentos produtivos importantes, como a indústria automobilística e a extração mineral.

Em contravenção à decisão de embargo decretada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, através da Resolução 418, de setembro de 1977, a maioria dos produtores de armamentos europeus continuava o suprimento à África do Sul. No setor da pesquisa nuclear, a República Federal da Alemanha, os Estados Unidos e o Canadá desenvolviam intensa colaboração com o regime de Pretória. Os investimentos estrangeiros e a produção transnacionalizada na África do Sul eram assim responsáveis pelo estágio de desenvolvimento econômico do país, pelo complexo industrial-militar e pelo poderio repressivo do regime segregacionista sul-africano, cultuado à força internamente, mas que começaria a claudicar pela extensão da censura internacional.

As barreiras do isolamento podiam ser perfuradas pela economia e pelo esporte. Na esfera econômica, um argumento invocado insistentemente pelos órgãos de propaganda do apartheid era o da pretensa dependência do Ocidente, em particular os países europeus, das riquezas minerais sul-africanas. Do arrazoado à ameaça, argumentavam que “perdida a África do Sul como fonte segura de matérias-primas estratégicas, só a União Soviética, pouco confiável, estaria em condições de substituí-la”. A preocupação do governo de Pretória em convencer sobre a dependência era tão obsessiva que provocava a falsificação de estatísticas nacionais,

que podiam incluir minérios de Botsuana, Lesoto, Suazilândia e Zâmbia, simplesmente embarcados para a Europa nos portos sul-africanos e exportados com etiqueta da África do Sul.

Dependência e parceria econômica eram fortes e lucrativas o suficiente para criar justificativas políticas nos dois lados do Atlântico. Na Europa, políticos conservadores e mesmo social-democratas afirmavam que a influência das empresas estrangeiras no tecido social sul-africano poderia ser positiva e provocar uma mudança institucional gradual. Nos Estados Unidos, a Administração Carter defendia que o aumento do comércio e dos investimentos na África do Sul tenderia a liberalizar as instituições sul-africanas. Com a chegada da Administração Reagan à Casa Branca, surgiu uma nova e utilíssima expressão. O *constructive engagement* maquiava politicamente os negócios econômicos. Na Grã-Bretanha, a Primeira-Ministra Margaret Thatcher, que habitualmente mostrava hiperergia às terminologias reaganianas, defendia o *compromisso construtivo* com entusiasmo.

No contexto do isolamento internacional, os valores dos negócios e os ventos da economia pareciam escancarar naturalmente para a África do Sul uma janela para o mundo. A outra janela, construída com empenho e (re) forçada por injunções políticas, era aberta pelo esporte. No plano esportivo, as competições “multinacionais” mascaravam uma pretensa integração interna, mas na prática separavam indistintamente raças em times adversários. Os programas de intercâmbio e as visitas de delegações esportivas à África do Sul, subsidiadas pelo governo e pelo setor empresarial-privado local, pretextavam um convívio natural com outras nações e serviam de instrumento de propaganda, supostamente genuíno, para convencer a opinião pública da aparente normalidade da participação do país na comunidade internacional.

Como visto, o esporte prova ser tela procurada amiúde para refletir ou teatralizar, com contundência, sucessivos e superpostos acontecimentos mundiais transcendentais. Muitas outras circunstâncias de conflito ou composição político-esportiva apareceram no cenário e no temário internacional, principalmente desde a época da Guerra Fria e com implicações de latitude cada vez mais globalizada. Numa resenha descritiva, contradições de identidade política, incoerências geográficas e desacordos esportivos ponteavam o mapa à época dos Jogos de Helsinque. Enquanto na ONU eram consideradas nações independentes, no Comitê

Olímpico Internacional Ucrânia e Bielorrússia já figuravam como parte do Império Soviético. A República Federal da Alemanha, ocidental, foi aceita de pleno direito pelo COI, que rejeitou, entretanto, a filiação da República Democrática Alemã, comunista, país-membro das Nações Unidas. Quando a China continental de Mao Tsé-Tung ingressou no organismo esportivo, a China insular de Chiang Kai-Shek, capitalista, retirou-se em protesto. A Guerra na Coreia não impediu a participação de representantes da parte sul em Helsinque. Em breve, surgiriam dois Vietnãs, em versões capitalista e comunista, e duas Áfricas, uma racista e outra negra apartadas. O Comitê Olímpico Internacional, então presidido pelo norte-americano Avery Brundage, anticomunista ferrenho, precisaria de estudada diplomacia e mesmo desfaçatez eventual para acomodar complexos escolhos políticos.

Tempos depois, no verão e na primavera de 1988, as três Repúblicas Bálticas da Letônia, Estônia e Lituânia, já excitadas pelo potencial liberalizante da *perestroika* em vários aspectos de suas realidades, começaram a considerar a possibilidade de organizar Comitês Olímpicos Nacionais separados, situação prevalecente nos anos trinta, antes da forçada anexação pela União Soviética em 1940. Em novembro de 1988, os letões proclamavam o restabelecimento de seu Comitê Olímpico Nacional, atitude de ampliado significado político independentista. Na ocasião, Moscou vociferou com veemência, mas o exemplo foi copiado sucessivamente por lituanos e estonianos. O gesto precedente de afirmação de independência das Repúblicas Bálticas encorajou ações similares de outras nações componentes da URSS.

Em muitos sentidos, o fermento nacional no esporte pareceu antecipar a desintegração e colapso da União Soviética. Em 1990, autoridades da Geórgia ordenaram a retirada de dois times de futebol georgianos da Liga Soviética, mesma determinação ditada pela Lituânia, que, após a declaração de independência pelo Parlamento em Vilnius, proibiu a continuidade da participação de times nacionais de basquete e de futebol nos campeonatos da União Soviética.

Em 1991, Gorbachev reconheceu a independência da Estônia, Letônia e Lituânia. O Estado soviético continuou seu desmonte e, naquele mesmo ano em que assumiria o novo Presidente Boris Yeltsin, líderes da Rússia, Bielo-Rússia e Ucrânia anunciavam a formação da CEI – Comunidade dos Estados Independentes.

O cataclisma político soviético acontecia muito próximo ao início dos Jogos Olímpicos de Inverno em Albertville, França, em 1992, e dirigentes do Comitê Olímpico Internacional manifestavam natural inquietude quanto à forma de apresentação dos atletas da CEI. A presença dos três países bálticos já reconhecidos internacionalmente era pacífica, mas grande questionamento concernia à representação das outras doze Repúblicas formativas da antiga União Soviética. Negociações entre o máximo órgão esportivo e dirigentes russos produziram o esquema de “time unificado”, que juntou Rússia, Ucrânia, Bielo-Rússia, Cazaquistão e Uzbequistão, desfilou sob bandeira e hino olímpico, mas permitiu que os atletas representantes usassem uniformes com as respectivas cores nacionais.

Noutro caso, por ocasião das Olimpíadas de Barcelona, em 1992, persistia o problema da participação dos ex-territórios da antiga Iugoslávia. Em Albertville, nos Jogos de Inverno do mesmo ano, houve presença da própria Iugoslávia e das desgarradas Repúblicas da Croácia e da Eslovênia. Sanções das Nações Unidas, em reprimenda a agressões da Sérvia contra outras repúblicas que declaravam independência, forçaram os organizadores espanhóis a proibir a presença de Delegação nacional da Iugoslávia. O COI, entretanto, permitiria a participação individual de atletas iugoslavos, sem exibição de símbolos nacionais. Belgrado aceitou a solução de compromisso, que abriria o reconhecimento da Bósnia e da Macedônia pelo organismo internacional. Naqueles Jogos de Barcelona, poupados de alarmantes atos atentatórios de separatistas bascos, – em que o desfile concorrente de bandeiras espanholas nos estádios e de bandeiras catalãs nas ruas de acesso foi o único sinal aparente a confinar rivalidades e tradições distintivas –, também participou a África do Sul, em processo de desativação do regime de apartheid. Em visita à Vila Olímpica, o líder Nelson Mandela afirmou aos atletas que a participação nos jogos “tinha significado que transpunha a fronteira do esporte”.

Tais exemplos informativos da instrumentalização política do esporte relatam a aplicação direta e deliberada do poder público, às vezes em parceria com o setor empresarial – URSS e a rede televisiva WTBS; a África do Sul e as empresas transnacionais –, em utilizar o apelo e o alcance das manifestações esportivas para a propaganda estatal. São ações da iniciativa dos governos e dos países que intencionam direcionar esse vetor para a consecução de objetivos delineados de política pública,

como programas de educação escolar e reintegro social, ou de política externa, como a divulgação de imagens, afirmação de valores e conquista de prestígio internacional.

Podem suceder outras situações em que, ao contrário, os próprios sujeitos são o esporte e as manifestações esportivas, que têm força centrípeta, enredam e arrastam os países para um teatro onde também a política e as relações internacionais são esgrimidas.

Capítulo IV

Esporte e Política Internacional. Casos Clássicos de Negociações Diplomáticas em Assuntos Esportivos

Magníficas manifestações esportivas, como as Olimpíadas e as Copas do Mundo, transformaram-se em palco para peças políticas e palanque para discursos pletóricos. Em 1936, Adolf Hitler e Joseph Paul Goebbels reconheceram o imenso poder propagandístico dos jogos e as Olimpíadas de Berlim passaram a ser supervisionadas diretamente pela cúpula nazista. Era a oportunidade então de, segundo o poderoso Ministro de Propaganda do Terceiro Reich, “a Alemanha receber todos os povos da Terra e mostrar a eles o quanto é capaz o povo alemão”. Noutras Olimpíadas mais modernas, no México, em 1968, e no Canadá, em 1976, os negros da América e da África protestaram contra o racismo e contra o segregacionismo ⁽³⁾.

No final da década de trinta, os Jogos Olímpicos ganharam rapidamente contornos de arena política internacional. A Segunda Guerra Mundial forçou a suspensão geral das competições esportivas na Europa, embora alguns torneios regionais prosseguissem em outras partes do mundo. O Comitê Olímpico Internacional, dominado por europeus, parou de funcionar como organismo e seus integrantes acomodaram-se em suas respectivas bancadas nacionais. Cada país combatente desenvolveu seu próprio programa esportivo doméstico. Nos Estados Unidos, a Administração Roosevelt apoiou a continuidade das competições de baseball profissional e os colégios mantiveram

seus programas atléticos. Na órbita da URSS, o governo soviético não dispunha de campeonatos nacionais organizados, mas as autoridades reconheciam que o treinamento físico ajudava o trabalho e preparava para a luta e que a transmissão de partidas de futebol local podia ser benéfica para a moral pública. A Inglaterra organizava torneios especiais para times de futebol de instituições militares. A Alemanha e o Japão reproduziam competições atléticas nacionais que imaginavam suprir a lacuna deixada pela ruptura das realizações internacionais tradicionais.

A par de forçar o cancelamento dos programados jogos de 1940 e 1944, a confrontação devastou a Europa, aniquilou a Alemanha e alçou a União Soviética e os Estados Unidos à condição de superpotências em conflito, em vários palcos e patamares, inclusive no esporte. O COI, órgão esportivo máximo, havia funcionado tradicionalmente como uma agência Europeia ocidental e norte-americana, admitindo gradualmente novas forças segundo seus parâmetros e condições. Agora, como outras entidades internacionais, os líderes do organismo esportivo deviam ajustar práticas para equilibrar a nova balança de poder político e militar vigorante no mundo. Isso significava atingir de antemão entendimento e convívio com a União Soviética. A respeito, o presidente olímpico alardeava vanglória na afirmação de que “realizando a sublimação do protocolo político e recolhendo a Cortina de Ferro, o Comitê Olímpico Internacional conseguiu mais com os russos em sua aderência ao ideal olímpico do que as Nações Unidas foram capazes de alcançar no domínio das relações internacionais”.

A questão alemã representava mais uma pendência clássica dessa interconexão político-esportiva. Quando o COI pareceu ter afinal logrado um acordo para participação das duas Alemanhas sob a mesma bandeira nos Jogos de Helsinque-1952, a presidência do Comitê proclamou repetidamente que o COI obtinha sucesso onde diplomatas e políticos fracassavam⁽⁴⁾.

O outro caso da China apresentava problema diferenciado. A vitória comunista no continente em 1949 e o deslocamento do governo nacionalista de Chiang Kai-Shek para a ilha de Formosa criaram dilema nos esforços do organismo esportivo para moldar acomodação política. Ao contrário da situação alemã, era impossível cogitar discutir participação combinada e o COI devia cunhar sua própria definição de “China”, mediante escolha excludente ou reconhecimento de ambos os contendores.

Com a aproximação dos Jogos Olímpicos de 1952, as disputas envolvendo Alemanhas e Chinas foram sendo ofuscadas, entretanto, pela questão fundamental que atribuía aos Jogos Olímpicos nova visibilidade e controvérsia: o confronto iminente de soviéticos e norte-americanos no terreno do esporte.

A preparação dos jogos ressaltou aspectos de dependência geopolítica da Finlândia em relação ao gigantesco vizinho soviético. Entre outras asperezas e desacertos exemplificativos, a programada passagem da tocha olímpica pelo território da URSS foi recusada, alegadamente pela feroz resistência armada que as forças soviéticas enfrentavam na Lituânia, e os organizadores do COI tiveram de arranjar périplo alternativo.

Os norte-americanos preparavam atletas e público para a grande confrontação. As cadeias NBC e CBS cediam espaço para publicidade e campanhas de arrecadação. Editoriais do *The New York Times* pregavam esforços políticos e conquistas esportivas para silenciar a máquina de propaganda comunista nas Olimpíadas. Os ideólogos soviéticos também atribuíam largo significado político às vitórias no esporte e preceituavam que a participação da URSS nos Jogos Olímpicos devia revestir forte papel de propaganda das realizações do povo soviético e da cultura socialista.

Em 1951, o COI acolheu a URSS e instalou representante soviético como membro do quadro olímpico dirigente. Principalmente na moldura das Olimpíadas, a competição atlética tornou-se um dos mais visíveis campos de batalha da Guerra Fria e das derivações do conflito por poder e influência mundiais. O papel e o protagonismo dos nazistas nos anos trinta adiantaram a ingerência das disputas políticas e ideológicas que, nos anos cinquenta, seriam agudizadas e prolongadas.

Nas décadas de cinquenta e sessenta, a descolonização da África e o surgimento de novos Estados independentes adensou a filiação à família olímpica e complicou a composição do mosaico político-esportivo internacional. Avery Brundage, presidente do COI, insistia em manter a competição esportiva livre de considerações políticas, mas frequentemente afirmava que os oficiais olímpicos entendiam os assuntos e os problemas da paz mundial melhor que os diplomatas.

A entrada da URSS nos Jogos Olímpicos inaugurou nova era de política olímpica, pois o esporte tornou-se teste de aferição dos sistemas rivalizados pelas duas superpotências. Ambos os lados aceitavam e

convalidavam a utilização dos Jogos Olímpicos como cenário sub-rogado de guerra, travestida em nova roupagem e caráter. No nível e diligência dos governos e das organizações oficiais patrocinadoras, a competição no esporte constituía de fato um dos palcos de uma confrontação maior.

Indisfarçavelmente, o ingresso da União Soviética no movimento esportivo fez do Comitê Olímpico Internacional uma visível arena da Guerra Fria na qual as superpotências desenvolviam competição direta. Aleksei Romanov, designado pelo Politiburo como Delegado soviético no COI, repetia que “num mundo dominado pela luta de classes, a oposição à ideologia burguesa exposta no movimento esportivo internacional e seus conflitos internos deve ser a principal tarefa da organização do esporte na União Soviética e em outras terras socialistas”. A rivalidade das superpotências afeiçoou também a competição atlética internacional e as decisões do COI, por seu turno, podiam repercutir decisivamente em algumas pendências, provas e disputas por posição e prestígio.

A competição no esporte e o tablado esportivo sustentavam ou refletiam problemas de muitos matizes. Por exemplo, assim como os sul-africanos podiam apelar ao princípio da (pretensa) separação entre política e esporte como meio de romper o isolamento internacional contra seus atletas, os alemães orientais utilizaram esportistas como agentes para abrir portas antes cerradas a seus diplomatas. Para exemplificar, os países-membros da OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte, em suporte aos aliados alemães ocidentais, recusavam-se a reconhecer politicamente a República Democrática Alemã e os passaportes daquele governo. Atletas da Alemanha Oriental, mesmo enquanto ainda partícipes do conjunto time olímpico alemão, insistiam em viajar com passaportes nacionais próprios e em portar uniformes com a inscrição “DDR”, juntamente ao símbolo estatal da bússola, martelo e feixe de milho, circunstância que foi acomodada pelos organismos esportivos e tolerada pelos governos europeus.

O problema do reconhecimento dos passaportes e, por aí implicitamente, da República Democrática Alemã, apareceu na prática durante os Jogos Olímpicos de Inverno em Squaw Valley, Califórnia, em 1960. O COI advertia que os Estados Unidos deveriam aceitar todos os competidores devidamente credenciados da Europa Oriental. Os norte-americanos assentiram com relutância e, comparando situações, reclamaram que a Alemanha Oriental usara sua admissibilidade junto

às Nações Unidas em Nova York para implicar que os Estados Unidos tinham sido obrigados à forçosa e extensiva reconhecimento do governo da Alemanha democrática.

Em longa sequência de manifestações esportivas e perpetrções políticas, quase sempre é possível detectar pontos de reconhecimento público, relevo, razões e repercussões reflexivas. Na Guerra Fria, o esporte transformou-se em arma e arena de propaganda ideológica. Medalhas olímpicas serviam de estoque publicitário no marketing ideológico internacional. Em 1980 e em 1984, Estados Unidos e União Soviética lideraram boicotes olímpicos retaliatórios, fazendo com que as balas atiradas na ocupação militar russa do Afeganistão ricocheteassem para o terreno esportivo. Nas Olimpíadas de Sydney-2000, o desfile conjunto das Delegações das Coreias do Sul e do Norte espelhava simbolicamente a política pacificadora do Presidente sul-coreano Kim Dae-Jung, personalidade logo depois galardoada com o Prêmio Nobel da Paz por seu papel na retomada das relações, a aproximação entre os povos, a redução dos exércitos e a promoção de congressos pacifistas entre os dois países. O desfile olímpico conjunto, a decisão de instalar um “telefone vermelho” para prevenir incidentes militares na fronteira e a cena dos Presidentes sul-coreano Kim Dae-Jung e norte-coreano Kim Jong-il de mãos dadas e entoando, na reunião de cúpula em Pyongyang, uma canção chamada *Nosso Sonho é a Reunificação*, coroavam gestos políticos e gestões diplomáticas exitosas.

Casos clássicos dessa força e desse alcance do esporte na determinação do comportamento político dos governos permitem críticas e conjecturas. *A diplomacia chinesa do pingue-pongue*, os boicotes olímpicos, o arsenal esportivo e o isolamento internacional da África do Sul e o processo de pacificação na Península coreana ilustram interações do esporte, da economia e das políticas interna e internacional. A seguir.

Uma densa teia de entendimentos políticos e diplomáticos subsequentes pôde ser tecida de um novelo inicial, esportivo, quando, em 1971, a República Popular da China convidou time norte-americano de tênis de mesa para torneios de exibição. Era a aplicação da prática chinesa comum de utilizar o esporte como plataforma para acercamento político. Na ótica dos chineses, esses torneios esportivos, com resultados tendenciosamente favoráveis aos estrangeiros visitantes, serviam de

distensão e preparo de clima para aproximações ampliadas em setores menos lúdicos, como o político e o comercial.

Henri Kissinger, então Assistente do Presidente Richard Nixon para Assuntos de Segurança Nacional, comentava assim aspectos do comunicado sino-norte-americano emitido na esteira da visita presidencial à China, em 1972: “a formalização dos intercâmbios encorajados pelos dois governos, o estímulo à abertura do comércio, o estabelecimento de um mecanismo diplomático para contatos continuados, manifestações comuns acerca de alguns princípios gerais de relações internacionais, o comunicado conjunto a respeito da visão de certos aspectos da política mundial, como, por exemplo, a seção que inclui a referência à hegemonia – essas, acredito, são matérias que a maioria de nós teria considerado impensáveis quando iniciados os contatos pelo convite ao time de pingue-pongue”.

Com efeito, a alavanca esportiva destravou o diálogo para combinações políticas de maior amplitude e complexidade. O comunicado conjunto do Presidente Richard Nixon e do Premier Chou En-Lai, com quase duas mil palavras, apontava, por exemplo, acordos preliminares condutivos às negociações para a eventual retirada das tropas norte-americanas de Taiwan, do generalíssimo Chiang Kai-Shek. O comunicado reportava também as visões de ambos os países sobre questões então candentes na Ásia, como o processo de pacificação no Vietnã.

Parte importante do texto foi atribuída naturalmente à questão de Taiwan. A República Popular da China reiterou que “se tratava da questão crucial que obstruía a normalização das relações bilaterais” e reafirmou o reclamo de que “a liberação de Taiwan era assunto interno da China”. A respeito, os Estados Unidos condiziam “no reconhecimento de que todos os chineses de ambos lados do Estreito de Taiwan constituíam uma única China” e registravam “seu interesse numa solução pacífica da questão taiwanesa pelos próprios chineses; com essa perspectiva em mente, os Estados Unidos reafirmavam seu objetivo final de retirar todas as forças e instalações militares norte-americanas de Taiwan, mediante reduções graduais proporcionais à diminuição da tensão na área”.

No regresso triunfal aos Estados Unidos, o Presidente Richard Nixon fez discurso, televisionado nacionalmente, ao igual que a cobertura dada pelas redes televisivas americanas às precursoras competições de pingue-pongue na RPC, em que declarou que sua viagem “servira para mostrar que nações

com diferenças profundas e fundamentais podem aprender a discutir essas diferenças calmamente, racionalmente e francamente, sem comprometer princípios próprios, e que isso equivalia à montagem de uma estrutura para a paz”.

O exercício diplomático para a aproximação pioneira transitou nos contatos esportivos preliminares. A *diplomacia do pingue-pongue* produziu efeitos multiplicadores o suficiente para que o Presidente norte-americano pudesse descrever o comunicado de Xangai como “único em apresentar honestamente as diferenças”, como uma competição entre honestos adversários esportistas, “antes que tentativa de encobri-las com dupla e dúbia linguagem diplomática”.

Também em escala multilateral, o esporte serviu de insígnia e tribuna para manifestações que ressonavam questões momentosas da política mundial. Quando os soviéticos sobressaltaram o mundo em 1979 com a ocupação militar do Afeganistão, pareceu natural a muitos atores internacionais que as próximas Olimpíadas de Moscou em 1980 servissem de campo de jogo político, de bastidor para negociações diplomáticas e de palanque para manifestações de vários países a respeito do episódio.

Em janeiro de 1980, Cyrus Vance, Secretário de Estado norte-americano, advertia a União Soviética para que retirasse suas tropas do Afeganistão sob o risco de enfrentar o possível boicote dos Estados Unidos às Olimpíadas de Moscou. O Presidente Jimmy Carter havia proposto o boicote olímpico ao detalhar, em discurso à nação, em janeiro de 1980, as possíveis medidas retaliatórias contra a invasão soviética ao Afeganistão. O elenco de represálias incluía o embargo de grãos, mais difícil porque acarretava considerações éticas e humanitárias alusivas à privação de alimentos ao povo soviético e porque provocava naturalmente prejuízos aos interesses comerciais de sempre zelosos exportadores. A Argentina, por exemplo, declarou que não participaria do embargo de grãos e que “desconsiderava ações punitivas originárias de centros de decisão estrangeiros”. Depois, a Embaixada em Washington flexibilizou a posição do governo argentino “acrescentando que não tiraria vantagem comercial da situação e que aderiria à recusa dos outros países exportadores de grãos em aumentar o volume tradicional de vendas aos soviéticos, para não ocupar oportunisticamente a lacuna das exportações norte-americanas”. A Argentina, país então muito ressentido com o

crítico norte-americano à política de direitos humanos do governo militar, indicou que manteria suas exportações de grãos à URSS limitadas a 1,5 milhão de toneladas métricas de trigo e milho, em 1980. Acerca do boicote esportivo, mais do que flexibilizar, a Argentina revisou posição original e, conforme nota da Secretaria de Desportes e da Chancelaria, “a invasão da União Soviética ao Afeganistão foi o motivo pelo qual os Estados Unidos e seus aliados não concorreram. A postura teve a adesão de 58 países, entre os quais Alemanha Ocidental, Japão, Canadá, Quênia, República Popular da China e Argentina”.

O Brasil anunciou em janeiro de 1980 que não participaria do embargo de grãos, nem tampouco oficializou decisão de abdicar de eventual incremento de suas exportações para suprir as necessidades soviéticas.

O governo brasileiro rejeitaria, afinal, adesão a qualquer embargo econômico ou esportivo, e, nesse caso, deveu assimilar inclusive investida incisiva de Ministro-Conselheiro da Embaixada dos Estados Unidos em Brasília. Em visita realizada à Divisão da América Central e Setentrional do Itamaraty, o funcionário diplomático norte-americano gestionou para obter respaldo do Brasil ao boicote olímpico, acenando com a proposta de que, em contrapartida, os Estados Unidos apoiariam, em várias instâncias e circunstâncias, qualquer pretensão brasileira de realizar Copa do Mundo de Futebol. Advertiu sem sucesso que, caso a aventada barganha esportivo-política bilateral não prosperasse, a proposta seria apresentada à Argentina. A crença primária numa rivalidade latente, que o diplomata norte-americano procurou explorar de maneira pouco esportiva, não impediu o Brasil de exportar nem de competir.

A proposta de embargo econômico era pouco sedutora e a adesão internacional pouco factível, ao menos nada maciça ou incondicional. Porém, permanecia o imperativo de algum tipo de manifestação recriminatória mundial. Muitas alternativas eram sopesadas. Durante reunião da OTAN em Bruxelas, em janeiro de 1980, o então Vice-Secretário de Estado norte-americano, Warren Christopher, afirmou que “o movimento encorajava um plano de retaliação”. O Conselho da OTAN não chegou a produzir uma lista de medidas para a própria organização, mas seus membros aliados concordaram em demonstrar individualmente a repulsa à invasão soviética e consensuaram na necessidade de coordenar ações. A ação individual dos países aliados parecia mais recomendável

porque o Afeganistão era considerado fora da esfera de influência da OTAN e porque uma ação unida da aliança militar poderia sugerir falsa alienação de países não alinhados e do Terceiro Mundo. As ações consideradas pela OTAN variavam da restrição de vendas e repasse de alta tecnologia à redução de créditos comerciais, mas esbarraram na relutância da maioria dos países-membros.

Nesse contexto, ocorre opinar que resultava necessário encontrar um instrumento, uma arma que parecesse “politicamente correta”, e de preferência sem consequências comerciais importantes, para reunir um contingente maior de atores internacionais no movimento retaliatório. Assim, para os idealizadores, o boicote aos Jogos Olímpicos de Moscou surgiu como a atitude de política internacional mais apropriada, rigorosa o suficiente para provar a força da recriminação, ampla e visível o suficiente para mostrar de público o concerto de grande quantidade de países.

Sucederam-se, então, adesões ao movimento do boicote olímpico, em alguns casos reforçado por sanções econômicas particulares, apesar das críticas do Comitê Olímpico Internacional, que “relembra serem os Jogos não para autoridades oficiais ou políticos, e sim para atletas, que não deviam ser usados como peões em uma luta internacional”.

O Primeiro-Ministro do Canadá, Joe Clark, anunciou que o país lideraria movimento para transferir a sede dos Jogos, possivelmente para Montreal, e que suspenderia créditos comerciais e a metade das exportações de alta tecnologia aos soviéticos. Grã-Bretanha e Países Baixos manifestaram simpatia e Portugal deu total apoio à proposta norte-americana de boicote olímpico, enquanto o Ministro de Relações Exteriores Diogo Freitas do Amaral informava o Parlamento de que o quadro das relações com a URSS seria revisado.

A Arábia Saudita foi o primeiro país a anunciar oficialmente o boicote aos Jogos Olímpicos de Moscou, pela repreensível invasão soviética ao Afeganistão. Muitos países aludiram ao assunto na Organização das Nações Unidas, embora, na época, o Secretário-Geral da Organização, Kurt Waldheim, estivesse pessoalmente mais envolvido com a questão dos reféns da Embaixada norte-americana em Teerã, inclusive chefiando missão ao Irã para conversações com o Ministro iraniano de Relações Exteriores Sadegh Ghotbzadeh, no cumprimento de mandato de Resolução do Conselho de Segurança da ONU, que contemplava a imposição de sanções econômicas ao país.

As duas crises, no Irã e no Afeganistão, inspiravam o Presidente Carter a “dramatizar a importante lição da excessiva dependência de petróleo estrangeiro e sua ameaça à segurança nacional”. Carter alertara que os Estados Unidos estavam preparados a ir à guerra para proteger as fontes e rotas de suprimento de petróleo na região do Golfo Pérsico, considerada de interesse vital. As outras medidas escalonadas prévias eram, naturalmente, o embargo de grãos, a restrição às vendas de produtos de alta tecnologia e o boicote às Olimpíadas de Moscou.

Um discurso de Jimmy Carter proferido em sessão conjunta do Congresso em janeiro de 1980 justificava as medidas retaliatórias: “...é por isso que os Estados Unidos impuseram rígidas penalidades econômicas à União Soviética. Não concederei permissão aos navios soviéticos para pescarem em águas costeiras dos Estados Unidos. Cortei o acesso soviético aos equipamentos de alta tecnologia e aos produtos agrícolas. Limitei outras operações comerciais com a União Soviética e pedi a nossos aliados e amigos que restringissem seu próprio comércio com os soviéticos e não substituíssem a provisão de itens embargados pelos Estados Unidos. E notifiquei o Comitê Olímpico de que, com a invasão das forças soviéticas ao Afeganistão, nem o povo americano nem o Presidente apoiam a participação do time olímpico em Moscou”.

Internamente, os Estados Unidos enfrentaram obstáculos para implementar tais medidas. Em relação ao embargo de cereais, a Administração Carter foi forçada a comprar cerca de 2,5 milhões de toneladas de grãos, principalmente de milho, que, com embarque suspenso, congestionavam portos em Nova Orleans, Houston e Baltimore. Quanto à proibição da participação olímpica, primeiro foram necessárias negociações com o Comitê Olímpico dos Estados Unidos, uma organização privada que podia ser convencida ou conduzida, mas não ordenada pelo governo. As negociações não foram fáceis e a persuasão demandou recurso a expedientes adicionais. Os representantes do USOC, o Comitê Olímpico dos Estados Unidos, foram convocados a Washington para discussões com oficiais da Casa Branca, do Congresso, dos Departamentos de Estado e de Defesa sobre a seriedade da situação no Afeganistão e a necessidade de “os Estados Unidos frustrarem os objetivos de propaganda política das Olimpíadas de Moscou”. As empresas patrocinadoras foram compelidas a sustar contribuições ao USOC até que essa organização apoiasse inequivocamente o

boicote. Aventou-se a possibilidade de o governo invocar os “poderes emergenciais” da Lei de Esportes Amadores, de 1978, para bloquear subsídios federais ao USOC, orçados em US\$ 16 milhões, e mesmo revogar a própria isenção tributária gozada pelo organismo esportivo. Carter avisou inclusive que poderia invalidar os passaportes dos atletas que intentassem viajar a Moscou.

Em carta que dirigiu a Robert Kane, Presidente do USOC, Carter esclareceu que não pretendia “injetar política nas Olimpíadas”. Contudo, argumentou que “o Kremlin atribuía enorme importância política aos Jogos e que, se as Olimpíadas não fossem realizadas em Moscou por causa da agressão soviética ao Afeganistão, esse poderoso sinal não poderia ser ocultado do povo soviético e reverberaria ao redor do globo”. O Presidente defendeu que “a cooperação do USOC era fundamental e que urgia eliminar futuras competições políticas entre as nações do mundo, com a fixação da sede permanente das Olimpíadas na Grécia”.

Na União Soviética, a agência oficial de notícias *Tass* comparava as táticas de política esportiva de Carter à situação dos reféns estadunidenses na Embaixada em Teerã. A imprensa soviética invectivava a contradição de que “aos atletas e ao movimento esportivo olímpico estava reservado, na presente aventura norte-americana, o papel de um tipo de reféns, embora Carter denunciasse o uso do sequestro e prisão para o atingimento de objetivos políticos”.

Em janeiro de 1980, o Departamento de Estado revelou que o Presidente Carter enviara mensagem a mais de cem chefes de Estado solicitando apoio para a retirada da sede olímpica de Moscou. Prontas e solícitas respostas foram recebidas do Canadá e da Grã-Bretanha, cujo Ministro de Relações Exteriores, Lord Carrington, suspendeu programadas visitas de autoridades soviéticas a Londres, contatos militares, operações de esquadras e intercâmbio naval. Alguns aliados, incluindo Israel, Áustria, Bélgica e Japão, confirmaram censuras à participação oficial de suas delegações, mas ressalvaram que a decisão cabia unicamente aos respectivos Comitês Olímpicos Nacionais. Outras nações, incluindo Alemanha Ocidental e República Popular da China, tiveram posição preliminar de “*wait-and-see*” acerca das propostas da Administração Carter.

Acontecimentos encadeados assomavam. O Primeiro-Ministro grego Constantine Caramanlis prometeu que a Grécia rerepresentaria a proposta

de sediar permanentemente as Olimpíadas. Os dirigentes esportivos soviéticos, numa aparente e apressada tentativa de reduzir pendências no plano de esporte, afirmaram que a URSS mandaria atletas aos Jogos Olímpicos de Inverno em Lake Placid, EUA, no mesmo ano de 1980, a despeito de qualquer decisão norte-americana sobre boicote aos Jogos de Moscou.

Na União Soviética, autoridades policiais detiveram e enviaram para exílio interno, em Gorki, o laureado Nobel Andrei Sakharov e sua esposa Yelena Bonner. Sakharov, físico dissidente credor de reputação internacional por sua defesa dos direitos humanos, foi acusado de “conduzir atividades subversivas contra a União Soviética e de aderir a círculos reacionários de Estados imperialistas que buscam interferir nos assuntos internos da URSS”. No início de 1980, o cientista russo bradava por pressão internacional para forçar a retirada de tropas ocupacionistas soviéticas do Afeganistão e advogou a validade política do boicote aos Jogos Olímpicos de Moscou. Na mesma época, autoridades policiais soviéticas intensificaram detenções e prisões de ativistas de direitos humanos e nacionalistas, principalmente estonianos, que protestavam contra a ocupação da Estônia e emitiam cartas abertas pregando o boicote esportivo.

A opinião política em Washington, que procurava convencer a opinião pública do mundo, era de que, como avaliava o Vice-Presidente Walter Mondale, “um boicote aos Jogos Olímpicos de Moscou representaria grande revés à URSS porque, sob todos os aspectos, os soviéticos planejaram usar o evento esportivo para aumentar prestígio internacional e promover exibição de seu modo de vida”.

Para os Estados Unidos, no manejo das duas crises políticas internacionais da época – os reféns da Embaixada no Irã e a ocupação militar soviética no Afeganistão –, muito valeram politicamente as decisões da Conferência dos Estados Islâmicos, convocada em sessão de emergência em Islamabad, Paquistão, em janeiro de 1980, e que reuniu Ministros de Relações Exteriores de 36 nações muçulmanas. Resoluções da Conferência criticavam o Irã pela “delonga nas diligências para a soltura dos reféns” e “denunciavam a agressão militar soviética ao povo afegão”. Respectivamente, as Resoluções expressavam “o sincero desejo de que a República Islâmica do Irã e os Estados Unidos pudessem resolver seus notórios problemas por meios pacíficos” e “a urgência

de os Estados-Membros da Conferência Islâmica romperem relações diplomáticas com o regime ilegal de Babrak Karmal, títere instalado no Afeganistão, e boicotarem os Jogos Olímpicos de Moscou”.

Enquanto prosseguiam suas manobras militares no Afeganistão, os soviéticos embrenhavam-se na retórica e na polêmica aberta para desurdir a mobilização mundial pró-boicote olímpico. O órgão máximo esportivo Comitê para a Cultura Física e o Esporte denunciava a proposta do boicote como uma tentativa dos Estados Unidos de utilizar o esporte como instrumento de chantagem política. Os soviéticos argumentavam que tais medidas retaliatórias podiam pôr em perigo o processo de *détente*. Nikolai Portugalov, importante funcionário do Departamento de Informação do Comitê Central disse então, em entrevista a emissoras ocidentais, que “não se podia sustentar, como alguns políticos na OTAN faziam, a continuidade da *détente* na Europa e simultaneamente expressar solidariedade à política norte-americana direcionada para frustrar o processo de distensão política, para boicotar as Olimpíadas de Moscou e para restringir contatos com a União Soviética”. Comentários veementes foram externados pelo então Embaixador soviético na República Democrática Alemã, Pyotr Abrasimov, que “advertia para o perigo de uma nova Guerra Fria se os líderes da Europa Ocidental obedecessem subjugadamente ao atual Presidente americano e assim o auxiliassem a manter aceso, à custa da tocha olímpica, o fogo que acendera para vencer a reeleição”.

Os soviéticos questionavam por dever e interesse direto qualquer utilização política do esporte, obviamente quando essa utilização fosse na direção do boicote internacional. Internamente, o valor e a validade do esporte, contudo, eram inarredáveis, como instrumentos de afirmação e propaganda. Tanto assim que edição de 1980 de livreto de orientações para ativistas do Partido Comunista Soviético revestia os Jogos Olímpicos de grosso verniz político e propagandístico. O *The Little Book for the Party Activist* descrevia as Olimpíadas como “uma constante luta entre as forças progressistas e as forças de reação”. O livro censurava as “forças reacionárias por tentarem usar o Movimento Olímpico e os Jogos em favor dos interesses das classes exploradoras, dos interesses do comércio e dos negócios ... para desviar a juventude das lutas políticas de classes”. O livro defendia o grande volume de recursos investidos pelo governo soviético na preparação das Olimpíadas de Moscou, consideradas um

passo importante para trilhar o objetivo fixado pelo Presidente soviético Leonid Brézhnev “no sentido de estabelecer Moscou modelo de capital comunista”.

De polêmica em polêmica, da retórica aos fatos, muitos outros países adotavam a firme decisão política de não participar do evento esportivo olímpico ou matizavam posições levemente diferenciadas. A Primeira-Ministra britânica Margaret Thatcher ofereceu financiamento e a sede alternativa de Londres para substituir Moscou na realização das Olimpíadas. O Ministro do Exterior dinamarquês, Kjeld Olesen, indicou que seu país não participaria do boicote olímpico, a menos que pressionado pela eventual circunstância de ser a única nação ocidental isolada na oposição. Hans-Dietrich Genscher, Ministro do Exterior da República Federal da Alemanha, conclamou Moscou a “criar as condições que capacitassem todos os Estados a participar dos Jogos Olímpicos”. Políticos opositores que integravam o governo de coalizão do Chanceler Helmut Schmidt pressionavam o governo alemão para que abandonasse sua posição até então neutral e engrossasse o movimento dos países ocidentais aderentes ao boicote olímpico. Helmut Schmidt, buscando atender a interesses mais próximos, instava Erich Honeker, líder da Alemanha Oriental, a iniciar o diálogo para reviver a *détente* entre as duas Alemanhas e ainda esquivava compromisso oficial com o boicote olímpico. Schmidt defendia que “a principal tarefa para nós alemães ... é evitar confrontação no território alemão na presente situação perigosa na política mundial”, ocasionada pela invasão soviética do Afeganistão.

A tática de Schmidt de tatear caminhos paralelos nas relações entre as Alemanhas e nas relações com o mundo, no que concernia à questão do Afeganistão, recebia severas críticas internas. A alocução de Schmidt no Parlamento foi crivada de ataques do líder dos opositores democrata-cristãos, Franz Josef Strauss, que dizia dever a Alemanha “afirmar claramente sua adesão ao boicote às Olimpíadas de Moscou”. Em fevereiro de 1980, finalmente, a República Federal da Alemanha oficializou seu apoio aos Estados Unidos na questão do Afeganistão. O Ministro do Exterior Hans-Dietrich Genscher afirmava que “nosso lugar é ao lado dos Estados Unidos, não entre as duas superpotências” e acrescentava que “a União Soviética tem o dever de criar condições para sediar os Jogos Olímpicos participativos. Nós esperamos solidariedade

dos Estados Unidos nas conversações de Berlim, e não a negaremos na questão das Olimpíadas”.

Embora os Estados Unidos exercitassem gestões e exercessem mesmo pressão declarada junto ao Comitê Olímpico Internacional, o órgão esportivo resistiu e manteve o apoio oficial às Olimpíadas de Moscou. Em sessão do COI realizada em Lake Placid, em fevereiro de 1980, o próprio Secretário de Estado norte-americano, Cyrus Vance, postulou a transferência, adiamento ou cancelamento dos Jogos, declarando em plenária do Comitê que seria uma violação dos princípios olímpicos fundamentais a realização dos Jogos em Moscou. O Presidente Carter manobrava para que “governos responsáveis” tomassem ações similares e considerassem a praticabilidade de realizar jogos internacionais alternativos para países ausentes de Moscou. O COI, entretanto, rejeitou as propostas americanas. Seu Presidente, Lord Killanin, diplomaticamente, contemporizava com conclamações para que os governos de todos os países, em particular os das maiores potências políticas e esportivas, negociassem a solução de suas diferenças.

Na Itália, Conferência do Partido Democrata Cristão majoritário recusava postos no Gabinete a políticos comunistas, citando considerações de políticas interna e externa, mormente a ocupação soviética do Afeganistão, embora a invasão militar tivesse sido condenada publicamente pelo Partido Comunista Italiano.

Andrei Gromyko, Ministro do Exterior soviético, confirmava que “a URSS ainda estava interessada na redução da corrida armamentista, a despeito da tensão Leste-Oeste, que a *détente* estava viva e respirava e que os Jogos Olímpicos de Moscou inspiravam clima de concórdia e relaxamento nas relações internacionais”. Como prova, o líder soviético recordava a participação efetiva de contingente esportivo da URSS nos Jogos de Inverno realizados em Lake Placid, NY, cinco meses antes das Olimpíadas de Moscou. Irredutíveis, os Estados Unidos impunham uma proibição mandatória de exportações para a União Soviética de produtos ou tecnologia relacionados aos Jogos Olímpicos. Carter havia instigado as empresas norte-americanas à renúncia voluntária às referidas exportações, mas as principais corporações do país conseguiram que o Secretário de Comércio Philip Klutznick fixasse uma proibição governamental obrigatória, para assim acautelar possíveis processos legais impetrados pelos parceiros comerciais soviéticos. Por exemplo, a medida garantia o

seguro da *National Broadcasting Company* junto ao *Lloyd's of London* para as operações de televisionamento dos Jogos. A rede televisiva já pagara quase US\$ 60 milhões pelos direitos e a soma não poderia ser coberta pelo seguro caso houvesse decisão voluntária e unilateral da NBC de não transmitir os Jogos.

Todos os argumentos e artifícios valiam para o governo Carter refrear a exploração propugnada pelo guia do Partido Comunista no sentido de “fazer significar a escolha de Moscou para sede das Olimpíadas como sinal de reconhecimento mundial da correção da política externa soviética”.

O candidato presidencial republicano opositor Ronald Reagan chamava a Administração Carter de incompetente na crise iraniana e, também na questão do embargo esportivo, procurava remarcar posição diferenciada, principalmente como plataforma de campanha. Embora defendendo o boicote olímpico, Reagan aliava-se a legalistas ao qualificar que “não julgava direito que o Presidente dos Estados Unidos tivesse capacidade para ditar a cidadãos americanos que não tinham violado lei alguma a proibição de deixar o país”. Em outras palavras, mais adequadas a seu discurso de campanha, Reagan aderiu ao inevitável gesto de repreensão (esportiva) mundial à invasão militar soviética, mas advogava que os próprios atletas tivessem a faculdade de decidir pelo boicote, ao invés de serem obrigados pelo governo federal.

Em abril de 1980, o Comitê Olímpico dos Estados Unidos finalmente decidiu apoiar a diretriz governamental, aprovada em Congresso de Delegados esportivos que foi assistido pelo Vice-Presidente Walter Mondale. Na oportunidade, Mondale discursou antes da votação dos Delegados e afirmou que “o Presidente, o Congresso e o povo americano entendem que um mundo que viaja a Moscou desvaloriza a condenação da invasão ao Afeganistão e oferece sua cumplicidade à propaganda soviética ... acredito que o povo americano não quer que seus atletas posem de fantoches nesse palco propagandístico. Insto os senhores a respeitar esse consenso inegável”.

Assim de fato aconteceu. O apoio do máximo órgão esportivo americano foi considerado uma vitória maiúscula para a Administração Carter nos planos interno e externo. Internamente, reforçava a impressão de firmeza que pretendia transmitir ao eleitorado. No cenário internacional, o Secretário de Imprensa da Casa Branca Jody Powell

aclamava a decisão do USOC e estimava que “agora, com a clara e uníssonas posição americana de não participar nos Jogos de Moscou, parece legítimo confiar em que outras nações líderes do mundo livre juntem-se a essa demonstração capaz de provar que nenhuma nação deve estar credenciada a sediar um festival olímpico de paz enquanto persistir invadindo e subjugando outra nação”. Com efeito, logo depois, o Primeiro-Ministro da Austrália, Malcolm Fraser, o Presidente do Comitê Olímpico Canadense, Dick Pound, o Ministro do Exterior japonês, Saburo Okita, e o governo da Alemanha Ocidental oficializavam a decisão de boicotar os Jogos Olímpicos de Moscou, embora alguns admitissem a participação individual de seus atletas, por inúmeras razões.

Os países tinham, naturalmente, suas próprias prioridades internas, bilaterais, regionais e internacionais que inviabilizavam, por exemplo, um embargo econômico limitador da receita de divisas. A Argentina, por exemplo, que recusara adesão a embargo econômico, anunciou, em maio de 1980, que não compareceria oficialmente aos Jogos Olímpicos de Moscou “porque não desejava que seus atletas fossem usados para validar atos que haviam ameaçado a paz e a segurança internacional”. Nessas condições, convinha e valia no geral o que Mark McGuigan, Ministro de Assuntos Externos do Canadá, professava no caso particular do boicote esportivo de seu país, ao defender que “a retirada das Olimpíadas é o modo mais claro e mais efetivo de tornar patente para os líderes da União Soviética a condenação mundial à invasão soviética do Afeganistão e a seu desrespeito às demandas da comunidade internacional”. Quando os atletas canadenses decidiram participar com base na orientação de seu Comitê Olímpico Nacional, McGuigan declarou que a posição oficial do governo canadense era de adesão ao boicote dos Jogos e que a delegação esportiva do país compareceria a Moscou “sem o apoio moral e financeiro do governo”. Falando de vizinhança lindeira, o México, apegado ao tradicional tom político independentista, participou plenamente das Olimpíadas. Porto Rico, Estado associado dos EUA, enviou representação aos Jogos, inclusive exibindo bandeira e hino particulares, apesar da possibilidade cogitada, mas arredada pela Administração Carter, de que os atletas porto-riquenhos, como cidadãos norte-americanos, pudessem estar sujeitos a restrições legais de viagem.

O recurso à presença de Comitês Olímpicos em base exclusivamente esportiva, portanto sem aval oficial, disseminou-se entre vários países

em razão de pressões internas, principalmente das comunidades culturais e esportivas, e porque parecia solução de compromisso acalentada para prevenir, nas respectivas agendas bilaterais desses países com a URSS, a severidade de eventuais retaliações. Assim, por exemplo, a Federação Olímpica Australiana aceitou o convite do Comitê Olímpico Internacional para competir em Moscou, apesar das pressões políticas do Gabinete do Primeiro-Ministro Malcolm Fraser, que, ao criticar a conduta do órgão esportivo, dizia “rezar para que a União Soviética não interpretasse essa e outras decisões de federações olímpicas no mundo como enfraquecimento da vontade ocidental, como a Alemanha nazista fizera em 1936”.

As Olimpíadas de Moscou, realizadas entre julho e agosto de 1980, e pela primeira vez em um país comunista, reuniram 31 países e registraram 65 abstenções, principalmente em protesto à invasão soviética do Afeganistão. À natural redução do número de atletas associou-se a diminuição dos fluxos turísticos, limitados a um terço daquilo que anfitriões soviéticos planejaram acomodar. Embora em sua maioria representados por Comitês Olímpicos nacionais, é verdade, todos os países europeus ocidentais participaram, à exceção da Alemanha Federal, Liechtenstein, Noruega e Mônaco.

Alguns atletas e Comitês Olímpicos participantes resolveram demonstrar consciência e engajamento político. Muitos medalistas preferiram receber a premiação sob a bandeira e o hino olímpicos, ao invés do manto tradicional dos respectivos símbolos nacionais, enquanto outros atletas solicitavam audiências a autoridades soviéticas para entregar apelos escritos em favor da soltura de prisioneiros políticos e da não interferência em outros países.

Os Jogos Olímpicos de Moscou foram abertos oficialmente pelo Presidente soviético Leonid Brézhnev. No desfile inaugural, dezesseis nações recusaram portar suas bandeiras nacionais próprias. Ao invés, o Pavilhão olímpico revestiu a apresentação dessas delegações, assim como acompanhou muitos atletas nas solenidades de premiação.

Também contrariando a tradição pela qual, na cerimônia de encerramento, deve ser hasteada a bandeira do país que sediará as próximas Olimpíadas, em Moscou subiu no mastro, por injunção dos Estados Unidos junto ao Comitê Olímpico Internacional, não a bandeira norte-americana, mas o Pavilhão Olímpico. Em Moscou, portanto, não se viu a bandeira norte-americana, mas se previram os sinais do *script*

anunciado e que seria cumprido quatro anos depois nas Olimpíadas de Los Angeles.

Em 1984, o ato esportivo retaliatório da União Soviética, de países satélites e aliados refletia o que os dirigentes soviéticos rotulavam uma resposta “à cruzada antissoviética maquinada pela Administração Reagan, com indução de defecções de atletas soviéticos por meio de sequestro e uso de substâncias químicas psicotrópicas e de atividades alicientes de grupos e coalizões antissoviéticas em Los Angeles”.

O Departamento de Estado norte-americano desqualificava as versões soviéticas como simulacro e completa distorção dos fatos para ajeitar uma retaliação e uma linha de pensamento político soviético. Também repudiava “acusações irresponsáveis em relação às políticas olímpicas da Administração Reagan”. O Presidente Ronald Reagan enfatizava que “tinha feito todo o possível para garantir a segurança dos atletas, inclusive com a destinação de US\$ 35 milhões pelo Departamento de Defesa para a instalação de equipamentos de vigilância, e que não vislumbrava nenhum gesto adicional para atrair os soviéticos de volta aos Jogos”.

Assim, o uso do evento olímpico como instrumento de política internacional concluía seu roteiro de dois capítulos, com os boicotes esportivos e políticos, reciprocados entre norte-americanos e soviéticos. Los Angeles prepararia o cenário também para manifestações políticas de países africanos, que ameaçavam boicotar os Jogos Olímpicos para protestar contra os laços culturais e esportivos da Grã-Bretanha com a África do Sul.

Nesse assunto, eventos de natureza esportiva que propiciavam maior tela para a projeção internacional dos protestos africanos contra o apartheid já tinham sido utilizados. Tribuna especial e politicamente oportuna foram os Jogos Olímpicos da Comunidade Britânica realizados em Edimburgo, em julho de 1986. À época, anúncios de boicote aos *Commonwealth Games* sucediam-se, no mais importante protesto político contra a algo obtusa relutância do governo da Primeira-Ministra britânica Margaret Thatcher em adotar sanções econômicas e comerciais contra a África do Sul, renitência que provocava a somação de adeptos ao boicote aos Jogos da Comunidade Britânica.

A participação esportiva e o peso político de alguns ausentes podiam significar pouco na comunidade; Ilhas Maurício, Ilhas Virgens, Granada, Bahamas, Papua-Nova Guiné e Malásia eram, nos dois quesitos, pouco

representativos. Outros países, entretanto, tinham dimensão e desvelo marcantes. Os africanos Nigéria, Quênia, Uganda e Tanzânia eram diretos protagonistas do episódio, óbvios e audíveis propagandistas do boicote esportivo, e preocupavam. As preocupações da rainha Elisabeth II tornaram-se maiores quando a Índia anunciou oficialmente sua decisão de boicotar os Jogos de Edimburgo. O gesto indiano foi considerado um sério revés não apenas para as competições esportivas, mas para o próprio governo britânico. O Ministério dos Esportes da Índia justificou a medida afirmando ter o país tentado sem sucesso obter uma resposta positiva da Primeira-Ministra Thatcher quanto à adoção de sanções contra a África do Sul. O governo indiano do Primeiro-Ministro Rajiv Gandhi resistiu aos apelos do Presidente do Comitê Olímpico Internacional, Juan Antonio Samaranch, e decidiu tomar posição solidária aos países africanos.

A crise dos Jogos punha em risco a unidade da Comunidade Britânica, o maior foro político internacional depois das Nações Unidas, e ameaçava um descompasso constitucional, em razão das desinteligências entre a rainha Elisabeth II, líder formal da Comunidade, e a Primeira-Ministra Thatcher, estremada da opinião pública em algumas questões de política externa.

O Chanceler britânico Geoffrey Howe empreendia visita à África do Sul, na tentativa de obter do Presidente sul-africano Pieter Botha medidas que abrandassem os óbices à participação política da população negra e providências legais mais rápidas, conducentes ao fim do apartheid. Pretória, ao contrário, determinava novas adscrições à chamada Lei de Emergência. A pressão política internacional, estalada pela mobilização africana de embargo esportivo, aumentou quando determinações mais sérias passaram a ser tomadas em outros países. Nos Estados Unidos, o Comitê de Relações Exteriores do Senado, em desafio frontal ao Presidente Ronald Reagan, aprovou Resolução de mais severas restrições ao comércio com a África do Sul, inclusive vinculando o abrandamento das sanções econômicas à libertação de presos políticos, como o encarcerado Nelson Mandela, líder do Congresso Nacional Africano. O projeto do Congresso dos EUA previa a suspensão de investimentos, proibia importações de estatais sul-africanas e interditava o uso do sistema bancário norte-americano ao governo de Pretória e a suas indústrias.

Na Europa, os doze Ministros de Relações Exteriores da Comunidade Econômica Europeia decretaram, em 1986, a suspensão dos investimentos

na África do Sul e um embargo sobre as importações de ferro, aço e peças de ourivesaria, produtos que representavam, em 1985, US\$ 380 milhões, 6% a 7% das vendas sul-africanas à CEE. O elenco de sanções mantinha a primeira série de medidas diplomáticas e econômicas vigentes desde 1985: a chamada dos adidos militares, embargo sobre exportações petrolíferas, proibição de vendas de armas, cessação de exportações de material sensível destinado ao exército e à polícia sul-africana e a proibição de qualquer nova colaboração em matéria nuclear.

O impacto econômico direto foi consideravelmente atenuado porque os três principais produtos importados da África do Sul, carvão, que muito interessava à Alemanha, diamante e ouro *commodity*, escaparam estrategicamente do embargo europeu. As sanções econômicas e comerciais, como sempre, deviam ser qualificadas e pontualizadas para evitar grandes prejuízos ao volume e à lucratividade das transações de bens e serviços. Para acomodar a pressão da opinião pública internacional e a preservação de valiosos negócios, muito convinha a alusão à comparação que o Secretário de Estado do Lesoto fazia para a situação política no Sul do continente africano: “a África do Sul é como uma zebra. Se ferirmos as partes brancas, as partes negras morrerão também”.

Europeus e norte-americanos argumentavam que a imposição de sanções econômicas rigorosas contra o regime branco segregacionista vitimaria mais os trabalhadores negros e as nações vizinhas, com governos negros. No passado, o governo sul-africano aplicara sanções de forma seletiva, mas com efeitos muito deletérios. Se usadas em grande escala para repassar as sanções globais da comunidade internacional, as chamadas “contra sanções” poderiam forçar os países vizinhos à completa submissão. O estudo desse risco e fraqueza era meticuloso. A vulnerabilidade resultava da geografia, da história e da pobreza. Três dos chamados países da linha de frente – Botsuana, Lesoto e Suazilândia – tinham, por assim dizer, todos os ornamentos de independência, inclusive a condição de membros da ONU, mas eram completamente dominados pela África do Sul. Muitos países africanos, inclusive alguns bem distantes como o Zaire, dependiam das ferrovias e dos portos sul-africanos e o dinheiro enviado para suas famílias por mineiros e outros trabalhadores estrangeiros em território sul-africano representava importante fonte de rendimentos para diversas nações. Botsuana, Zimbábue, Zaire e Zâmbia utilizavam o sistema de transportes da África do Sul, principalmente

vagões ferroviários, para conduzir parcela significativa de seu comércio exterior. A Suazilândia recebia 80% de sua energia elétrica da África do Sul e 17 mil suazis trabalhavam em indústrias sul-africanas. O Malavi dependia das conexões ferroviárias e rodoviárias com a África do Sul para a maioria de suas exportações e importações e 1/6 do PNB era representado pelas remessas de trabalhadores malavianos emigrados. A principal exportação de Moçambique era a força de trabalho, já que 60 mil moçambicanos trabalhavam na África do Sul, de onde provinham 90% da energia elétrica que abastecia Maputo.

O Brasil tomou posição clara na pendência internacional. O Arcebispo anglicano sul-africano Desmond Tutu, o mais importante líder opositorista e Prêmio Nobel da Paz em 1984, recebeu convite para visitar o país em 1987. A decisão do governo brasileiro “refletia o reconhecimento pela luta incansável que o Arcebispo desenvolvia em favor da supressão de um regime atentatório às mais caras tradições brasileiras de convivência racial”, assinalava o Itamaraty. O comunicado da Chancelaria brasileira anunciava que “a visita se inseria no contexto da política do Presidente José Sarney de condenação ao regime de apartheid e de solidariedade aos patriotas que lutam para instaurar uma nova sociedade na África do Sul, livre do flagelo do racismo”.

O governo brasileiro adotava rigorosa política de concessão de vistos a cidadãos sul-africanos e desestimulava quaisquer iniciativas na área de cooperação e contatos oficiais. Restrições baixadas pelo Presidente José Sarney em agosto de 1985, pelo Decreto nº 91.524, impunham embargo econômico e proibiam todo tipo de intercâmbio cultural, artístico e desportivo com a África do Sul.

Com o tempo, a própria Grã-Bretanha passou a graduar a aplicação de “sanções de contingência” e o governo sul-africano começou a flexibilizar os austeros impedimentos do apartheid. Os negros foram autorizados de início a votar em eleições nacionais para eleger os Delegados que seguiriam propugnando as reformas raciais e a abolição das leis de sustentação legal do apartheid, principalmente a da obrigatoriedade de brancos, negros e mestiços viverem em áreas separadas, a da proibição aos negros de comprar terras (abolidas em junho de 1991) e a da vedação do direito de voto nacional à população de raça negra (abolida em 1993), no processo de longas negociações políticas conduzidas por Nelson Mandela e que culminaram com a realização das eleições multirraciais

em abril de 1994. Como sabido, a vitória do Congresso Nacional Africano encerrou então a dominação branca oficial e o regime apartheid, propiciando a estruturação de um governo de transição e união nacional sob a presidência de Nelson Mandela.

No quadro geral da política internacional, mais uma vez, a (des) vinculação e o isolamento esportivo provaram ser instrumento de mais insofismável aceitação e maior eficácia do que um possível embargo econômico. Sanções econômicas podiam ser consideradas lesivas e mesmo imorais porque afetariam também as populações negras, mas o boicote esportivo reunia os valiosos trunfos do desembaraço político, força e visibilidade mundial. Aproveitando-se da ocasião dos *Commonwealth Games*, uma miniolimpíada esportiva que simbolizava a celebração de antigos vínculos imperiais e a presumida solidariedade futura entre seus membros, alguns países da comunidade tomaram uma decisão drástica: já que a Inglaterra não boicotava a África do Sul, eles resolveram boicotar a Inglaterra. Por conseguinte, os *Commonwealth Games* aconteceram contritamente na cidade escocesa de Edimburgo, sem 31 Estados e Colônias, mais da metade das 58 representações inscritas inicialmente.

A punição esportiva descortinou a questão no plano mundial, funcionou como convocatória para adesões desimpedidas e serviu de chama e combustível para que sanções em outras áreas, culturais, científicas e depois mesmo econômicas, contribuíssem para sinalizar a mobilização internacional pelo fim do regime sul-africano de segregação racial.

Exemplos matizados da interseção entre a política e o esporte podem ser retirados de outras questões internacionais correntes. Na Península coreana, eventos e manifestações esportivas de massa serviram para impulsionar exposição das Coreias do Sul e do Norte ao mundo e insemear propostas amplificadas de concertação política ocasional entre os dois países, como os pactos de não agressão e o encaminhamento de possível processo de reunificação.

Primeiro a Coreia do Sul, inspirada pelo exercício promocional japonês ao sediar as Olimpíadas de Tóquio, em 1964, procurou relançar-se positivamente no concerto das nações e, de preferência, recolher os mesmos benefícios de imagem e negócios auferidos pelo Japão, sobretudo reconhecimento e prestígio internacional. Ilustrativa e sintomática a respeito foi pesquisa

realizada na França que apontou os fatos mais relevantes para a opinião pública naquele ano: 5% opinavam que era a Guerra do Vietnã, 11% o Concílio Vaticano II, 17% a viagem do general Charles de Gaulle à América do Sul e 20% votaram nos Jogos Olímpicos de Tóquio!

A lucratividade comercial e o sucesso promocional de imagem podiam beneficiar igualmente à Coreia do Sul. Estava provado: inexistia instrumento para vender produtos, serviços e imagens comparável em vitalidade e visibilidade a uma realização esportiva de escala mundial. Em Londres, em 1948, representantes de seis nações asiáticas, incluindo a Coreia do Sul, assinaram acordo para fundar festivais esportivos, semelhantes às então recém-concluídas Olimpíadas, mas nos quais atletas da Ásia pudessem participar e vencer em condições competitivas mais equilibradas. No ano seguinte, a sede da Federação Asiática de Jogos foi estabelecida em Nova Délhi, capital que sediaria, em 1951, os primeiros ASIAD – Jogos Asiáticos, com a participação de representações de onze países. Uma notável baixa nessa ASIAD inaugural foi exatamente a fundadora signatária Coreia do Sul, em guerra com a Coreia do Norte. Agora, quase quatro décadas depois, a Coreia do Sul prepararia sua primeira grande aparição no cenário internacional como sede dos Jogos Asiáticos.

O país nunca tinha experimentado um assédio semelhante e pretendeu fazer aparatosa demonstração nos referidos Jogos Regionais. Nos Jogos Asiáticos de 1986, observada por todo o mundo, a Coreia do Sul recebeu mais de 3.000 atletas procedentes de 29 países e 150.000 visitantes. Tratou-se de uma espécie de ensaio geral para os Jogos Olímpicos de 1988, que o regime sul-coreano conseguiu atrair para Seul, vencendo a concorrência do poderoso Japão, desejoso de levar o evento esportivo para Nagoia.

O verdadeiro ponto vulnerável na promoção dos jogos coreanos era o governo do país, principalmente o Presidente Chun Doo Hwan, um antigo general e um dos últimos ditadores do Extremo Oriente aliados ao Ocidente. Chun definia seu sistema repressivo de governo como uma “democracia dirigida”.

As privações da classe trabalhadora e da população em geral eram escudadas em motivos patrióticos, porquanto a Coreia do Sul viveria sob ameaça constante da vizinha e comunista Coreia do Norte. Era discurso monocórdio internamente e coonestado nos países ocidentais.

Durante visita realizada a Seul em 1986, o Secretário de Estado norte-americano George Schultz recusou-se a manter encontro com dois dirigentes oposicionistas porque eles não seriam representantes oficiais da oposição. Essa postura terminara com as esperanças oposicionistas de que Washington pudesse afastar-se de Chun, da mesma maneira como fizera antes em relação ao ditador Ferdinand Marcos das Filipinas.

A possibilidade de afastamento político e conseqüentemente militar dos Estados Unidos chegou a alarmar muito Chun. Pouco antes da visita de Schultz, o Presidente sul-coreano tentou bloquear com força policial a coleta de assinaturas em favor de projeto de democratização, mas logo depois, pensando nos Jogos Asiáticos e em suas vantagens publicitárias para o país, Chun mudou repentinamente de ideia e de atitude. Recebeu líderes dos três partidos políticos representados no Parlamento e declarou a disposição de promover reformas constitucionais tendentes à gradual participação democrática.

Chun impunha tarefas ao país e, para marcar o compromisso, a lista denominada *Metas para 1986* estava afixada em todas as repartições do governo e também nas empresas privadas. As metas prioritárias naquele ano eram as seguintes: 1) fortalecimento da defesa nacional; 2) progresso econômico e aumento do índice de produtividade; 3) lei e ordem; 4) vida modesta; e 5) realização bem-sucedida dos Jogos Asiáticos.

O Presidente Chun queria otimizar o tempo restante para a realização de suas tarefas, pois projetava, em princípios de 1988, entregar o poder após o término de seu mandato de sete anos. Chun pretendia tornar-se o primeiro estadista em toda a história coreana a promover uma “mudança pacífica de poder”, feito que imaginava garantir sua glória nos livros históricos como fundador de tradições democráticas. Chun alimentava o sonho de excluir seu país da lista terceiro-mundista e de forjar a imagem da Coreia do Sul como um novo Japão, um *clichê* incentivado também pelos meios de comunicação ocidentais.

A Coreia do Sul tinha uma dívida externa calculada em US\$ 47,6 bilhões e o mercado de trabalho recebia anualmente 350 mil ingressados. Para absorvê-los, mantendo-se um nível constante de automação industrial, seria necessário conseguir crescimento econômico anual de no mínimo 7%. Esse índice deveria ser atingido através das exportações, numa época em que subiam as tendências protecionistas, principalmente nos Estados Unidos, país receptor de quase 50% das exportações sul-coreanas. Disposições domésticas

de eventual democratização serviam para conquistar apoios, investimentos e encomendas do mundo ocidental. A cobertura internacional dos Jogos Asiáticos, em 1986, e Olímpicos, em 1988, servia de objeto para disseminar imagem política positiva e desobstaculizar eventuais entraves à simpatia, ao respeito e, é claro, às transações econômicas internacionais. Maior liberdade política, provada pelo incipiente processo de democratização, maiores negócios. Maior popularidade, transmitida pelos exitosos Jogos Olímpicos, maior reconhecimento internacional.

Depois do ensaio exitoso em 1986, Seul acolhia agora em 1988 uma manifestação desportiva de massa de maior envergadura. Para funcionar como ornada vitrine de uma Coreia do Sul laboriosa e eficiente, as Olimpíadas de Seul, totalmente financiadas pelo governo, receberam injeção de US\$ 3 bilhões do orçamento oficial. Os gastos foram quase inteiramente compensados com verbas do sistema rádio-televisão, patrocínio empresarial, arrecadação de loterias e selos, venda de ingressos e o afluxo de aproximadamente 270 mil turistas, conforme previra a Federação Sul-coreana do Turismo.

As autoridades sul-coreanas confiaram embutir nos Jogos Olímpicos uma mensagem promocional de rico valor. Por ser a cidade-sede das Olimpíadas, Seul tornou-se uma importante ferramenta de marketing comercial e político. Outro país também pretendeu degustar as beiradas do nutritivo “mingau” esportivo, que mesclava interesses corporativos transnacionais, investimentos e negócios supervalorizados e, prioritariamente, afirmação e prestígio internacional.

A propaganda norte-coreana pregava que os sul-coreanos perseguiram objetivos políticos e “planejavam usar os jogos para finalizar a divisão da Coreia em duas partes”. O Vice-Premier norte-coreano Chong Jun Gi acusava Seul de “escalar preparações de guerra sob o pretexto das Olimpíadas... e que assim os Jogos Olímpicos na Coreia do Sul não eram mero assunto esportivo mas um sério problema político”. O *Pyongyang Times*, veículo oficial norte-coreano, repetia editoriais reivindicando o copatrocínio das Olimpíadas, pois assim “refletiria o desejo comum de todo o povo coreano e seria favorável à independente e pacífica reunificação da Coreia”.

Enquanto isso, a Coreia do Sul mantinha sua própria ofensiva diplomática. Em junho de 1987, o Ministro de Relações Exteriores sul-coreano anunciou que “os principais objetivos diplomáticos da

nação eram deter a agressão norte-coreana, melhorar as relações com o Bloco Comunista e garantir a realização bem sucedida das Olimpíadas de 1988 em Seul”. Cumpre considerar que antes da empresa olímpica a Coreia do Sul não tinha relações diplomáticas com os países socialistas.

Na questão coreana, política e esporte estiveram ostensivamente juntos quando Delegações do Norte e do Sul reuniram-se na cidade fronteiriça de Panmunjon, em 1988. Tratava-se do primeiro encontro oficial entre os dois países desde que a Coreia do Norte suspendera todos os canais de diálogo em 1985, em protesto contra a realização das manobras militares anuais *team spirit*, conjuntamente pela Coreia do Sul e tropas norte-americanas estacionadas no país. Os dois objetivos da reunião eram tratar dos Jogos Olímpicos de Seul e discutir a possibilidade de criação de um pacto de não agressão para terminar com quase meio século de hostilidades.

Os norte-coreanos ameaçavam boicotar as Olimpíadas de Seul e insistiam na proposta de cossediar os Jogos. Negociações preliminares foram paralisadas quando o Norte comunista rejeitou oferecimento do Sul para que a Coreia do Norte pudesse acolher competições de vôlei feminino, tênis de mesa, prova ciclística de estrada, arco e flecha e um grupo do torneio de futebol. Alguns países como Cuba, Etiópia e Nicarágua exigiam a participação plena e igual da Coreia do Norte na organização das Olimpíadas e ameaçavam não participar caso a Coreia do Sul mantivesse exclusividade ou primazia. Já a União Soviética, que boicotara os Jogos Olímpicos de Los Angeles em 1984, enviou Delegação de parlamentares e diplomatas a Seul, os primeiros Delegados de Moscou a visitar a Coreia do Sul desde o fim da Segunda Guerra Mundial, para cuidar dos interesses dos turistas e dos atletas soviéticos confirmados nos Jogos.

O outro ponto da pauta de reuniões entre as Coreias do Sul e do Norte, o pacto de não agressão, seria um ato de distensão que, especulava-se, poderia iniciar até mesmo um processo de reunificação, possibilidade sempre levantada pelo líder oposicionista coreano Kin Yung-Sam, do Partido da Reunificação Democrática.

A intervenção do Japão, no plano estritamente diplomático, ideou resolver o problema da co-sede dos Jogos Olímpicos, um quebra-cabeças que resistia às tentativas de solução. Quando a Coreia do Norte reivindicou claramente a divisão igualitária das

competições e esbarrou no zelo da Coreia do Sul, o Japão passou a intermediar as negociações e ficou sendo, na prática, o único meio de comunicação, à margem da gestão pessoal de Juan Antonio Samaranch, Presidente do Comitê Olímpico Internacional. O papel e os esforços da diplomacia japonesa na questão esportiva demonstravam o interesse e a influência de Tóquio no reequilíbrio político asiático. Naquela ocasião, entretanto, negociações políticas, gestões diplomáticas e projetos conjuntos foram frustrados, inclusive algumas propostas simbólicas do Comitê Olímpico Internacional para que as duas Coreias desfilassem lado a lado nas cerimônias de abertura e encerramento dos Jogos. A Coreia do Norte recusou copatrocinio parcial e autoexcluiu-se dos Jogos de Seul, como fizera em Tóquio, em 1964, depois da fracassada tentativa de criar com a Indonésia uma Olimpíada concorrente dos “fracos e oprimidos”.

Doze anos depois dos Jogos de Seul, as duas Coreias voltariam a juntar, agora com aparente e relativo sucesso, política e esporte, embaladas pelo simbólico desfile olímpico unificado nas Olimpíadas de Sydney. A primeira reunião de cúpula entre os líderes da Península coreana foi realizada em junho de 2000, em ambiente amistoso e com resultados concretos. Os quatro pontos principais do acordo histórico, assinado na oportunidade por Kim Dae-Jung e Kim Jong-il, contemplaram a reconciliação e boa vizinhança política, programas de cooperação e investimentos sul-coreanos no Norte, facilitação de reencontros de famílias separadas e medidas tendentes à reunificação dos dois países, tudo no clima e no anelo da canção *Nosso Sonho é a Reunificação*, interpretada em coro na cimeira presidencial.

A efetiva reabertura de escritório de ligação situado na fronteira, a organização de semanas de renegociação nacional, a reativação de conexões ferroviárias, a produção conjunta de energia elétrica e a então cogitada possibilidade de copromoção coreana da Copa do Mundo de Futebol de 2002, reservada originalmente para a Coreia do Sul e o Japão, demonstravam a amplitude e o avanço mais acelerado das negociações de paz.

O reconhecimento internacional também foi rápido e manifesto. Menos de uma semana depois da reunião de cúpula histórica entre os governos coreanos, os Estados Unidos anunciaram a amenização das sanções impostas à Coreia do Norte por quase meio século. Medidas

autorizaram a liberação de voos diretos entre os dois países, a importação de bens de consumo e matérias-primas da Coreia do Norte e a exportação de empresas norte-americanas e suas subsidiárias no exterior para o país asiático.

O Canadá, logo depois da Itália, tornava-se a segunda nação do grupo dos sete mais ricos do mundo a reconhecer formalmente a Coreia do Norte e a reativar relações políticas com Pyongyang e o próprio Brasil anunciaria o próximo estabelecimento de relações diplomáticas com o país por ocasião da visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso a Seul, em janeiro de 2001.

Dessa vez, portanto, a paz olímpica durante a cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos de Sydney 2000 sinalizava, no momento e no contexto, que as duas Coreias podiam andar de mãos dadas nos caminhos lúdicos e políticos. Na repetição do exercício associado de simbologia esportiva e pacificação política, no primeiro jogo de futebol entre suas seleções, realizado em setembro de 2002, depois de dez anos de interrupção das relações culturais, as duas Coreias dispensaram a exibição de símbolos nacionais particulares. No espetáculo, os países resolveram utilizar bandeira neutra da Península coreana e uma canção folclórica intitulada *Arirang* como hino comum. Provas reiteradas de que as trilhas do ludismo e da política podem ser entendidas por aqueles países como trajetos complementares para o *Sonho da Reunificação*, grandemente pavimentados pela tração simbólica do esporte.

Capítulo V

Política e Papel Político dos Organismos (Esportivos) Internacionais. Utilidade Para o Brasil

Como traço cultural marcante e positivo da sociedade brasileira, notório e reconhecido internacionalmente, o vetor esportivo pode requalificar e robustecer a formação da imagem externa do Brasil. Amplas bases de lançamento, os organismos, também os esportivos, mundiais e instrumentos conexos, melhor conhecidos e utilizados, podem proporcionar resultados tangíveis nessa projeção. Conviria, portanto, de início, considerar brevemente o perfil político, a funcionalidade operacional e a utilidade dos referidos órgãos. Depois, competiria apresentar instrumentos, instâncias práticas e ações concretas relacionadas, como, por exemplo, o exercício e o nível de diplomacia parlamentar praticada para captar megaeventos esportivos, os programas de cooperação internacional, de cunho técnico, social e humanitário, dos organismos esportivos, a atuação conjugada de várias agências especializadas das Nações Unidas, temas e iniciativas prioritárias propostas, todos esses cenários e contextos em que poderia caber maior protagonismo do Brasil.

O conceito e a complexidade dos assuntos de esporte, ao assumirem a relevância de tema frequente e cada vez mais multidimensional da agenda global, resultaram na criação de organismos e mecanismos cultural-esportivos internacionais. Associações/câmaras/comitês setoriais privados, quase classicamente empresariais, e órgãos

público-governamentais com responsabilidades diversas. Exemplos ilustrativos são, respectivamente, o COI, a FIFA e o CIGEPS – Comitê Intergovernamental para a Educação Física e o Esporte da UNESCO, esse naturalmente sob o pálio de iniciativas sistêmicas no âmbito ampliado da Organização das Nações Unidas, hoje ator protagônico e engajado na temática esportiva.

Transcendentes, complexos e volumosos são os insumos e rendimentos gerados e geridos pelos dois universais – e quantitativamente mais representativos que a própria Organização das Nações Unidas – organismos esportivos internacionais, o COI e a FIFA, e seus respectivos megaproductos para megamercados, os Jogos Olímpicos e as Copas do Mundo de Futebol.

Como noticiava edição do *Daily Mail* de julho de 1961, “somente duas organizações mundiais haviam sobrevivido às guerras do século XX, a Cruz Vermelha Internacional e o Comitê Olímpico Internacional”. Na década de sessenta, a própria UNESCO tentou assumir controle dos Jogos Olímpicos. O Comitê Olímpico Internacional repeliu a aspiração, sob o argumento e princípio da independência dos organismos esportivos, que não deveria ser solapada por considerações ou controle político prevalecente dos governos.

O COI, criado pelo Congresso de Paris de 1894, responsável exclusivo pela promoção e supervisão dos Jogos Olímpicos modernos, é uma associação de direito internacional com personalidade jurídica própria sediada em Lausanne, Suíça. Por sua Carta Constitutiva, seus objetivos originais, sem fins lucrativos, seriam “o desenvolvimento do esporte e das competições esportivas, a manutenção do esporte no quadro do ideal olímpico, encorajando e fortalecendo a amizade entre os esportistas e os povos de todos os países, e a garantia de celebração regular dos Jogos Olímpicos, dignamente conforme sua gloriosa história”. Numa avaliação crítica geral, precisamente esse desígnio superior da promoção contínua e comercialmente desinteressada das Olimpíadas testemunhou a contraforça ou teve de negociar, na prática, a acomodação de duas circunstâncias reais (1) o altruísmo e o amadorismo dos Jogos Olímpicos, princípios vencidos pela mercantilização de um produto supremo da lucrativa indústria do esporte, e (2) o simbolismo histórico das Olimpíadas que, na Grécia antiga, impunham trégua sagrada e paralisavam momentaneamente conflitos, virtude subvertida

pela realidade que demonstrou valer o inverso, ou seja, a interrupção de algumas Olimpíadas, provocada por conflagrações bélicas. Para permitir a vazão das guerras, os programados Jogos Olímpicos de 1916, 1940 e 1944 e as Copas do Mundo de Futebol de 1942 e 1946 foram evidentemente suspensos.

Hoje, os ingredientes e resultados mercadológicos da maior reunião internacional realizada – os Jogos Olímpicos – estão assenhorados rigidamente pelo Comitê Olímpico Internacional, que regula a exploração comercial e publicitária dos símbolos, marcos e divisas olímpicas, notoriamente a venda de quotas de patrocínio e direitos de transmissão televisiva. As Olimpíadas transformaram-se num negócio bilionário, sobretudo a partir dos investimentos diretos de propaganda privada e patrocínio empresarial nos anos oitenta. O volume de recursos e receitas, somado às repercussões políticas, à afirmação de valores nacionais, ao poder de difusão de imagens, à promoção e prestígio institucional em escala mundial, justifica a disputa dos países pelo privilégio de sediar os Jogos Olímpicos, uma pugna hoje forçosamente renhida não só na esfera esportiva, mas nos escalões políticos e diplomáticos.

A finalidade é bastante salutar e consequente, qual seja, usar um dos eventos de efetiva e capilar cobertura internacional, somente rivalizado por outro acontecimento também esportivo – a Copa do Mundo –, para promover valores de identidade nacional, realizações e progressos do unguido país anfitrião. Assim puderam ser caracterizadas as Olimpíadas de Tóquio, que, em 1964, pela primeira vez, assumiram contornos de publicidade universal, graças ao funcionamento do satélite Telstar colocado em órbita geoestacionária no ano anterior. Calcula-se que 1 bilhão de pessoas assistiram às transmissões geradas pela rede japonesa NHK. As Olimpíadas representaram oportunidade para o Japão resgatar a imagem negativa pintada na Segunda Guerra Mundial, quitar decorrentes pendências com a comunidade internacional, desconfiada do caráter e da natureza do povo japonês, e exibir um novo país emergente, futura superpotência econômica, que já registrava em 1964 a maior renda per capita da Ásia e crescimento econômico de 10%. O mesmo objetivo e resultado tiveram as Olimpíadas de Seul, em 1988, que a Coreia do Sul conseguiu captar apesar da competição do poderoso Japão, o inimigo bélico tradicional, e agora esportivo, que pelejou para realizar o evento em Nagoia. O país recebeu milhares de turistas e divisas, apresentou-se

como nação do milagre econômico e, montado nessa plataforma, também política, ensaiou reaproximação com a Coreia do Norte, cortejando-a com proposta, enfim recusada naquela oportunidade, de coprodução dos Jogos. Mesma iniciativa e ideário foram repetidos mais recentemente, quando as Coreias utilizaram o pretexto da Copa do Mundo de Futebol, programada para a Coreia do Sul e o Japão em 2002, para aventar propostas de realização conjunta do festival esportivo, que serviria para reemitir rivalidades e desenrolar acordos em outros campos.

Os fins da perseguida recompensa nos projetos olímpicos são tão sedutores que, às vezes, os meios justificados para obtê-los resvalam para práticas deletérias e interesses subalternos. Em 1999, a Comissão Executiva do Comitê Olímpico Internacional recomendou sanções e expulsões de membros acusados de corrupção no processo de escolha de Salt Lake City, nos Estados Unidos, como sede dos Jogos Olímpicos de Inverno de 2002. O escândalo que sacudiu o COI originou-se de denúncias de subornos e presentes, a US\$ 800 mil por cabeça votante, obsequiados pelo Comitê Organizador da capital do Estado norte-americano de Utah. Muitos dirigentes pressionaram por maior transparência e credibilidade do COI, um fechado clube de quase um centenar de membros que reúne príncipes, xeques, lords, militares, políticos e diplomatas, como o próprio ex-Presidente Juan Antonio Samaranch, um ex-Embaixador espanhol na União Soviética. A subjetividade e volubilidade de tais designações podem gerar situações inusitadas como os casos ocorridos durante as votações para a escolha da sede das Olimpíadas de 1992, quando dois membros não puderam votar: um general sudanês que estava preso em seu país e um ex-Primeiro-Ministro da Tunísia que se exilou, estava sendo procurado e não poderia aparecer em Lausanne sem criar um embaraçoso problema diplomático para a Suíça.

Por esses episódios, governos e lideranças políticas importantes reclamaram devida transparência do Comitê Olímpico Internacional, que passou a ter questionado seu papel também em outras áreas da agenda mundial. Na Suíça, em 1999, por exemplo, durante a Conferência Mundial de Doping no Esporte, Barry Mc Caffrey, então assessor da Casa Branca e czar do combate às drogas, criticou os programas de controle patrocinados pelo COI, argumentou que o Comitê não tinha capacidade e credibilidade para liderar a repressão ao doping e sugeriu que o organismo instituisse código de conduta e abrisse seus balanços financeiros.

Ameaçou, inclusive, com a revisão do montante das contribuições dos EUA ao órgão, estimadas por ele em 70% do orçamento, impreciso, quase totalmente ignorado, do COI. O então Ministro dos Esportes da Grã-Bretanha, Tony Banks, sustentou que, ao invés do COI, uma eventual agência antidoping deveria ficar sob responsabilidade das Nações Unidas.

A exemplo do COI, a FIFA, fundada em 1904 e sediada em Zurique, Suíça, zela por suas prerrogativas, principalmente de mercantilização de símbolos e produtos de grande apelo e alcance, como a Copa do Mundo. Diferentemente do COI, porém, a FIFA procura democratizar e despersonalizar a representatividade das Confederações nacionais dos países-membros e a composição do Comitê Executivo da Federação. Orgulhosa de sua filiação superior à da própria ONU, a FIFA sempre mostrou mais argúcia política e precoce perspicácia comercial, comparativamente ao COI, este quase uma academia de notáveis, um misto de diretório empresarial e ONG esportiva.

É significativo para o Brasil que, ao contrário do que vigora no COI e na própria ONU, na FIFA, maior organismo internacional, o português seja reconhecido como idioma oficial. Enquanto no COI as línguas oficiais são o inglês e o francês, com serviços de tradução simultânea para o espanhol, russo, alemão e árabe, a FIFA estabelece como idiomas oficiais o inglês, francês, espanhol, alemão, russo, árabe e português, não por acaso a língua do país pentacampeão mundial de futebol e do Presidente lendário e honorário da Federação, o brasileiro João Havelange. A Federação, assim como o COI, a UNESCO e outras Agências especializadas das Nações Unidas, mantém programas de cooperação com países em via de desenvolvimento, através da designação de especialistas técnico-desportivos para cursos de formação e treinamento e da intermediação de doações de material e financiamentos de instalações esportivas, principalmente para a África e a América Central.

Parcerias e programas complementares de assistência internacional entre esses organismos esportivos e agências das Nações Unidas representam contexto e instrumental para amparar e amplificar exposição brasileira. Conforme apresentado adiante, esses foros, se mais diligente e diretamente frequentados por agentes e ações do Brasil – na prestação de cooperação técnica (esportiva), promoção cultural, comercial e institucional, captação de realizações desportivas e fluxos turísticos, por

exemplo –, permitiriam ganhos, inclusive formação de imagem externa positiva e agrandada por visibilíssimos canais de cunho esportivo.

Envoltos por larga cobertura midiática, valores de elevada lucratividade comercial, propaganda empresarial e longo raio de imagem projetada, os eventos esportivos internacionais hoje mobilizam esferas governamentais dos países postulantes, que reconhecem virtudes e vantagens de sediar uma Copa do Mundo ou Olimpíada. As gestões para a obtenção do laurel devem ser promovidas ao plano político-diplomático, patamar imprescindível para sufragar uma candidatura dessa complexidade. Exemplos ilustrativos do entorno político de alto nível puderam ser assinalados em anteriores processos seletivos para a escolha de sedes olímpicas, tais como os pleitos movidos por Barcelona e Rio de Janeiro. Assim como a inevitável mescla de interesses de estado, esporte e empresa refletiu-se na epopéia dos *Goodwill Games* de Ted Turner, por mais inusitada que esta parceria entre um empresário capitalista norte-americano e a cúpula dirigente da União Soviética pudesse parecer, os condicionantes da disputa internacional pela sede dos Jogos Olímpicos de 1992 também evidenciaram a órbita e a trama das negociações políticas e diplomáticas desenvolvidas.

Os interesses políticos, realçados pelas presenças de líderes parlamentares e executivos dos países disputantes, como os Primeiros-Ministros Felipe Gonzalez da Espanha, Jacques Chirac da França e Ruud Lubbers da Holanda, assim como a percepção precisa do sucesso financeiro, comercial e promocional afiançado por um evento de interesse e visibilidade internacional, acirraram a disputa pela organização daqueles Jogos.

Cada cidade, cada país, cada governo apresentou armas de diferentes calibres e matizes para minorar problemas específicos e vencer a concorrência. Em um gesto sem precedentes na história olímpica, a australiana Brisbane ofereceu doação de US\$ 20 milhões para reduzir os custos de longas viagens dos países participantes. Birmingham, a candidata inglesa, procurou desviar as atenções então concentradas na criticada postura do governo de Margaret Thatcher, reticente em impor sanções econômicas à África do Sul, contrariamente à onda de reclamos da comunidade internacional. Em sua plataforma de campanha, os idealizadores de Birmingham forcejaram por mostrar a distância ideológica entre o Conselho Socialista da cidade e o poder

executivo londrino. Como exemplo, citavam o cancelamento do contrato para a construção de obra viária na África do Sul, que deveria ser executada por empreiteira com matriz no referido centro industrial inglês. Amsterdã, sede das Olimpíadas de 1928, criou fundo público de financiamento e o governo lutou, embora tibiamente, para aplacar a censura da própria opinião pública holandesa à realização dos Jogos e as críticas internacionais à reputação da cidade como centro liberado de consumo de drogas. Belgrado apresentou-se como candidata “livre de boicotes ou atentados terroristas”. Seus organizadores acreditavam que “o regime socialista iugoslavo, que tinha laços de amizade com os Estados Unidos, a União Soviética, os árabes e o Terceiro Mundo”, seria indutor da adesão plena aos Jogos Olímpicos, para os quais o Comitê Iugoslavo destinara US\$ 150 milhões. Paris, uma das favoritas e que já tinha sediado as edições olímpicas de 1900 e 1924, enfrentava naquele momento série de atentados terroristas de grupos de imigrantes, particularmente de argelinos e tunisinos, queixosos de discriminação racial. Os protestos contra práticas discriminatórias na França pareciam repicar mais forte no contexto daquela disputa política pela sede olímpica, que tinha a vocação para concentrar atenções e holofotes do mundo. O antídoto do governo francês era o generoso compromisso de investir mais de US\$ 1 bilhão em obras de infraestrutura, instalações esportivas, organização e, sobretudo, segurança do evento olímpico. Barcelona, cidade natal do Presidente do COI, Juan Antonio Samaranch, despontou sempre como a mais cotada das candidatas. A Espanha, único dos seis países concorrentes que nunca havia sediado uma Olimpíada, enfrentava a cíclica onda de atentados terroristas de grupos separatistas e também montara reserva inicial de mais de US\$ 1 bilhão para custear a competição, garantindo investimento maciço nas operações policiais preventivas.

Após votações sucessivas que, segundo o rito processual do COI, a cada rodada eliminavam a candidata menos votada, o Congresso do Comitê, aberto oficialmente pelo Presidente da Suíça, Alphonse Egli, selecionou Paris e Barcelona como finalistas.

Os franceses, através de uma justificativa emocional e histórica, tinham realizado campanha mundial, inclusive com gestões diplomáticas, em defesa da candidatura de Paris. Apelavam à coincidente comemoração do centenário de relançamento dos Jogos Olímpicos da Era Moderna, idealizados pelo francês Pierre de Coubertin, que, na Universidade de

Sorbonne, em 1892, liderou a corrente de ressurgimento das competições esportivas reveladas na Grécia antiga. As XXV Olimpíadas, segundo os franceses, deveriam simbolizar o renascimento olímpico. A ofensiva política francesa mobilizou equipes de funcionários graduados, para contatos nos órgãos responsáveis pelo esporte em todos os países-membros do Comitê Olímpico Internacional e junto a federações esportivas internacionais. No Brasil, por exemplo, o então Secretário de Estado francês Didier Bartani manteve encontros com autoridades do Ministério da Educação e com o Presidente da FIFA, João Havelange, um emérito e influente eleitor do COI.

O governo do Primeiro-Ministro Jacques Chirac prometia “segurança e vigência das condições políticas gerais, estabilidade das instituições, tradições democráticas de liberdade e justiça”, mas também forte concentração de forças de segurança. Paris garantiria clima de “serenidade e neutralidade políticas”.

Barcelona, assim como Paris, também escorada por gestões políticas e diplomáticas, montou estande no próprio local da reunião para recepcionar personalidades e distribuir material promocional. No salão espanhol, decorado com mural assinado por Juan Miró, o anfitrião, em plantão contínuo, era o próprio Prefeito de Barcelona, Pascual Maragall.

Na defesa oral das respectivas candidaturas, Jacques Chirac levou vantagem inicial sobre Felipe Gonzalez, por acumular a Prefeitura de Paris. Em razão de os regulamentos do Comitê estabelecerem que a apresentação deve ser feita pelo Prefeito da cidade candidata, o Primeiro-Ministro espanhol teve menos espaço na arguição, enquanto os dois “chapéus” de Chirac facultaram ampla exposição. Na véspera, Chirac havia-se investido de sua condição de Primeiro-Ministro para defender Albertville como sede dos Jogos de Inverno, limitando-se a informações panorâmicas e garantias de praxe. Mas em sua segunda aparição, depois de entregar a cada votante uma mensagem do Presidente François Mitterrand expressando “o desejo de que a chama olímpica iluminasse a França em 1992, para honrar a memória de Pierre de Coubertin, através da mais bela festa oferecida à juventude do mundo”, Chirac exibiu toda sua oratória e impressionou os membros do COI. Proferiu um discurso de Prefeito com *punch* de Primeiro-Ministro.

O duelo seria acirrado. Sabedor do impacto entre os membros do Comitê da explosão que causara feridos e prejuízos materiais em

Barcelona dias antes, o Primeiro-Ministro espanhol Felipe Gonzalez trabalhou nos bastidores para informar que severas medidas policiais seriam tomadas para garantir segurança plena a atletas, dirigentes e visitantes. No exame oral, o Chefe do Executivo reiterou o apoio moral e financeiro do governo à candidatura de Barcelona, ressaltando que o projeto olímpico representava um compromisso de honra para a Espanha.

A presença de máximos dignitários reforçou o envolvimento da política com o esporte e foi uma demonstração clara de que conseguir hospedar uma Olimpíada representa também uma vitória política. De fato, os políticos protagonistas jogavam parte de sua popularidade na votação da sede olímpica. Chirac a princípio só defenderia Paris, mas, para minorar repercussões internas ante eventual derrota, apoiou também Albertville para os Jogos de Inverno. A aposta dupla provou ser prudente e garantiu compensação para o país e para o prestígio do Primeiro-Ministro.

A primeira grande disputa das Olimpíadas de 1992 apresentou seu vencedor em outubro de 1986. Depois de cinco horas de votação, os notáveis do Comitê Olímpico Internacional reunidos em Lausanne anunciaram a vitória catalã, com a designação de Barcelona, candidata pela quarta vez, para sede dos XXV Jogos Olímpicos de Verão. No mesmo dia, o COI concedeu à francesa Albertville a sede dos Jogos de Inverno.

A escolha da cidade repercutiu em toda a Espanha. Felipe Gonzalez disse que o aval do Movimento Olímpico representava “o reconhecimento da democratização e da modernização espanhola” e lembrou também que, em 1992, cumpria-se o V Centenário do Descobrimento da América, “um acontecimento de maior dimensão universal, precisamente o princípio da formação espanhola”.

A vitória de Barcelona sedimentou-se em projeto que arrebatou o conjunto da sociedade espanhola, incluindo todas as forças e tendências políticas, apesar do antagonismo tradicional entre catalães e castelhanos, entre Barcelona e Madrid. O empreendimento olímpico converteu-se, segundo os próprios catalães, em um “pretexto” ou, segundo o Prefeito Maragall, em “um fio condutor de todas as aspirações da cidade e da região, além de um formidável meio de promoção internacional”.

Graças à candidatura olímpica, os ambiciosos projetos arquivados por causa do alto custo ou dificuldades operacionais de realização voltaram ao primeiro plano, como a abertura da cidade para o mar, que estava obstruída pela zona industrial e ferroviária de Ple Nou, a urbanização

da colina Montjuic, a renovação dos cinturões industriais e a extensão das áreas verdes. Barcelona, testemunha de mais de dois mil anos de civilização, trânsito e confluência de romanos, visigodos e árabes, europeia e latina, centro de efervescência cultural e artística, escola dos gênios do modernismo e do vanguardismo como Picasso, Miró e Dali, via a insistência premiada, após as três tentativas frustradas em 1924, 1936 e 1972, e conseguia realizar o sonho de sediar uma Olimpíada.

Passada a euforia da vitória, o governo espanhol começou a implementar os programas de administração do empreendimento olímpico, que exigia investimentos totais de US\$ 700 milhões. O projeto emulava e pretendia repetir o modelo de Los Angeles em 1984, que teve gerência da iniciativa privada e proporcionou ganhos de US\$ 225 milhões. Na projeção, confirmada quase totalmente pela contabilização final dos lucros, a receita deveria ser de US\$ 400 milhões resultantes da venda dos direitos de televisão, US\$ 50 milhões da venda de ingressos, selos e loterias e US\$ 100 milhões das quotas de patrocínio.

Ciosa de suas raízes, Barcelona, que sempre tivera no homônimo clube de futebol uma mola de afirmação de nacionalidade e de expressão política catalã, anseios que só podiam ser vazados através de um canal esportivo dissimulado durante a ditadura de Francisco Franco, promoveu os únicos Jogos Olímpicos que tiveram quatro línguas oficiais. Além dos idiomas habituais e oficiais do COI, inglês, francês e espanhol, também o catalão. Os jornais americanos *The New York Times* e *The Washington Post* reportaram que os Jogos Olímpicos de Barcelona, orçados em US\$ 3 bilhões, geraram milhares de postos de trabalho e lucros líquidos de quase US\$ 200 milhões.

O Brasil também procurou realizar operação político-esportiva e articulação diplomática internacional equivalentes quando o governo brasileiro avalizou e apresentou, em 1995, a candidatura da cidade do Rio de Janeiro para sede das XXVIII Olimpíadas em 2004. A campanha Rio-2004 traduziu ensaio pioneiro, no Brasil, de mobilizar instâncias políticas que ultrapassavam naturalmente a estrita esfera do esporte e alçavam o tema das Olimpíadas e da questão esportiva ao mais alto estrato governamental. Prevalecia o reconhecimento da importância e da repercussão de um evento de magnitude mundial, principalmente para a promoção institucional do país no exterior.

O documento básico informativo da campanha Rio-2004 pretendeu sintetizar diretrizes pertinentes às relações internacionais, pautadas nas ações desenvolvidas pelo Comitê Olímpico Brasileiro e seus membros junto ao Movimento Olímpico Internacional. O pioneirismo dessa orquestração de lançamento internacional do pleito brasileiro radicou na participação do Itamaraty, que instruiu gestões diplomáticas em favor da candidatura do Brasil.

Os organizadores brasileiros sustentaram que os Jogos Olímpicos, por sua dimensão política, econômica, social e esportiva, constituíam um evento de interesse público mundial e demandavam ações supletivas das Missões Diplomáticas e Repartições Consulares. Nesse sentido, é sintomática a menção, no documento do Comitê Olímpico Brasileiro, à “necessidade de convencer os diplomatas brasileiros de que os Jogos Olímpicos constituem um acontecimento de profundo interesse nacional” e a exortação ao “consenso efetivo do Corpo Diplomático Brasileiro quanto ao estilo de promoção entusiasta e não burocrático”. A receita programada de relações internacionais prescrevia, por exemplo, as seguintes iniciativas para Embaixadas e Consulados brasileiros, centradas principalmente nos países de residência dos membros eleitores do COI: convites para solenidades comemorativas nas sedes das missões, acompanhamento diplomático aos representantes esportivos brasileiros em consultas com autoridades locais, liberação alfandegária e supervisão da difusão de material promocional, divulgação da campanha brasileira nos órgãos informativos locais, perscrutação de ações e repercussões das candidaturas concorrentes de Roma, Estocolmo, Atenas, Istambul, Cidade do Cabo, San Juan, Lille, São Petesburgo, Sevilha e Buenos Aires nos respectivos países e, sobretudo, efetivas gestões diplomáticas junto aos governos dos países-membros do Comitê Olímpico Internacional e intensificação dos contatos intergovernamentais de alto nível, para provar a seriedade do projeto, a determinação e o apoio oficial do governo brasileiro à pretendida nomeação olímpica.

Na prática, e na sequência da visita que o Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro Carlos Arthur Nuzman realizou em 1996 ao então Chefe de Gabinete do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, para tratar de questões “relativas à participação do Corpo Diplomático Brasileiro na campanha da cidade do Rio de Janeiro”, o Itamaraty desenvolveu as ações encomendadas em nível internacional. Séries de

circulares telegráficas da Secretaria de Estado informavam e instruíam gestões acerca da postulação brasileira, respondidas com relatos das providências tomadas pelas Missões no exterior.

Em suas comunicações aos Postos, o Ministério das Relações Exteriores salientava o apoio do Senhor Presidente da República, destacava o empenho e a determinação do governo brasileiro em prol do projeto olímpico, delineava gestões diplomáticas junto às autoridades estrangeiras e solicitava comentários minuciosos sobre entendimentos políticos bilaterais de reforço à pretensão brasileira, atividades e reflexos das campanhas das cidades concorrentes.

A Secretaria de Estado recomendava especial dedicação à divulgação da candidatura junto à mídia estrangeira e registrava a conveniência de estreitar contatos regulares das Missões com os membros votantes do Comitê Olímpico Internacional nos países em que estavam sediadas, “tendo presente a importância que o governo brasileiro atribuía à realização dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro”.

De acordo com informações da Sociedade Rio-2004, os eleitores da sede olímpica distribuíam-se geograficamente da seguinte maneira: 38 votos da Europa Ocidental, 13 votos da Europa Oriental, 21 votos da Ásia e Oriente Médio, 21 votos da África, cinco votos da Oceania e 20 votos das Américas. Nesse quadro, o Itamaraty atribuía destacada relevância às gestões na América Latina, que redundaram inclusive em compromisso político de apoio recíproco com a Argentina, no caso de pré-qualificação de somente Rio de Janeiro ou Buenos Aires nas fases eleitorais preliminares, e lembrava, a propósito, que as Olimpíadas de 1988 realizaram-se em Seul porque não houve consenso regional quanto a uma candidatura Europeia prevalecente na ocasião.

Alguns informes ilustram a interlocução mantida pelo Itamaraty com os Postos no exterior e gestões diplomáticas relacionadas. Assim, em setembro de 1996, a Secretaria de Estado informava às Embaixadas em Roma, Estocolmo, Atenas e Buenos Aires, cidades então consideradas favoritas, da promulgação, na República da África do Sul, de lei que conferia prioridade às providências decorrentes de uma eventual escolha da Cidade do Cabo e, a respeito, consultava sobre a existência de instrumentos semelhantes nos respectivos países das referidas cidades rivais.

A Embaixada em Roma, bastante ativa porque a capital italiana era qualificada forte concorrente, informava na ocasião que, nos contatos

procurados por membros da Embaixada, nos diferentes níveis, os interlocutores italianos ligados ao projeto olímpico vinham sendo extremamente reticentes quanto à prestação de informações adicionais ao noticiário de imprensa, com referência à visita de inspeção que a Comissão de Avaliação do Comitê Olímpico Internacional realizara à capital italiana em outubro de 1996. O então Embaixador do Brasil indicava, no entanto, que, através de colega Embaixador de país que tinha nacional seu na Comissão de Avaliação do COI, pudera obter informações supletivas. Segundo o interlocutor diplomático estrangeiro, a impressão colhida pela Delegação do COI em Roma teria sido positiva quanto aos pontos considerados essenciais numa candidatura olímpica, quais sejam, o empenho político do governo e a evidência de mobilização nesse sentido, a existência de garantias inequívocas vinculadas aos aspectos financeiros e o comprometimento do setor empresarial no patrocínio e financiamento das Olimpíadas, construção e controle do impacto ambiental das obras de infraestrutura. Nesse particular, a parte italiana teve o cuidado de incluir em seu Comitê Organizador, com o título de Vice-Diretor para as políticas ambientais, funcionário que era dirigente do Movimento Greenpeace.

O então Embaixador do Brasil em Roma reproduzia em seu informe as estatísticas divulgadas na Itália, que indicavam dever o evento olímpico atrair cerca de trinta milhões de visitantes, e transmitia outros comentários que o interlocutor e colega Embaixador ouvira de seu conterrâneo Delegado da Comissão de Avaliação do COI. As informações confessadas adiantavam a desclassificação de três cidades visitadas pela Comissão antes de Roma, a saber, São Petesburgo, Lille e Sevilha, basicamente pela falta de empenho governamental e de patrocínio empresarial. A seu ver, entre as finalistas estaria somente uma americana ou do Hemisfério Sul, que seria o Rio de Janeiro, embora deixasse transparecer que a tendência seria a polarização da votação entre Roma e Cidade do Cabo.

Outro informe substantivo foi recebido da Embaixada do Brasil em Bangkok, por ocasião da XV Assembleia Geral do Conselho Olímpico da Ásia realizada na Tailândia, em dezembro de 1996. O então Embaixador do Brasil naquele país recepcionou o Delegado do Comitê Rio-2004, Ronaldo Cezar Coelho, e juntos participaram do referido encontro esportivo regional. O Embaixador do Brasil salientou o diálogo explicativo mantido com o Premier tailandês, general Chavalit Yongchaiyudh, que se mostrou interessado pela proposta brasileira. O chefe do governo

tailandês comentou que sua mulher recolhera as melhores impressões do Rio de Janeiro em viagem de turismo anterior e concordou que, de fato, o ineditismo do empreendimento no subcontinente americano deveria ser considerado argumento político decisivo ⁽⁵⁾.

Da Embaixada no Kuaite vinha relato da visita de cortesia que o Embaixador brasileiro efetuara ao Xeque Ahmad Al-Fahd Al-Sabah, Presidente do Comitê Olímpico e da Federação Desportiva Kuaitianos. O Xeque Ahmad, sobrinho do Emir, figura popular e influente naquele país e na região do Golfo, tinha prestígio e protagonismo no Movimento Olímpico Internacional e era o então Presidente do Comitê Olímpico Asiático. O Embaixador do Brasil relatou que, durante a entrevista, o Xeque Ahmad referiu-se amplamente ao processo de escolha da sede olímpica, comentou que a pré-seleção era “quase” exclusivamente técnica e advertiu que o processo de escolha final tornava-se mais abrangente e político. O interlocutor eleitor confidenciou ao Embaixador do Brasil que ele próprio descartava de pronto votar em duas cidades concorrentes, nem Estocolmo, porque não se identificava com os europeus do Norte, nem Cidade do Cabo, que entendia carecer de tradição esportiva e infraestrutura. O Embaixador do Brasil esclarecia não ter perguntado diretamente a intenção de voto do Xeque kuaitiano, mas pudera sentir que seu interlocutor nutria simpatia natural pelo Brasil, em função, sobretudo, do futebol. O Embaixador acrescentou que o Xeque Ahmad dissera espontaneamente que manteria a Missão brasileira abastecida de *inside information* mais relevante, gesto que provava tratar-se de potencial e valioso aliado na campanha do Brasil.

De Pretória, a Embaixada destacava o clima político que, em maio de 1996, envolvia eleições municipais e repercutia na candidatura olímpica sul-africana. Na época, o Vice-Presidente Thabo Mbeki, em campanha eleitoral pelos candidatos do *African National Congress* na Província do Cabo Ocidental, onde está localizada a Cidade do Cabo, fez reclamações à imprensa dizendo que “os Jogos Olímpicos de 2004 não podiam realizar-se em uma cidade racialmente dividida e controlada pelo Partido Nacional opressor”.

Numa avaliação procedente, o radicalismo do discurso, incomum em Mbeki, refletiria a importância que o *African National Congress* atribuía à vitória do Partido naquela província – única sob controle do antagonista Partido Nacional – e à circunstância de manipulação

política da candidatura olímpica. Apontava em cena, no caso, a aparente contradição das declarações do Vice-Presidente com o programa oficial do governo sul-africano, porquanto, desde a posse de Nelson Mandela, a África do Sul tinha feito grande esforço para marcar maior presença em eventos internacionais, tanto no campo político, como reuniões do *South African Development Council*, da UNCTAD e da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, como no terreno desportivo, sediando e vencendo Campeonato Mundial de Rugby em 1995 e Copa Africana de Futebol em 1996. O Embaixador do Brasil aduziu que Thabo Mbeki, ao valer-se, na campanha eleitoral, do tema da candidatura olímpica da Cidade do Cabo, explorava a conhecida paixão dos sul-africanos pelos esportes, contrastando-a com a incompatibilidade entre o ideal olímpico e a manutenção do governo da província pelo *National Party*, Partido associado ao antigo regime apartheid e que devia prestar contas à *Truth and Reconciliation Commission*, uma comissão na prática investigatória dos desmandos do segregacionismo.

Vale observar que desde o início das campanhas, a Cidade do Cabo figurou como favorita, concorrente temida até pela forte Roma, à luz do papel histórico de Nelson Mandela e porque, como justificavam na época influentes políticos e dirigentes esportivos italianos, como o Prefeito romano Francesco Rutelli e o Presidente italiano da Federação Internacional de Atletismo Primo Nebiolo, a “África do Sul era um laboratório político que necessitava de fundos econômicos e psicológicos, fato que os notáveis membros eleitores do Comitê Olímpico Internacional sabiam muito bem”.

Mais comunicações relevantes eram enviadas ao Itamaraty pelos Postos no exterior. A Embaixada em Varsóvia relatava gestões do Presidente da FIFA na capital polonesa para fortalecer a candidatura do Rio de Janeiro e os encontros mantidos pelo dirigente esportivo brasileiro com o Presidente Kwasniewski e com o Secretário de Esportes e Turismo, Stanislaw Paszczyk.

A Embaixada do Brasil em Moscou observava as dificuldades que o Comitê Organizador São Petesburgo-2004, criado por Decreto federal e regulamentado por Portaria do Primeiro-Ministro, enfrentava para financiar o lançamento da candidatura e para justificar junto à opinião pública os gastos com a iniciativa. O Ministro dos Esportes da Rússia, Shamil Tarpistchev, e o Presidente do Comitê Organizador procuravam

enaltecer as qualidades de São Petesburgo, sua formidável capacidade esportiva já instalada, herança do período e do Partido Soviético, e a trajetória esportiva da cidade que já dera ao mundo mais de 90 campeões olímpicos e que realizara recentemente, em 1995, edição dos Jogos da Amizade.

A Embaixada em Kingston efetuou a divulgação regular da candidatura do Rio de Janeiro nos meios de comunicação de massa da Jamaica, em esquema pelo qual apresentava a cidade como importante polo cultural, empresarial e turístico brasileiro, “facetas obscurecidas pela difusão de despachos de agências internacionais só enfáticos dos problemas de insegurança urbana do cotidiano carioca”. A Embaixada propunha definir abordagem mais conveniente para um trabalho promocional efetivo na mídia jamaicana, que copiava os padrões informativos norte-americanos e tinha programas de entrevistas televisivas e transmissões radiofônicas de penetração eficaz. Para tal exercício, resultava de especial valia a assessoria informal, depois subsidiada pela ABC, do professor brasileiro René Simões, técnico que classificaria a Seleção da Jamaica para a Copa do Mundo de 1998, capitaneando o projeto *Road to France*, adotado com entusiasmo pela opinião pública, com apoio político suprapartidário. A mobilização da sociedade jamaicana, incluindo setores governamentais de alto nível, pelo projeto de classificar a Seleção nacional para a Copa do Mundo demonstrava a importância atribuída ao esporte, em particular o futebol, interesse que motivava, aliás, repetidos pedidos de cooperação técnica esportiva formulados pelo governo da Jamaica à ABC – Agência Brasileira de Cooperação.

O Consulado do Brasil em San Juan, outra das cidades-candidatas às Olimpíadas de 2004, informou que o Cônsul Honorário da Dinamarca e Noruega avaliava ser possível que a *Coast Line Association* garantisse a presença de navios de carreira no porto, para funcionarem como hotéis flutuantes que ofereceriam quinze mil acomodações adicionais para os participantes dos Jogos. O referido Cônsul Honorário, ele mesmo proprietário de uma agência marítima e que tinha sido responsável pela organização de recente visita da força-tarefa da Marinha de Guerra dos EUA a San Juan, queria receber do governo porto-riquenho a garantia de taxa de ocupação mínima de camarotes naqueles navios.

A Embaixada em Paris relatava as providências que Lille empreendera, principalmente uma campanha publicitária de US\$ 20 milhões, divididos

entre a Prefeitura da cidade, os Departamentos Nord e Pas-de-Calais, o setor empresarial e o governo central, que seria responsável por 50% dos investimentos ligados à organização dos Jogos. A Embaixada avaliava, no entanto, que a cidade natal do General Charles de Gaulle apresentava sérios inconvenientes, como a carência de instalações esportivas adequadas, limitada infraestrutura aeroportuária, insuficiência hoteleira e, principalmente, falta de apelo popular. A Embaixada do Brasil opinava que o papel de Pierre Mauroy, Prefeito da cidade e ex-Primeiro-Ministro Socialista, então Presidente da Internacional Socialista, não facilitava a obtenção de um apoio decisivo do Presidente Jacques Chirac, pois o líder local sairia politicamente fortalecido de uma eventual vitória esportiva de Lille, num reduto eleitoral já de difícil penetração do Partido gaullista RPR – Rensemblement pour la République, rival e situacionista no governo nacional.

As circunstâncias da candidatura sueca eram analisadas por consultas e relatos da Embaixada do Brasil em Estocolmo. O principal obstáculo ao projeto olímpico escandinavo residia no reduzido apoio do poder público e no pouco entusiasmo da cidadania estocolmense. O desinteresse era atribuído ao receio popular de que escassas verbas municipais destinadas a programas e obras pudessem ser desviadas para a construção e ampliação de instalações esportivas. Os dirigentes da Fundação Estocolmo-2004 tentaram aplacar o criticismo com comprovações de que a realização dos Jogos Olímpicos proporcionaria excelente retorno econômico, tão quantificável que era possível equiparar “uma Olimpíada a um grande produto de exportação”.

A Grécia pretendia, alguns anos antes, que os Jogos Olímpicos de 1996, centenário das primeiras Olimpíadas da Era Moderna, acontecessem na capital grega. Confiante no argumento histórico e no simbolismo sentimental, Atenas teria descuidado de trabalhar politicamente sua candidatura, então derrotada pela poderosa Atlanta, EUA, matriz de potentes multinacionais, como CNN e Coca-Cola, e que dispunha naturalmente de convincente poder econômico e de envolvente mantilha política. Tecnicamente, as conhecidas deficiências de Atenas em matéria de telecomunicações, transporte urbano e qualidade do ar teriam sido os quesitos de reprovação da cidade na prévia corrida eleitoral olímpica.

Ao reapresentar Atenas para sediar os Jogos Olímpicos de 2004, as autoridades gregas, cientes de que os títulos históricos não são

suficientes, contaram com a conclusão de importantes obras financiadas pela União Europeia, como o Aeroporto de Spata, rotas viárias, o metrô de Atenas e a renovação e ampliação do sistema de telecomunicações, para a sustentação da candidatura. O Comitê Organizador ateniense, presidido pelo Prefeito da capital, contratou cientistas gregos e técnicos de instituições europeias e norte-americanas para o estudo prospectivo da qualidade do ar, levando em consideração os efeitos positivos de grandes obras públicas em execução, como novas estradas e anéis rodoviários, que reduziram a circulação diária nas ruas e rodovias de Atenas em 250 mil automóveis, e a introdução de sistemas de gás natural nos veículos.

O ar ficou também politicamente mais respirável para a Grécia nos salões de votação do Comitê Olímpico Internacional, que, meio pela nostalgia esportiva de querer promover retorno ao berço do olimpismo, meio pelo remorso político e vontade de reparar a imagem de submissão ao poder econômico da concorrente Atlanta anos antes, resolveu premiar Atenas. A decisão reconhecia o empenho meritíssimo do governo grego e aparentava solução de compromisso conduzida esportiva e diplomaticamente.

Outras regiões como a África e a América do Sul teriam que esperar e aperfeiçoar métodos, principalmente políticos, incluídas as gestões e negociações diplomáticas dos governos, para reintroduzir o grande projeto, que é de natureza e de escopo original esportivo, mas tem influências de (em) outros domínios, disciplinas e desígnios. Intervêm atores de superpostas esferas políticas e diplomáticas e interesses enlaçados, como a captação de investimentos, a geração de empregos e negócios, o turismo receptivo e a inigualável visibilidade para a promoção institucional internacional proporcionada por uma Olimpíada.

Maturando tal percepção, o Brasil ensaiou a tarefa mais uma vez. Em maio de 2000, o então Presidente Fernando Henrique Cardoso recepcionou reunião da Assembleia Geral da Associação dos Comitês Olímpicos Nacionais, realçou a conscientização de organizações públicas e privadas quanto à importância do incentivo ao esporte como fator de inclusão e reabilitação social, destacou o reconhecimento do papel do esporte como instrumento de política pública e referiu-se à tradição do Rio de Janeiro de sediar importantes eventos de repercussão mundial, como aconteceu com a Conferência de Meio Ambiente Rio-92 e a Cimeira América Latina-União Europeia. Aditou que, do mesmo modo, o Rio

candidatou-se oficialmente para sediar os Jogos Pan-Americanos de 2007 e apresentava sua postulação à sede dos Jogos Olímpicos de 2012. O Presidente particularizou que sua presença na referida Assembleia Olímpica e a pretensão do Rio de Janeiro evidenciavam a relevância do esporte para a sociedade brasileira e a responsabilidade do Estado no fomento às práticas esportivas, contribuindo para a construção da cidadania, a inserção social, a melhoria da qualidade de vida e da imagem do país no plano internacional. Efetivamente, o arrojado e sólido projeto de candidatura e o trabalho de bastidores promovido pelo governo do país e o COB – Comitê Olímpico Brasileiro fizeram com que o Rio de Janeiro vencesse a cidade texana de San Antonio e ganhasse a disputa para sede dos Jogos Pan-Americanos de 2007, na primeira derrota imposta aos Estados Unidos, na história recente, em eleições para eventos multiesportivos. A ação dos dirigentes brasileiros nos bastidores esportivos e políticos foi fundamental para o sucesso da candidatura. Em uma rara parceria harmônica, os governos federal, estadual e municipal apoiaram irrestritamente o projeto. No processo de arregimentação de votos dos eleitores, o COB seduziu em outras instâncias também. O projeto Rio-2007 ofereceu 7,5 mil passagens aéreas integrais para atletas e oficiais, visto de entrada gratuito para os participantes, uniformes para até 75 pessoas por Delegação estrangeira, realização de congressos de negócios e marketing, distribuição do sinal de TV com imagens específicas da competição de atletas de cada país e o comprometimento de realizar pela primeira vez os Jogos Parapan-Americanos, para portadores de deficiência física. Também a escolha do Rio de Janeiro para fazer parte do trajeto da Tocha Olímpica de Atenas, fato inédito para países da América do Sul, parecia servir como valioso instrumento promocional da candidatura da cidade para próximos megaeventos esportivos; tratou-se de reconhecimento tanto maior porque, na peregrinação pelos cinco continentes, por vinte países e trinta e quatro cidades, o Rio era uma das poucas escolhidas que ainda não tinham sediado evento olímpico.

Nesses pleitos esportivo-políticos, duas observações parecem-me apropriadas e consequentes. Quanto à projeção de símbolos nacionais, releva reconhecer que o substrato esportivo é um dos veículos mais responsáveis pela divulgação do idioma português no mundo. Enquanto as grandes cadeias de noticiário político geral internacional, como

CNN, mantêm, naturalmente, informativos em inglês e no máximo em espanhol, as redes televisivas de esporte, como ESPN de sede em Atlanta e PSN-Pan-american Sports Network sediada em Miami, montam grades de programação e devem operar equipes permanentes de redação e transmissões simultâneas em português, hoje tida na prática como língua oficial do cenário desportivo mundial, muito em função do mercado consumidor e da oferta de produtos e serviços brasileiros. Por exemplo, na Fórmula 3000 Internacional, modalidade intermediária preparatória para a Fórmula 1 de automobilismo, em média 35% dos pilotos falam português, a segunda língua mais usada no referido circuito esportivo.

Os correspondentes internacionais da imprensa esportiva baseados no Brasil, exatamente porque encarregados da cobertura jornalística de um setor muito significativo e positivo do país, representam núcleo-alvo de formadores de opinião que poderiam merecer abordagem e tratamento diferenciados, para enriquecimento qualitativo dos respectivos informes e editoriais às agências noticiosas centrais, com decorrente e desejada acolhida favorável às pretensões político-esportivas brasileiras.

Uma outra crítica cabível é a de que, embora esteja contemplada em virtualmente todos os acordos internacionais gerais de cooperação cultural, científica e tecnológica interestatal, a invocação esportiva costuma figurar mas não repercutir na prática. Mais produtivos são os programas setoriais que alguns países como Cuba e China, entre os em desenvolvimento, as antigas URSS e RDA, entre as potências esportivas, sempre utilizaram para prestar efetiva assistência técnica bilateral e regional esportiva, logicamente temperada por ingredientes de promoção institucional e mesmo propaganda ideológica. O Brasil, que por seu natural apelo esportivo recebe frequentes demandas de cooperação técnica setorial via ABC, principalmente da América Central e Caribe, poderia firmar conseqüente presença política na região, mediante programas cooperativos orientados.

Quanto a uma ação diplomática parlamentar, a campanha de votos para o projeto olímpico brasileiro poderia ter leito produtivo na UNESCO. Único organismo político internacional de representação governamental consagrado ao desenvolvimento da educação física e do esporte, o CIGEPS foi concebido para dispor de meios, propor políticas mundiais, atuar como órgão indutor de cooperação técnica, intelectual e esportiva e, igualmente, organizar eventos promocionais de

educação física, de desporto e de cultura. Nesse cenário político-esportivo, aliás, a sempre protagônica Cuba é um dos países designados pelo organismo para a supervisão geográfica da região da América Latina e do Caribe. O Brasil deveria engendrar participação ativa e mesmo liderança no CIGEPS, inclusive para fazer tramitar mais repercussiva prestação de sua cooperação técnica esportiva e, com mais visibilidade e receptividade, recolher apoios recíprocos em diferentes campanhas e foros internacionais, benefícios permitidos pela dimensão adquirida e repercussão do tema esporte no âmbito das Nações Unidas.

A promoção da cooperação internacional no campo da educação física e do esporte integra o eixo central das ações da UNESCO desde que a VII Conferência Geral da Organização, realizada em Paris, em 1952, resolveu fazer do esporte tópico prioritário nos programas de fortalecimento e ampliação do arco cooperativo educacional. Reconhecendo a qualidade e relevância das ações desenvolvidas e considerando o fato de que a educação e o esporte constituíam terreno particularmente fértil para a consulta, coordenação e cooperação internacional, a I MINEPS – Conferência Internacional de Ministros e Altos Funcionários Responsáveis pela Educação Física e o Esporte, realizada em Paris, em 1976, ofereceu prova inicial do desejo dos governos em institucionalizar tal cooperação, de modo a promover desenvolvimento endógeno entre países industrializados e em desenvolvimento e entre países com o mesmo estágio de desenvolvimento ⁽⁶⁾.

O Secretariado da UNESCO, em colaboração com o CIGEPS, identificou quatro temas norteadores de debates subsequentes de Cúpulas Ministeriais da MINEPS. De notáveis, os tópicos intitulados “Contribuição do Esporte e da Educação Física para o Desenvolvimento Econômico Sustentável” e “Novas Formas de Cooperação e Consultoria nos Níveis Nacional, Regional e Internacional”.

A UNESCO interpreta que o esporte e a educação física facilitam a fundação de valores democráticos e sociais e, nesse sentido, a Organização representa um foro único para a discussão de assuntos relacionados a uma cultura internacional de paz e da intrínseca relação do esporte com outras importantes questões emergentes na sociedade contemporânea.

Como mecanismo operacional, o CIGEPS tem a atribuição essencial de montar e coordenar a cooperação horizontal internacional entre os Estados-Membros ⁽⁷⁾. Durante a II MINEPS, realizada em 1988, o

Secretariado da UNESCO enfatizou o papel fundamental da organização na definição dos objetivos relacionados ao desenvolvimento do esporte no nível elementar e universitário, à democratização do esporte, ao progresso das disciplinas científicas correlatas, à disseminação e intercâmbio de informações técnicas e científicas em educação física e esporte e à proteção dos valores éticos da cultura esportiva. Muitos Delegados sugerem a revitalização de atividades em favor de países do Hemisfério Sul, mediante a ampliação dos programas do PNUD e de outras agências de financiamento, para incluir a educação física e o esporte que, em vários aspectos, constituem fatores cruciais de desenvolvimento econômico, social e cultural, instrumentos de estabilização e paz sustentada.

No ensejo da referida II MINEPS, o Diretor-Geral da UNESCO e o Presidente do Comitê Olímpico Internacional assinaram declaração conjunta, no sentido de que as duas organizações juntassem forças também para reduzir disparidades e assegurar o usufruto pluralizado dos benefícios da educação física e do esporte. Na prática, a cooperação UNESCO-COI desenvolveu-se num nível inicial modesto e na forma de protocolos e memoranda de cooperação em vários domínios, incluindo: a promoção dos ideais e tradições olímpicas na estrutura dos sistemas educacionais nacionais, o estabelecimento de infraestruturas poliesportivas em áreas rurais de países africanos, onde a organização de atividades esportivas pode contribuir para a frequência escolar e o aprimoramento do sistema educacional, a par de missões de expertos para identificar projetos de efeito multiplicador potencialmente beneficiários de financiamento internacional.

Nesse contexto que revela a tendência de associar gradual e diretamente o esporte a vários reclamos reais e salientes das sociedades modernas, a UNESCO procura mobilizar recursos para incrementar a cooperação entre atores protagônicos responsáveis pela educação física e o esporte, Organizações não governamentais, o setor privado e a mídia especializada para, em conexão com a Junta de Governadores do FIDEPS – Fundo Internacional para Educação Física e Esporte, estudar novos meios, modos e metas de cooperação setorial mais representativos, flexíveis e dinâmicos. Recomendações concernentes ao estabelecimento de novas estruturas de consulta e concertação, que reformulariam o CIGEPS e alargariam seus objetivos, foram apresentadas ao Diretor-Geral em 1996, durante encontro da Junta de

Governadores do FIDEPS, realizado em Tunis. Basicamente, o novo mecanismo operacional em funcionamento no CIGEPS privilegia a aplicação regionalizada de programas e a representação geográfica equitativa dos países. O ideal perseguido seria a adoção do intitulado PRODEPS – Programa Intergovernamental para o Desenvolvimento da Educação Física e o Esporte, a ser institucionalizado mediante adoção pela Conferência-Geral da UNESCO. Mais especificamente, conforme diagnóstico de prioridades e mecanismos informados pelos Estados-Membros, resultariam recomendáveis as seguintes providências: (a) a destinação de um terço dos lucros de mercado das competições esportivas nacionais para atividades de cooperação internacional, (b) intercâmbio de especialistas, treinadores e atletas de alto nível, (c) equiparação de estruturas esportivas nacionais e construção de bases democráticas para a participação cívico-esportiva, (d) provisão de serviços de consultoria, bolsas de estudo e financiamento de organizações esportivas oficiais e organizações não governamentais eleitas por afinidades políticas e culturais, (e) harmonização de práticas administrativas, (f) ênfase das políticas públicas e apoio de associações e clubes esportivos na participação social plural, em adição ao simples esporte de elite e (g) requalificação das funções do esporte nos campos da atividade cultural, proteção ambiental, geração de oportunidades de trabalho, saúde, integração social, cooperação e pacificação internacional⁽⁸⁾.

Resoluções subsequentes da UNESCO propiciaram o reforço dos programas cooperativos de educação física e desporto e a aplicação da Carta Internacional da Educação Física e do Esporte, em particular no apoio aos esforços empreendidos pelos Estados-Membros para a formação de quadros técnicos docentes, principalmente através da promoção da cooperação internacional no setor educativo e esportivo. Com o financiamento do FIDEPS, desenvolveram-se projetos, sobretudo na África e na Ásia, voltados para a formação de professores em educação física e esporte, a diversificação dos programas de caráter regional e sub-regional e a montagem de instalações esportivas.

Recente documentário do canal a cabo *Mundo Television* relatava atividades cooperadas do organismo com a Federação Internacional de Voleibol, para a implementação de competições da modalidade e de programas de recuperação social em campos de refugiados na Libéria e em mais países africanos, desde 1999.

Outros exemplos práticos decorreram de suas prioridades programáticas desde a constituição do FIDEPS. Em sua primeira década de operação, o Fundo aplicou quase US\$ 10 milhões em programas esportivos assistenciais e, a título de contribuição em serviços, distribuiu aproximadamente 300 bolsas de estudo para a formação e desenvolvimento de recursos humanos, construção de instalações e oferta de equipamentos esportivos. África, região da Ásia-Pacífico, América Latina e países árabes foram, no período, os principais beneficiários desses programas de cooperação desportiva.

Consoante os estatutos do Fundo e a política do Comitê Internacional para o Desenvolvimento da Educação Física e do Esporte, foram encetadas diversas ações para sensibilizar a opinião pública e as elites dirigentes acerca dos valores culturais e políticos do esporte. No quadro dessas ações promocionais e em resposta a demandas de Estados-Membros e de Organizações não governamentais, o FIDEPS aportou apoio técnico à preparação de eventos, manifestações culturais e esportivas internacionais, como os Jogos Mundiais da Paz, na França, em 1987, organizados pela Federação Mundial de Cidades-Irmãs Unidas.

Empresas multinacionais produtoras de material esportivo canalizaram pelo Fundo a doação de equipamentos principalmente depois que, por iniciativa de seu Ministro dos Esportes, a Coreia do Sul ofereceu à representação do FIDEPS um estande permanente na Feira Internacional Kispo, em Seul, que junta então, desde 1985, a participação do órgão da UNESCO às principais firmas coreanas fabricantes de equipamentos esportivos. O FIDEPS tentou ainda, embora sem sucesso, montar mecanismos mais ambiciosas com grandes promotores de eventos esportivos, que possibilitariam, por exemplo, destinar ao Fundo porcentagens sobre direitos de transmissão televisiva, receitas de loterias esportivas e de bilheterias de competições internacionais, como os Jogos Olímpicos ⁽⁹⁾.

Na gama de cooperação com organizações internacionais, o Comitê especializado da UNESCO estabeleceu programas de desenvolvimento de educação e esporte com as principais instituições esportivas internacionais, tais como o Movimento Olímpico, a AGFIS – Associação-Geral das Federações Internacionais do Esporte e a WFSGT – World Federation of Sporting Goods Industry/Federação Internacional da Indústria de Material Esportivo. Como exemplo de trabalho conjunto,

o constituído Grupo de Trabalho Movimento Olímpico, UNESCO produziu, em setembro de 1984, *memorandum* de cooperação que ideava, entre outras propostas, ativar programas para a formação de corpos técnicos esportivos em países em desenvolvimento. Diversas federações esportivas internacionais também tiveram a iniciativa de realizar oferecimentos ao FIDEPS, com o objetivo de disseminar a prática de modalidades atléticas e incentivar movimentos de inserção social. Como exemplos, destacam-se a Federação Internacional de Basquete, que doou, em 1985, centenas de bolas, e a Federação Internacional de Tênis de Mesa, que ofertou dezenas de unidades de mesas e raquetes a países africanos membros do Comitê especializado da UNESCO.

Em sua primeira década de funcionamento, 33 Estados-Membros em desenvolvimento haviam-se beneficiado dos programas de ajuda financeira, documentação, planificação, montagem ou aquisição de equipamentos e material esportivos e, a título de contribuição em serviços, de cursos de educação física, formação esportiva e de mais de 200 bolsas de estudo, num montante equivalente a US\$ 20 milhões, total repartido prioritariamente entre países da África, Estados Árabes, região do Pacífico Asiático, Caribe e América Latina ⁽¹⁰⁾.

Instâncias firmadas e iniciativas tramitadas no seio desses organismos/agências internacionais oferecem oportunidades talhadas para a promoção distinguida do Brasil e de seu patrimônio setorial esportivo. Quanto à atuação externa ampliada, marcação de presença e projeção de imagem internacional, muito especialmente no âmbito da Organização das Nações Unidas o traço reconhecível da identidade esportiva do Brasil pode servir a desideratos de mais amplo contorno e mais alto coturno da política externa. Ressalvados os limites impostos pela dissimetria de forças e os privilégios cristalizados e pretensamente coonestados no Conselho de Segurança, impõe-se o reconhecimento do papel da Organização em temas transcendentais, como acordos de paz, direitos humanos, ajuda humanitária, erradicação da pobreza e da fome e resgate social de populações ou minorias marginalizadas. Permanecem válidos e vigentes os princípios e propósitos basilares, – de garantia da paz e da segurança, promoção do desenvolvimento, direitos humanos e liberdades fundamentais –, mas “novos desafios” são somados àqueles grandes objetivos gerais. A superação da bipolaridade política e ideológica e a emergência de novas pendências e novas modalidades

de ação desestabilizadora, como a pobreza e o subdesenvolvimento, recomendam renovação de estratégias preventivas de irritabilidades e mantenedoras da paz e da segurança em sentido mais lato. Conforme listagem prática ilustrativa apresentada a seguir, o sistema das Nações Unidas, com seu leque largo de agências e operações vinculadas ao tratamento e emprego do esporte em assuntos relevantes da agenda mundial, merece, portanto, igual intensa consideração, mormente em suas políticas do esporte para o desenvolvimento e a paz (Documento Anexo I).

A resolução 52/15 das Nações Unidas declarou 2000 o Ano Internacional da Cultura da Paz e, na sequência, série de eventos foi promovida, centrada na relevância associada do esporte, como a *Round-Table-Sport And Daily Peace-Yamousoukro* e *1st International Conference on Sport and Development with United Nations*. Essa última, realizada em Magglingen-Macolin, Suíça, em fevereiro de 2003, e presidida por Adolf Ogi, Subsecretário-Geral e consultor especial das Nações Unidas, dimensionava a importância do esporte, ao frisar o objetivo da Conferência (Documento Anexo II):

mobilizar o apoio de atores e parceiros de diferentes setores para uma área importante da cooperação internacional – esporte e desenvolvimento –, com o propósito de estabelecer recomendações a serem apresentadas ao Secretário-Geral das Nações Unidas, alinhadas com os objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

Com efeito, na Conferência, sobressaíram painéis de discussão indicativos, cuja titulação denota a transcendência e a pertinência do esporte ao temário ampliado das prioridades da sociedade internacional, tais como: “O Papel do Esporte na Sociedade e na Política”, “O Esporte das Nações Unidas: da Ajuda Humanitária ao Desenvolvimento Sustentável”, “Iniciativa Global da Organização Mundial da Saúde *Move for Health*” e “O Papel do Esporte na Sociedade Civil e nos Negócios”.

Paralelamente, os seguintes *workshops* temáticos versaram sobre questões de igual relevo e amplitude, com respectivos conteúdos que motivam e justificam o envolvimento sistêmico das Nações Unidas e da comunidade internacional, como sejam:

“O Papel da Mídia no Esporte e Desenvolvimento”:

a habilidade e poder da mídia na facilitação das comunicações, a interatividade e o grau de responsabilidade assumido na promoção do esporte como meio de educação e prevenção de conflitos;

“O Esporte na Prevenção de Conflitos e Promoção da Paz”:

o uso preventivo do esporte e dos ideais esportivos, a ajuda na solução de conflitos, a utilização de eventos desportivos e de iniciativas relacionadas, como a Trégua Olímpica, na promoção do entendimento e da coexistência pacífica;

“Desenvolvimento Local e Diálogo Social”:

em particular, o painel discutiu possibilidades de programas conjuntos, modalidades de cooperação e parcerias no setor esportivo indutoras de progresso socioeconômico de países em desenvolvimento. Nesse enfoque, também foi abordada a função do esporte e a responsabilidade de agentes setoriais – aparato governamental no esporte (órgãos executivos, programas públicos) e entidades privadas (indústria de material esportivo, mídia e patrocinadores) –, na solução de problemas mundiais, como pobreza, exclusão social, degradação ambiental e violação de direitos humanos.

Para enfeixar tais múltiplas prioridades, programas e ações, o Secretário-Geral das Nações Unidas montou, em 2002, uma Força-Tarefa entre Agências para rever as atividades que englobam o esporte dentro do sistema das Nações Unidas. O objetivo da Força-Tarefa foi o de promover a utilização mais coordenada e coerente do esporte em atividades atinentes ao desenvolvimento e à paz, em especial no nível da comunidade, e gerar mais apoio interativo entre governos e organizações ligadas ao esporte. A Força-Tarefa assumiu como propósitos estabelecer uma lista de programas existentes envolvendo o esporte para o desenvolvimento, identificar exemplos construtivos, incentivar o sistema das Nações Unidas a incorporar o esporte em suas atividades e trabalhar para a realização coadunada das Metas de Desenvolvimento do Milênio (MDMs).

Com esses objetivos pautados, a Força-Tarefa entre Agências das Nações Unidas para o Esporte para o Desenvolvimento e a Paz uniu organismos com experiência significativa na utilização do esporte em seu trabalho, incluindo a OIT, UNESCO, OMS, PNUD, UNV – Voluntários das Nações Unidas, PNUMA, ACNUR, UNICEF, UNODC – Organização das Nações Unidas para o Combate ao Crime e às Drogas e a UNAIDS.

Em seu relatório, a Força-Tarefa procurou consolidar ações e recomendações aprendidas a partir da experiência crescente, dentro do sistema das Nações Unidas, do uso do esporte como uma ferramenta para o desenvolvimento e a paz. Nessa ótica, diversas atividades concretas foram executadas em anos recentes. Essas incluem, por exemplo, as propostas originárias do MINEPS III, a reunião da UNESCO com Ministros para a Educação Física e o Esporte em 1999, a definição WHA55.23 (da World Health Assembly/Assembleia Mundial da Saúde), em 2002, a respeito da estratégia global da OMS sobre alimentação, atividade física e saúde, a decisão pelo Conselho do PNUMA, em 2003, de iniciar uma estratégia a longo prazo no esporte e no meio ambiente e uma diretriz executiva do UNICEF, no início de 2003, que incentiva todos seus Escritórios regionais a considerarem o esporte em sua programação educativa. Da mesma forma, no terreno esportivo, as várias federações e organizações especializadas demonstram engajamento e consciência clara sobre o potencial mais amplo do esporte e suas interconexões com assuntos relevantes do temário mundial.

Demonstrando a contribuição que o esporte pode embutir quando utilizado de maneira estratégica e sistemática, o relatório incita as Nações Unidas e seus parceiros a integrar o esporte em seu trabalho regular. Ademais, objetiva reunir novos instrumentos e iniciativas vindas de organizações ligadas ao esporte, de governos e do setor privado, sugerindo maneiras de avançar em parceria com a sociedade civil, na promoção do desenvolvimento e na construção da paz.

O ponto fundamental da noção de desenvolvimento das Nações Unidas é o desenvolvimento humano sustentável, conceito que reconhece valores superiores ao crescimento econômico. Baseada nos princípios da inclusão, da equidade e da sustentabilidade, a ênfase recai na importância de aumentar as oportunidades para a fruição das capacidades humanas básicas, no sentido de “ter acesso ao conhecimento e aos recursos necessários para manter um padrão de vida saudável decente e lograr efetiva participação comunitária”. O esporte concorre diretamente para a construção dessas capacidades de desenvolvimento humano, saúde, empregabilidade, investimentos de infraestrutura, comunicação, inclusão social e estabilização.

Como arrazoado no Relatório da Força-Tarefa, ao mesmo tempo que o esporte é essencial para o desenvolvimento humano, contribui também

para o desenvolvimento econômico. A riqueza do esporte é destacada por seu peso econômico resultante de atividades, tais como a fabricação de produtos esportivos, geração e gestão de eventos esportivos, serviços, publicidade e mídia. No Reino Unido, o valor adicionado originário de atividades esportivas é estimado em 1,7% do Produto Nacional Bruto, com um volume mercantil relacionado ao esporte comparável ao da indústria automobilística e de alimentos. A par de ser uma força econômica em si, o esporte é também um potencial catalisador para o desenvolvimento econômico, melhorando a produtividade da força física e propiciando também uma das formas mais custo-efetivas de medicina preventiva, com potencial para reduzir drasticamente gastos públicos com saúde ⁽¹¹⁾.

O esporte adita ainda mais ao desenvolvimento econômico, ao facultar métodos baratos de melhoria da empregabilidade, especialmente entre jovens. Ensinando as habilidades essenciais do ambiente profissional, tais como o trabalho em equipe, a liderança, a disciplina e o valor do esforço, oferece aos jovens uma atividade construtiva para reduzir os níveis de criminalidade juvenil e o comportamento antissocial e, em circunstâncias que envolvem o trabalho de crianças e adolescentes, aparece como substituto significativo, já incorporado em programas da Organização Internacional do Trabalho, para coibir a exploração de mão de obra infantil. O esporte é também uma fonte importante de inversões públicas e privadas, tais como investimentos em infraestrutura, produção, consumo e serviços. Juntos, esses fatores demonstram que o esporte tem potencial considerável para iniciar o desenvolvimento econômico ⁽¹²⁾.

A popularidade do segmento esportivo e seu poder de reunião e organização contribuem ainda mais para tornar o esporte uma voz poderosa na comunicação de mensagens de paz e na promoção de atos públicos simbólicos, nos níveis local e global. O esporte é um elemento eficaz nas iniciativas centradas na comunidade que objetivam criar a paz sustentável. Muitos dos valores aprendidos através do esporte são os mesmos ensinados na educação para a paz. Atividades bem trabalhadas ensinam o respeito, a honestidade, a comunicação, a cooperação, a empatia e o respeito às regras. Para refugiados, deslocados de guerra, órfãos e crianças usadas como soldados-infantis, o esporte permite estrutura e sentido de normalidade em ambientes desestabilizados, canalizando energias positivamente. Nesse caso, programas de esportes em escolas

de refugiados fornecem incentivo adicional para aumento da frequência escolar. Evidências do ACNUR – Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados demonstram que incluir programas de esportes de equipe e de educação física em escolas de refugiados atrai novos grupos de alunos, comumente as meninas, de outra maneira ausentes. Os programas de esportes elevam os índices de frequência e reduzem o comportamento antissocial e não cooperativo, incluindo a violência. Por exemplo, desde 1997, o Comitê Olímpico Internacional e o ACNUR têm trabalhado em acampamentos butaneses no Nepal, provendo esporte estruturado e atividades recreativas para refugiados. Os efeitos do programa têm sido a melhoria do padrão educacional nos acampamentos e a ajuda na reparação dos efeitos psicológicos da guerra.

Agências das Nações Unidas avaliam que os benefícios psicológicos da prática do esporte ajudam a superar o trauma da fuga e a aflição resultante do deslocamento. Constituem uma atividade ocupacional positiva para refugiados e pessoas internamente deslocadas, aliviando problemas como a violência, o acesso vedado ou restrito à educação e a desestruturação familiar. Nessa orientação, o esporte é usado como ponte entre núcleos refugiados e comunidades anfitriãs, ensejando oportunidades de convívio e engajamento em atividades positivas. Exemplos: na Tailândia, jogos amistosos foram coordenados pelo ACNUR entre comunidades de refugiados do campo de Tham Him e a população local de Suan Phung e, em Serra Leoa, o UNICEF, em parceria com a ONG *Right to Play*, incorporou o esporte em seu Programa Comunitário de Reintegração, para montar uma rede de treinadores e estabelecer laços comunitários vitais ⁽¹³⁾.

O esporte é um direito humano consagrado no artigo 1º da Carta da Educação Física e do Esporte, adotada pela UNESCO em 1978. A Carta declara: “a prática da educação física e do esporte é um direito humano fundamental para todos”. Diversos outros instrumentos das Nações Unidas também reconhecem a importância do acesso e da participação no esporte, tal como a Convenção da Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra Mulheres. Da mesma forma, as Convenções nº138 e nº182 da OIT a respeito do trabalho infantil exigem dos governos o estabelecimento de políticas para a reabilitação de trabalhadores infantis. Aqui, o esporte é considerado ferramenta de política muito consequente.

No que respeita aos aspectos maiores de convivência, pacificação e desenvolvimento, o esporte é qualificado instrumento inovador, eficaz e custo-efetivo, que contribui substantivamente para a educação, o reintegro social, o desenvolvimento e a paz, ademais de meio poderoso de mobilização e relações públicas internacionais. Por constituir expressão desenvolvida da sociedade civil e arregimentar rede globalizada de atores e organizações dos setores público e privado, o esporte abre e adiciona caminhos para parcerias criativas, através das quais as Metas de Desenvolvimento das Nações Unidas parecem mais atingíveis.

Com efeito, estratégias integradas patrocinadas por agências das Nações Unidas, instituições privadas e ONGs subsidiam programas e ações que concorrem para a coesão social, o diálogo intercultural, a cultura de paz e desenvolvimento, com reflexos diretos na sociedade civil internacional e em suas necessidades práticas. Na Albânia, o governo, a ONG *Unione per Tutti* e a OIT propõem o esporte como meio de ajudar jovens a lidar com efeitos colaterais (negativos) da transição para uma economia de mercado, incluindo o desemprego de até 25% da população economicamente ativa, drogas e pobreza. Através de uma rede de centros para a juventude, os jovens têm espaço próprio, oportunidades de socialização, de práticas esportivas e atividades recreativas, ao tempo em que recebem orientações, aconselhamento e assistência no treinamento profissional e na procura por emprego. Em Moçambique, o Ministério da Juventude e do Esporte, o Comitê Olímpico Internacional e outras federações de esporte reativaram instalações escolares e esportivas em Boane e Namaacha. Em paralelo, a OIT, o UNICEF e a ONG *Right to Play* oferecem programas de formação de técnicos que focalizam o uso do esporte como conduto de desenvolvimento comunitário e de mobilização social ^{(14) (15) (16) (17)}. Na Somália, o UNICEF e a UNESCO promovem torneios de esporte para a paz entre municípios e regiões. O objetivo é desenvolver a capacitação esportiva e criar ambiente de proteção, ajuda, reabilitação e reintegração social em situações pós-conflito ^{(18) (19)}.

Relativamente à transmissão de imagens e mensagens, o esporte é um dos canais de comunicação mais poderosos, devido a seu apelo e linguagem quase universais, seu poder de união e suas diversas associações positivas. Conjugadas, essas características conferem ao esporte a capacidade de alcançar diversos públicos, de várias maneiras, em especial grupos geralmente reclusos ou refratários a outro tipo de

acercamento, como marginalizados ou refugiados. Por conseguinte, o esporte pode ser uma arena para promover vários objetivos das Nações Unidas para o desenvolvimento e a paz sustentáveis. Nessa linha, muitas campanhas de comunicação das Nações Unidas utilizam o esporte de maneiras inovadoras. A OIT forma uma parceria com a FIFA e a CAF – Confederação Africana de Futebol para promover a campanha “Cartão Vermelho para o Trabalho Infantil”, que na Copa Africana das Nações de 2002, em Mali, usou patrocinadores, a mídia, promoções em jogos e eventos nacionais e locais de futebol para disseminar mensagens de comunicação social. A OMS denominou o Dia Mundial da Saúde de 2002 de “Mexa-se pela Saúde” e o Dia Mundial contra o Tabagismo de 2002 de “Esportes Livres de Tabaco”. Atuou também em colaboração com FIVB – Federação Internacional de Voleibol, com a FIFA (Copa do Mundo Livre de Tabaco na Coreia-Japão-2002) e com o COI (Jogos Olímpicos de Inverno Livres de Tabaco em Salt Lake City-2002). A campanha do PNUD “Times para Acabar com a Pobreza” aproveita o poder da conscientização de estrelas dos esportes incluindo os futebolistas Ronaldo e Zinédine Zidane, a tenista Martina Hingis, o saltador Sergey Bubka e o corredor de automobilismo Jacques Villeneuve. A campanha do PNUMA “Jogue pelo Planeta” visa, através do esporte, engajar os jovens nas campanhas mundiais de preservação ambiental e aumentar a consciência de que instalações e manifestações esportivas podem afetar (às vezes adversamente) o meio ambiente. A campanha do ACNUR “Wannabe” na Argentina, Austrália, Alemanha, Grécia e Espanha emprega imagens de crianças refugiadas jogando futebol para criar empatia e estimular a receptividade a esses grupos.

As alianças do UNICEF com a FIFA (Copa do Mundo para Mulheres de 2003) e a Fox Kids, da cadeia televisiva FOX International, (Copa Fox Kids para Menores de 13 anos) promoveram “25 até 2005”, uma campanha pela educação das meninas que visava colocar todas as meninas na escola e alcançar a paridade de gênero na educação em 25 países até 2005. A campanha de sensibilização e mobilização pública da UNODC “Esportes Contra as Drogas” recorre sempre a estrelas do esporte e a eventos esportivos em mais de 40 países, para promover escolhas positivas de vida, prevenção e controle do uso de drogas. O poder de união do esporte o torna ferramental útil na arregimentação comunitária para iniciativas públicas diretas em várias regiões. As

plataformas do esporte fornecem um meio prático e custo-efetivo para transmitir eficazmente as informações e programas essenciais a diversos públicos-alvo, principalmente em países em desenvolvimento ⁽²⁰⁾⁽²¹⁾⁽²²⁾⁽²³⁾. A Fundação Olympafrica financia centros e programações esportivas em toda a África no apoio ao desenvolvimento social. A Olympafrica opera em parceria com grandes doadores, incluindo uma série de agências das Nações Unidas e empresas internacionais, além de grupos comunitários e parceiros locais. Em Cuba, há 41.000 técnicos e treinadores de nível superior especializados em esportes. Esse quadro profissional, recurso valioso nos programas de cooperação técnica de Cuba com mais de 100 países, atua conjuntamente com pessoal médico para abordar questões sociais e de saúde através do esporte.

O relatório da referida Força-Tarefa, convocada pelo Secretário-Geral da ONU, recomenda o desenvolvimento de estratégias e estruturas no sistema das Nações Unidas, para ensejar parcerias de campo relacionadas ao esporte, custo-efetivas e focadas em resultados práticos e rápidos, a par de complementares aos projetos de cooperação técnica e objetivos mais amplos de desenvolvimento. A montagem de mecanismos integrados no esporte em prol do desenvolvimento e da paz projeta reunir toda a gama de atores envolvidos, incluindo os governos (Ministérios para a Juventude, o Esporte, a Saúde, as Finanças, e outros), as organizações de esportes (federações esportivas, Comitês Olímpicos Nacionais, associações nacionais de futebol, clubes de esportes), ONGs relacionadas ao desenvolvimento e o setor privado. Essa estrutura comum deve também ser combinada com o processo de planejamento existente na ONU, de modo a assegurar que o esporte possa ser incluído produtiva e organicamente em muitas das atividades das Nações Unidas. A Organização conta com diversos mecanismos de coordenação para identificar prioridades de desenvolvimento nacional e coordenar suas operações humanitárias e de manutenção da paz. Os países recipientes, os doadores e as ONGs também usam tais instrumentos para formular suas políticas e prioridades de campo. Nesse contexto, o esporte, que fornece um caminho inovador para engajar a sociedade civil em iniciativas de desenvolvimento, surge como parceiro natural para o sistema das Nações Unidas e deve, pois ser incluído na estratégia da “Parceria Global para o Desenvolvimento” – a oitava MDM.

Conforme estipulado pela Força-Tarefa entre Agências das Nações Unidas para o Esporte para o Desenvolvimento e a Paz, as seguintes recomendações são estimadas prioritárias:

“Esporte na Agenda do Desenvolvimento”: convocação para a incorporação do esporte e da atividade física nas políticas de desenvolvimento dos países e nas agendas de desenvolvimento de agências de desenvolvimento nacionais e internacionais, com ênfase nos jovens;

“Esporte como Ferramenta de Programa”: recomendação aos governos e às agências das Nações Unidas para incluir a oportunidade de participar no esporte como vetor e objetivo, na realização das Metas de Desenvolvimento e dos propósitos mais amplos do desenvolvimento e da paz;

“Rede Global de Esporte para o Desenvolvimento”: facilitação de parcerias entre o sistema das Nações Unidas e organizações vinculadas ao esporte, incluindo federações e associações de esportes e o COI, ONGs humanitárias, setor privado, atletas e equipes de voluntários.

Para instruir seus trabalhos de coordenação e parcerias, a Força-Tarefa das Nações Unidas já levantou inventário de programas e projetos mundiais que utilizam o esporte como uma ferramenta para promover o desenvolvimento e a paz. Até agora, mais de 120 iniciativas foram identificadas, das quais a metade é executada ou apoiada por agências das Nações Unidas. Um quinto dos programas e projetos registrados no inventário tem objetivos que combinam questões sociais, de saúde e de desenvolvimento econômico. Um conjunto final considerado importante são as campanhas de comunicação calcadas em veículos esportivos. Um sexto das iniciativas relacionadas focaliza o esporte como ampla plataforma de comunicação, que permite conseguir exposição à mídia e aumento da consciência pública internacional.

Segundo a percepção e as ações propugnadas pelas Nações Unidas, e conforme atestam os exemplos antes relacionados, o emprego sistêmico do arsenal/potencial de natureza esportiva deve capacitar e aumentar as contribuições dos governos nacionais para o atingimento das MDMs, sobretudo as de desenvolvimento sustentado e paz mundial. Quanto ao papel protagônico ampliado da ONU, a denominada “agenda social” da organização abre e acentua, pois, implicações, oportunidades, muito favoráveis ao Brasil. A inserção brasileira no sistema internacional,

segundo Gelson Fonseca Junior e Benoni Belli, estaria regulada pela definição do ex-Chanceler Celso Lafer de que a “política externa deve traduzir necessidades internas em possibilidades externas”. Essa projeção de nossas necessidades internas ativa a criação de condições e chances externas para a consecução dos objetivos nacionais, conciliados com valores universais. Por observação daqueles autores, o instrumental utilizável para a prevenção de conflitos deve estocar “iniciativas multidisciplinares” que, objetivamente, signifiquem a criação de bases econômicas, sociais, políticas e culturais para o império da tolerância, pacifismo, cooperação e o desenvolvimento sustentado.

A diplomacia e a agenda social das Nações Unidas contemplam assim a valorização e a funcionalidade prática das soluções, a justa apologia de resultados palpáveis conseguidos internamente. Nesse caso, a demanda por políticas exitosas, por soluções modulares e modelares, como os programas do projeto Comunidade Solidária, Esporte na Escola, Esporte para Todos e Segundo Tempo, inclusive seu vetor de educação, de política pública de esportes e de resgate social, interessa à diplomacia brasileira pelo potencial agregador, pela dimensão de prestígio de imagem, de legitimação de interesses nacionais, pela multiplicidade de condutos institucionais internacionais para canalizar positivo protagonismo e influência. Nessa ótica, o esporte brasileiro também integra o preceituado *soft power* do país, que, acima de poder militar e estratégico regional, pode ressaltar identidade própria e reservar atuação destacada no domínio das relações internacionais porque significa eficácia interna das políticas sociais participativas, também paradigmáticas e proveitosas para outros países.

Capítulo VI

Variantes de Negócios e Valores da Indústria Transnacional do Esporte

Quantitativamente, o segmento industrial, publicitário e de prestação de serviços esportivos representa importante fonte de riqueza econômica e movimentação volume de operações que o situa entre os principais setores da economia mundial. O relato comparativo de indicadores da indústria esportiva, da variedade de negócios e agentes intervenientes na economia do esporte resulta provar efetivamente a magnitude produtiva mundial direta do setor e apontar também vantagens qualitativas reunidas, como reflexos no ordenamento social, planejamento e administração de políticas públicas, infraestrutura, desenvolvimento, cooperação técnica, turismo receptivo, promoção internacional de empresas e governos. Reflexos capilarizados internacionalmente, perpassando políticas de governo e atividades empresariais ⁽²⁴⁾.

A capacidade dos recursos de natureza esportiva para a geração de oportunidades publicitárias, retornos comerciais e nível de desenvolvimento pode ser avaliada, entre outros indicadores, pelos resultados financeiros e promocionais contabilizados por uma Copa do Mundo de Futebol ou Olimpíada, pelo vultoso investimento empresarial no setor esportivo e pela rentabilidade industrial, seus derivados e dilatados impactos econômicos.

Em razão, principalmente, dos onerosos custos das campanhas publicitárias e programas de relações públicas institucionais, da

acirrada competição entre múltiplos provedores de produtos e serviços e da conseqüente intensificação das estratégias de comunicação com a sociedade e com a clientela dirigida, as empresas passaram a se interessar pela promoção do esporte, através do patrocínio de agremiações/entidades e da realização de programações esportivas. Como, nesse aspecto, a publicidade tradicional apresenta relação custo-benefício menos rentável que a promoção via esporte, o *sport-business*, acentuou-se a tendência mundial de o marketing empresarial, sobretudo o transnacional, vincular crescentemente o comércio de marcas ao esporte e de destinar à promoção esportiva recursos publicitários superiores aos empregados na propaganda estática, isolada e regionalmente localizada de produtos.

A indústria básica de bens e serviços esportivos espalha-se em diversos outros mercados atrelados ao esporte, por exemplo: o setor da construção civil e obras públicas para edificação de instalações e complexos, a elaboração de produtos dietéticos e bebidas isotônicas para atletas, vendas e locação de material de TV e vídeo, acrescidas durante grandes eventos. As indústrias de ponta também encontram um mercado marginal no esporte: ótica (aperfeiçoamento de lunetas esportivas a câmeras de precisão), instrumentos de medida (cronometragem, *photo-finish*), química (resistência de novos materiais), medicina esportiva, indústria farmacêutica (métodos e instrumentos de controle de dopagem e consumo de esteroides) e telecomunicações (retransmissões satelitais).

Destacadamente, as mais vigorosas e valiosas relações econômicas entre o esporte e a TV são baseadas numa convergência concentrada de interesses. O esporte atrai a televisão por ser um gerador de audiência, que confirma o aumento da duração anual de emissões esportivas, algumas com taxas de assistência excepcionais, em particular a retransmissão de espetáculos internacionais. Daí o esporte representar volumosa contribuição para as receitas publicitárias das cadeias de TV, elevadas nos períodos de massificada audiência, quando ocorre natural majoração das tarifas de propaganda. Em contrapartida, a televisão permite ao sistema esportivo mundial atingir quatro objetivos: universalizar as práticas, difundir o consumo, internacionalizar as competições e conquistar visibilidade e rentabilidade para as promoções.

Os mercados do esporte televisionado são magnificados internacionalmente: a audiência acumulada da Copa do Mundo de Futebol em 1990 atingiu 27 bilhões de telespectadores, os Jogos Olímpicos de

Barcelona, 4,8 bilhões, o *Super Bowl*, campeonato norte-americano de futebol, 1,5 bilhão, os Jogos Olímpicos de Inverno de Albertville, 1 bilhão. Para exemplificar, somente os montantes de direitos de transmissão para o esporte (sem computar, portanto, publicidade) alcançaram, em 1990, US\$ 176 milhões na Alemanha, US\$ 157 milhões na Itália, US\$ 146 milhões na França, US\$ 7 milhões na Suíça, US\$ 6 milhões na Bélgica, US\$ 6 milhões na Suécia e US\$ 3 milhões na Dinamarca. Cotejo de indicadores mais recentes aponta que as receitas garantidas da FIFA foram de aproximadamente US\$ 1,7 bilhão com os direitos de transmissão por televisão da Copa do Mundo da Alemanha-2006, segundo estudo da assessoria financeira Deloitte. O valor é maior que o relativo ao Mundial de 2002, na Coreia do Sul e Japão, calculado em US\$ 1,120 bilhão. Na repartição percentual, 60% desta quantia procedem da Europa, com US\$ 1,1 bilhão, América Latina e Ásia são responsáveis pelo total de aproximadamente US\$ 200 milhões, enquanto as receitas distribuídas entre Oriente Médio, África, Oceania e América do Norte estão estimadas em cerca de US\$ 50 milhões.

A motivação é tão forte que, mais além do patrocínio direto, pode mesmo suscitar o comando empresarial dos próprios eventos esportivos de repercussão mundial. Fato inaudito na história dos Jogos Olímpicos, a preparação e a supervisão de um evento olímpico – as Olimpíadas de Los Angeles de 1984 – estiveram pela primeira vez entregues à iniciativa privada. Os resultados da gerência do Comitê Olímpico de Los Angeles, formado pela iniciativa empresarial-privada, quase sem fundos públicos, foram bastante remuneratórios, alcançando cifras elevadas, como US\$ 125 milhões com a venda de símbolos oficiais, US\$ 285 milhões com a cessão dos direitos de transmissão por rádio e TV e US\$ 90 milhões de arrecadação de bilheteria. A tal rentabilidade somaram-se benefícios qualitativos, extensíveis através da criação de empregos, melhoria de serviços públicos, obras de infraestrutura, construção de complexos esportivos, aumento do influxo turístico e da arrecadação de impostos estaduais e federais na Califórnia. A razão lógica do interesse despertado pelos Jogos junto a empresas patrocinadoras e concessionárias foi a grande audiência cumulativa das competições, calculada em 2,5 bilhões de telespectadores.

Nos preparativos das Olimpíadas de Atlanta em 1996, outro empreendimento olímpico norte-americano, a organização dos jogos

integrou série de eventos políticos e esportivos na cidade, como estímulo promocional de visibilidade, incluindo a Convenção Nacional Democrata de 1992 e a decisão do *Super Bowl* de 1994. O Comitê organizador estimou que, entre 1991 e 1997, a economia da Georgia receberia infusão de US\$ 5,1 bilhões como resultado direto dos jogos. A rede NBC pagou US\$ 456 milhões pelos direitos de transmissão e, em 1995, um ano antes da abertura das Olimpíadas, o tempo de inserção de publicidade nas 165 horas de televisionamento já estava quase todo negociado, à receita de aproximadamente US\$ 615 milhões.

Para prevenir presumida subordinação dos projetos olímpicos ao interesse comercial privado e dominante mercantilização, principalmente na já muito politizada disputa de sede, o Comitê Olímpico Internacional passou a garantir seu próprio sustento financeiro mediante negociação antecipada dos direitos de transmissão televisiva. Assim, antes mesmo do processo eleitoral, o COI já havia negociado a cobertura mundial das Olimpíadas de 1992 e 1996, por US\$ 3 bilhões, e das Olimpíadas de Verão de 2004 e 2008 e de Inverno de 2006, por US\$ 2,3 bilhões somente para o mercado norte-americano; a *European Broadcasting Union* pagou US\$ 1,4 bilhão e *pool* de emissoras japonesas comprometeu o montante de US\$ 545 milhões para televisionamento das referidas competições. Essa estratégia mercadológica permite ao COI dispor antecipadamente de garantias de receita antes da eleição da cidade hospedeira dos jogos, autonomia que circunscreve eventual pressão comercial, mas que, cumpre ressaltar, não é absolutamente impérvia às injunções políticas do pleito eleitoral de disputa da sede olímpica.

No quadro do envolvimento empresarial, de propaganda ou patrocínio, com atletas, agremiações, atividades e serviços esportivos, são renovados e exponencialmente multiplicados os exemplos que ilustram a extensão e a versatilidade de utilização do esporte como instrumento de promoção comercial. No Brasil, ressaltam ensaios dessa associação de empresas e governos com o setor esportivo, como a vinculação de conhecidas marcas industriais e comerciais a atletas e instituições esportivas (Petrobras/Pelé, Banco do Brasil/equipe olímpica de natação, paradesporto olímpico) e a realização de etapas de campeonatos mundiais em Estados brasileiros do Sul (circuitos de *surf*, *windsurf*, *rafting* e tênis), do Norte (EMA – Amazônia esporte aventura da *World Series*, *rally* florestal, *cross-country* ecológico, Sul-americano de Atletismo, Mundial de Saltos Ornamentais)

e do Nordeste (tênis da ATP – Associação de Tenistas Profissionais, pesca submarina e esportiva) aspirantes à condição de polo turístico ⁽²⁵⁾. Na Embratur, aliás, funcionava Divisão de Pesca Esportiva, sigla que bem traduzia a pertinência da junção entre esporte e turismo.

No exterior, a exploração desse caudaloso filão publicitário relaciona ocorrências de maior refinamento e complexidade. Na década de noventa, a Benetton, fabricante Europeia de roupas esportivas com investidas de sucesso comercial nas Américas do Norte e do Sul, resolveu, ao contrário de outras empresas que patrocinam escuderias da Fórmula 1, estruturar equipe própria e fazer patrocínio privativo, através da contratação de pilotos, manutenção de quadro de mecânicos e técnicos, acertos especiais para recebimento de pneus da Pirelli e, claro, tratativa e exploração de esquemas publicitários e mercadológicos de propaganda exclusiva.

Outros casos denotativos podem alongar a lista. A Coca-Cola fechou contrato de US\$ 50 milhões com as redes de televisão norte-americanas NBC e ABC para publicidade nos Jogos Olímpicos de 1988. Esse contrato, o maior então já assinado individualmente por qualquer empresa na história da televisão mundial, arrematou pacote publicitário que assegurou à Coca-Cola propaganda equivalente a 2.2 bilhões de mensagens veiculadas durante a transmissão dos jogos. Estima-se que, em média, cada americano foi atingido pelo menos dez vezes pela publicidade do único refrigerante anunciado no ensejo das Olimpíadas de verão, em Seul, e também de inverno, em Calgary, em 1989.

Nos Jogos Olímpicos de Seul, a Divisão de Marketing do Comitê organizador acertou dezenas de acordos para diferentes categorias promocionais, como patrocínio, fornecimento exclusivo de produtos e serviços e esquemas de licenciamento especiais. O Comitê apregooou e creditou a amplitude do interesse empresarial à grandiosa participação da comunidade internacional no evento, inclusive ao retorno de representações da União Soviética e dos Países do Leste Europeu, ausentes, por motivos políticos, em Los Angeles em 1984. Entre os contratos firmados nos Jogos, destacou-se a venda dos direitos de transmissão televisiva para a rede norte-americana NBC, no valor de US\$ 300 milhões, rubrica que, segundo a contabilidade do Comitê organizador, muito contribuiu para o incremento linear de 34% nos negócios esportivos, em cotejo com o lucro da Olimpíada anterior, e nas próprias receitas em moeda estrangeira da Coreia do Sul.

A realização dos Jogos Asiáticos em Seul, dois anos antes, já propiciara retorno parcial dos investimentos gastos na montagem do complexo olímpico – US\$ 1,8 bilhão – e nos projetos de ampliação do sistema de metrô e reformas urbanas – US\$ 1,4 bilhão –, somente com o turismo receptivo de 150 mil visitantes. Para as Olimpíadas especificamente, o afluxo adicional beirou contingente próximo a 270 mil turistas. Esse exemplo, aliás, explica como o patrocínio de realizações esportivas, já praticado por empresas, pode assumir dimensão institucional. Na qualidade de cidade-sede das Olimpíadas, Seul transformou-se numa potente alavanca de marketing. A Federação Nacional de Turismo da Coreia do Sul projetou e confirmou nos números que a captação de fluxos turísticos reproduziria o mesmo fenômeno experimentado pelo setor no Japão, depois da nomeação de Tóquio para sede das Olimpíadas de 1964. Realização mais moderna naquela região asiática, a conjunta Copa do Mundo de Futebol em 2002 propiciou aos mesmos dois países a adição de US\$ 2,3 bilhões em investimentos diretos e a perspectiva de incremento médio de 0,3% em cada PIB nacional.

Da “esportiva” Austrália também emana exemplo de participação governamental proativa. Em tempos recentes, a principal mudança de mentalidade e modalidade de gerência do esporte australiano pode ser associada à criação do Instituto Australiano do Esporte, em 1981, com a inovação política de pretender projetar o protagonismo do país via aparição no cenário esportivo internacional. Na década de oitenta, o envolvimento do governo federal motivou-se de larga base de apoio suprapartidário, inclusive com a percepção e orientação de que o esporte devia servir de instrumento da diplomacia e de veículo de promoção da Austrália no exterior. Adicionalmente, vige também o reconhecimento do potencial do esporte para avolumar o turismo receptivo e significar conseqüente impacto econômico. De acordo com a Comissão Australiana do Turismo, as Olimpíadas de Sydney-2000 atraíram fluxo adicional de dois milhões de visitantes, entre os anos de 1994 e 2000, e os ingressos associados contribuíram para incremento desse setor da economia, que representa em média 11% das receitas de exportação da Austrália.

Atenas, sede seguinte, foi escolhida para abrigar os Jogos de 2004 sete anos antes. Desde então, a Grécia desembolsou US\$ 12 bilhões em investimentos de infraestrutura e instalações esportivas, valor equivalente a 7% do PIB grego. Seria o mesmo que o Brasil aplicar US\$ 35 bilhões

num único evento, para comparar. Estima-se em US\$ 10,6 bilhões o montante injetado no cotidiano até 2011. Haveria, a partir de 2004 e anualmente, pelo menos 450 mil turistas adicionais. O crescimento anual médio do PIB deverá ser de 4% – sem os Jogos, esse ritmo cairia à metade. Segundo análise de braço europeu da *PriceWaterhouseCoopers*, os negócios realizados com as Olimpíadas podem ajudar a criar parcerias empresariais de longo prazo. Além disso, a extensiva cobertura da mídia “reforça a reputação de Atenas como atraente centro empresarial”.

Em junho de 2006, empresas alemãs assinaram acordo com o setor privado brasileiro para cooperação na organização da Copa do Mundo de Futebol de 2014, evento cuja sede só seria escolhida pela FIFA em 2008 e com o Brasil o previsível escolhido. Como o dossiê com os motivos da candidatura requer apresentação antecipada, os empresários veem esse tipo de convênio como uma forma de assegurar os investimentos pretendidos no País. Para os alemães, o entendimento é uma garantia de que a experiência adquirida na Copa recém concluída em casa, em 2006, possa dar lucros nos próximos mundiais. Para a Copa de 2010 na África do Sul, por exemplo, empresas alemãs até se instalaram no mercado sul-africano para inaugurar operações regulares.

Mesmo uma economia comunista planejada rende-se à lucratividade do empreendimento. Pequim, sede olímpica em 2008, organizou os Jogos mais caros da História, com gastos orçados em US\$20 bilhões. “É preciso investir para nos colocar ao lado das grandes cidades do mundo”, afirmou Liu Jingmin, Vice-Prefeito de Pequim e principal executivo do Comitê Organizador. Simbolicamente, acrescentou, “as Olimpíadas são o ponto alto da série de mudanças econômicas e políticas pelas quais passou a RPC nos últimos vinte anos”. Na mesma linha de raciocínio, Xangai, principal polo de crescimento chinês, onde fervilham negociações mais típicas do capitalismo, realizou, em outubro de 2004, o Grande Prêmio da China. “A Fórmula 1 será uma excelente plataforma de apresentação de Xangai ao mundo. A realização da Exposição Internacional de 2010 também faz parte desse projeto”, disse Xiaohan Mao, Diretor do Autódromo Internacional de Xangai, onde foram investidos US\$ 200 milhões na construção de um novo padrão de referência para os circuitos automobilísticos internacionais. Macau, ex-possessão portuguesa na China, aplicou, desde 2002, US\$ 20 bilhões na montagem de circuito de casinos e complexos hoteleiros, uma estrutura que rivaliza com Las

Vegas, desloca investidores tradicionais do setor de lazer e entretenimento, mesmo norte-americanos, e engrossa vigorosamente o turismo receptivo. Assim como Las Vegas sempre ancorou historicamente sua divulgação no patrocínio de afamadas disputas de categorias do boxe profissional mundial, também Macau optou por veículo publicitário esportivo, ao passar a sediar torneios do Grand Prix de Vôlei Feminino, como o campeonato mundial de grande cobertura televisiva vencido pelo Brasil em 2005.

Motivações econômicas e políticas para o engajamento dos governos convalidam o emprego instrumental e utilitário do esporte, na assistência ao desenvolvimento econômico, no estímulo ao orgulho nacional e na promoção de imagem externa.

Outro exemplo de patrocínio institucional, quase totalmente estatal, foi a realização, em 1992, da primeira prova de Fórmula 1 em país do Bloco Comunista. O Grande Prêmio da Hungria, avanço na direção do empresariado, exigiu, só na construção do autódromo, investimentos governamentais e cotização das maiores organizações húngaras de comércio exterior no montante de US\$ 20 milhões. A então recente evolução político-econômica experimentada pela Hungria favorecia a intensificação dos contatos com o mundo ocidental, viabilizada pela liberalização do mercado e presença de grande número de empresas transnacionais na economia magiar. O Grande Prêmio representou expediente atrativo para a captação de fluxos turísticos cujas estatísticas hoje, na Hungria, registram a entrada flutuante de quinze milhões de visitantes anualmente, contingente superior à própria população do país. Maior fonte de divisas da Hungria, o setor de turismo reconheceu, portanto, a oportunidade e conveniência de usar na divulgação da imagem internacional do país uma grande manifestação de cunho esportivo que, no reboque de Piquet e Senna, atingia audiência de mais de 300 milhões de telespectadores em todo o mundo. Numa referência comparativa mais recente, o Grande Prêmio do Brasil de Fórmula 1 em 2002 rendeu quase US\$ 100 milhões para a cidade de São Paulo e o evento proporcionou ganho equivalente a 80% do faturamento anual das principais agências de turismo.

Nos anos noventa, a ex-União Soviética cogitou poder ser o próximo país do Leste Europeu a aderir ao circo da Fórmula 1, em razão do estudo de viabilidade operacional e, sobretudo, de rendimento comercial positivo

feito por Delegação enviada ao Grande Prêmio da Hungria. Sob chefia do Vice-Presidente da Associação do Esporte Técnico e Paramilitar da URSS, Aleksei Vinnik, a equipe soviética avaliou o sistema financeiro, o funcionamento técnico, a infraestrutura do evento e os interesses multinacionais envolvidos. Segundo o Semanário moscovita *Nedelya*, a missão concluiu que a presença nesse tipo de competição daria a possibilidade de “ditar no futuro uma lei no mercado automobilístico internacional” e de aproveitar na produção de automóveis as inovações introduzidas nos protótipos de corrida. Retomando consistentemente os planos para sediar etapa do Mundial de automobilismo, os russos investiram US\$ 100 milhões, em 2000, na construção de autódromo de Fórmula 1 na ilha de Nagatino, ao sul de Moscou.

Como curiosidade, a antiga URSS, aliás, já tinha há anos uma espécie de multinacional do esporte, uma discreta empresa chamada Dorna que, com os ventos liberalizantes da *glasnost*, passou a gerenciar todos os negócios envolvendo o esporte soviético. A empresa de Moscou, capital-símbolo do socialismo internacional, estabeleceu desinibida filial em Vaduz, capital do principado de Liechtenstein, cidade-exemplo de paraíso fiscal que isenta taxas impositivas sobre os lucros e pratica sigilo bancário rígido.

Mais indicadores de negócios valiosos no segmento esportivo. A decisão do *Super Bowl* do futebol norte-americano, o miliardário acontecimento esportivo dos Estados Unidos, atingiu, em 2001, plateia de 130 milhões de telespectadores. Para terem os direitos de transmissão até 2004, as quatro principais redes pagaram US\$ 20 bilhões pelo evento, que cobra US\$ 2,3 milhões por segundo de inserção comercial televisiva. As mesmas cadeias televisivas norte-americanas pagaram US\$ 850 milhões pela transmissão dos torneios da PGA – Associação dos Golfistas Profissionais no período de 2001 a 2004.

Em Londres, o periódico *Sunday Sports* passou a dedicar, no início dos anos noventa, vasta e prioritária cobertura aos acontecimentos esportivos, como recurso para elevar a tiragem de 550 mil para um milhão de exemplares, aumentar a vendagem de anúncios, atrair verbas dos patrocinadores e de suas agências de publicidade, principalmente aquelas que reúnem na clientela os clubes de futebol da Grã-Bretanha, hoje verdadeiras e prósperas empresas. O Manchester United, por exemplo, registrou no balanço do exercício fiscal 2000-2001 investimentos de

quase US\$ 181 milhões e lucros líquidos de US\$ 30,5 milhões. A força econômica dos clubes ingleses é portentosa e o futebol da Grã-Bretanha tornou-se o mais rico do mundo com a venda de transmissão televisiva. Os direitos de televisionamento dos jogos da Primeira Divisão saltaram de US\$ 2 bilhões para US\$ 6 bilhões, valor pago para mostrar 66 jogos em TV aberta e 40 no sistema *pay-per-view* na temporada 2000 e 2001. A *British Sky Broadcasting*, mais conhecida como Sky TV, ofereceu, em 1999, US\$ 1,613 bilhão pelos direitos de transmissão das partidas da Divisão principal do campeonato. A Sky TV pretendeu antecipar a prorrogação do contrato, válido por cinco anos, como estratégia de evitar concorrência bravia, possivelmente contra a Microsoft do americano Bill Gates, que insinuava querer diversificar investimentos e incursionar no mundo esportivo ⁽²⁶⁾.

A rentabilidade projetada dos negócios esportivos internacionais sustenta-se principalmente pela audiência televisiva. A agência inglesa *Visnews* realizou, na década de oitenta, análise da recepção mundial dos campeonatos de Fórmula 1. O estudo técnico comprovava a assistência anual média de aproximadamente 1 bilhão e 600 mil pessoas em 88 países, através de 274 emissoras de TV. E o Brasil, por sinal, ocupava o primeiro lugar de audiência, o que transformava as corridas de Fórmula 1 em um dos melhores produtos de venda da rede brasileira proprietária dos direitos de transmissão ⁽²⁷⁾.

Cifras altas do automobilismo, como também de outras modalidades esportivas, superadas, porém, nos quesitos de audiência e retorno comercial, pela rentabilidade do futebol. Segundo estudo da Fundação Getúlio Vargas, dos US\$ 250 bilhões movimentados pelo futebol em todo o mundo por ano, o Brasil contribui com US\$ 16 bilhões, sendo de US\$ 100 milhões os rendimentos das transmissões televisivas. Para cotejar com pesquisas indicativas, avaliação do economista Stefan Szymanski, do Imperial College de Londres, aquilata que a indústria do futebol mobiliza hoje uma economia de US\$ 216 bilhões ao redor do planeta. Só 22 países têm PIB superior a esse volume.

No Brasil, a transformação de algumas equipes de futebol em empresas e parcerias milionárias tem contado com consultoria de técnicos da FGV, que já apresentaram as marcas de times brasileiros (Inter-RS, São Paulo, por exemplo) a investidores da Inglaterra e da Itália. Para exemplificar, o Inter-RS encarregou a Fundação Getúlio

Vargas de preparar modelo de parceria e estudos mercadológicos da marca e do patrimônio do clube. Análise preliminar da FGV indicou cifra potencial de cerca de US\$ 80 milhões pela exclusividade de patrocínio. Empresas do ramo (All-E, Octagon/Koch Tavares) desenvolvem acordos comerciais diretos, enquanto especialistas da FGV realizam consultorias e seminários para a captação de investidores europeus interessados no mercado esportivo latino-americano.

Em decorrência dessa promoção conjugada, o Grêmio de Football Porto-alegrense assinou no ano 2000 contrato de parceria com a ISMM – *International Sports Media and Marketing*, através de sua filial ISL – *International Sports Leisure*, então a maior empresa de marketing esportivo do mundo. O acordo previa a exploração mundial dos direitos da marca “Grêmio”, transmissão por televisão de jogos e licenciamento de produtos do clube. Por esse patrocínio, o clube deveria receber cerca de US\$ 150 milhões durante os quinze anos de vigência prevista do contrato.

Ainda como exemplos de parcerias empresariais de clubes brasileiros, aparecem as ilustrações do Palmeiras de São Paulo, que assinou em 1992 contrato de cogestão com a empresa italiana *Parmalat*; do Vasco da Gama, que assinou em 1998 contrato com o *Bank of America*; do Corinthians paulista, que se tornou, em 1999, o primeiro grande clube brasileiro a abdicar do comando do próprio departamento de futebol, ao assinar um contrato com o fundo de investimentos norte-americano *Hicks, Muse, Tate & Furst*, e depois com a britânica MSI – *Media Sports International*, para exploração de imagem, participação de bilheteria, quotas de jogos, publicidade e contratos de televisionamento. O mesmo fundo de investimentos norte-americano firmou acordos com o Cruzeiro de Belo Horizonte e o Flamengo do Rio de Janeiro, em contratos similares que projetavam carrear investimentos totais de, aproximadamente, US\$ 100 milhões para os referidos clubes. Mais exemplos: o São Paulo Futebol Clube vendeu, em 2003, licenciamentos de marca, ao preço unitário médio de US\$ 100 mil, para funcionamento de escolas de futebol na Coreia do Sul e na Tailândia, mesma estratégia montada por clubes europeus, como Manchester United da Inglaterra e Real Madrid da Espanha para a conquista do populoso mercado asiático.

Para comparar tais variantes e valores do mercado brasileiro, cabem alguns registros internacionais: o Real Madrid espanhol assinou contrato de exploração de imagem com o banco Caja Madrid no

valor de US\$ 66,3 milhões; na Turquia, o time de futebol Galatasaray começou a ter ações negociadas na Bolsa de Valores de Istambul. Os dirigentes esportivos consideraram que, depois da conquista da Copa da UEFA-Campeonato Europeu, o clube, enaltecido pelo governo turco como “divulgador da imagem do país”, tornara-se marca mundial e que a rentabilidade de seus negócios podia ser cotada no mercado acionário. Da mesma forma, a Lazio italiana negociava títulos na Bolsa de Milão e as ações de 22 equipes inglesas na Bolsa de Valores de Londres movimentaram soma de US\$ 1,8 milhão, em 1998. E o fato de a decisão da Supercopa italiana entre Parma e Juventus ter sido realizada na Líbia, em agosto de 2002, não é mera casualidade. O Presidente líbio Muamar Khadafi investia resolutamente em futebol. A Companhia Árabe Líbia comprou 7,5% das ações da Juventus de Turim e tem participação acionária na equipe grega Paok. Além disso, a Líbia também pretendeu disputar o direito de sede da Copa do Mundo de Futebol de 2010.

A socioeconomia do esporte conhece assim uma extensão de seu domínio. O campo coberto inclui elementos de economia pública (participação do esporte no orçamento do Estado e de municipalidades, investimento governamental, tributação), planejamento e administração (construção de praças de esportes, infraestrutura, instalações), indústria e comércio (produção industrial de artigos esportivos, estratégias de marketing, exportação), setor de serviços (exploração de espetáculos esportivos, publicidade, patrocínio), mercado de trabalho (geração de empregos, especialização, remuneração), desenvolvimento econômico e social (rentabilidade produtiva, nível de renda, resgate e participação social) e globalização (setores secundário e terciário assaz transnacionalizados).

Como atividade econômica, portanto, o esporte repercute em outros setores e ressoa em escalas cada vez mais internacionalizadas. As telenovelas, consideradas o maior produto de exportação da televisão brasileira, já têm um grande rival na disputa por mercados externos. Transmissões televisivas do futebol brasileiro, vendidas para trinta países em 1999, foram ampliadas para atingir mais trinta a partir do ano 2000. Depois de invadir a Europa e a Ásia, o virtuosismo do esporte-símbolo nacional é apreciado na televisão até em países africanos como a Nigéria. A pretensão é reservar para o futebol brasileiro fatia cada

vez maior num mercado que movimenta bilhões de dólares e emprega milhares de pessoas. Negócio capaz de gerar receitas fantásticas como os US\$ 200 milhões pagos pela Rede Globo à, então, ativa empresa suíça ISL – *International Sports Leisure*, em troca da exclusividade na transmissão para o Brasil da Copa de 2002. A própria ISL pagara à FIFA US\$ 2 bilhões pelos direitos de cobertura televisiva aberta, a cabo, rádio e Internet das Copas de 2002 no Japão e na Coreia do Sul e de 2006 na Alemanha. Grupos poderosos como o *Vivendi Communication*, dono do *Canal Plus* francês, e os *Studios Universal* dos EUA também programam maciços investimentos na indústria do esporte.

Empresas intermediárias especializadas, comumente multinacionais como *ISL*, *IMG-McCormack*, *West Nally*, *Proserv*, *Dorna*, *Media-Foot*, *MSI*, incumbem-se da composição dos diferentes mercados do esporte, sobretudo a promoção de espetáculos esportivos, patrocínio e televisionamento. São firmas responsáveis pela fortuna das competições e dos interesses publicitários, aconselhamento jurídico e fiscal e negociações privilegiadas de direitos televisivos. Principalmente, tais empresas estabelecem relações transfronteiriças para internacionalizar as retransmissões de TV e o patrocínio de rentáveis eventos esportivos. Em 1990, o mercado do patrocínio esportivo estava estimado em, por exemplo: US\$ 869 milhões na Itália, US\$ 681 milhões no Reino Unido, US\$ 103 milhões na Suíça, US\$ 81 milhões em Portugal, US\$ 79 milhões na Suécia, US\$ 53 milhões na Finlândia, US\$ 41 milhões na Dinamarca e US\$ 11 milhões na Hungria. Comparativamente, o segmento movimentava, nos Estados Unidos, em 1986, o vultoso montante US\$ 3,5 bilhões.

Também expressiva, a produção nacional de artigos de esporte estava estimada, em 1990, em: US\$ 2,3 bilhões na Alemanha, US\$ 2 bilhões na Itália, US\$ 1,9 bilhão na França, US\$ 832 milhões na Espanha, US\$ 719 milhões em Portugal, US\$ 53 milhões na Finlândia e US\$ 11 milhões na Hungria. Em 1998, a produção francesa alcançou 44 bilhões de francos. Em 1997, a dimensão do mercado americano era de US\$ 42,8 milhões. Para cotejar o crescimento, em 1986 o valor exportado de artigos de esporte ascendia a US\$ 2,8 bilhões, ou seja, um pouco menos de 0,2% do total de exportações mundiais.

Para aquilatar a movimentação empresarial no setor, avulta o exemplo da empresa alemã de artigos esportivos Adidas, que anunciou, em agosto

de 2005, a compra de sua concorrente Reebok por um valor aproximado de € 3,1 bilhões, numa ofensiva aquisitiva que permitiria à companhia nivelamento com a grande rival norte-americana Nike. Pela compra, o grupo alemão ofereceu US\$ 50 em dinheiro por ação individual da Reebok, prêmio que correspondia a uma valorização de 34,2% em relação ao preço médio do título no mês da operação. As próprias ações da Adidas subiram imediatamente mais de 7% na Bolsa de Frankfurt. A forte presença nos Estados Unidos era o grande atrativo oferecido pela Reebok. Com o negócio, a Adidas abocanha mais 20% do mercado norte-americano, passa a dobrar suas vendas no país e, por sua atuação diversificada no marketing do esporte transnacional, – na Europa, principalmente futebol e atletismo – terá então licenças adicionais e alternativas para uso de imagem de grandes astros do futebol americano e do basquete. Só a NBA – *National Basketball Association* é transmitida para 212 países, em 42 idiomas. A Adidas calculou economizar € 125 milhões por ano com a integração das estruturas das duas empresas, a partir 2009, e avaliou que o montante combinado do novo empreendimento atingiria logo € 8,9 bilhões. Contabilidade estimativa indica que as três principais marcas esportivas juntas movimentam US\$ 145 bilhões anualmente.

Os impactos econômicos dos eventos esportivos concernem, além dos patrocinadores, indústrias, regiões, níveis de desenvolvimento, emprego e renda. Em 1990, o número de empregos diretos ou relacionados ao segmento esportivo, como construção civil, hotelaria, medicina esportiva, imprensa e publicidade, estava estimado em 700 mil na Alemanha, 261,5 mil no Reino Unido, 296,5 mil na França, 213 mil na Itália, 40 mil em Portugal e 25,5 mil na Suécia e na Suíça, por exemplo. Em 1985, os empregos ligados ao esporte representavam entre 0,8% e 1% da população economicamente ativa de diversos países europeus.

São vários produtos esportivos e vários condutos de comercialização. E, nesse contexto, desponta a Internet, que já vale mais do que a televisão para o futebol brasileiro. O Clube dos 13, entidade que reunia os principais clubes profissionais brasileiros, recebeu, no ano 2000, proposta de aproximadamente US\$ 100 milhões para vender a transmissão dos jogos do campeonato nacional pela conexão computadorizada, por contrato de dez anos de duração. E os recursos da informática ainda oferecem lucrativas variações: a empresa de marketing esportivo Traffic oferece em média US\$ 30 mil a algumas equipes para hospedar suas

respectivas páginas no site Netgol; a FIFA auferiu receita significativa com os direitos autorais dos jogos de computador mais vendidos no planeta, FIFA-2009, FIFA-2010 e suas continuações, que editam graficamente partidas virtuais de equipes de futebol de vários países, inclusive de treze times brasileiros. Direitos sobre a Internet são destaque nas negociações entre clubes e empresas. Um estudo da UEFA – União Europeia de Futebol concluiu que as equipes de seu continente lucraram, de 2000 a 2005, cerca de US\$ 500 milhões com os contratos referentes à rede mundial de computadores e recursos similares.

No caso do mercado interno brasileiro do futebol, estudo do BNDES e da empresa *Deloitte e Touché* calcula o volume de negócios em torno de US\$ 400 milhões por ano e a geração de quase 90 mil postos de trabalho diretos associados ao esporte, comparativamente aos 100 mil empregos nas montadoras de veículos.

O potencial da parceria entre o setor empresarial, atletas, agremiações e espetáculos esportivos embasou, a propósito, a proposta, ensaiada em 1986 pela Divisão de Feiras e Turismo do Ministério das Relações Exteriores, de promover atividades esportivas paralelas ao comparecimento oficial do Brasil a Feiras e Exposições internacionais. O projeto resultou do forte apelo promocional do esporte (futebol) brasileiro, em certas condições e mercados mais eficientes para a divulgação empresarial e a própria imagem externa do país do que, por exemplo, festivais gastronômicos, mostras de artes plásticas ou espetáculos folclóricos.

Essa iniciativa contemplou experimentalmente a utilização também das manifestações esportivas, em base de financiamento empresarial-privado, como recurso para o aprimoramento da presença institucional brasileira em acontecimentos feirísticos, maior penetração comercial, conquista e ampliação de mercados. Nesse sentido, quando da participação oficial do Brasil em feira de produtos esportivos na América Central, foram arregimentadas empresas nacionais produtoras e *Trading Companies* que reconheciam na apresentação de atletas brasileiros válido veículo difusor de informação empresarial e mercadológica. Tal exercício, aprimorado e ajustado para a expansão de bens e serviços, pode repercutir na própria publicidade institucional do Brasil no plano internacional, até com o derivado incentivo à captação de fluxos turísticos para o país.

O apelo carismático usufruído pelo Brasil em muitos países e regiões do mundo, frequentemente associado a seu retrospecto e à magnitude de suas realizações no terreno esportivo, pode ser traduzido na exploração comercial de oportunidades conjugadas. Relewa registrar, como caso típico de simpatia espontânea atribuída ao Brasil, o procedimento de setores empresariais e de imprensa de Hong Kong, por ocasião da Copa do Mundo da Espanha, em 1982. O empresariado e a mídia daquela ex-Colônia britânica trabalharam para que, ao invés dos jogos das seleções da Inglaterra, Irlanda e Escócia, como seria natural em se tratando de membros da *Commonwealth* com significativa e influente expressão populacional no território, fossem televisionados os jogos da Seleção do Brasil, sem que houvesse, para isso, qualquer gestão ou mesmo conhecimento de parte brasileira interessada. Naturalmente que Hong Kong, então terceiro centro financeiro do mundo e proeminente entreposto comercial consumidor, verdadeira aldeia de corporações transnacionais, não favoreceria apenas emocionalmente a divulgação de manifestações esportivas. Assim aconteceu porque, na esteira da simpatia e audiência provocadas pelo futebol brasileiro, prevaleceu o senso comercial apurado para explorar a venda de imagens e realizar negócios de alta lucratividade.

No segmento empresarial, essa percepção é, pois, mais precoce, mesmo no Brasil. A Petrobras patrocinava, nos anos setenta, excursões de times de futebol brasileiros a países africanos que abriam processos licitatórios para a exploração de petróleo e onde a empresa brasileira conseguia recolher reconhecimento e eventuais preferências. A estatal repete agora, desde o ano 2000, a estratégia de associar sua imagem, no plano internacional, a eventos e personalidades esportivas de projeção. A Presidência da Petrobras contratou o ex-Ministro Extraordinário dos Esportes, Pelé, como Embaixador das campanhas promocionais no exterior. Segundo a direção da empresa, o objetivo da iniciativa é aprimorar e ampliar a imagem da Petrobras no mercado externo, divulgando realizações e reforçando os planos de internacionalização das atividades da companhia. O ex-Ministro, representativo da imagem do Brasil pela trajetória desportiva, participou na campanha e promoção do prêmio conquistado pela Petrobras, pela segunda vez consecutiva, de exploração de petróleo em águas profundas concedido pela OTC – *Offshore Technology Conference*.

Conforme explicação de sua Diretoria de Marketing, a Petrobras quase sempre teve seu nome e marcas associadas ao esporte brasileiro. A empresa apoia genericamente o olimpismo nacional, mas identifica sutilmente áreas preferenciais de retorno empresarial e de marcação de presença em causas sociais. Assim, tem, respectivamente: o Programa de Esportes Náuticos, com objetivo de permitir seu reconhecimento como empresa de energia, ligada ao mar/água, e o Programa de Handebol, hoje o esporte mais praticado nas escolas públicas e que recebe da estatal patrocínio anual de R\$18 milhões. A Diretoria Executiva da Petrobras criou também, em 1994, Comissão de Esporte Motor, com os seguintes objetivos definidos:

- I. Fortalecer a imagem da empresa através do reconhecimento da qualidade e atualização de produtos no Brasil e no exterior;
- II. obter maior presença na mídia, com vistas a atingir um público qualificado e formador de opinião, potencial consumidor dos produtos da Companhia; e
- III. utilizar as competições como laboratório para o desenvolvimento e aprimoramento de produtos.

Portanto, a atuação da Petrobras no segmento esportivo está relacionada a sua imagem institucional, de visibilidade engrandecida para difundir qualidade, tecnologia de produtos e credibilidade. Na área comercial, o principal projeto é o da parceria com a Equipe Williams de Fórmula 1. O contrato para o desenvolvimento e fornecimento de gasolina para aquela importante escuderia da principal categoria do automobilismo internacional de competição teve início em 1998, quando do fim do monopólio do petróleo no Brasil. Destarte, com o acirramento do mercado interno competitivo de derivados de petróleo, tornou-se crescentemente necessária a afirmação de qualidade dos produtos da Petrobras, que, com a perda natural de parte de seu mercado cativo, buscou a internacionalização da marca. Com essa expansão, a Petrobras passou a ser inclusive a principal empresa exportadora brasileira.

Segundo avaliação de sua Diretoria de Marketing, no processo de construção da imagem de empresa de energia de classe mundial, a capacitação tecnológica é um requisito fundamental para o reconhecimento das excelências que marcam os empreendimentos da Companhia e para a predisposição internacional de investir em ações e projetos da Petrobras.

Nesse sentido, a gerência da estatal defendia que “a participação nas competições da Fórmula 1, que é sinônimo de tecnologia, como empresa fornecedora de combustível de alta qualidade para a equipe Williams, vem propiciando oportunidade ímpar para divulgação de *expertise* industrial e empresarial, não apenas na vertente do desenvolvimento tecnológico, mas também na comprovação de capacitação gerencial para gerar e gerir acordos com importantes parceiros do cenário internacional”. Diretor da empresa agregava que “dentro do acordo com a Williams F-1, uma das contrapartidas possibilita a visitação direcionada de clientes e potenciais investidores estrangeiros, inclusive nas ações da Petrobras na Bolsa de Nova York”. O retorno desse trabalho de demonstração *in loco* de sua tecnologia pôde ser medido na última captação, quando o risco avaliado da Companhia foi menor que o do próprio país.

O Banco do Brasil é outra empresa com forte vinculação ao patrocínio e publicidade esportivos. A combinação entre inovação de produtos e campanhas orientadas de marketing esportivo justificou a política do Banco do Brasil de investir R\$ 42 milhões, dos R\$ 139 milhões de sua verba total de propaganda em 2004, na promoção de eventos esportivos e das equipes brasileiras de Voleibol. O retorno palpável dessa estratégia, segundo a Diretoria de Marketing do Banco, foi a maior fixação de imagem, mensurada pela captação de mais de três milhões de clientes no ano anterior.

A utilização de celebridades esportivas como chamariz para alavancar as vendas é estratégia frequente de divulgação de marcas. A Siemens, companhia alemã que fabrica desde softwares para computadores até reatores atômicos e tem faturamento anual de US\$ 80 bilhões, programou linha mundial de celulares com a marca do jogador Ronaldo. O acordo foi assinado em setembro de 2004, depois que uma pesquisa da empresa mostrou que a venda de seus aparelhos cresceu 27 % no Brasil apenas porque o atleta vestia a camisa do Real Madrid, clube patrocinado pela Siemens. A Ambev, maior fabricante de bebidas do Brasil, tem experiência semelhante. A direção da empresa contratou Ronaldo para a inauguração de uma fábrica na Guatemala em 2004. O país parou, multidões foram às ruas e a televisão guatemalteca transmitiu durante duas horas programa sobre a vida do atleta e imagens do Brasil em horário nobre. Três meses depois, a Ambev, uma companhia de quase US\$ 2 bilhões, já detinha 40% do mercado local. A Nike, fabricante de material esportivo com

matriz nos Estados Unidos, projetou a produção em 2005 de uma linha de roupas esportivas com a assinatura do jogador brasileiro, em reforço às vendas da companhia, um colosso com faturamento de US\$ 12 bilhões por ano – US\$ 1 bilhão só com o futebol (Revista Exame, Edição 833, nº 25, dezembro de 2004).

As variáveis econômicas do mercado transnacional do esporte – produção de equipamentos e instalações, comércio, exportação, prestação de serviços, arrecadação de bilheteria, premiações, patrocínio, publicidade e direitos televisivos – apontariam, por estatísticas estimadas, a participação média de 1% do setor esportivo no PIB de todos os países desenvolvidos. O esporte representa setor produtivo da economia mundial que movimentaria montante anual próximo a US\$ 800 bilhões – US\$ 900 bilhões. Na repartição percentual, os negócios indicariam a seguinte orientação geográfica: 30% para os Estados Unidos, 33% na União Europeia, 22% no Japão e Sudeste Asiático e 15% distribuídos no resto do mundo.

No emergente Sudeste Asiático, concentração de polos econômico-financeiros, na região do Golfo Pérsico e em países africanos produtores de petróleo e minérios nobres, na América Central e Caribe, demandantes de cooperação técnica (esportiva), onde a gestão do esporte envolve as próprias esferas de governo, a apresentação de equipes e símbolos esportivos brasileiros serve ao empresariado nacional como vetor direto de promoção comercial. Quando alinhados à promoção de valores socioculturais embutidos e orquestram a parceria do setor público e do segmento privado, tais insumos esportivos interessam à política pública interna e internacional porque podem ser indutores de participativa integração societária, senso de nacionalidade, formação e fortalecimento de imagem externa positiva do país.

A realização de importantes promoções, de ordem esportiva, empresarial ou política, requer efetivamente a interação de agentes e instâncias disponíveis em várias esferas do poder público e da sociedade civil. Esse reconhecimento orientou, por exemplo, Circular Postal da Assessoria de Relações Federativas do Ministério das Relações Exteriores, que objetivou aportar subsídios e mobilizar a rede de Embaixadas e Consulados no exterior em prol do projeto brasileiro de então pretender sediar as Olimpíadas já em 2012. O texto da Chancelaria informava sobre a dimensão e repercussão dos grandes eventos olímpicos e sobre o vulto do investimento necessário a sua realização. A comunicação do

Itamaraty reproduzia conclusões de seminários e reuniões técnicas no sentido de que “a condição de sede de Jogos Olímpicos resulta altamente produtiva para o país anfitrião, visto que suscita novas oportunidades de investimentos, exportações, ampla divulgação na mídia internacional e prestigiosa repercussão do evento, considerado uma combinação de esporte, cultura e meio ambiente”. Também avalizava considerações de que “a promoção esportiva suscita prospecção e ampliação de negócios, contatos globais e intercâmbio de tecnologia, com significativa melhoria da qualidade dos serviços”. Outras vantagens são a geração de empregos, a contratação de obras públicas e, “do ponto de vista ambiental, um legado de longo prazo, uma vez que significa a reforma urbana da cidade”. São, portanto, ingredientes, fermentados pelo evento esportivo de magnitude planetária, geradores de negócios de alta lucratividade e formadores de imagem externa positivada.

Capítulo VII

O Brasil, o Esporte e Sua (Sub) Utilização Como Instrumento de Promoção e Política Externa

Para os países, o esporte pode reunir e significar valor cultural da sociedade organizada, virtude política de governo representativo e regulador, ganho econômico de setor industrial produtivo, traço de identidade e foco de imagem, realidade concreta e já bem trabalhável por muitos.

A conscientização do relevo social, cultural e político do esporte no Brasil pode ser confirmada pela gradual, embora lenta ou intermitente, preocupação de intelectuais e governantes com a massificação da prática da educação física, a destinação de praças públicas para uso e frequência popular e a participação do poder público. A preceituada institucionalização está refletida em conjunto de normas legais, às vezes repetitivas ou redundantes, que só muito recentemente, e compreensivelmente, puderam consolidar legislação aperfeiçoada para, no redimensionamento da respectiva política pública, cobrir aspectos importantes da questão esportiva, como efetiva inserção social participativa, integração nacional amplificada, incentivos complementares entre órgãos responsáveis, produção industrial, emprego, renda e desenvolvimento. Restaria preencher mais substantivamente a lacuna – a larga oportunidade – da utilização potencial do esporte para projeção de imagem positiva e mesmo emprego como recurso diplomático supletivo, instrumento de política externa e linguagem de relações internacionais.

Pelos registros da literatura, parece que as qualidades de José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, patrono da diplomacia brasileira, também permitiram incursões premonitórias ao mundo esportivo. Rio Branco pressentiu a utilidade e a adequação, no meio psicossocial do Brasil, da prática de esportes, principalmente coletivos. Em carta de 7 de abril de 1896, escrita de Paris a Silveira Martins, o emérito diplomata brasileiro comentou a popularidade do preferido esporte (rugby) na França e, comparativamente, enfatizava que: “esse gênero de esporte deveria ser introduzido no seu Rio Grande, em Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Minas Gerais, onde o clima permite tais exercícios”. Mais adiante, arriscava comentários técnicos: “meu filho Paulo, estudante de Medicina, é o *arrière* (zagueiro) da equipe francesa, sendo tido como o melhor do país. No mundo dos esportes atléticos, aqui, chamam-no Da Sylva, estando-lhe confiada a última defesa do campo quando os ingleses forcarem – como hão de forçar – as três linhas de avantes, demais e *trois-quarts*”. O missivista adicionava minudências de jogadas: “ontem o Paulo atirou ao chão todos os ingleses que pôde, até cansar, mas eles são muito superiores aos franceses em disciplina e na arte de passar o balão. Aquele que era atirado ao chão pelo Paulo lançava o balão a outro inglês muito distante, e este, sem encontrar franceses, porque todos perseguiram o primeiro, fazia o ponto” (gol).

O estadista então em potencial aquilatava ser proveitosa para o sentimento nacional a preocupação com o desporto, embora, no caso, com vaidade sugestionada pelos sucessos de seu filho, e avaliava ser louvável sugerir aos homens públicos o estímulo à difusão de esportes massificados no Brasil.

Ao aludir aos efeitos psicossociais da prática desportiva, o Barão do Rio Branco diagnosticava a verdade, transparente nas competições nacionais, regionais e internacionais, sobretudo em manifestações de massa como Jogos Olímpicos, de que o esporte prodigalizava a redução dos antagonismos étnicos, o conagraçamento social de classes, o lenitivo transitório das rivalidades e tensões humanas, o diálogo intercultural e a virtual imanização do interesse popular ⁽²⁸⁾.

Precisamente esse magnetismo popular e massificado do futebol respondeu pelo crescente interesse das emissoras de rádio e televisão nas competições esportivas, através das quais a propaganda pode antecipar robusta recompensa comercial. Também a comunicação social

e a promoção institucional registram retorno qualitativo. A Copa do Mundo de Futebol no México, em 1970, valeu para o Brasil, e para a apropriação – é forçoso admitir, no caso específico e no contexto político da época – pelo governo, como uma convocação nacional de cunho ecumênico e de caráter espontâneo. Silhueta e significado do instinto e da idiossincrasia de cada povo parecem despontar, como em retrato psicossocial, nos flagrantes dos espetáculos desportivos. Inquestionavelmente, e abstraída a mencionada intromissão estatal, o Brasil tornou-se melhor contemplado e credenciado no cenário internacional depois da conquista do tricampeonato mundial de futebol naquela competição, pela primeira vez televisionada ao vivo para muitos países ⁽²⁹⁾.

Os fundamentos sociológicos da ordem desportiva sustentada pelo povo-massa e refletidos nos espetáculos ensejam, portanto, o conhecimento e a disseminação de imagem institucional das sociedades, recursos que, no caso do Brasil, foram concedidos principalmente pelo futebol. Gilberto Amado, citado por João Lyra Filho, compreendeu isso e conjecturou: “quem quiser ser imparcial há de reconhecer no futebol dois irrecusáveis e grandes benefícios prestados às novas gerações – obrigá-las ao ar livre, habituá-las ao movimento, dar-lhes o espetáculo das multidões vibrantes na alegria da tarde e atraí-las para um prazer sadio, para alguma coisa que não é vaidade mesquinha, sensualidade baixa, ambição imediata, vida alheia”.

O futebol brasileiro começou a cobrar prestígio público com a compreensão dos próceres de pensamento e políticos de engajamento voltados para as realidades sociais. Monteiro Lobato disse que “o jogo de futebol teve a honra de despertar o nosso povo do marasmo de nervos em que vivia. Antes dele, só a luta política tinha o prestígio necessário, nas classes médias, para uma exaltaçãozinha periódica; de todos os desportos tentados no Brasil, só o futebol conseguiu aclimar-se como o café”.

No governo de Epitácio Pessoa, em 1919, ocorreu episódio que registra já o interesse e a ingerência do poder público no futebol brasileiro. Depois de saudar a seleção nacional que disputou o campeonato sul-americano de 1919, formada somente por jogadores brancos, o Presidente da República praticamente escalaria a representação esportiva brasileira no certame seguinte, realizado em Buenos Aires, em 1921, proibindo a CBD – Confederação Brasileira de Desportos de incluir negros na

Delegação. As explicações para a proibição buscavam mascarar indícios de patente racismo. Segundo o Presidente, sua decisão tinha motivos justificáveis, como a persistente imagem do “escravo negro” na sociedade brasileira e o previsível desequilíbrio de forças (esportivas) com a Argentina, que disputaria com vantagem a competição em seu território. Um desempenho brasileiro desabonador, provável, com jogadores negros poderia, na opinião do Presidente, provocar animosidade maior dos brancos que responsabilizariam aquela raça pelo insucesso e acirrariam mais o preconceito.

Uma outra razão presidencial envolveria também questões “da honra, da dignidade e da imagem” nacionais. A participação descredenciada de negros poderia comprometer a identidade do negro com a cultura brasileira e até mesmo criar um problema diplomático entre o Brasil e a Argentina. Sucede que no campeonato de Montevideú, em 1919, embora o Brasil não tivesse negros no time, mas apenas mulatos, torcedores, atletas e a imprensa do Uruguai e da Argentina utilizaram a expressão depreciativa “macaquitos” para designar os membros da representação esportiva brasileira. Por conseguinte, e para “preservar” a imagem do negro, e por extensão do próprio povo brasileiro, o Presidente impunha a proibição para precaver situações humilhantes em países estrangeiros e salvaguardar a imagem do Brasil.

Mais injunções e casuísmos políticos forçavam a exploração do veio esportivo. Em 1922, com o apoio político e financeiro do governo Epitácio Pessoa, a CBD instituiu o primeiro torneio de equipes estaduais, o Campeonato Brasileiro de Seleções. A imprensa, então submetida à severa censura do Estado, divulgaria ampla e favoravelmente a competição, noticiada como um empreendimento conjunto do Governo Federal e do máximo órgão esportivo. Simultaneamente, o Brasil preparava selecionado para competir em mais um torneio sul-americano. Ressentido na disputa com o Rio de Janeiro pelo poder controlador do futebol e do esporte nacionais, São Paulo negava a participação de atletas paulistas, restrição que teria efeitos danosos na qualidade técnica e recomendável representatividade da delegação brasileira. Os recursos para resolver a pendência muito percutente na opinião pública foram de ordem política e diplomática. O Governador do Estado de São Paulo, Altino Arantes, aliado político do futuro Presidente Artur Bernardes, e o Ministro das Relações Exteriores, Domício da Gama, intercederam junto

à APEA – Associação Paulista de Esportes Atléticos e conseguiram a pretendida adesão de São Paulo à representação brasileira, muito sob os argumentos (1) político interno, de compromisso e reforço participativo a uma “expressão de identidade nacional” e (2) diplomático externo, da repercussão positiva na “imagem exterior” do Brasil, afinal conseguida com a plenamente exitosa presença no prestigioso evento esportivo sul-americano.

Naturalmente, exemplos de uma época de imaturidade política popular, censura e parca supervisão social, que permitia interferências pontuais, talvez apropriações canhestras e estreitas ultrapassadas, por personalidades ou pequenos núcleos de (pretensão) poder, que perseguiram a normatização e tutela do setor. No Brasil, em 1938, consolidado o Estado Novo, a CBD tornou-se uma “agência de poder”. João Lyra Filho registrou que “a Copa do Mundo foi um teste: o Ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha, da inteira confiança de Getúlio Vargas, tinha na presidência da CBD o seu irmão Luís Aranha; o Embaixador Souza Dantas, na França, recebeu ordem expressa de oferecer à seleção todo o apoio e conforto que precisasse – o que fez de nariz torcido, pois o Itamaraty nunca quis preto representando o Brasil”⁽³⁰⁾.

A normatização sistematizada dos desportos brasileiros começou com base no Decreto-Lei nº 3199 de 1941, de Getúlio Vargas e Gustavo Capanema, e nos demais textos posteriormente editados que constituíram o Conselho Nacional de Desportos, no âmbito do Ministério da Educação e Saúde. A institucionalização, na época do Estado Novo, estatuiu o reconhecimento público das manifestações de cultura imanente aos desportos, que deveriam obediência às regras dos respectivos jogos e respeito à hierarquia internacional dos diversos organismos.

O país reconhecia e preservava as manifestações culturais dos desportos, um traço de realidade social que não pôde vigorar no período de colonização, nem na vigência do regime imperial. Uma nova contextura cultural só veio a prevalecer tempos depois do advento da República. Registre-se que, no início da Era Republicana, alguns políticos pretenderam rever nosso Código Penal para tipificar como crime a prática do jogo de capoeira. A capoeira, que começou “quilombista” com fins militares de defesa da organização negra, transformou-se no movimento “maltista” de arruaças urbanas e obteve resgate social por projetos educativo-esportivos, como o Ideário, pôde ser reconhecida,

em 1972, pelo antigo Ministério de Educação e Cultura, como a “luta nacional”, expressão cultural, do Brasil.

A legislação da Educação Física e Desportos no Brasil começou com a instituição em 1851 da lei que incluía a ginástica no currículo das escolas primárias. Sequencialmente, para ilustrar, poderiam ser citados decretos, leis, projetos e portarias que refletiam prioridades e realidades em cada época: o Decreto-Lei 3199, de 14 de abril de 1941, de Getúlio Vargas e Gustavo Capanema, instituiu, no âmbito do Ministério da Educação e Saúde, o Conselho Nacional de Desportos, destinado a orientar, fiscalizar e incentivar a prática dos desportos em todo o país. O texto legal estabelecia que

compete principalmente ao Conselho Nacional de Desportos estudar e promover medidas que tenham por objetivo assegurar uma conveniente e constante disciplina à organização e à administração das associações e demais entidades desportivas do país, bem como tornar os desportos, cada vez mais, um eficiente processo de educação física e espiritual da juventude e uma alta expressão da cultura e da energia nacionais ... resolvida, pelo CND, a participação do país em competição internacional, não poderão as confederações nem as entidades que lhes sejam direta ou indiretamente filiadas, se convocadas, dela abster-se.

Historicamente, agregados dispositivos legais buscaram refinar aspectos da oficialização de uma política pública de esportes no Brasil. Em 1945, Decreto-Lei dispunha sobre imigração e colonização e dava outras providências. Classificava como “transitório o visto para a categoria de desportistas e congêneres”. Prescrevia que “somente os permanentes e os temporários incluídos nas letras b, c e d do artigo 7º e letra c do artigo 8º, devidamente registrados, poderiam exercer atividade remunerada no Brasil”.

O Decreto-Lei 69053, de 11 de agosto de 1971, de Emílio Médici e Jarbas Passarinho, fixava normas para a participação de estudantes em congressos científicos ou competições artísticas ou desportivas, de âmbito nacional ou internacional, e delegava competência ao Ministro de Estado da Educação e Cultura para a regulamentação de casos concretos. O Presidente da República decretava que

a participação de estudantes, como representantes oficiais do Brasil, dos Estados e dos Municípios, em congressos científicos ou em competições artísticas ou desportivas, de âmbito nacional ou internacional, é considerada forma de fortalecimento da unidade nacional, estímulo ao sentimento de civismo e fator de integração da juventude brasileira na obra do bem comum e da solidariedade nacional e internacional...

Pelo Decreto 72659, de 20 de agosto de 1973, o Presidente Emílio Garrastazu Médici transformava a Subsecretaria do Conselho Internacional do Esporte Militar para a América Latina em Escritório de Ligação do Conselho Internacional do Esporte Militar para a América do Sul. O referido Escritório estava vinculado ao Estado Maior das Forças Armadas, que devia fornecer pessoal de seu quadro efetivo para o preenchimento das funções do Conselho Esportivo, cumulativamente aos respectivos encargos exercidos no EMFA.

Pela Deliberação 04, de 20 de fevereiro de 1981, a Presidência do CND delegava competência e fixava normas para que os Conselhos Regionais de Desportos autorizassem a realização de competições internacionais para entidades sediadas em regiões fronteiriças dos respectivos Estados e Territórios. Para efeito da referida Deliberação, considerava-se como região fronteiriça a área do território brasileiro compreendida na faixa de 150 quilômetros ao longo da linha de fronteira. As autorizações somente poderiam ser concedidas pelos Conselhos Regionais de Desportos quando ambas as entidades desportivas participantes da competição internacional estivessem localizadas na região fronteiriça dos respectivos países, em princípio em municípios limítrofes, portanto não nas capitais, e separadas por distância não superior a 300 quilômetros em linha reta.

Pela vigente Constituição de 1988, no título da Ordem Social, na Seção pertinente do capítulo da Educação, da Cultura e do Desporto, ficou estabelecido que: “é dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um, observados... a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional. O Poder Público incentivará o lazer como forma de promoção social”.

Mais recentemente, o Congresso Nacional decretou e o Presidente da República sancionou, em 1998, a lei 9615 (Lei Pelé), que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. No Capítulo dos Princípios Fundamentais, o desporto, como direito individual, tem

como base, entre outros, os princípios: I) da soberania, caracterizado pela supremacia nacional na organização da prática desportiva; ... III) da democratização, garantido em condições de acesso às atividades desportivas sem quaisquer distinções ou formas de discriminação; ... V) do direito social, caracterizado pelo dever do Estado em fomentar as práticas desportivas formais e não formais; ... VII) da identidade nacional, refletido na proteção e incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.

Projeto de Lei de Conversão Nº 2011-6, de 28 de março de 2000, com relatoria do Senador Maguito Vilela, alterava dispositivos da Lei Pelé. O relatório, para ilustrar a importância do esporte na sociedade brasileira, mencionava que, por decisão da Comissão Mista, fora incluído dispositivo

que torna obrigatória a transmissão ao vivo, em pelo menos uma rede nacional de televisão aberta, dos jogos das seleções nacionais de futebol. Com esse preceito inovador, pretendemos evitar a tendência, que já se observa em outros países, de que apenas as pessoas com condições de assinar as televisões pagas tenham acesso a jogos do selecionado nacional. A desfavorável condição econômica de enorme contingente de nossa população justifica tal providência, para que evitemos nova forma de apartheid social em nosso país.

Hoje, num contexto moderno, o esporte constitui estuário que recolhe e reorienta muitos desvios que seriam perniciosos na estrutura social, inclusive no plano mundial, assunto lidado até mesmo pelas Nações Unidas e muitas de suas agências. No Brasil, a realidade é visível tanto através da integração nacional dos desportos, quanto da permuta internacional de sua cultura. O intercâmbio estimulado pelos desportos pôde ser evidenciado pelo papel do futebol brasileiro nas relações entre o Brasil e vários países da África, principalmente nas fases de aproximação política das décadas de sessenta e setenta, no ocaso do colonialismo português. Quando da visita do Chanceler Mário Gibson Barbosa ao continente africano, em 1972, o futebol brasileiro e o nome do jogador Pelé popularizaram o Brasil como símbolos da grandeza do país, acervo e apanágio logo depois empregados produtivamente por empresas brasileiras para internacionalizar propaganda e atividades comerciais.

No setor empresarial, no *sport-business*, avulta principalmente a exclusividade na transmissão de importantes eventos esportivos porque essas manifestações significam altos índices de audiência e, conseqüentemente, dilatada visibilidade para os anunciantes. Para pormenorizar exemplo já referido, estudo sobre a audiência de TV no Campeonato de Fórmula 1 realizado pela Agência inglesa *Visnews* exibia resultados surpreendentes. O campeonato de 1983, por exemplo, foi assistido por 1 bilhão e 538 milhões de pessoas de 88 países, através de 274 emissoras de TV, com média de aproximadamente 800 milhões de telespectadores para cada Grande Prêmio. E o Brasil registrava a máxima assistência planetária de quase 150 milhões de pessoas, média de 1 milhão de telespectadores por corrida. Vender cotas de patrocínio para a transmissão das provas de Fórmula 1 no mercado brasileiro tornou-se um certo negócio e sucesso de público, tal qual as telenovelas.

No plano governamental, como linha programática de política pública, o redimensionamento do esporte, iniciado pelo documento *Uma Nova Política para o Desporto Brasileiro-Questão de Estado*, inserido no Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República, no governo José Sarney, em 1986, pretendeu revisar a legislação desportiva nacional, eliminar formas tutelares do Estado e favorecer o envolvimento da iniciativa privada na promoção e patrocínio de atletas, agremiações e eventos esportivos mediante incentivos fiscais semelhantes à Lei da Cultura.

Mais presentemente, o documento *Uma Estratégia de Desenvolvimento Social* do governo Fernando Henrique Cardoso, adotado em 1996, fixava, no plano interno, “a questão da educação básica como um dos pontos vitais a serem enfrentados por uma política responsável, para que o país possa desenvolver-se de forma mais rápida e reduzir os desequilíbrios sociais”.

Na determinação de uma algo discernível política externa de esportes, o Presidente Fernando Henrique Cardoso recebeu, no Rio de Janeiro, em maio de 2000, a XII Assembleia Geral da Associação dos Comitês Olímpicos Internacionais e, paralelamente, reunião do Comitê Olímpico Internacional, foro máximo do Movimento Olímpico. A presença do Presidente demonstrava o compromisso do país “com as causas e o desenvolvimento do esporte e do Movimento Olímpico”. O mandatário brasileiro determinava que “um país, como o Brasil, deve cada vez mais

colocar o esporte no centro da agenda da sociedade. Para isso, como se depreende da criação, em meu governo, de um Ministério próprio para ocupar-se do esporte, o Estado retoma seu papel de fomento às práticas esportivas, contribuindo para a construção da cidadania, a inserção social, a melhoria da qualidade de vida da população e da imagem do país”. (Efetivamente, o Brasil tem tomado iniciativas encorajadoras nessa área. Uma delas é o *Plano Nacional de Desenvolvimento do Esporte*, que trata de balizar a gestão do esporte nacional, incorporando políticas e diretrizes modernas que abrangem a participação dos segmentos interessados da sociedade. Outro programa a destacar é o *Esporte Solidário*, cujo objetivo é diminuir, através da intensificação da prática esportiva, a situação de exclusão e risco social de jovens e adolescentes carentes). O Presidente terminava “com uma referência ao Rio de Janeiro, que, com mais este encontro, confirma sua tradição de sede de importantes eventos de repercussão mundial, como aconteceu com a Rio-92 e a Cimeira América Latina-União Europeia. O Rio candidatou-se oficialmente a sediar os Jogos Pan-Americanos de 2007 e, do mesmo modo, deverá apresentar sua postulação à sede dos Jogos Olímpicos de 2012”.

Essa convergência de propósitos, resultante da consciência de que “o esporte chega onde o Estado não consegue chegar”, é que lastreou a decisão política do Brasil, por parte do antigo Ministério do Esporte e Turismo e do Comitê Olímpico Brasileiro, em nome do governo e do sistema esportivo brasileiro, de deflagrar minucioso planejamento objetivando captar os Jogos Pan-Americanos de 2007. Tornar, portanto, o Brasil um destino prioritário das grandes competições esportivas internacionais é uma causa que se impõe, pois a latitude do esporte, ao ultrapassar os limites das próprias competições, reflete positivamente na economia e na imagem externa.

Como estímulo interno adicional, a partir de 2001, pessoas físicas e jurídicas puderam reduzir do Imposto de Renda doações ou patrocínios para atividades esportivas, permitidos durante certo período por reedição da Medida Provisória 2062, que alterou a legislação do Imposto de Renda, desta vez acrescida de artigo para tratar especificamente do incentivo ao esporte. O artigo 9º da MP previa que “com o objetivo de incentivar o desporto, inclusive o amador, a União facultará às pessoas físicas ou jurídicas a opção pela aplicação de parcelas do Imposto de Renda, a título de doações ou patrocínios, no apoio direto a projetos

desportivos”. À semelhança da Lei Rouanet de incentivo à cultura, Lei 8.315 de 23 de dezembro de 1991, que autoriza a pessoas jurídicas desconto de 4% e a pessoas físicas de 6% nas aplicações em atividades culturais, percentagens iguais possibilitariam, segundo expectativa inicial do Ministério do Esporte, arrecadar para o esporte aproximadamente R\$ 500 milhões anuais com o incentivo. A vigente Lei das Loterias (Lei Agnelo-Piva que direciona 2% dos recursos dos sorteios lotéricos para o esporte olímpico e paraolímpico) amplia as fontes de financiamento e transfere regularmente cerca de R\$ 50 milhões anuais para a programada capacitação esportiva competitiva.

Com a assunção do governo petista de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, o novo Ministério do Esporte, pela primeira vez na história do Brasil, tornou-se Pasta independente, com foco prioritário no desenvolvimento de uma política nacional de esporte, ocupação e lazer. São propósitos primordiais o aproveitamento do setor produtivo esportivo brasileiro, que movimenta R\$ 20 bilhões e emprega aproximadamente 300 mil pessoas, e, aspecto muito valorizado por uma Administração governamental determinada no revigoramento social, o uso do esporte e seu instrumental qualificado para a plena participação societária e o desenvolvimento sustentado. O mister mor deverá ser, portanto, emparceirar as vertentes esportivas da geração de emprego e renda, turismo, comércio exterior e crescimento econômico com as variáveis da construção de relações sociais participativas, sobretudo para o universo de 32 milhões de crianças e adolescentes em situação de pobreza. A interação do novo e autônomo Ministério do Esporte com os Ministérios da Educação, Saúde, Defesa, Turismo e Relações Exteriores, área empresarial-privada, ONGs e instituições sociais competentes deve traçar e transcendentalizar a constituição de uma política pública de esportes no Brasil e, no que interessa ao MRE, modular reflexos em sua imagem externa associada.

O esporte, principalmente em suas maiúsculas manifestações esportivas, mobiliza corações, mentes e “lentes” e pode proporcionar, portanto, prestígio, poder e influência a seus atores e mentores. Como atores protagonistas, atletas obtêm fama e reconhecimento e servem de paradigma comportamental para a sociedade; da mesma maneira, só que em grau superlativo, os países, quando promotores oficiais desses eventos esportivos resplandecentes, veiculam comunicação social qualificada,

projetam imagem institucional positiva e podem significar parâmetro respeitado e emulado pela comunidade das nações.

Internamente no Brasil, como no mundo, o processo de desenvolvimento do esporte, que exige agora a intervenção pactuada de vários participantes, – poder público, entidades culturais, ONGs comunitárias, empresas patrocinadoras, meios de informação de massa –, obviamente a par dos protagonistas diretos, – atletas, agremiações e organismos esportivos – objetiva funcionar como fator de resgate social e integração nacional. Externamente, os desportos e megaeventos esportivos internacionais de grande visibilidade resultam timbrar nos países conceituações que reuniões e protocolos internacionais às vezes são insuficientes para lograr e manter.

Se de simbologia se trata, maior marcação de presença e mais maciça afirmação de valores nacionais são detectadas no desfile das bandeiras brasileiras, sempre presentes em eventos esportivos ao redor do mundo. Que outro tipo de acontecimento pode proporcionar semelhante publicidade positiva e tamanha visibilidade universal? De igual modo, uniformes de times brasileiros circulam com tanta desenvoltura e trânsito, por exemplo, em Kosovo e no Sul do Líbano, que, no dizer de um Oficial do Ministério da Defesa, nesses pontos de conflagração, as camisas amarelas da Seleção parecem equivaler às bandeiras brancas de paz. Por isso, a praxe, pragmática, de as Forças Armadas brasileiras em missões de paz das Nações Unidas, em Timor Leste e no Haiti, por exemplo, procurarem recolher simpatia e receptividade das populações locais, ingredientes psicológicos importantes nessas operações, mediante a distribuição dos símbolos esportivos nacionais. Noutros exemplos, soldados do Paquistão, país maior produtor mundial de bolas de futebol, integrantes da força multinacional de paz das Nações Unidas estacionada em Freetown, Serra Leoa, distribuem milhares de artigos esportivos a centros de esporte e de recuperação social naquele país africano; também em Serra Leoa, o governo da República Popular da China investe na recuperação de praças de esporte, ações de relações públicas e marcação de presença política.

Refulge, nesse contexto internacional, o apelo carismático, espontâneo e instantâneo do Brasil, reconhecido e associado em muitas regiões a sua notável e particular personalidade esportiva. É quase uma “marca” internacional, um *Made in Brazil*, que, como um produto,

tem uma cotação mercadológica, só que, evidentemente, muito mais enobrecida e complexa porque referida à imagem do país. Há alguns anos, o então Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo defendia e buscava uma marca institucional para propagandear produtos e serviços brasileiros exportáveis. A propósito, o ex-Secretário-Executivo da Câmara de Comércio Exterior, Roberto Gianetti da Fonseca, ao comentar a globalização de marcas e símbolos no mercado externo, indagava sempre “cadê a marca Brasil?”. Procurava-se um selo que motivasse automaticamente associação particular ao Brasil. Numa comparação circulada na EMBRATUR, cogitou-se propor sugestivamente que, se “a moda é francesa”, “o design é italiano” e o “way of life é norte-americano”, o “esporte (futebol) é brasileiro”, um logotipo equivalente ao sugestivo título do livro *Futebol, the Brazilian Way of Life*, lançado em 2002 por Alex Bellos, correspondente dos jornais ingleses *The Guardian* e *The Observer* no Brasil. Agora, atualizando objetivos concretos e planos de promoção externa, a EMBRATUR lança, desde 2005, programa de divulgação dessa “marca” esportiva brasileira, para captar eventos e significativos fluxos turísticos impulsionados por manifestações esportivas.

O interesse das empresas transnacionais em Hong Kong na transmissão e exploração de jogos da Seleção Brasileira de Futebol, as excursões do Santos Futebol Clube à África que paralisavam guerras e conflitos raciais, o patrocínio da Petrobras à exibição de equipes brasileiras na África e Oriente Médio como reforço de campanha em licitações internacionais para a exploração de petróleo, a contratação pela estatal petrolífera brasileira do ex-Ministro dos Esportes Pelé para promover a internacionalização das atividades da companhia, os programas de cooperação técnica esportiva da Agência Brasileira de Cooperação e a apresentação de atletas, conjugada à participação oficial do Brasil em feiras internacionais de artigos esportivos, revelam na prática o poder promocional e mercadológico do esporte brasileiro.

Os recursos potenciais internacionais dessa “marca” são tamanhos que serviram mesmo à apropriação por outros senhores. Artigo da publicação inglesa *World Soccer* citado na Revista *The Economist*, de maio de 1986, relata o emprego do futebol pelo General Francisco Franco na Espanha. O ditador espanhol fazia uso panfletário das vitórias do Real Madrid contra os times do Barcelona e do Atlético Bilbao, como

prova da superioridade dos castelhanos sobre catalães e bascos. Também encorajava e utilizava o futebol com o objetivo de distração dos espanhóis dos rigores da ditadura. Como maneira de manter a população longe das ruas no Dia do Trabalho, por exemplo, a televisão espanhola programava a exibição de hora em hora dos jogos do futebol brasileiro.

O futebol brasileiro, com sua histórica e honorável presença nas competições internacionais, tornou-se assim um produto estratégico nas campanhas de comunicação social, expressão política e marketing internacional. O produto tem óbvio valor mercadológico e as firmas patrocinadoras procuram adicionar ingredientes de relações públicas e imagem institucional ao vincularem, por exemplo, no Brasil, o futebol à socialização de populações carentes e à integração nacional, e ao associarem, na França, o esporte à assimilação social legítima de estigmatizados filhos de proletários imigrantes.

Do poder de sensibilização popular e do vigor social do esporte resulta seu interesse público. Essas saliências começaram a reverter o sentido do processo desportivo brasileiro, forjando a percepção do esporte em sua natureza própria e também como fato social, necessidade e direito dos cidadãos e conseqüentemente dever do Estado. A redefinição do papel dos protagonistas nesse processo orienta a consignação do esporte como mais um importante meio de democratização participativa, de promoção dos valores humanitários e de liberdade, da montagem mesmo de uma sociedade equilibrada e vigorosa. O esporte exprime-se por meio de uma certa perspectiva, objetivos, regras, relações, simbologias e ideologias em várias esferas, portando cultura de paz e emulação sadia inclusive a estamentos militares. Nesse caso, para ilustrar, uma provocada derivação fraseológica de que “o esporte pudesse ser a política por outros meios” encontraria tradução prática, e mais positiva, nas atividades do CISM – *Conseil International du Sport Militaire*, instituição internacional que congrega atualmente 122 países e que se constitui na terceira maior organização desportiva mundial, depois da Federação Internacional de Futebol Associativo e do Comitê Olímpico Internacional.

Fundado em 1948, o CISM objetiva integrar as Forças Armadas Mundiais nos campos do desporto e da educação física, através da promoção de competições desportivas, assistência técnica e programas de solidariedade. Por decisão e especial deferência da Assembleia Geral do organismo realizada em Teerã, Irã, em 1960, o ELAS – Escritório de

Ligação do CISM para a América do Sul está sediado no Brasil e, em observância do disposto no Decreto 975, de 11 de maio de 1962, “devia funcionar sob a égide do Estado Maior das Forças Armadas”. Atualmente, está no Ministério da Defesa ⁽³¹⁾.

No campo militar, aparece notoriamente o reconhecimento do instrumental esportivo para fazer a luta noutras trincheiras. Quando da realização dos I Jogos Mundiais Militares em Roma, em 1995, o Papa João Paulo II, que presidiu a abertura das competições, pediu que fosse lido para 90 países e cerca de 7.000 atletas participantes o seguinte pronunciamento: “é-me grato constatar que as vossas manifestações desportivas constituem um novo modo de dialogar entre os militares do mundo inteiro, como que uma pedagogia que cria uma cultura de paz. Fazei guerra às guerras como defensores da paz”.

Nessa moldura, o esporte, com seu papel, prestígio e significado social, é componente arraigado e identificado à vida nacional, ao exercício da cidadania e à vivência democrática, valores compatíveis com singularidades mais próprias do Brasil, subsidiárias de fortalecida projeção internacional em vários campos e cenários.

A política externa, em seu aspecto mais fisionômico e funcional, abarca naturalmente a arte diplomática das negociações, tratados e conferências internacionais. Vender a qualidade de produtos e serviços, a competência laboriosa de empresas nacionais, a credibilidade das instituições, as virtudes da sociedade e a imagem do país também é função e feição da política externa. E o esporte é instrumento válido na tarefa.

Nessa ótica direta e no âmbito das atividades práticas do Itamaraty, relacionam-se programas de cooperação esportiva tramitados pela ABC – Agência Brasileira de Cooperação com Jamaica, Antígua e Barbuda, Barbados, Granada, São Cristovão e Nevis, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Panamá, principalmente voltados para orientar a preparação de jovens no esporte, a formação de quadros técnicos e gestores esportivos e a qualificação de equipes nacionais, sobretudo de futebol e voleibol, na região da América Central e Caribe. A demanda por cooperação técnica esportiva brasileira lista ainda iniciativas e possibilidades de parceriais, registradas principalmente desde 1999, nos seguintes moldes e com as seguintes instituições de outros países: a Secretaria de Estado da Juventude e Desportos de Cabo Verde, que fez consulta informal na I Reunião dos IV Jogos da CPLP – Comunidade

dos Países de Língua Portuguesa sobre a forma de efetuar acordo de cooperação na área do desporto; acordo de entendimento sobre cooperação com a DIGEDER – Direção Geral de Desportos e Recreação do Chile; a Espanha, que manifestou intenção de acertar esquemas de intercâmbio técnico e gerencial entre os organismos desportivos nacionais; acordo de cooperação com a *Secrétairie D'État à la Jeunesse et aux Sports* do Haiti; carta de intenções com a Comissão Nacional do Desporto do México; consulta informal no âmbito da CPLP para celebração de convênio com a Diretoria Nacional dos Desportos do Ministério da Cultura, Juventude e Desportos de Moçambique; elaboração de projetos cooperativos com o Instituto Nicaraguense de Juventude e Desporto; programa de cooperação com o Conselho Nacional do Desporto do Peru; Portugal e São Tomé e Príncipe, que manifestaram intenção de instrumentalizar cooperação direta entre os respectivos organismos desportivos nacionais; e o governo venezuelano, que propôs reavaliar proposta de prestação de cooperação técnica esportiva de órgãos setoriais brasileiros ao Instituto Nacional de Desportos da Venezuela.

Na carteira da ABC, os pedidos e ações mais recentes referem-se a:

- Barbados: envio de quadros técnicos para escolas de futebol de nível básico;
- Haiti: treinamento da Seleção nacional, estruturação de centros de futebol, cessão de material esportivo e cursos de gerência esportiva para a implantação da Anafoot – Academia Nacional de Futebol;
- Argentina: elaboração de Protocolo de Cooperação Desportiva entre o Ministério dos Esportes do Brasil e a Secretaria de Desportes da Presidência da Argentina;
- El Salvador: capacitação de técnicos esportivos salvadorenhos, treinamento de equipes de alto rendimento e Convênio de Cooperação desportiva entre o Ministério do Esporte e o Instituto Nacional de los Deportes de El Salvador, no que tange à cultura física, esporte de massa, esporte de competição, ciência esportiva, medicina desportiva, preparação de quadros, matemática aplicada ao esporte e montagem de instalações esportivas;
- Costa Rica: Declaração de Intenções no Campo do Desporte, cursos e clínicas de treinamento;

- Guiné-Bissau: execução do projeto “Esporte Educacional” naquele país africano, com base na experiência do projeto Santo Amaro, da Universidade Federal de Pernambuco, que trata da integração do esporte com a educação nas vertentes de reforço escolar, educação para saúde, arte e ensino, reforço alimentar, esporte e ações complementares, com vistas à replicação do escopo da referida iniciativa brasileira na Escola Nacional de Educação Física de Guiné-Bissau;
- Tailândia: Acordo sobre Cooperação Desportiva para avançar o intercâmbio de pessoal qualificado, objetivando o aprimoramento de técnicas e conhecimento, bem como da educação física.

Numa ofensiva setorial do atual Governo brasileiro, entre 2003 e 2004, acordos recentes específicos foram firmados com: Angola, República Popular da China, Moçambique, Namíbia, República Dominicana, Síria, São Tomé e Príncipe. Em 2004, o tema da cooperação esportiva internacional ressaltou nas visitas ao Brasil dos Presidentes Vladimir Putin, da Federação Russa, Hu Jintao, da República Popular da China, Roh Mou-Hyun, da República da Coreia, e do Primeiro-Ministro Thaksin Shinawatra, do Reino da Tailândia. Nos instrumentos bilaterais assinados, o arco cooperativo abarca intercâmbio em áreas, tais como: esporte de alto rendimento, esporte de massa/esporte para todos, esporte para portadores de necessidades especiais, ciência e medicina esportiva, luta contra o doping, programas esportivos para a mulher, tecnologias esportivas e infraestrutura do esporte, administração, cursos, seminários, simpósios, conferências, consultorias e estágios de delegações esportivas.

Como afiançado nos acordos internacionais, a questão do esporte propicia, internamente, a mobilização de muitos segmentos especializados, como a indústria de material esportivo (produção e ampliação da exportação) e quadros profissionais técnicos, de consultoria e gerência (prestação de cooperação técnica), assuntos que interessam e podem mesmo tramitar naturalmente no Itamaraty. No plano externo, o tema do esporte, por sua presença substantiva cada vez maior no adensamento da agenda e das relações internacionais do país, interessa mais ainda às atribuições do Ministério das Relações Exteriores.

Exemplo prático e de iniciativa privada, na área de prestação de consultoria e serviços esportivos, é a formação de equipe de fisioterapeutas

e outros especialistas de medicina, com profissionais renomados da Comissão de Fisioterapia da Seleção Feminina de Handebol do Brasil, que, provocados por repetidas demandas de delegações de outros países por ocasião de competições internacionais, projetam montar programas docentes e núcleos de formação itinerante para prover cooperação em fisioterapia, fisiologia, preparação atlética e medicina esportiva. O projeto deve ser apresentado à ABC para identificação de clientela e parceria internacional, inclusive mediante pesquisa pela rede de Embaixadas e Consulados.

A UFV – Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, através de seu Departamento de Fisiologia do Exercício, também procurou aconselhamento da ABC para promover internacionalmente seus cursos de extensão e clínicas esportivas, que reúnem aproximadamente 800 congressistas. A UFV possui hotel na Universidade para acomodação de mais de 100 pessoas e seus cursos de mestrado são conceituados positivamente pela CAPES. Segundo a Universidade, a proposta de intercâmbio, que já foi apresentada a Confederações esportivas sul-americanas e caribenhas, poderia ser extensiva, via MRE/ABC, a países de ponta – China, Japão, Coreia, Canadá e Estados Unidos –, como cooperação técnica e promoção política de cultura e esporte.

A respeito da projeção do desporto, e de imagem geral, em escala internacional, impõe-se um cotejo informativo. Provedora concorrente de *expertise* esportiva, Cuba, em função do desenvolvimento de infraestrutura de alto padrão na indústria de esporte, promove programas de transferência e intercâmbio de tecnologia na produção de artigos esportivos. O poderoso INDER – Instituto Nacional de Esportes, Educação Física e Recreação cubano financia projetos de produção cooperativa internacional, ativa acordos institucionais, avaliza *joint-ventures* e fomenta ligações entre federações esportivas, serviços de consultoria e montagem de instalações em países em desenvolvimento. Cuba excele, portanto, no abastecimento ao mercado regional e na decorrente marcação de presença política através do intercâmbio esportivo.

No Brasil, com perspectiva e desafio parecidos, ocorreu o lançamento em Florianópolis, em janeiro de 2001, do Instituto Sul Olímpico ISO 2020, que pretende servir de padrão de referência nacional e continental no esporte. Na oportunidade, foram assinados convênios de investimento público e privado, totalizando R\$ 10 milhões, para a organização

de eventos esportivos, a implantação de centros de excelência e a promoção de cooperação esportiva internacional. Igualmente servível para programas de cooperação técnica (esportiva) poderá ser a Cidade da Natação, em Rio das Ostras, RJ, complexo de piscinas e instalações com investimentos de R\$ 16 milhões, para treinamento simultâneo de duzentos atletas e programas de intercâmbio.

A propósito de magnos símbolos nacionais, é comum a imprensa desportiva estrangeira admitir que as duas bandeiras de maior identificação espontânea no mundo são hoje a dos Estados Unidos, pelos óbvios motivos de avassalante envergadura política e quase ubíquo poderio econômico-militar-industrial, e, através da fixação de imagem pela irradiante cobertura televisiva de visibilíssimos eventos esportivos internacionais, a do Brasil.

Pesquisa direta conduzida pela consultoria alemã *Sport + Markt* mostrou que o jogador brasileiro Ronaldo era o atleta mais conhecido em toda a Ásia, à frente do piloto alemão Michael Shumacher, de astros do basquete norte-americano e de lutadores japoneses de sumô. Outro levantamento internacional, feito pela mesma empresa em parceria com o clube espanhol Real Madrid, era ainda mais impressionante: com base num cálculo de aparições na mídia e índices de reconhecimento espontâneo e provocado, o Instituto de opinião pública posicionou o atleta brasileiro como a terceira personalidade mais conhecida do planeta. Nessa relação, publicada pelo jornal espanhol *El País*, Ronaldo só perdia para o Papa João Paulo II e para o ex-Presidente dos Estados Unidos, George W. Bush. “Hoje, quando você fala que é brasileiro no exterior, a primeira referência que as pessoas fazem ao país são o Ronaldo e o futebol. Num passado não muito distante, a resposta teria sido outra: Pelé”, dizia Marcel Milliet, Diretor-Executivo da Traffic, maior empresa de marketing esportivo do Brasil (Revista Exame, Edição 833, nº 25, dezembro de 2004).

No Brasil, o futebol é o esporte nacional que provoca um quase estado hipnótico coletivo, sem significar, contudo, passionalidade alienatória como algumas teses sociológicas defasadas pretenderiam impor. Obviamente, o esporte massificado pode ser marcado por clivagens políticas, postulações ideológicas e mesmo doutrinação totalitário, como poderia, aliás, qualquer mobilização de massas direcionada para a vibração fanatizada e a fusão com o populismo ligeiro.

A relação especial do povo brasileiro com suas seleções esportivas nacionais é mais transcendente e permanente. As nações procuram valorizar seus atributos superiores e, nesse patamar, o time verde-amarelo de futebol, por exemplo, exprime com precisão a identidade brasileira. “A seleção nos expressa porque trouxe excelência. Ela levanta a autoestima do brasileiro e a experiência da vitória confirma os novos valores nacionais”, aduz o antropólogo Roberto da Matta, professor da Universidade de Notre Dame, nos Estados Unidos. Por intermédio de um canal lúdico, e lúcido, a sociedade reafirma valores de brasilidade.

O escritor iugoslavo Vladimir Dimitrijevic acredita que o futebol se tornou o elemento civilizatório e modernizador mais significativo do século XX e assevera que “uma grande seleção de futebol só pode ser realmente grande quando reflete em sua maneira de jogar os ideais e o modo de vida do país que a produziu”. Por esses critérios, a seleção pentacampeã mundial teria propagandeado ao mundo a existência de um Brasil eficiente e competitivo, como sua equipe nacional de futebol. O categórico desempenho esportivo sugere que o país tem a capacidade de se apresentar no mundo globalizado com talento particular, desembaraço coletivo e poder organizativo. Tomada a seleção como metáfora da coletividade, a representação é a de um povo, uma sociedade e uma economia capazes de participar da comunidade de nações, de jogar de acordo com regras internacionais rígidas, assemelhadas ao rigor e à liturgia que regulam o grande evento do esporte mundial. O globo estaria mais parecido com uma Copa. E o Brasil mais notabilizado nos dois.

Das ruas de Pequim às montanhas tibetanas, dos templos gregos e romanos às alamedas lisboetas, do Caribe às ilhas do Pacífico, da Península arábica às praças moscovitas, das tribos nômades do Turcomenistão aos Reinos nórdicos europeus – todos quiseram a vitória do Brasil sobre a Alemanha no jogo final da Copa do Mundo de Futebol de 2002, na Coreia do Sul e no Japão. Por focagem de outro ângulo, certa rejeição pela equipe alemã, principalmente na Europa, adviria das rivalidades históricas marcadas por duas guerras mundiais. Trata-se mais, porém, de preferência espontânea derivada fortemente da admiração quase mística da seleção brasileira de futebol, irradiada para a imagem do país. É notável que, na véspera do jogo semifinal entre Brasil e Inglaterra no referido campeonato futebolístico, o influente jornal inglês *The Guardian* publicasse editorial em que convocava os leitores a ouvirem com atenção

o hino nacional brasileiro, qualificado como o mais belo da Copa, mais vibrante até mesmo do que a *Marselhesa*, e com uma letra sem o tom agressivo da marcha francesa. O jornal definia o hino brasileiro como “outro presente do Brasil para a Humanidade”.

Promoção linguístico-cultural, projeção e competitividade comercial podem ser contínua e consistentemente revigoradas por esse manto esportivo, pela via do esporte. Casos concretos muito correntes pertinem ao Brasil. A formação da Assembleia Nacional Constituinte timorense reuniu deputados dos dezesseis partidos registrados legalmente no processo eleitoral pela ATPL – Administração Temporária do Timor Leste, presidida pelo brasileiro Sérgio Vieira de Mello. Como nenhuma sigla, nem mesmo a Fretilin-Frente Timorense de Libertação, conseguiu maioria para elaborar hegemonicamente a Constituição, resultavam necessárias a feitura plural da Carta, concessões e negociações inclusive quanto ao idioma, que se inclinava naturalmente para o português, mas era desafiado pelo grande *lobby* pró-inglês existente na ilha. O deputado federal João Hermann Neto, que foi a Timor Leste como observador da ONU, acentuou que língua é uma questão geopolítica e que para o Brasil “um Timor de língua portuguesa é estratégico entre os oceanos Índico e Pacífico”, num mercado regional de 400 milhões de pessoas. O parlamentar comentou que lá o Brasil é querido e o brasileiro reconhecido e respeitado por seu ativo cultural invejável, principalmente pelo encantamento com as novelas e o futebol. Simples torneios futebolísticos com militares brasileiros e seleção local em Dili motivariam, segundo comentários do líder político Xanana Gusmão, que venceu as primeiras eleições presidenciais em abril de 2002, “mais festa que comício eleitoral”, maior presença e afirmação do Brasil.

Essa é a conclusão referendada repetidamente por demandas concretas e respectivos informes dos Postos no exterior. Por exemplo, a Embaixada do Brasil em Camberra receitava, em maio de 2005, que, no momento em que o Brasil procura se aproximar dos países insulares do Pacífico (estabelecimento de relações diplomáticas com Palau e Samoa e manifestação do interesse em estabelecer relações diplomáticas com outros países da área), seria de toda a conveniência procurar alavancar tal aproximação com algumas iniciativas concretas, inclusive de modo a evitar interpretações de que o interesse brasileiro nesses países limita-se a seus votos nas Nações Unidas. O tema da cooperação no setor de esportes,

especificamente no futebol, é recorrente nos contatos com autoridades desses países. Em Papua-Nova Guiné, a Ministra para Desenvolvimento Social, Bem-Estar e Comunidade identificou o futebol como área em que o Brasil poderia prestar colaboração àquele país. Sugeriu que a visita de um técnico de futebol, para proferir palestras e identificar falhas nos times locais, seria especialmente apreciada na Papua-Nova Guiné e constituiria oportunidade de grande peso para divulgação do Brasil no país.

Assim, a Missão Diplomática sugeria exame da possibilidade de iniciativa brasileira nessa área, não apenas na linha aventada pela Ministra papuana, como também mediante eventual patrocínio de estada no Brasil de técnicos de futebol dos países insulares do Pacífico, conforme sugerido especificamente pelo Alto Comissário das Ilhas Salomão. A cooperação poderia inicialmente abranger a Papua-Nova Guiné, com possível extensão para as Ilhas Salomão e, eventualmente, outros Estados-ilha da área. Medidas nesse sentido teriam grande penetração e possibilitariam conferir alguma substância ao quadro do relacionamento bilateral político-diplomático com os referidos Estados, além de permitir divulgação e fixação de imagem positiva do Brasil em todos os níveis das populações locais.

Coincidentemente, o Alto Comissário do Reino Unido em Port Moresby manifestou surpresa por não ter o Brasil, até agora, se dado conta do alto potencial que seu futebol pode ter como impulsionador do interesse brasileiro na maioria dos países, em especial aqueles da região do Pacífico Sul.

Em Dublin, em julho de 2005, a ONG *Brasil For All* divulgou a criação do Centro de Apoio Brasil-Irlanda (CABI), entidade filantrópica destinada a auxiliar a comunidade brasileira na Irlanda, integrada por cerca de 5.000 compatriotas. O evento incluiu partidas finais de um torneio de futebol, que contou com a participação de dezessete times de toda a Irlanda, além de música e espetáculos de capoeira.

Também a Embaixada em Islamabad relatou, em junho de 2005, gestões do Comitê de Esportes do Paquistão, principal órgão desportivo do país, para que o Brasil pudesse adensar a prestação de cooperação técnica esportiva, principalmente à Federação Paquistanesa de Futebol. Na avaliação da Embaixada e dos interlocutores governamentais locais, em função da reputação internacional do Brasil, a presença de treinadores e provedores brasileiros alavancaria o estímulo ao esporte no

Paquistão. Especificamente pelo grande interesse que desperta o futebol brasileiro em todas as camadas sociais paquistanesas, o Brasil poderia aumentar exponencialmente sua divulgação institucional e mesmo sua conseqüente marcação de presença política. O Embaixador avaliou da maior importância para a imagem do Brasil e para a diplomacia cultural brasileira, naquele país e em toda a Ásia do Sul, que se dê seguimento aos projetos de cooperação técnica e de prestação de serviços esportivos. Assim, adicionou, consolidaríamos nossa presença numa área de muita visibilidade – e simpatia – junto a toda população e angariaríamos um “crédito de confiança” por nosso apoio ao esporte paquistanês, o que certamente impulsionaria ainda mais as relações Brasil-Paquistão em um momento em que elas ganham crescente vigor.

Outra ilustração de sucesso, a visita de Pelé a Doha, em novembro de 2005, representou inestimável instrumento para uma positiva e eficaz promoção da imagem do Brasil naquele Emirado Árabe. Pelé foi um dos convidados de honra para as cerimônias de inauguração do grande complexo “ASPIRE”, destinado a tornar-se um dos melhores centros de excelência internacionais em matéria de esporte. Embora muitos outros atletas de renome estivessem presentes, como Nadia Comaneci, Mark Spitz e Diego Maradona, couberam a Pelé as maiores honrarias e destaques, pela mídia e também pelas autoridades locais. Além de ter sido recebido pelo próprio Emir de Catar, com o qual presidiu sessão de abertura das festividades, Pelé foi alvo de impressionante ovação por parte dos cinco mil convidados presentes à solenidade. Ao entrar, como último dos grandes homenageados, na parte final do programa-espetáculo inaugural do ASPIRE, Pelé teve sua biografia lida em árabe e em inglês, com bandeiras brasileiras oscilando em imenso painel tomando cerca de 180° da superfície do estádio e ao som de alguns acordes do hino nacional.

O futebol constitui verdadeira paixão no Oriente Médio. Assim, não foi surpresa que, quando da apresentação das diversas disciplinas esportivas incluídas no currículo do ASPIRE, coubesse ao futebol a parte mais destacada. E chegou a ser comovente que na representação de uma fictícia partida entre um jovem aluno e uma equipe virtual, facilmente identificada com a da seleção brasileira, o menino declarasse “quero ser o melhor, quero ser como o Brasil”, com a plateia aos gritos de “Brasil, Brasil, Pelé, Pelé.” Todos os diplomatas estrangeiros presentes afirmaram que dificilmente poderia haver uma difusão promocional

brasileira mais eficaz e direta do que a representada pela visita de Pelé. Comparativamente, o Embaixador da França, que vem gastando consideráveis recursos financeiros para promover produtos e serviços franceses na região, considerou ser impensável poder contrabalançar a “maciça vaga de simpatia” à disposição do Brasil em virtude do “efeito futebol” e da visita de Pelé. Em rápida estimativa, calculou que na cerimônia do ASPIRE fora mencionado o nome do Catar em 50%, o nome de árabes em geral em 20% e o nome do Brasil em 30%.

É destacável, segundo a Embaixada do Brasil, a importância que pode vir a ter uma concreta utilização da boa vontade existente em Catar para com o Brasil derivada da apreciação por nosso futebol. Muitas iniciativas políticas, comerciais e financeiras de nossa parte poderão contar com predisposição favorável dos catarianos em decorrência da profunda apreciação existente pelo futebol brasileiro. Muitas vezes, lograram-se gestões de interesse feitas em alto nível governamental, utilizando o canal privilegiado da conexão do futebol, da imagem esportiva, da promoção cultural e da marcação de presença institucional amplificadas.

Numa prova dessa variedade de conexões práticas, o Secretário-Geral e Diretor de Comércio Exterior da Câmara de Comércio Árabe-Brasileira, Michel Alaby, ao retornar de participação em feira internacional em Riade, Arábia Saudita, avaliou que o Brasil tem excelentes oportunidades de negócios com os países árabes, diante da forte resistência aos produtos norte-americanos e europeus, por conta dos confrontos na região do Afeganistão e do Iraque. O dirigente opina existir grande potencial para exportações de material de construção, móveis, calçados e alimentos. Enquanto empresas brasileiras não reagem rapidamente, a concorrência avança, como os produtos originários da Turquia. O empresário ressalta que “somos competitivos e temos ótima imagem; o futebol tem tudo para ser um eficiente garoto-propaganda nessa estratégia de aproximação comercial” com os 21 países árabes, que importaram US\$ 171 bilhões no ano 2000.

Pesquisa dirigida, encomendada pela CNT – Confederação Nacional dos Transportes ao Instituto Sensus e realizada em associação com 17 institutos internacionais em 22 países, demonstrou tendências e desativou mitos, como aquele de que os estrangeiros não saberiam a localização geográfica do Brasil. A enquête conduziu quase 8.000 entrevistas nos cinco continentes, cobrindo, por exemplo, Estados Unidos, México, Argentina,

Alemanha, Grã-Bretanha, França, Suécia, Itália, Espanha, Portugal, Rússia, Japão, China, Coreia do Sul, África do Sul e Austrália, alguns desses importantes polos turísticos emissivos para o Brasil. Os resultados do estudo inédito pela abrangência, divulgados pela CNT em novembro de 2001, apontaram que, no geral, a imagem do país está associada majoritariamente ao futebol e aos esportes (36,6%), portanto mais do que ao carnaval (19,4%) e à pobreza (8%), atestando assim, segundo a presidência da entidade empresarial promotora, “a contribuição do segmento esportivo para positivar a opinião pública internacional e tornar o Brasil local conhecido, credenciado e bem visto”. Um outro trabalho, divulgado em março de 2002, designou valores brasileiros característicos, associáveis a produtos de micro e pequenas empresas e aplicáveis à criação de novas estratégias de promoção comercial. Patrocinada pelo SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa e coordenada pelo sociólogo italiano Domenico de Masi, a pesquisa *Cara Brasileira: a brasilidade nos negócios, um caminho para o “made in Brazil”* apresenta conceitos inovados de brasilidade, de identidade e imagem nacional. De Masi conclui no projeto que o fortalecimento da imagem externa pode agregar valor e competitividade diferencial às exportações brasileiras, por meio da otimização qualificada de aspectos que remetem ao Brasil no mundo globalizado, como a exuberância natural, o turismo e a vocação dos esportes.

De fato, essa positiva associação proporciona ao Brasil notável vantagem comparativa de imagem e visibilidade porque o esporte e as manifestações esportivas são ponto luzidio, apelativo para a cobertura jornalística e a atenção da opinião pública. E as provas da eloquência e imantação do esporte aparecem acompanhando assuntos relevantes da política internacional. Por exemplo, quando da retomada de Cabul pela Aliança do Norte, a imprensa mundial elegeu noticiar, como evidências notórias do começo do retorno à normalidade e da flexibilização das normas sociais no conflituoso Afeganistão, em novembro de 2001, a realização quase automática de partidas de futebol, no estádio antes utilizado para a execução de opositores do regime talibã, e a transmissão televisiva para a capital afegã e a cidade fronteiriça de Herat do jogo entre Irã e Irlanda classificatório para a Copa do Mundo.

Na primeira visita de um Presidente da República brasileiro ao Haiti, no momento em que a comunidade internacional uniu-se para prestar

apoio à democracia, à estabilidade e à reconstrução do país, as ações civis mais visíveis escolhidas como contribuição do Brasil ao desenvolvimento institucional, econômico e social daquele país foram uma missão brasileira coordenada pela Agência Brasileira de Cooperação e o “Jogo da Paz” entre as Seleções de futebol do Brasil e do Haiti. Na avaliação, e admitida motivação do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a participação e o comando do Brasil das Forças de Paz na MINUSTAH – Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti e o simbólico Jogo da Paz refletem o compromisso brasileiro com a ONU, com o multilateralismo e com a estabilidade regional.

Na prática da política externa, portanto, o esporte pode oferecer, como realidade “trabalhável”, subsídios que vão do respaldo à exportação de produtos ao acesso competitivo a mercados, da prestação de cooperação técnica (educacional e esportiva) à promoção cultural ampliada, da afirmação de interesses ao prestígio internacional conquistado. Esses benefícios, passíveis de tramitação sistêmica no âmbito do Itamaraty e de órgãos responsáveis da Administração Federal, podem provir de uma comunicação social e de uma divulgação institucional robustecidas pela utilização da vantagem esportiva comparativa, que permite reconhecer notoriamente a imagem do Brasil no contexto internacional.

Capítulo VIII

Conclusões

Esporte e poder. Jogo e jugo. Através dos tempos, permeando domínios e dogmas, essas expressões puderam ser sentidas como vocábulos unissonantes. Correntemente, também, a moldura de manifestações esportivas serve para quadrar representações sociais, econômicas e, sobretudo, políticas.

Rutilantes manifestações esportivas têm visibilidade e luminosidade particulares na formação e fortalecimento dos núcleos comunitários, complementação e reforço do sistema educacional, indução e império da solidariedade social interna, afirmação de valores e de interesses próprios, projetados na órbita internacional pela fluidez de contatos e pela porosidade das fronteiras, que podem ser escancaradas pelo ímpeto e repercussão de grandes eventos do esporte. Sua magnitude pode ser traduzida pelas realizações esportivas de insigne importância para a história constitutiva dos Estados e por sua aplicação, conceitual e prática, como novo tema, ao contexto das relações internacionais.

O desporto constitui admirável reservatório de energia para a lide com idiosincrasias humanas e sociais, sejam recônditas ou ostensivas, e toda sua grandiosidade decorre do culto de obediência às regras do jogo. O ânimo abastecido pelo esporte conduz ao cultivo de um comportamento ético e ao envoltório de um clima próspero de cultura, atitude que parece resumida numa expressão comum a qualquer jogo, inclusive o jogo

político, *fair play*. Ela designa, conforme as palavras de René Maheu, ex-Diretor-Geral da UNESCO, “honestidade mais pura e cavalheiresca em homenagem rendida ao valor moral e cultural do desporto”.

A realidade deve idealmente compreender a essência do bem-estar, que pode ramificar nos desportos e na substância lúdica de múltiplas atividades. Por isto mesmo, o esporte recebeu atenção prioritária de muitos dos cientistas sociais renomados, como Huizinga, Roger Bastide, Roger Caillois, Dumazedier, Ortega y Gasset e Bertrand Russell, todos pertencentes a uma ordem de Seleção Universal de Cultura.

Ortega y Gasset considerava a atividade desportiva como a mais importante da vida criadora. O mestre espanhol aduziu: “não há vida propriamente dita que não seja vida com aspecto desportivo; o resto, em relação a ela, é mecanização e funcionamento”. Edouard Claparède, educador francês, tinha pensamento afinado: “a satisfação *sui generis*, que procura a luta contra uma dificuldade, constitui o caráter próprio dos desportos”. Paul Valéry confessou: “chego a admitir que a consciência desportiva, mais do que a consciência política, deveria iluminar o sentimento da juventude. Os desportos devem constituir o ponto central do emprego do lazer aberto nas pausas entre os estudos”. Espinas advertiu peremptoriamente que “os desportos são freios contra a decadência social”.

Muitos atores, muitas vezes, tentaram utilizar a força mobilizadora do esporte para desígnios variados. Uns procuravam o progresso completo, não apenas na fisiocultura, do indivíduo, como a formação do *gentleman* britânico e do *man of action* norte-americano; outros usaram o esporte para exacerbar o poder, para engrandecer a reputação de um Estado ou grupo, para o cultivo de qualidades úteis de doutrinação, catequese ou conquista, como Jahn e o nacional-socialismo na Alemanha, regimes totalitários, organizações políticas, confessionais ou corporativas; e outros, ainda, mais modernamente, explorando o magnetismo e a popularidade dos esportes, geram e gerenciam eventos esportivos com metas mercadológicas.

Na atualidade, a relevância das manifestações esportivas transpõe mais claramente a área do lúdico, repercutindo em segmentos conexos, mais complexos e práticos, que permitem multifacetar o esporte como, por exemplo, seu setor industrial provedor de bens e serviços e gerador de empregos, propulsor de turismo e instrumento difusor de marketing internacional.

Lazer individual ou coletivo e espetáculo performático de massas, o esporte, como fenômeno social, é matéria e modelagem útil aos educadores para assegurar a formação da personalidade, a cultuação dos valores comunitários e do espírito combativo grupal. O esporte é também um instrumento de propaganda.

Esticando exercícios teóricos, alguns pensadores traçaram paralelismos por meio de imagens de times comparados à disposição tática de beligerantes, de vitórias esportivas à conquista e ao expansionismo, numa associação simbólica entre esportes e batalhas bélicas, entre equipes e exércitos. Muitas comparações forçadas e capengas sobre o ideal desportivo foram observadas e desativadas por Pierre de Coubertin, que procurou inibir ligações políticas automáticas ou arroubos de nacionalismo passional infrene. Pierre de Coubertin, em 1930, agrupou conselhos, quase advertências, no documento intitulado *A Carta da Reforma Desportiva*, manifesto que destacava que:

as acusações contra o desporte se reduzem a três classes de males: fadiga física, contribuição ao retrocesso intelectual e difusão do espírito mercantil e do amor ao dinheiro ... os desportistas não são os responsáveis por esses males. Os culpados são os mestres, o poder público e, acessoriamente, os dirigentes das federações e a imprensa. ... As medidas indicadas para subsanar esses males são as seguintes: ... supressão de todos os jogos mundiais que façam concorrência aos Jogos Olímpicos e que tenham um caráter étnico, político, confessional ... e intelectualização da imprensa desportiva com a introdução de crônicas consagradas à política estrangeira e aos acontecimentos mundiais.

Henri Berr, a propósito da história da humanidade, asseverou que a história das sociedades humanas é a história do ócio, de sua distribuição entre as classes sociais, de sua utilização. Quanta atualidade nessa assertiva! Quanta pertinência contemporânea, numa época em que os avanços tecnológicos, a robótica, a automação industrial, o telemarketing, o controle remoto poupam trabalho e aumentam o tempo livre disponível dos homens!

O tédio e a mesmice existencial que, segundo Fukuyama em *o Fim da História*, são o fado e o fardo reservados à vida do “último homem no mundo pós-histórico”, representarão a relativa fartura, a superabundância de recursos técnicos e provisões muito superiores às necessidades de

sobrevivência. Em contrapartida, significarão também a carência de sonhos, a falta de projetos realizadores da plenitude e da satisfação do indivíduo. Provisões materiais no âmbito das sociedades organizadas, privações de ideais no plano individual. Resumidamente, nas sociedades pós-históricas de Fukuyama, os homens não seriam mais protagonistas da história, mas estariam como que simplesmente ocupados com a manutenção de museus, repositórios da história construída e consumada.

Para contra-arrazoar tão limitativo enfoque, resulta impulsivo invocar refúgios de prazer e espiritualidade, como a devoção às artes e às religiões, parcelas existenciais que seguiriam perdurando e prevalecendo, segundo projeções de J. Naisbitt e P. Aburdene no seu *Megatrends 2000*, e que absorveriam corações e mentes, e energias logicamente, disponibilizados. Na elaboração e doutrinação do *Ócio Criativo*, Domenico de Masi milita pela redistribuição de tempo, labor profissional, riqueza, saber e poder, remodelagem de sociedade pós-industrial que propõe para satisfazer necessidades radicais, como introspecção, convívio, amizade, amor e atividades lúdicas. De Masi remira reflexões do filósofo russo Alexandre Koyré, de que “não é do trabalho que nasce a civilização: ela nasce do tempo livre e do jogo”, e de Friedrich Nietzsche, no sentido de que “todos os homens, de todos os tempos, e ainda os de hoje, dividem-se entre escravos e livres, porque quem não dispõe de dois terços do próprio dia é um escravo, não importa o que seja de resto: homem de Estado, comerciante, funcionário público ou estudioso”. O Professor italiano procura auspiciar as novas tendências que apontam a superação do turbocapitalismo, o tempo livre aumentado pela telemática e pelo teletrabalho intelectual-criativo, a subjetividade, a emotividade, a inclusão participativa, os valores éticos e estéticos e, assim também, a socialização obtida por agentes e círculos mais eficazes que a fábrica ou o escritório, como a família, o bairro residencial, as reuniões de culto, os partidos políticos, as organizações voluntárias, a escola, os esportes.

A nova visão mundial de que as economias parecem prevalecer sobre as ideologias também concorre para liberar intelecto e energia. Nesse contexto, o esporte, inspiração e reservatório de vigor físico e de estímulos sensoriais, propiciaria ao homem a almejada complementação existencial. No plano individual, portanto, o esporte resgatando valores e ideais.

Comparativamente, os desportos brasileiros talvez sejam os que possam oferecer ao mundo maior panorama de recursos e equivalente contribuição prática, pela dimensão territorial, variedade étnica, patrimônio cultural e esportivo do país. O Brasil, país que tem à disposição vasto espaço físico servível, com uma variedade profusa de condições climáticas, uma soma pródiga de reservas e um compósito populacional rico e repleto, tem potencial para ser centro de confluência do maior número de desportos. Enrique Feinmann acentuou que “a maior ou menor variedade dos desportos corresponde aos distintos ambientes geográficos, climáticos, étnicos, históricos, sociais e culturais que os possam determinar”. São parâmetros que servem para cotejar nossas potencialidades culturais e graduar em cada tempo o quilate revalorado dessa riqueza humana brasileira.

Para a sociedade organizada, no grupo nacional, no ente estatal, o esporte, a torcida cívica, funciona como fermento da solidariedade social, justamente um dos vetores que, segundo Seixas Corrêa, ao lado da democracia, direitos humanos e abertura econômica, orientam a ação diplomática do Brasil, voltada para repercutir os anseios máximos da sociedade brasileira. Quer ocorram evoluções e transformações importantes de enfoque ou ênfase na sociedade moderna, como a transnacionalização econômica ou a globalização cultural, os valores de solidariedade social, identidade nacional e afirmação internacional permanecem interesses prioritários dos países. Nesse diapasão, como disse o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso ao receber no Rio de Janeiro a XII Assembleia Geral da Associação dos Comitês Olímpicos Nacionais e Reunião do Comitê Olímpico Internacional, “o esporte está incorporado à alma brasileira. Tem muito a ver com nossa autoestima, com o sentimento de orgulho nacional e é claro que isso não é exclusividade do Brasil. A passagem do quinto centenário é uma forma de valorizarmos a herança de nossa formação como povo e como nação, e nada mais significativo para realizar essa consciência entre nós do que associarmos à data algo que, efetivamente, faz parte da nossa identidade – o esporte”! Assim, no plano nacional, na esfera estatal, o esporte como indutor da identidade nacional.

No plano, na prospecção e na perspectiva estatal, importa não apenas a noção de prática lúdica, ocupacional ou competitiva da educação física e das manifestações atléticas – que interessa a outros órgãos internos

responsáveis – , mas deve imperar o conceito de política de esporte, ou seja, o planejamento e a utilização da atividade desportiva no quadro das orientações público-administrativas prioritárias, inclusive quanto à prevalência de interesses nacionais e à formação de imagem externa positiva – que deve importar ao Itamaraty. O resultado reconhecível seria a validação do esporte na pugna por protagonismo, por poder legitimado, prestígio conquistado e projeção mundial ⁽³²⁾.

Nas operações de grandes corporações transnacionais e no proscênio político-público internacional, o esporte reveste base de contatos, concorrências, contratos privados e instrumental de relacionamento interestatal. Pode representar, portanto, um prolongamento ou faceta particular da própria política. A *diplomacia do pingue-pongue* usada para destramar diferendos políticos e aproximar os Estados Unidos da República Popular da China, os históricos confrontos entre soviéticos e norte-americanos por medalhas olímpicas, paradigmáticas das virtudes dos respectivos regimes, e as complexas negociações bilaterais e parlamentares esquadrihadas na disputa para sediar Copa do Mundo ou Olimpíada, entre tantos exemplos, mostram que, numa outra variação da elástica série de paráfrases do teórico militar Carl Von Clausewitz, o esporte pode mesmo ser também continuação da política por outros meios.

Uma espécie de guerra olímpica ou qualquer outra disputa esportiva de repercussão mundial, protagonizadas por grandes potências, países com sistemas político-sociais diversos, às vezes divergentes, e mesmo nações de rivalidade histórica, impõem aos conflitos linguagem, regras e resultados muito mais construtivos evidentemente que um confronto de caráter bélico. Às vezes, intervêm nessas competições esportivas de grande visibilidade nações menores ou minorias oprimidas que aproveitam a ressonância e o interesse da opinião pública internacional para anunciar ao mundo suas realizações ou reivindicações. Atletas negros norte-americanos, no pódio de premiação dos Jogos Olímpicos do México em 1968, levantavam o punho fechado para protestar contra a discriminação racial da minoria negra nos Estados Unidos; grupos autonomistas das Falklands/Malvinas chegaram a enviar Delegação para competir, mesmo não fazendo parte da Federação Olímpica da *Commonwealth*, nos jogos realizados em Auckland, Nova Zelândia, nos anos noventa; a Nigéria e outros países africanos propuseram a retirada

da própria Inglaterra dos mesmos jogos, idealizados pelos ingleses para unir esportivamente o que restara do Império Britânico, em razão de visita de uma equipe de críquete inglesa à África do Sul e da consequente quebra do isolamento determinado pelo Comitê Olímpico Internacional e pela ONU; e houve gestões diretas do líder timorense José Ramos Horta, junto ao Primeiro-Ministro australiano John Howard, para que o Timor Leste pudesse participar simbolicamente do desfile de abertura e encerramento dos Jogos Olímpicos de Sydney no ano 2000. São todos exemplos que confirmam a importância propagandística dos Jogos e seu papel de ferramenta e cenário para o exercício das relações internacionais.

Os Jogos Olímpicos representam hoje a maior reunião internacional realizada regularmente e, como tal, constituem importante tablado político global. Ocupam lugar proeminente na consciência mundial, imanizando por isso a atenção de governos, grupos, organizações, interesses públicos e negócios privados. A televisão, o canal fundamental de comunicação do ambiente olímpico com o mundo, planeja a retransmissão dos jogos como entretenimento organizado, apelativo para o atingimento de vasta audiência, em níveis inigualados por qualquer outro evento de escala mundial. Nas competições olímpicas, ante plateia densa e disseminada internacionalmente, os grandes países têm oportunidade de demonstrar poder e influência, enquanto pequenos e novos Estados, povos e minorias presentes nos desfiles inaugurais olímpicos, verdadeiras Paradas das Nações, recebem validação e reconhecimento como membros da comunidade internacional. Por vezes, os Jogos Olímpicos e o leito do esporte encerram papel significativo na política internacional ao acomodarem incidentalmente tensões e conflitos entre países disputantes, como guerra metafórica entre Estados-Nações.

Na prática, as dimensões políticas dos jogos são diversas e complexas, variando da certificação nacional de times reconhecidos e representativos às rivalidades étnicas, estatais e ideológicas. Natural então que a visibilidade planetária transforme os Jogos Olímpicos e as Copas do Mundo principalmente em alvo próprio para manifestações de expressão social, patriotismo e afirmação política. Complexas implicações políticas, propaganda nacionalista e projeção de imagem externa puderam obter escora e eco nas manifestações esportivas. As Coreias do Sul e do Norte agudizam e entrelaçam frequentemente diferendos político-ideológicos e embates esportivos. No torneio de classificação para a Copa do Mundo

da Inglaterra em 1966, com o boicote de países africanos em protesto contra a constituição de um único grupo que aglomerava representantes da África, Ásia e Oceania, a disputa qualificatória regional ficou reduzida às duas Coreias e à Austrália. No hipertenso clima político da época, a Coreia do Sul, frustrada pelo insucesso na tentativa de impor entraves à participação do rival norte-coreano, optou pela retirada política da competição. Como curiosidade, a Austrália, que não mantinha relações diplomáticas com a Coreia do Norte, aceitou realizar as duas partidas classificatórias em território neutro, no Camboja, onde o então Príncipe Sihanuk ordenou que cada metade dos torcedores no estádio torcesse por um dos países. Em 1966, na mesma Copa do Mundo, um cronista esportivo britânico preparou o espírito dos leitores compatriotas para a partida final contra a Alemanha com a seguinte preciosidade retórica: “não nos desesperemos se perdemos para os alemães amanhã em nosso esporte nacional, o futebol; lembremo-nos de que só neste século já os vencemos duas vezes no esporte nacional deles, a guerra”. Um pouco antes, o fantasma coletivo do nazismo começou a ser exorcizado pelas vitórias e pelo título mundial de futebol que despertaram a Alemanha em 1954. Documentários históricos mostram a equipe germânica sendo saudada triunfalmente por multidões eufóricas nas ruas das cidades alemãs. Foi a primeira vez, desde o fim do nazismo, que os alemães voltaram a exibir em público um fervor coletivo de inspiração nacionalista. Naquele momento, a Alemanha recriou para si mesma e para o mundo a imagem de uma nação pacífica e vencedora.

Noutros tempos e eventos mais recentes, reproduziram-se situações da mesma natureza. Em rara manifestação popular benigna desde a assunção dos Aiatolás, iranianos ocuparam praças públicas em Teerã para comemorar com saudável alegria esportiva um triunfo de sua equipe contra o time dos Estados Unidos, na Copa do Mundo da França em 1998. Na mesma competição, a campanha exitosa da Croácia relançou o país no mapa mundial não apenas como o vizinho menos agressivo de bósnios e sérvios. Irã e Croácia foram retratados na imprensa internacional com imagem mais positiva e amistosa do que antes da disputa esportiva.

Kofi Annan, quando Secretário-Geral da ONU, ao dimensionar e destacar o papel dos esportistas *Embaixadores da Boa Vontade* da organização, do próprio esporte e das manifestações esportivas mundiais, comentou os “benefícios produzidos para a justiça social, o equilíbrio

das relações internacionais e o ideal supremo da paz universal”. Sintomaticamente, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou por unanimidade, em 1997, Resolução intitulada “Construindo um Mundo Pacífico e Melhor Através do Esporte e do Ideal Olímpico”. A Resolução conclamava os países-membros a observar, individual e coletivamente, a paz olímpica, em fevereiro de 1998, durante os XVIII Jogos Olímpicos de Inverno, realizados em Nagano, Japão, e a procurar, em conformidade com os propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas, a solução pacífica dos conflitos internacionais (o governo dos Estados Unidos considerava então reenviatar ação militar contra o Iraque).

De fato, elos esporte-política internacional assurgem avultosamente. Para exemplificar, a rotulada “guerra do futebol” entre Honduras e El Salvador, nos jogos classificatórios para a Copa do Mundo do México em 1970, serviu para exacerbar ufanismos nacionalistas e, de alguma maneira, envolver e incitar depois a invasão de El Salvador à faixa fronteira de Honduras, área habitada por trezentos mil salvadorenos. Portanto, mais do que disputa de fervor esportivo, tratava-se de guerra por espaço econômico. Exemplo próximo e bastante visível, a realização da Copa América de Futebol na Colômbia, em julho de 2001, requereu pacificação interna e entendimentos políticos regionais. Autoridades civis e representantes da Igreja colombiana negociaram trégua com grupos terroristas para avalizar a manutenção da competição e a segurança dos países participantes. Nesse contexto, a Confederação Sul-americana de Futebol somente abonou a promoção esportiva na Colômbia, peça de propaganda julgada vital e útil como vitrine da governabilidade comandada pelo Presidente Andres Pastrana, depois que manifesto assinado pelo Prefeito de Medellin, pelo Governador do Departamento de Antióquia e pelo Presidente da Conferência Episcopal apelou e conseguiu garantias de núcleos urbanos da guerrilha. As próprias milícias das FARC – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia e do ELN – Exército de Libertação Nacional reconheceram implicações políticas e impactos na opinião pública – (inclusive por prévias denúncias de assassinatos de jornalistas apresentadas pela SIP – Sociedade Interamericana de Imprensa) –, derivados do evento esportivo. Assim, decretavam que “por ordens superiores, estavam dando início a um período de trégua, em respeito às Delegações estrangeiras que chegariam ao país para a competição ... que nenhum cidadão estrangeiro seria submetido a riscos

em consequência de um conflito interno... e que o futebol é paixão, é cultura e é a Colômbia”.

Outro caso recente, a escolha de Pequim como sede dos Jogos Olímpicos de 2008 também provocou protestos e batalhas de propaganda política e ideológica internacionais. As críticas centravam-se, sobretudo, nas alegações de desrespeito às liberdades individuais, contraditoriamente ao espírito olímpico. Parlamentares norte-americanos e australianos bradavam que na China não havia liberdade de religião, de expressão e ainda ocorriam execuções sumárias. A Sociedade Mundial de Proteção aos Animais uniu-se à causa, alertando os maus tratos com os ursos panda, criados em cativeiro para extração de bile, e os procedimentos cruéis usados para sacrificar cães, destinados a fins alimentícios. Os tibetanos aproveitaram a oportunidade e a visibilidade para atrair a atenção quanto ao domínio chinês em seu território.

Venceram, porém, os defensores do argumento de que a realização dos Jogos contribuiria para a abertura política, facilitaria a democratização do país e a situação geral dos direitos humanos, inclusive com revisão dos processos de julgamento e execução sumários. “Não há motivos políticos para irmos às concorrentes Osaka, Toronto, Istambul ou Paris. Mas há uma questão política realmente considerável na China”, alegou Craig Reedie, membro britânico do COI. Para a China, conseguir a sede olímpica significaria prestígio internacional, uma conquista de valor equivalente ao quase simultâneo ingresso chinês na OMC – Organização Mundial do Comércio, justamente num momento em que almeja legitimar-se no cenário mundial. “Cada vez mais, os membros com quem eu falo compreendem que levar os Jogos à China seria a contribuição mais importante do movimento olímpico no período pós-guerra”, comentava o americano John McAloon, professor da Universidade de Chicago e historiador das Olimpíadas.

A decisão do COI estimularia projeções otimistas também na economia, que, em plena era de globalização de mercados e transnacionalização de empresas, passa a visar mais diretamente uma população de 1,3 bilhão de potenciais consumidores.

Na tela ampliada dos Jogos Olímpicos de Pequim-2008, ressaltaram providências organizacionais internas da República Popular da China, seu propósito de exposição positiva e protagonismo internacional. Claro que muitos preparativos complexos, como a transferência de 200

fábricas poluidoras para áreas afastadas da capital, e o primeiro lugar no pódio de medalhas de ouro revestiram vigoroso símbolo da crescente supremacia chinesa, fruto de três décadas de taxa de crescimento de 10% ao ano, fato inédito na história. A China das Olimpíadas de 2008 já era a terceira economia do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos e do Japão, com previsão de alcançar o topo em 2030. O legado físico é evidente: Pequim modernizou-se, construiu o maior aeroporto do mundo, dobrou a extensão do metrô e incorporou obras arquitetônicas espetaculares, como vastos conjuntos habitacionais, os complexos esportivos Ninho do Pássaro e Cubo d'Água e a nova sede da TV estatal CCTV. Os impactos políticos mais flagrantes são o fortalecimento do Partido Comunista, que elevou seu cacife com a promoção dos Jogos Olímpicos, e a reunião na cerimônia de inauguração de 80 líderes mundiais. A Olimpíada devia representar para os chineses um bilhete de entrada na sociedade moderna e, sobretudo, respeito e reconhecimento de uma nação que permanecia isolada e invisível antes da guinada econômica de trinta anos atrás, agora admitida como ator decisivo do jogo de poder mundial ⁽³³⁾.

Já como nova dissensão de política internacional muito visibilizada naquelas Olimpíadas chinesas, ecoou no tablado esportivo o conflito na região do Cáucaso, Ossétia do Sul e Abkhásia, magnificado em sua repercussão pelas presenças e pronunciamentos do Primeiro-Ministro russo Vladimir Putin e do Presidente estadunidense George W. Bush na solenidade de abertura dos Jogos Olímpicos ⁽³⁴⁾.

Quanto a resultados objetivos e quantificáveis no setor econômico-industrial, ressalta a grandiloquência dos números movimentados, por exemplo, pela produção de equipamentos, facilidades e complexos esportivos e pelos valores de patrocínio vinculados a uma Copa do Mundo ou Olimpíada. Para dar uma ideia, um estudo patrocinado pela revista *Sports Inc* em 1989 calculou o Produto Nacional Bruto dos esportes nos Estados Unidos em US\$ 52,2 bilhões, mais do que o obtido pelos setores automobilístico e de títulos e ações da economia norte-americana. São indicadores que talvez situem o esporte (embora os valores da movimentação global do setor sejam dispersos, dissimulados ou desconhecidos), numa ordem variável, logo atrás do petróleo e derivados, indústria bélica, produção automotriz e turismo, como um dos principais segmentos de transação de recursos, produção de bens e serviços em escala mundial. Porque são esparsas, escamoteadas ou

escondidas as estatísticas sobre o segmento esportivo internacional, resulta difícil contabilizar precisamente a movimentação total da indústria do esporte, que multiplica valores em ritmo exponencial. Se, por exemplo, o anúncio mais caro de televisão já era o veiculado nas transmissões do *Super Bowl* do futebol dos EUA, que custava, em 1988, US\$ 650 mil por 30 segundos, no ano 2001, o mesmo comercial valia US\$ 2,3 milhões. O evento, considerado um dos acontecimentos mais importantes da vida cultural norte-americana, que há vinte anos levava à cidade-sede cerca de 100 mil visitantes, hoje é polo imantado para a atração de média de 200 mil turistas.

Por estudo mais demonstrativo da Georgia Technology University, números de 1995 indicam que o esporte movimentava nos Estados Unidos US\$ 52,1 bilhões em geração direta de salários e mais de 2,3 milhões de empregos. A indústria esportiva total, estimada em US\$ 152 bilhões ficaria em décimo-primeiro lugar no ranking nacional, comparativamente, por exemplo, ao setor imobiliário (1º lugar, US\$ 850 bilhões), comércio varejista (2º lugar, US\$ 639.9 bilhões), comércio atacadista (3º lugar, US\$ 491 bilhões), serviços de saúde (4º lugar, US\$ 443.4 bilhões) e serviços de comunicação e telefonia (10º lugar, US\$ 155.7 bilhões). A indústria esportiva suplantara, portanto, a colocação de segmentos importantes como: produtos químicos (12º), equipamentos eletrônicos (13º), seguros (15º), alimentos (16º), indústria automotiva (20º), setor rural (22º) e extração de gás e petróleo (24º). A participação no PIB norte-americano seria de 1,5%, quase igual ao percentual de 1,4% da indústria esportiva na União Europeia.

Produtos, equipamentos e serviços esportivos de uma indústria transnacionalizada, premiações milionárias de competições e de organizações mundiais, como as Federações internacionais de futebol, basquete, automobilismo, boxe e tênis, transações comerciais de atletas, marketing, investimentos em patrocínio, quotas de propaganda, participações acionárias, operações de Bolsa e vultosos direitos de transmissão televisiva são ingredientes somente reunidos num único setor produtivo da economia mundial, o esporte, que, num somatório presumido e numa projeção conservadora, movimentaria valor anual entre US\$ 800 bilhões e US\$ 900 bilhões. Comparativamente, segundo informe da EMBRATUR-OMT e por estatísticas de 1998, outras indústrias registraram os seguintes ingressos, somente por exportações:

turismo e transporte (US\$ 532 bilhões), indústria automotiva (US\$ 525 bilhões), produtos petroquímicos (US\$ 503 bilhões), produtos alimentícios (US\$ 443 bilhões) e têxteis e vestuário (US\$ 331 bilhões).

Na exploração do filão mercadológico esportivo, a singularidade da imagem esportiva do Brasil fomentou algumas ações práticas específicas de promoção no plano internacional. A apresentação de atletas e equipes brasileiras serviu de suporte para a internacionalização das atividades de empresas públicas, privadas e transnacionais, na conquista de contratos e novos mercados e no reforço da participação em eventos feirísticos. Quando o então Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo procurava uma “marca” institucional, um logotipo equivalente a um notório selo de qualidade para promoção das exportações de bens e serviços nacionais e da própria imagem externa, o esporte propiciou acaso para a EMBRATUR reparar a impropriedade de certas campanhas turísticas que, na década de oitenta, esparramavam pelo mundo cartazes e vídeos com cenas praieiras inadequadas e censuradas, por exemplo, em alguns países muçulmanos. Essas imagens, de divulgação indistinta e indiferente às realidades sociais e culturais de povos diversos, tiveram que ser sustadas apressadamente e, nos países do Oriente Médio, as cenas de carnaval, praia e sensualidade foram substituídas por peças publicitárias e símbolos do futebol brasileiro.

Esporte e turismo, que chegaram a compor no Brasil a sigla de um mesmo Ministério, podem comprovar nos fatos relação direta. De acordo com a publicação da OMT – Organização Mundial do Turismo *Tendências do Mercado Turístico – Américas 2000*, o número de chegadas internacionais apresenta evolução que vai do nível de 25 milhões de chegadas internacionais em 1950 às mais de 600 milhões de chegadas em 1999, correspondente à taxa média anual de crescimento de 7% e à geração de ingressos em divisas expandidas à média de 12% por ano. E o turismo moderno caracteriza-se por uma tendência continuada de demanda por destinos alternativos, diversificação de serviços oferecidos e composição qualificada de lazer e negócios. Dados do Fundo Monetário Internacional indicaram crescimento de 4,2% do turismo em 2000. Esse crescimento ocorreu em função do calendário de eventos do ano, particularmente: celebrações em destinos marcados por festas de comemoração da cristandade Jubileu 2000 do Cristianismo no Oriente Médio e no Vaticano, a realização da Expo 2000 em Hannover, a afluência

ao *Millenium Dome* em Greenwich no Reino Unido, o Campeonato de Futebol da Europa na Bélgica-Países Baixos e os Jogos Olímpicos de Sydney.

Focalizando de maneira oportuna os megaeventos esportivos, no ano da realização dos Jogos Olímpicos de Atenas, a OMT e o COI consagraram, em setembro de 2004, o Ano Internacional do Turismo e do Esporte, setores da economia produtiva capacitados muito favoravelmente para gerar emprego, trabalho, renda e imagem positiva.

AOMT e o COI, conscientes da convergência entre aquelas atividades e de que grandes festivais esportivos configuram fatos econômicos, empreenderam trabalho destinado a conferir lastro acadêmico ao estudo e ao desenvolvimento comum do turismo e do esporte. Os dois organismos iniciaram processo de cooperação que redundou na realização de uma Conferência sobre o assunto, em Barcelona, em fevereiro de 2001, sob o título “Duas Forças Vivas para a Compreensão Mútua, a Cultura e o Desenvolvimento das Sociedades”.

A poderosa sinergia existente entre esses dois polos mereceu mensagem do Papa João Paulo II, que, em maio de 2004, observou que o turismo e o esporte contribuem para incrementar o relacionamento entre pessoas e povos, multiplicando as ocasiões de encontro, de relacionamento, de compreensão, em clima de entendimento e harmonia.

No Brasil, a importância estratégica do esporte para promover o desenvolvimento da indústria brasileira do turismo motivou engajamento associativo dos dois setores, que se aliaram para lançar a candidatura do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Pan-Americanos de 2007. Postulação vitoriosa que muito contou com as ações negociadoras da Embaixada do Brasil no México, local da disputa eleitoral. A indicação possibilita ao país inserir-se, de fato, na economia internacional do entretenimento. Participação surpreendentemente tardia e modesta, mesmo quando comparada à de pequenos países – como a República Dominicana e seus balneários e clubes de golfe direcionados para a captação de fluxos turísticos norte-americanos –, que há muito descobrem nichos no mercado mundial do lazer e do esporte.

Exatamente em função do ambiente criado para promover e comercializar o Brasil no exterior, o exemplo da conquista pelo Rio de Janeiro dos Jogos Pan-Americanos em 2007 torna imprescindível a interação dos setores públicos e privados envolvidos para sensibilizar

e motivar a sociedade quanto aos aspectos positivos do turismo e do esporte, como ferramental de negócios e de desenvolvimento econômico sustentado.

Como observa Norton Lenharte, Presidente da Câmara de Turismo da Confederação Nacional do Comércio, “O Brasil é um país movido a esporte – somos reconhecidos mundialmente”. E, prossegue, “devemos aproveitar o esporte e buscar para o país todos os eventos possíveis... na medida em que as esferas do governo e as entidades dos dois setores logrem efetiva mobilização em favor do desenvolvimento do turismo e do esporte como instrumentos de geração e distribuição de riqueza, o sonho de transformar o Brasil em destino maior da indústria mundial do turismo começará, afinal, a se consolidar. Assim, a estrada projetada pelo Presidente Lula de captar, até 2007, 9 milhões de turistas internacionais está sendo pavimentada de maneira absolutamente concreta e inteligente”.

Portanto, repetir e multiplicar eventos como o Grande Prêmio Brasil de Fórmula 1 em São Paulo. O mais importante evento esportivo internacional regular do país traz para a capital paulista não somente as dez maiores escuderias internacionais, cujos orçamentos podem chegar a US\$ 300 milhões por campeonato. Em outubro de 2004, afluíram ao Autódromo de Interlagos cerca de 150 mil pessoas.

O reflexo econômico do evento, porém, é muito mais espalhado. Segundo estudo sobre o impacto econômico do Grande Prêmio do Brasil, divulgado pela Prefeitura de São Paulo e a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, apenas para a realização da corrida são movimentados cerca de R\$ 80 milhões. Desse total, R\$ 24,7 milhões são gastos pela Prefeitura, R\$ 13,7 milhões pelos organizadores e R\$ 41,8 milhões são arrecadação de bilheteria e venda de direitos da competição. Ao todo, estima-se que o evento beneficie 42 atividades econômicas, com destaque para os setores de serviços e construção civil ⁽³⁵⁾.

De acordo com o estudo, esses investimentos e gastos geram um aumento de renda de R\$ 62,6 milhões em todo o país, com a seguinte distribuição: 75% na própria capital, 8% no Estado de São Paulo e 17% em outros Estados. Conforme a avaliação da Prefeitura, cada R\$ 1,00 investido no evento produz um retorno de R\$ 3,20 para a economia da cidade.

Indicadores setoriais assim impeliram a EMBRATUR a consubstanciar iniciativas, associadas diretamente ao esporte, em projeto inovador de

ações promocionais no cenário internacional do turismo. Batizado de *Plano Aquarela*, uma referência à canção de Ary Barroso que virou símbolo nacional, tem como um de seus objetivos principais incluir o Brasil entre os vinte maiores polos de turismo no mundo. Desenvolvido pelo Ministério do Turismo e a EMBRATUR, sob coordenação da empresa de consultoria internacional em turismo Chias Marketing, o plano estabelecerá, por meio de pesquisas e análises em mais de vinte mercados, as bases para as futuras ações brasileiras de marketing no exterior. Com custo de R\$ 4 milhões, surgiu também para ajudar a criar as condições de alcançar metas estabelecidas no Plano Nacional e Turismo: registrar, a partir de 2007, a entrada de 9 milhões de turistas estrangeiros, o ingresso de US\$ 8 bilhões em divisas e a consequente geração de 1,2 milhão de empregos e ocupações. Em 2003, o Brasil, ainda distante da lista de principais destinos do mundo, registrou 4,1 milhões de visitantes internacionais. “Somos sol e mar, mas também somos aventura, pesca esportiva, golfe, negócios e eventos esportivos. Este plano ajudará a reescrever a história do turismo brasileiro”, afirmava o então Presidente da EMBRATUR, Eduardo Sanovicz. Pronto e ativado desde 2005, o plano de marketing dará mais embasamento para ações que já vêm sendo desenvolvidas, como a participação em feiras internacionais de turismo e comerciais, a Caravana Brasil, os Escritórios Brasileiros de Turismo (EBTs) no exterior e a captação de eventos internacionais para o país, incluídos os de cunho esportivo, entre outros.

Como assunto, fato, fenômeno internacional, o esporte comparte caracteres com outras expressões da sociedade mundial, mas é o único que consegue reunir tantas virtudes indisputáveis. As manifestações esportivas de massa merecem ampla cobertura, como grandes Conferências temáticas, do tipo da Eco-92, mas têm maior visibilidade, alcance, penetração e ideário universal, dispensando ou diluindo a fricção de interesses políticos diretos; o esporte é importante fonte de riqueza econômica, como o petróleo, por exemplo, mas tem a faculdade de potencialmente paralisar ou prevenir guerras enquanto que, pelos preços, poços e rotas do ouro negro, podem espocar batalhas, comerciais ou mesmo bélicas. Por isso o reconhecimento do esporte como elemento estabilizador e promotor da paz.

Mesmo que julgada algo desproporcional, carta de indicação do futebol para concorrer ao Prêmio Nobel da Paz, entregue ao Comitê

norueguês pelo deputado sueco Lars Gustafsson, em janeiro de 2001, prova a silhueta política saliente e o significado substantivo do esporte no quadro das relações internacionais. Na argumentação, o parlamentar escandinavo destacava o relevo do futebol na aldeia global, como promotor da harmonia entre as nações, e citava, como exemplos meritórios do esporte que enfrentou duas Guerras Mundiais, “o jogo pacífico da Copa de 1998 entre os inimigos Estados Unidos e o Irã, a união entre as seleções das Coreias do Sul e do Norte para a disputa de campeonato mundial em Portugal em 1991 e a interrupção de uma guerra na África na década de 60 pelo Santos Futebol Clube de Pelé”. Feitos e efeitos igualados pela presença festiva do sportista brasileiro em evento no Líbano, em 1975, que reuniu judeus, cristãos e muçulmanos e previsivelmente adiou o início da guerra para abril daquele ano; na oportunidade, discípulos de Moisés, Jesus e Maomé suspenderam confrontos e Pelé foi saudado como “Profeta da Paz”, durante partida de exibição pelo time libanês do Estrela Vermelha no Estádio Olímpico de Beirute. Em março de 2002, mesmo nobre reconhecimento foi prestado ao presidente da FIFA, Joseph Blatter, que recebeu em Sarajevo, o título de “Humanista Internacional do Ano”, oferecido pela LIHPT – Liga Internacional Humanitária pela Paz e a Tolerância, organização não governamental fundada na Filadélfia, em 1974, por grupo de laureados com Prêmios Nobel.

A validade e o vigor do esporte como instrumento estabilizador e promotor da paz internacional, e conseqüentemente sua natural importância para a ação e conceituação da política externa, cabem no exemplo mais recente do comando brasileiro da MINUSTAH e do chamado “Jogo da Paz” no Haiti. Informação para o Senhor Ministro de Estado relatava que as ações de cooperação com o Haiti, no âmbito da Subsecretaria-Geral de Cooperação e Comunidades Brasileiras no Exterior, “tinham dois focos principais: o primeiro diz respeito à realização do jogo de futebol entre as seleções do Brasil e daquele país em outubro de 2004, em Porto Príncipe; o segundo refere-se ao envio de Missão interministerial ao Haiti”.

O mesmo documento interno do Itamaraty estimava que o amistoso Brasil-Haiti, que contou com a presença do Senhor Presidente da República, dos Ministros das Relações Exteriores, da Defesa e do Esporte, deu grande visibilidade, interna e externa, ao comprometimento do Brasil com o processo de diálogo e pacificação daquele país.

A paralela missão interministerial de cooperação, por sua vez, encontrava respaldo na participação brasileira na Conferência dos países doadores ao Haiti, ocorrida em Washington, em Julho de 2004, quando o Brasil comprometeu-se a enviar grupo técnico que pudesse viabilizar ações de cooperação em áreas apontadas pelas autoridades haitianas.

De ressaltar, a avaliação contida na referida informação ao Ministro das Relações Exteriores de que “ambas iniciativas inserem-se em um plano comum, que visa a criar terreno de proteção positiva da atuação brasileira no Haiti. Por um lado, criam-se condições coletivas de segurança favoráveis para a atuação da Brigada Brasil na MINUSTAH. Por outro, demonstra-se uma preocupação que excede o plano meramente militar com ações de cooperação que tenham efeito prático nas necessidades vividas pela população haitiana”.

Tais iniciativas servem para configurar de maneira notória e positiva a participação do Brasil nas operações de paz, que se tornaram a face mais visível do trabalho das Nações Unidas, no campo da manutenção da paz e da segurança internacionais. Enquadram-se apropriadamente na percepção de que, no mundo pós-Guerra Fria, as Nações Unidas já não podem limitar-se a conter a escalada do conflito por meio da presença de militares no terreno. O Manual de Instruções à Delegação do Brasil à 59ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em 2004, qualifica bem esses aspectos ao particularizar que, sem descurar dos princípios tradicionais das atuações de paz, a Organização deve também prestar assistência à população civil e implementar metas voltadas para a reconstrução do país e a reconciliação nacional, razão pela qual as novas operações de paz complexas ou multifacetadas têm sido caracterizadas por mandatos mais amplos e flexíveis, sujeitos a ajustes ao longo de sua execução.

O emprego de um instrumental esportivo, de forte associação à imagem externa do Brasil, e a mencionada missão coordenada pela ABC, ao alargarem a presença brasileira, não mais somente militar, concorrem para provar na prática a noção de maior amplitude e complexidade agora atribuídas às tarefas das operações de paz. Monitoramento de eleições, verificação de violações de direitos humanos, supervisão de processos de aquartelamento, ajuda humanitária, pacificação, reintegração social, colaboração na reforma das instituições do Estado, trânsito e diálogo aberto com diferentes partes em conflito, por exemplo, são facetas que reclamam nova composição para as novas operações de paz, que passaram

a abranger contingentes militares, policiais e civis. No caso do Haiti, o Jogo da Paz e a Missão da ABC agregaram ação prática e ingrediente psicológico importantes para subsidiarem a receptividade à atuação militar do Batalhão Brasil e a própria marcação de presença brasileira naquele país. Na avaliação do Presidente brasileiro, o encontro esportivo pela paz e a missão técnica simbolizam “confraternização, cooperação e compromisso do Brasil com a ONU, com o multilateralismo e com a estabilidade regional”.

Muito ganhou a projeção da imagem externa do Brasil com essa participação diferenciada na Missão de Paz das Nações Unidas. A repercussão na imprensa estrangeira vai desde a associação dessa presença ativa ao papel de líder regional que o Brasil vem consolidando, à política de ampliar a projeção internacional do país até ao interesse do Brasil em tornar-se membro permanente do Conselho de Segurança (*The Economist*, edição de 12/06/2004; *The New York Times*, edição de 01/08/2004).

Notícias concernentes ao jogo de futebol deram também ensejo a alusões positivas ao Brasil. Destacou-se a dimensão simbólica da iniciativa e trecho particularmente expressivo do *New York Times* sintetizava que “uma administração norte-americana após a outra tentou, sem sucesso, manter a ordem e a democracia no Haiti. Agora, com o entusiástico apoio de Washington, o Brasil entrou em cena como o líder de uma Missão das Nações Unidas e está utilizando uma diplomacia não convencional para complementar a demonstração de força militar típica”.

O Embaixador José Viegas Filho, à época Ministro de Estado da Defesa, em visita prévia e conjunta com seus pares do Chile e do Uruguai ao Haiti, “confirmou a imagem extremamente positiva de que nosso país desfruta em Porto Príncipe. Vimos, em nossos deslocamentos pela cidade, dezenas de bandeiras brasileiras hasteadas espontaneamente em casas particulares e comerciais (e praticamente nenhuma dos outros países). A expectativa gerada pela anunciada visita do Presidente Lula e a perspectiva da realização do jogo de futebol entre as Seleções do Brasil e do Haiti empolgaram a imaginação do povo e absorveram boa parte das perguntas da imprensa internacional”. O relatório especial do General de Divisão Augusto Heleno Pereira, Comandante da Força da MINUSTAH, repercutia a empatia – de novo, ingrediente psicológico importante – despertada pelo Jogo da Paz:

a declaração do Excelentíssimo Senhor Presidente da República sobre a vinda da Seleção brasileira ao Haiti desencadeou uma expectativa nacional e internacional em relação ao jogo. A população haitiana, verdadeiramente fascinada pelo futebol brasileiro, exprime sua empolgação cada vez que tem contato com um militar e identifica a bandeira do Brasil no nosso uniforme... A imprensa local considera que a realização do jogo é parte da estratégia da MINUSTAH para o desarmamento e a pacificação.

O militar brasileiro concluía que

o jogo da Seleção brasileira de futebol no Haiti superou o aspecto desportivo para transformar-se em uma questão de Estado... e que, coerente com o papel político que o Brasil vem assumindo no cenário mundial, a mensagem de solidariedade e de paz, dentro do contexto de uma missão de paz que, para muitas nações, significa, sobretudo, projeção de poder, seria fantástica.

A transcendência da iniciativa brasileira pôde, também, ser notada em comunicação oficial do Itamaraty, que registrava que “tendo em vista a importância atribuída pelo Secretário-Geral das Nações Unidas ao Jogo Brasil-Haiti, Kofi Annam decidiu gravar mensagem, dirigida ao povo haitiano, alusiva à partida de futebol. A respeito, a Secretaria de Comunicação da Presidência da República enalteceu as imagens positivas e pacíficas que deveriam ser relacionadas e divulgadas com o jogo amistoso, como o protagonismo do jogador Ronaldo, Embaixador do UNICEF, nas peças publicitárias institucionais dirigidas ao povo haitiano”.

Muitos resultados consequentes puderam então advir desse instrumental esportivo utilizado, no caso e no contexto, política e diplomaticamente, para engrandecer a marcação de presença. Traduzida em benefícios concretos, a cooperação técnica, por exemplo, pode concorrer para afirmação política. No âmbito da missão precursora da visita presidencial, realizou-se encontro de trabalho entre o então Secretário-Executivo do Ministério do Esporte, Orlando Silva, e o Secretário de Estado da Juventude, dos Esportes e da Educação Cívica do Haiti, Frantz Leandre. O representante brasileiro, ao descrever detalhadamente as políticas e os programas implementados na área de esportes, desde o início do governo Lula da Silva, referiu-se à

proposta de sua Secretaria, já avançada ao lado haitiano, de conclusão de instrumento adicional a Acordo de cooperação em vigor, de modo a refletir, atualizando, tanto as transformações ocorridas na estrutura do órgão, quanto, sobretudo, a mudança do conceito e da gestão do esporte no Brasil, assunto de elevado conteúdo social e considerado um direito cidadão. Esse novo instrumento poderia ter a forma de um Memorando de Entendimento, inspirado em Acordo-Quadro de cooperação concluído pelo Brasil com cerca de 30 países.

Nas conversações preliminares em Porto Príncipe, considerou-se que, além da formação de quadros (instrutores e atletas), o Memorando poderia contemplar, entre outras demandas de interesse haitiano, a doação de material e equipamento esportivo, a recuperação e a modernização (infraestrutura) dos centros esportivos existentes no país. O lado brasileiro sugeriu a cooperação para o fortalecimento de pequenos clubes locais (em particular, as associações comunitárias de futebol, em parceria com o setor privado) e, no plano institucional, a transferência do saber-fazer brasileiro (público e técnico), para elaboração e execução de políticas e de programas públicos haitianos, no campo do esporte.

Esse último aspecto foi avaliado pela Secretaria-Executiva e pela Assessoria Internacional do Ministério do Esporte, principalmente desde a possibilidade de adaptação de programas brasileiros no Haiti, mormente os programas *Pintando a Liberdade*, dirigido a populações carcerárias, e o *Segundo Tempo*, voltado para o segmento estudantil. Considerando as carências materiais e humanas do país receptor, a ênfase deveria ser atribuída à adaptação de programas do tipo autossustentável, em termos da população beneficiada, como o *Pintando a Liberdade*, já experimentado, com êxito, em projetos-piloto desenvolvidos pela Secretaria de Esporte em países africanos.

O lado haitiano insistiu na participação brasileira na recuperação e modernização de centros desportivos, além da doação de equipamentos e materiais, mediante investimentos em infraestrutura, na área metropolitana de Porto Príncipe. Priorizou também a possibilidade de apoio brasileiro à realização de programa de recreação estudantil, principalmente na área do futebol, envolvendo dezessete centros comunitários haitianos.

Quanto à provisão de material esportivo, cumpre frisar que, por ocasião do “Jogo da Paz”, bolas e camisas da Seleção foram entregues à Brigada Brasil, propiciando ao oficialato brasileiro a oportunidade de

utilizá-las, depois do evento esportivo, no contexto de suas atividades de relações públicas, caráter social e humanitário. A respeito dessa penetração e extensão de símbolos culturais (esportivos), importa relato do Embaixador José Viegas sobre observação do Primeiro-Ministro haitiano Gerard Latortue, experiente ex-funcionário internacional da Unido. Latortue expressou ao Ministro da Defesa seu contentamento pessoal ao ter tido conhecimento – quando participou da reunião da OEA, em Washington, em maio de 2004 – da notícia de que o Comandante militar da MINUSTAH seria um General brasileiro e completou sua intervenção inicial com longa referência à afeição particular que os haitianos devotam ao Brasil, simbolizada no carinho que dedicam à Seleção brasileira de futebol (“O que pudemos comprovar”, relata o Embaixador José Viegas, “pela festa nas ruas de Porto Príncipe na noite de 08 de Julho de 2004, ao final do jogo em que o Brasil venceu o Chile por um a zero”).

Em relação à cooperação técnica associada, o Primeiro-Ministro referiu-se à necessidade que tem o Ministério dos Esportes de estender as práticas desportivas aos centros urbanos das províncias. Atribuiu, assim, grande importância à possibilidade de que o Brasil possa prestar assistência nesse terreno, por meio da presença, no Haiti, de técnicos em modalidades esportivas, de maneira a possibilitar ao poder público oferecer perspectivas de lazer às populações de jovens do interior e, dessa forma, afastá-los das atrações que a criminalidade pode apresentar para preencher seu tempo livre.

As premissas e repercussões pretendidas pelo engajamento na iniciativa diplomático-esportiva brasileira no Haiti podem ser dimensionadas pelo parágrafo de Circular Telegráfica do Itamaraty, em julho de 2004, a respeito do Jogo da Paz : “Realizar-se-á partida entre as Seleções de futebol do Brasil e do Haiti, provavelmente no dia 18 de agosto próximo, como parte dos esforços de promoção da paz, da solidariedade e do desarmamento no país”.

Na esfera ampliada do governo brasileiro, e independentemente de eventual ou pretensa afirmação partidária situacionista particular, resulta o conhecimento de que o esporte (futebol) brasileiro é um dos melhores, senão o principal cartão de visita do Brasil. É um ótimo amplificador da mensagem de paz mundial, da afirmação de liderança política e projeção global. O ápice da simbiose político-esportiva pode ter ocorrido no Haiti,

mas outras iniciativas validam o emprego positivo e produtivo desse instrumental: Na China e na Inglaterra, a faixa do *Programa Fome-Zero* apareceu em amistosos da Seleção. Uma associação com repercussões na política externa. Uma maneira hábil e real de expressar, com a manifestação esportiva, o que o Presidente Lula falou em seu discurso nas Nações Unidas: “é melhor buscar a paz com solidariedade do que com armas”.

Tal composição política (externa)-esportiva não pode significar forçosamente, no caso do Brasil, a estreita apropriação por um determinado governo, que é provisório, de vantagens políticas exclusivas derivadas de um traço cultural, um patrimônio de imagem mais permanente. Seria o mesmo que resumir a Década do Desenvolvimento, o “Milagre Econômico” dos anos setenta, à curta e eventual exploração política do regime militar, sem considerar suas consequências duradouras de capacitação produtiva e expansão da base industrial do país. São, portanto, na comparação, acervos de valia geral que revertem para o fortalecimento institucional nacional.

Na comparação, os resultados sempre podem transcender o risco de oportunismo político ocasional. Assim como aquela fase de capacitação econômica e industrial principiou o credenciamento do país à captação de investimentos externos e a alguma participação competitiva no mercado internacional, a imagem (esportiva) propicia ganhos de negócios e projeção realmente prolongada e protagonista. O esporte é um terreno e um ferramental em que o Brasil pode efetivamente fazer política externa.

Valores culturais, virtudes políticas, vantagens econômicas somam-se, portanto, para magnificar a utilidade do esporte nos marcos do fortalecimento social, comunhão universal, geração de riqueza, visibilidade e prestígio. Pela respectiva imagem singularizada do Brasil, essa valia e versatilidade do esporte podem subsidiar a política externa e a inserção internacional do país mediante receituário de propostas pontuais, tais como:

a) acréscimos qualitativos e orientação proativa aos programas de cooperação técnica internacional da Agência Brasileira de Cooperação, para a provisão de cursos, treinamentos atléticos e de formação profissional nas áreas afinadas de fisiologia, fisioterapia e medicina esportiva. Países como Rússia, Bulgária e China, na ginástica olímpica, halterofilismo e tênis de mesa, têm programas internacionais nessa linha. Diversas

solicitações para assistência brasileira na área de esportes têm sido recebidas de países caribenhos e centro-americanos. A respeito, Divisão do Departamento das Américas ponderava, em 1998, a conveniência de consulta à ABC e ao Departamento Cultural “sobre a possibilidade de se organizar um programa de cooperação com os países de ambas as sub-regiões, tendo em vista, sobretudo, o extraordinário papel que pode vir a desempenhar a cooperação no campo dos esportes, especificamente o futebol, no adensamento de nosso relacionamento com a América Central e o Caribe”. A cooperação técnica esportiva registra demanda setorial significativa em países centro-americanos e, na África, assume mesmo a dimensão de ajuda humanitária a populações carentes, minorias raciais e refugiados. Como exemplo prático assemelhado desse entendimento, aliás muito nutrido pelo governo do país, o grupo alemão Kirch, então ativo e detentor dos direitos de transmissão televisiva das Copas do Mundo de 2002 e 2006, acordara com a FIFA a liberação gratuita de imagens para os países africanos, à exceção da África do Sul, medida que presumia, naturalmente, benefícios ampliados de relações públicas para a empresa e o Estado.

Nesse sentido de cooperação técnica setorial, em setembro de 2006, começou a funcionar, na cidade de Krasnodar, localizada no sul da Rússia, a primeira de duas Escolas de Futebol Brasileiro naquele país. O projeto foi desenvolvido com o apoio dos Ministérios das Relações Exteriores e do Esporte e, do lado russo, da Agência Nacional de Esporte, da Duma de Estado (Câmara Baixa do Parlamento russo), do jornal *Novie Izvestia* e da Fundação Langsdorff (instituição criada especialmente para esse projeto). A Escola de Futebol Brasileiro na Rússia destina-se a oferecer a crianças de famílias de baixa renda oportunidades de desenvolver suas habilidades físicas e intelectuais. Seus alunos são crianças de 12 a 14 anos de idade, provenientes de todas as regiões da Rússia, que recebem educação secundária completa, com preparação para a universidade, e têm sua formação esportiva e atlética orientada por profissionais brasileiros de reconhecida competência. Como evento prévio à abertura da Escola, foi realizado concurso para a seleção de 36 jovens, dentre milhares que participam de competições anuais de futebol em toda a Rússia, para viagem ao Brasil que incluiu dois meses de treinamento especial na equipe do Figueirense Futebol Clube, de Santa Catarina. A segunda unidade da Escola de Futebol Brasileiro deve funcionar na cidade de Moscou;

b) reforço orientado de campanhas turísticas que, a par da divulgação de belezas naturais, sítios históricos e manifestações de cultura popular, como o carnaval, podem incluir nos pacotes monumentos e roteiros esportivos, como grandes estádios, centros polidesportivos e competições de várias modalidades, clínicas de treinamento patrocinadas por clubes e federações, cursos, convenções, congressos técnicos (e bolsas de estudo, por exemplo, na respeitada Universidade do Esporte de Curitiba). Como possibilidade potencial, o Centro de Desenvolvimento Vôlei Brasil, lançado em outubro de 2001, com verba de R\$ 3,6 milhões do então Ministério do Esporte e Turismo, abriga complexa infraestrutura, pioneira no mundo, para formação e treinamento de atletas, oferta de cursos, seminários técnicos, serviços e programas de intercâmbio esportivo internacional. Países como Cuba, no atletismo, e Austrália, na natação, desenvolvem esse esquema como política de cooperação educacional e esportiva internacional. O apelo popular e promocional do futebol brasileiro supre divulgação cultural espontânea e tem larga receptividade no Oriente Médio e na Ásia. Em países asiáticos como China, Coreia do Sul e Japão funcionam pequenos e informais Centros de Língua Portuguesa e Estudos Brasileiros preparatórios para excursões de *incentive travel*, estágio e visitação de grupos de estudantes e de jovens esportistas, – em média 2.000 atletas por ano –, a clubes de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Muito a propósito, a V Reunião de Consultas Políticas Brasil-Coreia, realizada em Brasília, em outubro de 2005, incluiu na agenda, por interesse político e iniciativa coreana, o tópico “Cultura e Esporte: extensão de vistos para esportistas estudantes e jogo de futebol entre a Seleção Nacional do Brasil e time unificado Coreia do Sul-Coreia do Norte”.

A Embaixada do Brasil em Seul subsidiou o tratamento do assunto com os comentários de que “o prestígio do futebol brasileiro junto às autoridades locais e ao público coreano elevou-se exponencialmente a partir da última Copa Mundial, disputada no país e no Japão, em 2002, em função tanto do pentacampeonato conquistado pelo Brasil, quanto do excelente e surpreendente desempenho da equipe coreana, que finalizou em 4º lugar. Esse quadro tende a expressar-se, crescentemente, na busca de aprendizado, no Brasil, por jovens coreanos e na forte presença, na Coreia, de treinadores e jogadores brasileiros que, hoje, atingem o número de 07 e 34, respectivamente, conforme apurado junto à *Korea Football Association*”;

c) visitas ministeriais e presidenciais costumam ser acompanhadas de missões empresariais, que buscam a prospecção de oportunidades comerciais, ou adornadas de espetáculos, grupos folclóricos e musicais, que projetam valores e reforçar vínculos culturais. Em alguns casos, como na chamada *diplomacia chinesa do pingue-pongue* e na *comunicação olímpica das Coreias*, a apresentação de delegações esportivas tem o potencial de, cumulativamente, realizar a afirmação de valores socioculturais, a melhoria da imagem, o entendimento político e mesmo a facilitação de negócios. No Brasil, a prática exercitada pela estatal Petrobras de estimular a internacionalização da imagem e das ações da companhia por meio da apresentação de atletas e equipes brasileiras renomadas no exterior pode servir também à enriquecida promoção internacional do país possuidor de tantas qualidades esportivas particulares;

d) mobilização política e diplomática para captar a realização de evento(s) esportivo(s) mundial(iais) que, a exemplo de uma Eco-92, projeta(m) imagem e pode(m) obsequiar simpatias e prestígio internacional. Espanha, França e Holanda disputaram nos planos político e diplomático, e não apenas no nível esportivo, a indicação para sediar as Olimpíadas de 1992. Os mentores e protagonistas diretos das respectivas campanhas deveram ser os próprios Primeiros-Ministros Felipe Gonzalez, Jacques Chirac e Ruud Lubbers, porque a aposta era alta e o butim recompensador. O Chefe de Governo grego Andreas Papandreou articulou internacionalmente a postulação de Atenas, afinal vencida pela poderosa Atlanta das multinacionais, para sede dos Jogos Olímpicos de 1996. Na luta para realizar a Copa do Mundo de Futebol de 2006, Tony Blair, Helmut Köhl e Nelson Mandela foram os arautos diretos em defesa das candidaturas da Inglaterra, da Alemanha e da África do Sul. Curioso notar que quase o mesmo time de países e naipe de dignitários reapareceram em disputa em Cingapura, em julho de 2005, na arena político-esportiva eleitoral para escolha da cidade-sede dos Jogos Olímpicos de 2012. Por seus países, o Primeiro-Ministro Tony Blair, o Presidente Jacques Chirac, o Primeiro-Ministro José Luís Rodríguez Zapatero e a Rainha Sofia, a Senadora Hillary Clinton e o Premier Mikhail Fradkov, a par de personalidades esportivas nacionais, assumiram o máximo e direto protagonismo na defesa das candidatas Londres, Paris, Madri, Nova York e Moscou. A sagração londrina pelos 99 votos do colégio eleitoral do

COI em primeiro turno, e 116 nas votações subsequentes, representou vitória no pleito até então mais concorrido e sinal de que, de fato, cada vez mais, o envolvimento político-diplomático é decisivo para subsidiar a apresentação de futuras candidaturas olímpicas. Sim, é nesse elevado nível político e diplomático que hoje são desenvolvidas as campanhas para recepcionar um grande evento esportivo, com incomparáveis efeitos promocionais, marcas de prestígio internacional e indicadores palpáveis de retorno comercial. Como exemplo, segundo a Organização Mundial do Turismo, a Austrália, oitavo principal destino turístico da Ásia Ocidental e do Pacífico, e que em 1999 recebeu dos diversos polos emissivos do mundo cerca de 4.200.000 turistas, captou nos dois anos seguintes, na esteira dos Jogos de Sydney-2000, um afluxo adicional estimado em 1.600.000 visitantes internacionais. Igualmente, projeções revisadas dos órgãos de turismo da Coreia do Sul e do Japão, sedes da Copa do Mundo de Futebol de 2002, indicam que cada país recebeu durante o evento ingresso suplementar de 400.000 turistas. Nesse sentido, projeto de candidaturas brasileiras para sediar megaeventos esportivos é pleito que sempre exigirá forçosamente a utilização consistente de recursos políticos e canais diplomáticos. Uma instância adicional determinada pode ser, por exemplo, a participação ativa do Brasil no CIGEPS da UNESCO, único foro político internacional de assuntos de esporte, através de maior representação oficial (MRE, Ministério do Esporte) e contribuições de empresas e entidades privadas (indústria de material esportivo, instituições, centros profissionais e federações de esporte), de modo a ampliar a base parlamentar. Ajuda econômica, programas de cooperação técnica, bolsas de formação e treinamento oferecidos aos países-membros podem valer votos reciprocados nas campanhas político-esportivas, e mesmo em outras, internacionais do país. Recursos políticos vários e de diplomacia típica, parlamentar e, com destaque, presidencial direta, reconhecidos e utilizados a pleno, foram de fato determinados e decisivos para a escolha do Brasil como sede da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016;

e) intensificação de programas e ações de cooperação cultural e esportiva em regiões fronteiriças. O precedente concedido por instrumento normativo do antigo Conselho Nacional de Desportos poderia propiciar integração natural e estreita entre comunidades internacionais limítrofes. Pela Deliberação 04, de fevereiro de 1981,

a presidência do CND delegava competência e fixava normas para que os Conselhos Regionais de Desportos autorizassem a realização de competições internacionais nas quais participassem entidades sediadas em regiões fronteiriças dos respectivos Estados e territórios. A reedição de instrumental similar e de outros mecanismos supletivos entre o MRE e o Ministério do Esporte, principalmente seu CNE – Conselho Nacional do Esporte, órgão colegiado instituído em 2002 e integrado também por representação do Ministério das Relações Exteriores, e que, aliás, valoriza a ideia, serviria para avivar vínculos comunitários e cooperação entre órgãos responsáveis por esporte na densa teia integracionista do Mercosul e outras faixas lindeiras. Como exemplo de intercâmbio na fronteira Sul, a ação da Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio de Santana do Livramento que, com o suporte do antigo Ministério do Esporte e Turismo, conseguiu a aquisição de ônibus para uso de instituições esportivas e culturais nas atividades de intercâmbio com Intendências limítrofes do Norte do Uruguai. Particularmente nas fronteiras Norte e Oeste do Brasil (Tabatinga-Letícia, Corumbá-Puerto Suarez, Foz do Iguaçu-Ciudad del Este) a iniciativa poderia concorrer para dissuadir o envolvimento de segmentos juvenis com cultivo de drogas e tráfico de entorpecentes. Da mesma forma como se cogitam sempre, nos planos de erradicação de plantações de coca e maconha em países produtores, as possibilidades de ocupação e de “economia alternativa” preventivas do alastramento dos plantios de alucinógenos (como café na Colômbia, aspargos na Bolívia, pescados no Peru e no Equador, flores tropicais nos países centro-americanos), também é viável contemplar uma “cultura alternativa”, programas de intercâmbio e competições esportivas que motivassem a arregimentação de jovens para atividades de lazer, educação complementar e de práticas esportivas de resgate social. O que vale na cidade, como política pública de educação física e esportiva oferecida à população urbana, como as campanhas de recuperação social de “meninos de rua” incentivadas pela SENAD – Secretaria Nacional Antidrogas, inclusive com programas de natureza esportiva, pode valer na mobilização sadia de “meninos de drogas” de regiões fronteiriças. Reuniões do antigo CONFEN – Conselho Federal de Entorpecentes chegaram a pautar o emprego desse intercâmbio para redução local de oferta e demanda.

Mais exemplos pertinentes: a congênere Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte de Rivera, Uruguai, procura priorizar, na administração municipal, programas de esporte e roteiros de cultura que, adicionados à tradicional estação de promoções do comércio de *free shops* locais, prolonguem a permanência de turistas argentinos e uruguaios em trânsito de e para praias do litoral Sul do Brasil; a Federação Gaúcha de Tênis transferiu provisoriamente sua central para a região da fronteira, na estratégia de captar para Santana do Livramento-Rivera, em 2002, etapa do Circuito Satélite, que inclui torneios internacionais válidos para o Campeonato Mundial da ATP – Associação dos Tenistas Profissionais. O empreendimento de sede tenística, que envolveu a participação das Secretarias de Turismo fronteiriças, da rede de hotéis de Livramento e da Associação de *Free Shops* de Rivera, projetou divulgar internacionalmente a região via manifestação esportiva, adensar a taxa de ocupação hoteleira, avolumar a movimentação comercial e o fluxo turístico; Rivera patrocina regularmente provas de motociclismo, como etapas do Campeonato Sul-Americano de Motocross, que atraem fluxo médio de 6 mil turistas por prova, visitação equivalente a 10% da população daquele Departamento uruguaio. Igualmente, a Intendência de Rivera e a Prefeitura de Dom Pedrito, Rio Grande do Sul, realizaram encontro binacional que, paralelamente ao ajuste administrativo para a implementação de obras de infraestrutura (abastecimento de água potável, fornecimento de energia elétrica), considerou a construção de espaços recreativos, projetos de ocupação e intercâmbio esportivo fronteiriço para a recuperação social da juventude. Políticos riverenses representativos e a própria Administração do Executivo departamental registram frequentemente que “Rivera, ao igual que os outros Departamentos limítrofes com o Brasil, sente influência muito importante dessa nação no cultural, no econômico, no idioma e também no esportivo”. Essa interação fronteiriça, principalmente quanto à derivada projeção de imagem permitida pela influência brasileira serve a ações cooperativas e promocionais de entidades gaúchas, inclusive de cunho esportivo. Com efeito, e como efeito direto do recíproco interesse na promoção de valores nacionais via manifestações esportivas, o SESI – Serviço Social da Indústria do Rio Grande do Sul resolveu juntar pioneiramente, em Santana do Livramento, em novembro de 2001, sua tradicional Olimpíada Estadual com os denominados Jogos Internacionais Brasil-Uruguai,

“transformando a fronteira na capital estadual do esporte sesiano”. Na avaliação da Intendência de Rivera, a iniciativa brasileira significa “exemplo positivo de um relacionamento internacional e de uma política de fronteira prática e profícua para as comunidades”; e

f) pela relevância social, importância industrial na economia mundial, repercussão em escala planetária e utilidade como recurso de formação de imagem externa positiva e promoção internacional, a capacitação/interação de setor(es) próprio(s) no Itamaraty incumbido(s) do tema esporte. As questões multifacetadas e abrangentes do assunto, antes disperso no Itamaraty pela simples distribuição geográfica das ocorrências, demandam tratamento temático, certa especialização e organicidade que enfeixem as possibilidades do esporte brasileiro no concerto mundial, desde a afirmação de presença e enriquecimento da promoção institucional internacional do país até o apoio suplementar às ações de exploração ou repercussão comercial, como pesquisa, consolidação de oferta e efetivo atendimento às demandas de cooperação técnica específica, conquista de mercados, captação de eventos esportivos e de fluxos turísticos. Assim como o próprio sistema das Nações Unidas propõe articulação entre suas ações e agências para uso prático do esporte com ferramenta de política internacional da organização, tratamento sistêmico do assunto por unidades do MRE favorece compor e complementar atribuições primárias, tais como: interlocução interna com outros órgãos responsáveis da Administração Federal, contatos com potenciais provedores institucionais e privados de equipamentos e serviços esportivos, levantamento, ordenação e orientação da *expertise* nacional exportável, ação focada da ABC (prospecção de demanda internacional), Departamento Cultural (atividades conjugadas de difusão cultural), DCB (viabilidade e resultados de ações de cooperação fronteiriça), DPR (vantagens comerciais de manifestações esportivas, promoções da EMBRATUR e Secretarias estaduais e captação de fluxos turísticos), articulação da representação do MRE no colegiado do Conselho Superior do Esporte/informação à Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República (preparação/distribuição internacional de material informativo apropriado), Divisões geográficas e rede de Postos (avaliação da receptividade, utilidade e repercussão política positiva da imagem esportiva brasileira no exterior). A Assessoria Internacional do Ministério do Esporte e o referido Conselho

interministerial podem, prioritariamente, oferecer ao Itamaraty suporte qualificado para subsidiar ações pertinentes na Chancelaria, no tratamento otimizado das implicações internacionais do tema.

O poder do esporte para projetar a aproximação dos povos, a vitalidade de negócios, a comunicação social, a conquista de afinidades e prestígio mesmo em círculos governamentais, empresariais e jornalísticos, informa sua eleição prioritária, em casos multiplicados e por muitos países, como instrumento de marketing, de promoção institucional e de publicidade internacional. São razões que mobilizam vários atores, diversas instâncias e multitudinários recursos, traduzindo a questão do esporte em tópico vertente da agenda mundial. Para o Brasil, nos três principais quesitos – de afirmação de valores e interesses nacionais, geração de negócios e projeção de imagem externa positiva –, o vetor esportivo oferece oportunidades singulares e repercussivos resultados. Para o Itamaraty propriamente, maior envolvimento na questão propiciaria duplo benefício: de prestigioso reconhecimento interno, por provar interesse participativo em tema relevante e representativo da sociedade brasileira, e de revalorização de sua atuação externa, por conseguir ativar recursos, alguns ainda latentes, vantajosos para o protagonismo do país nas relações internacionais.

Documento Anexo I

Instrumentos Legais e de Políticas em Apoio ao Esporte no Âmbito do Sistema das Nações Unidas

OIT – Organização Internacional do Trabalho:

* Convenção 182 da OIT sobre Piores Formas de Trabalho Infantil (1999): ver especialmente os artigos 3 (a), 3 (d), 7 (2b) e (2C), e 8.

* Recomendação R 190 (1999) sobre eliminação das piores formas de trabalho infantil: ver especialmente o artigo 2 (b).

* Convenção 138 da OIT sobre Idade Mínima (1973): ver especialmente o artigo 7 (parágrafos 1-4).

* Declaração dos Princípios Fundamentais e Direitos no Trabalho (1998).

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

* Estatuto Internacional da Educação Física e do Esporte (1978): ver especialmente o artigo 1, que indica: “A prática da educação física e do esporte é um direito fundamental de todos”.

* Recomendações da Conferência Internacional dos Ministros e Autoridades Responsáveis pela Educação Física e o Esporte (MINEPS): ver especialmente a Declaração de Punta Del Este (1999) da MINEPS III.

OMS – Organização Mundial da Saúde

* Resolução WHA55.23 da Assembleia Mundial da Saúde (2002) sobre dieta, atividade física e saúde: ver especialmente os artigos 2,3 (1) e 3 (5).

* Dia Mundial da Saúde 2002, “Mexa-se pela Saúde”.

* Convenção Estrutural para o Controle do Tabaco, 2003.

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

* Decisão do Conselho Gestor do PNUMA (2003) sobre estratégia a longo prazo para o esporte e o meio ambiente: ver especialmente a seção sobre o uso do esporte para promover a consciência ambiental.

UNICEF – Fundo de Emergência das Nações Unidas para as Crianças

* Convenção sobre os Direitos da Criança (1990): ver especialmente o artigo 31, que indica: “A prática da educação física e o esporte são um direito fundamental de todos”.

* Declaração dos Direitos da Criança (1959): ver especialmente o princípio 7, que indica: “A criança deve ter plena oportunidade de jogar e brincar, que deve ser dirigida às mesmas finalidades que a educação; a sociedade e as autoridades públicas deverão se esforçar para promover esse direito”.

* “Um Mundo Adequado para Crianças”, documento resultante da sessão especial sobre as crianças (2002): ver especialmente os parágrafos 37 (19) e 40 (17).

**Resoluções da Assembleia-Geral das Nações Unidas
a Respeito da Trégua Olímpica**

* Resolução 48/10 de 25 de outubro de 1993: Declaração de 1994 como o Ano Internacional do Esporte e do Ideal Olímpico.

* Resolução 50/13 de 7 de novembro de 1995: O Ideal Olímpico.

* Resolução 52/21 de 25 de novembro de 1997: Construindo um Mundo Pacífico e Melhor com o Esporte.

* Resolução 54/34 de 24 de novembro de 1999: Construindo um Mundo Pacífico e Melhor com o Esporte.

* Resolução 56/75 de 11 de dezembro de 2001: Construindo um Mundo Pacífico e Melhor com o Esporte.

*Resolução 55/2 de 8 de setembro de 2000: Declaração das Metas de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas (ver parágrafo 10).

Outros Instrumentos das Nações Unidas

* Convenção sobre todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (1979): ver especialmente artigos 10 (g) e 13 (c).

* Plataforma de Ação adotada na Conferência Mundial das Nações Unidas sobre as Mulheres em Pequim (1995): ver especialmente parágrafos 85 (m), 107 (f) e 280 (d).

Outros Instrumentos Relevantes

* Convenção de Genebra (1949): ver especialmente o GC III, artigo 38 (a respeito do direito dos prisioneiros de guerra ao “exercício físico, esportes e jogos e estar ao ar livre”), e o GC IV, artigo 94 (a respeito do direito das crianças a “esporte e jogos ao ar livre” durante épocas da guerra).

* Estatuto Olímpico do Comitê Olímpico Internacional: ver especialmente o artigo 8, que indica: “A prática do esporte é um direito humano”.

* Estatuto Europeu do Esporte (1992).

* Estatuto Europeu do Esporte para Todos (1975).

Documento Anexo II

Resolução AG 58/5, de 3 de novembro de 2003, referente ao “Esporte para a Paz e o Desenvolvimento” e ao “Ano Internacional do Esporte e da Educação Física” e Resolução da 58ª Sessão/2003 sobre o item 23(a) “Construindo um Mundo Pacífico e Melhor através do Esporte e do Ideal Olímpico”

RESOLUTION ADOPTED BY THE GENERAL ASSEMBLY

The General Assembly,

Recalling its decision to include in its agenda an item entitled “Sport for Peace and Development” and a sub-item thereof entitled “International Year of Sport and Physical Education”...

1. *Invites* Governments, the United Nations, its funds and programmes, the specialized agencies, where appropriate, and sport-related institutions: ...

(b) To include sport and physical education as a tool to contribute towards achieving the internationally agreed development goals, including those contained in the United Nations Millennium Declaration and the broader aims of development and peace,

(c) To work collectively so that sport and physical education can present opportunities for solidarity and cooperation in order to promote

a culture of peace and gender equality and to advocate dialogue and harmony,

2. *Encourages* Governments, international sports bodies and sport-related organizations to elaborate and implement partnership initiatives and development projects compatible with the education provided at all levels of schooling to help achieve the Millennium Development Goals,

3. *Invites* Governments and international sports bodies to assist developing countries, in particular the least developed countries and small island developing States, in their capacity-building efforts in sport and physical education,

4. *Encourages* the United Nations to develop strategic partnerships with the range of stakeholders involved in sport, including sports organizations, sports associations and the private sector, to assist in the implementation of sport for development programmes, ...

8. *Decides* to proclaim 2005 as the International Year for Sport and Physical Education, as a means to promote education, health, development and peace, and invites Governments to organize events to underline their commitment and to seek the assistance of sports personalities in this regard.

Resolução “Construindo Um Mundo Pacífico e Melhor através do Esporte e do Ideal Olímpico”

The General Assembly,

Recalling its resolution 56/75 of 11 December 2001, in which it decided to include in the provisional agenda of its fifty-eighth session the item entitled “Building a Peaceful and Better World through Sport and the Olympic Ideal” and its decision to consider this item every two years in advance of each Summer and Winter Olympic Games,

Taking into account the inclusion in the United Nations Millennium Declaration of an appeal for the observance of the Olympic Truce now and in the future, and to support the International Olympic Committee in its efforts to promote peace and human understanding through sport and the Olympic ideal,

Welcoming the initiative of the Secretary-General to establish the United Nations Inter-agency Task Force for Development and Peace,

Recognizing the important role of sport in the implementation of the internationally agreed development goals, including those contained in the United Nations Millennium Declaration,

Recognizing also the valuable contribution that the appeal launched by the International Olympic Committee for an Olympic truce, with which the National Olympic Committees of the Member States are associated, could make towards advancing the purposes and principles of the Charter of the United Nations, ...

1. *Urges* Member States to observe, within the framework of the Charter of the United Nations, The Olympic Truce, individually and collectively, during the Games of the XXVIII Olympiad, to be held at Athens from 13 to 19 August 2004,

2. *Welcomes* the decision of the International Olympic Committee to mobilize all international sports organizations and the National Olympic Committees of the Member States to undertake concrete actions at the local, national, regional and world levels to promote and strengthen a culture of peace based on the spirit of the Olympic Truce,

3. *Calls upon* all Member States to cooperate with the International Olympic Committee in its efforts to use the Olympic Truce as an instrument to promote peace, dialogue and reconciliation in areas of conflict during and beyond the Olympic Games period,

4. *Welcomes* the increased implementation of projects for development through sport and encourages Member States and all concerned agencies and programmes of the United Nations system to strengthen their work in this field, in cooperation with the International Olympic Committee,

5. *Requests* the Secretary-General to promote the observance of the Olympic Truce among Member States, to support human development initiatives through sport, and to cooperate with the International Olympic Committee in the realization of these objectives,

6. *Decides* to include in the provisional agenda of its sixtieth session the sub-item entitled “Building a Peaceful and Better World through Sport and the Olympic Ideal” and to consider this item before the XX Olympic Winter Games.

Notas

(1) Cardoso, Maurício. *Os Arquivos das Olimpíadas*. Quando, em 1946, o Comitê organizador dos Jogos Olímpicos de Londres circulou convites para as XIV Olimpíadas, a União Soviética foi ignorada. A URSS não tinha Comitê Olímpico nacional, uma exigência estatutária do COI, e ademais algumas outras tecnicidades regimentais deveriam ser esclarecidas, como a necessidade de garantir que o sistema de premiação financeira dos soviéticos não conflitava com o princípio olímpico do amadorismo.

(2) O esporte e sua vigorosa associação à imagem internacional de Cuba levava, no caso da retirada de boxistas cubanos do campeonato mundial de boxe nos Estados Unidos, o *Cuban Review*, publicação Europeia especializada em temas cubanos, a citar com destaque a comparação que fazia Dominik Nato, treinador-chefe da equipe francesa, de que “o mundial de boxe sem Cuba é como o de futebol sem o Brasil”.

(3) O exemplo da escolha de Tóquio para sede olímpica em 1940 também já simbolizara flagrantemente essa interligação entre esporte e política internacional. Londres tinha concorrido para promover as Olimpíadas de 1936 e apresentava novamente sua candidatura para os Jogos de 1940. O *Foreign Office* britânico, contudo, desejava a boa vontade e a boa política cooperativa do Japão e assim Londres retirou sua postulação, que seria adiada para os jogos seguintes de 1944. As autoridades germânicas desconfiavam que essa manobra

diplomática visava atingir desígnios esportivos, e políticos, da Alemanha. Em poucos anos, porém, Tóquio e Londres entrariam em conflagração bélica.

(4) Cardoso, Maurício. *Os Arquivos das Olimpíadas*. Quando o COI finalmente obteve compromisso factível entre as Alemanhas Oriental e Ocidental na formação de Delegação olímpica conjunta, a presidência do organismo exultou com a aparente resolução plena do diferendo, mas as duas partes tinham obviamente outras considerações a repassar. Os alemães ocidentais, que, mais fortes, acreditavam poder controlar o acordo, acolheram a cooperação esportiva como passo para conquistas ampliadas. Os alemães orientais perseguiram visibilidade diplomática e, com o novo acordo olímpico, atletas da República Democrática Alemã podiam frequentar terrenos antes proibidos para os diplomatas do país, então com limitadas relações políticas internacionais. Os comentaristas chamavam os esportistas da RDA de “diplomatas de uniforme”.

(5) Na região asiática, o Embaixador do Brasil e o Presidente do Comitê Organizador Rio-2004 mantiveram também conversas com várias personalidades olímpicas, entre as quais Arnaldo Salles, dirigente do Comitê Olímpico de Hong Kong que, embora não votasse na eleição olímpica da sede, era respeitadíssimo no universo esportivo, tendo-se distinguido como negociador entre a Delegação de Israel e o Comando Palestino, no episódio do ataque terrorista à Vila Olímpica em Munique-1972.

(6) UNESCO. *Comité Intergouvernemental Pour L'Éducation Physique et le Sport, Fonds International Pour le Développement de L'Éducation Physique et du Sport* (FIDEPS). No âmbito da UNESCO, o Comitê Intergovernamental para a Educação Física e o Esporte aprovou, em 1976, por ocasião da I Conferência Internacional dos Ministros e Altos Funcionários Responsáveis pela Educação Física e o Esporte, a recomendação de que o Diretor-Geral da Organização “tomasse as medidas necessárias para a elaboração do projeto de estatuto de um Comitê Intergovernamental e de um Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Educação Física e o Esporte”. Com efeito, a XX Sessão da Conferência-Geral da UNESCO, realizada em 1978, aprovou a instituição dos pretendidos Comitê e Fundo e fixou seus respectivos regimentos.

(7) Estabelecido interinamente em 1977, e depois em base permanente desde 1979, o Comitê, que compreende representantes de mais de trinta Estados-Membros, tem adotado grande número de recomendações basicamente focadas na promoção, aprimoramento e diversificação da cooperação internacional na

área da educação física e do esporte. Como resultado de investigação preliminar sobre doze temas prioritários, principalmente dedicados às opções e perspectivas de cooperação internacional, muitos dos países desenvolvidos responderam com a oferta de cooperação em técnicas de treinamento, organização e administração de atividades esportivas e recreativas, enquanto os Estados-Membros em desenvolvimento destacam sempre a necessidade de participação ativa na definição, implementação e avaliação dos projetos de assistência bilateral e multilateral.

(8) UNESCO. *Comité Intergouvernemental Pour L'Éducation Physique et le Sport, Fonds International Pour le Développement de L'Éducation Physique et du Sport* (FIDEPS). Pormenorizadamente, as disposições regulamentadas no FIDEPS – Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Educação Física e do Esporte preconizam a utilização de recursos que assegurem uma colaboração intelectual, técnica e financeira para, entre outros objetivos:

(i) a elaboração de estratégias, de políticas e de programas para o desenvolvimento da educação física e do esporte sobre o triplo plano nacional, regional e internacional;

(ii) a sensibilização do público quanto à importância da educação física e do esporte para a participação plural e a organização social; e

(iii) o estímulo às trocas de experiências e ao desenvolvimento dos meios de informação e de documentação.

(9) No contexto da valorização cultural do esporte, foram organizadas na *Maison de l'UNESCO*, com o suporte técnico do Secretariado do Fundo, operações pontuais como: um torneio de Pato (esporte equestre tradicional argentino), em 1987, que contou com o concurso dos melhores cavaleiros argentinos e patrocínio da Delegação Permanente da Argentina; uma demonstração de Vo-Vietnã, arte marcial Vietnãita, e uma apresentação de wu-shu, arte marcial chinesa, em 1988, com o patrocínio das respectivas Delegações Permanentes. O FIDEPS patrocinou também, entre julho e agosto de 1988, *rally* automobilístico de Paris a Pequim através de vários Estados-Membros – França, Itália, Iugoslávia, Grécia, Turquia, Síria, Jordânia, Iraque, Kuaite, Paquistão e China – que, a par de promover encontros de amizade e valores de solidariedade internacional nas escalas do percurso, permitiu auferir dividendos com a negociação dos direitos de publicidade.

(10) UNESCO. *Comité Intergouvernemental Pour L'Éducation Physique et le Sport, Fonds International Pour le Développement de L'Éducation Physique et du Sport* (FIDEPS). Ao contrário de seu inspirador Fundo Internacional para a Promoção da Cultura, cujos recursos são geridos pela autoridade de um Conselho de Administração composto por pessoas físicas, o FIDEPS fica sob a responsabilidade de um Comitê Intergovernamental. Uma outra diferença, nesse caso acentuada e desabonadora, em comparação com o Fundo Cultural, é que os pagamentos financeiros voluntários ao FIDEPS foram minguando e, em uma década, de 1978 a 1988, baixaram de 58% para 1,5% do total das contribuições recebidas. Em contrapartida, os oferecimentos em serviços, cursos e bolsas de estudo aumentaram regularmente no período, sobretudo em função dos aportes de países doadores como as antigas União Soviética e República Democrática Alemã e também de Alemanha Federal, Cuba, França, China, Paquistão, Japão, Bulgária, Hungria e Índia.

(11) Nações Unidas. *Esporte para o Desenvolvimento e a Paz: Em direção à Realização das Metas de Desenvolvimento do Milênio - Relatório da Força-Tarefa entre Agências das Nações Unidas*. Além de melhorar a saúde pública e de reduzir custos com os sistemas de saúde, o esporte e a atividade física fornecem também benefícios econômicos significativos através do aumento da produtividade. Por exemplo, nos Estados Unidos da América, onde o sedentarismo foi responsável por um gasto de US\$ 75 bilhões em custos médicos em 2000, estima-se que cada dólar (US\$ 1) gasto em atividades físicas resulta em um ganho de três dólares e vinte centavos (US\$ 3,20) em custos médicos. No Canadá, estima-se que a atividade física aumenta a produtividade de cada trabalhador por ano ao equivalente de Can\$ 513, resultante da redução de faltas, de rotatividade e de acidentes de trabalho. Consequentemente, o esporte redundando não somente em benefícios positivos para indivíduos, mas também em vantagens econômicas significativas para políticas e investimentos públicos.

(12) Nações Unidas. *Esporte para o Desenvolvimento e a Paz: Em direção à Realização das Metas de Desenvolvimento do Milênio – Relatório da Força-Tarefa entre Agências das Nações Unidas*. Em Jonava, Lituânia, a UN-Habitat ajudou na criação de espaços recreativos oferecendo instalações para uso popular gratuito, levando em conta a igualdade e a inclusão social. O desenvolvimento dessas áreas aumentou as oportunidades de emprego e incluiu o treinamento vocacional e a experiência de trabalho na área do meio ambiente, ensinando habilidades com demanda cada vez mais alta na região. Em Zâmbia, a *Edusport*

Outreach International utiliza programas com netball, basquete, atletismo, ginástica aeróbica, dança e voleibol para treinamento juvenil e ensino de habilidades a mais de 10.000 crianças de rua, órfãos e jovens em situação de risco. O sucesso da iniciativa tornou o programa modelo para replicação em Botswana, África do Sul, Tanzânia e Uganda.

(13) Nações Unidas. *Esporte para o Desenvolvimento e a Paz: Em direção à Realização das Metas de Desenvolvimento do Milênio – Relatório da Força-Tarefa entre Agências das Nações Unidas*. O ACNUR opera em muitas parcerias no oferecimento de atividades esportivas para comunidades de refugiados ao redor do mundo. Em Peshawar, Paquistão, o ACNUR trabalha com a ONG *Right to Play* e a Fundação paquistanesa *Insan* para fornecer programas de esportes e educação física a refugiados afegãos. Os programas contribuem para o aumento de taxas de frequência escolar, especialmente entre as meninas e, de acordo com pais e professores, reduzem a agressividade e a violência.

(14) Nações Unidas. *Esporte para o Desenvolvimento e a Paz: Em direção à Realização das Metas de Desenvolvimento do Milênio – Relatório da Força-Tarefa entre Agências das Nações Unidas*. Na Geórgia, mais de 46.000 crianças de 2.028 escolas participaram em torneios regionais de futebol patrocinados por agências do governo, pela UNICEF, empresas e ONGs. Os jogos têm o objetivo de incentivar um estilo de vida saudável entre jovens, promovendo a mensagem de que “fumar, beber e usar drogas não se compara à extraordinária euforia/sensação que é marcar o gol da vitória”.

(15) Nações Unidas. *Esporte para o Desenvolvimento e a Paz: Em direção à Realização das Metas de Desenvolvimento do Milênio – Relatório da Força-Tarefa entre Agências das Nações Unidas*. No Brasil, o UNICEF apoia um centro de detenção juvenil. Após o turno de ensino acadêmico, os jovens jogam futebol, aprendem judô e praticam ginástica olímpica, recursos educativos e socializantes auxiliares.

(16) Nações Unidas. *Esporte para o Desenvolvimento e a Paz: Em direção à Realização das Metas de Desenvolvimento do Milênio – Relatório da Força-Tarefa entre Agências das Nações Unidas*. A Confederação Norueguesa de Esporte e o Comitê Olímpico Norueguês apoiam programas internacionais de esporte para portadores de deficiência. No Zimbábue, trabalham com o Comitê Olímpico local e o Programa de Desenvolvimento de Esportes da Comunidade Britânica, na capacitação esportiva e na integração social daqueles grupos.

(17) Nações Unidas. *Esporte para o Desenvolvimento e a Paz: Em direção à Realização das Metas de Desenvolvimento do Milênio – Relatório da Força-Tarefa entre Agências das Nações Unidas*. Os UNVs (Voluntários das Nações Unidas), trabalhando com o PNUD e a OIT, combinaram o karatê com programas de treinamento vocacional para deficientes físicos no Kenya, onde mais de um milhão de trabalhadores são portadores de necessidades especiais, a fim de ajudar a melhorar habilidades motoras e a autoconfiança.

(18) Nações Unidas. *Esporte para o Desenvolvimento e a Paz: Em direção à Realização das Metas de Desenvolvimento do Milênio – Relatório da Força-Tarefa entre Agências das Nações Unidas*. *Sharek*, a palavra árabe para participação, é uma iniciativa do PNUD voltada para jovens na Cisjordânia e em Gaza. Ao projetar e implementar seus próprios programas com a ajuda de UNVs, a maioria dos jovens palestinos elegeu o esporte como um elemento necessário em suas vidas.

(19) Nações Unidas. *Esporte para o Desenvolvimento e a Paz: Em direção à Realização das Metas de Desenvolvimento do Milênio – Relatório da Força-Tarefa entre Agências das Nações Unidas*. A Associação Dinamarquesa de Projetos Transculturais e a UEFA apoiam 185 “Escolas Abertas de Futebol e Entretenimento”, para 37.000 crianças com idades entre 8 e 14 anos, como parte de um projeto para estimular a convivência pacífica em regiões como Bósnia e Herzegovina, Macedônia, Sérvia e Montenegro. Os jovens participam de acampamentos e de centros de treinamento de futebol, que visam criar espírito de equipe e ajudar a superar diferenças étnicas e religiosas.

(20) Nações Unidas. *Esporte para o Desenvolvimento e a Paz: Em direção à Realização das Metas de Desenvolvimento do Milênio – Relatório da Força-Tarefa entre Agências das Nações Unidas*. Em Nairóbi, Quênia, o Fundo Alemão para População e UN-Habitat formaram uma liga de futebol para jovens desabrigados sob risco de prostituição, violência e HIV/AIDS. Reunindo mais de 1.000 crianças de rua, os torneios permitem a arregimentação de organizações e serviços de apoio para extensão de atividades e mobilização social.

(21) Nações Unidas. *Esporte para o Desenvolvimento e a Paz: Em direção à Realização das Metas de Desenvolvimento do Milênio – Relatório da Força-Tarefa entre Agências das Nações Unidas*. Em Gana, um festival de esportes foi organizado por Ministérios do governo, a OMS, o UNICEF, o Fundo

de Vacinação e a ONG *Right to Play* para mobilizar comunidades rurais na aplicação da vacina 5 em 1. Mais de 4.000 pessoas foram vacinadas em um dia.

(22) Nações Unidas. *Esporte para o Desenvolvimento e a Paz: Em direção à Realização das Metas de Desenvolvimento do Milênio – Relatório da Força-Tarefa entre Agências das Nações Unidas*. Em Zâmbia, em junho de 2003, os Ministérios do governo, agências das Nações Unidas e ONGs basearam uma campanha publicitária para vacinação contra sarampo em grande escala em mensagens dos principais jogadores de futebol do país e convocatórias para eventos esportivos locais.

(23) Nações Unidas. *Esporte para o Desenvolvimento e a Paz: Em direção à Realização das Metas de Desenvolvimento do Milênio – Relatório da Força-Tarefa entre Agências das Nações Unidas*. Em inúmeros países, incluindo Moçambique e Nicarágua, Universitas, um programa das Nações Unidas estabelecido pela OIT, explora a rede internacional de universidades na divulgação dos aspectos de formação e administração esportiva, para abordar ativamente questões de compartilhamento de conhecimento e treinamento de jovens, assim incentivando a qualificação profissional e o desenvolvimento local através do esporte.

(24) Por exemplo, a legislação da União Europeia regulatória da circulação de mão de obra e exercício profissional internacional condiciona, naturalmente, a adequação de práticas trabalhistas de governos e empresas, até no setor esportivo, até mesmo com reflexos no Brasil; para citar caso ilustrativo, curioso e caricaturesco dessa múltipla interface, a Associação Portuguesa de Desportos de São Paulo montou programa para formação e exportação de jovens futebolistas com ascendência portuguesa, portanto habilitados à cidadania legítima de país comunitário, exatamente para prevenir os problemas surgidos na Europa em 2000 e 2001 com a apreensão de passaportes falsos em poder de jogadores brasileiros e a conseqüente anulação de lucrativos negócios de transferência.

(25) O *Six-days*, mais antigo enduro mundial de motocicleta, realizou, em Porto das Dunas, região metropolitana de Fortaleza, em novembro de 2003, evento que atraiu 3 mil visitantes e injetou quase US\$ 4 milhões na economia local durante uma semana. Noutro exemplo, o magnata de Nova York Donald Trump, senhor dos setores imobiliário e de entretenimento, lançou em 2003 o projeto *Villa Trump*, complexo de US\$ 25 milhões que deve reunir no Estado de São Paulo clube de golfe, quadras de tênis, *resorts* e mansões de veraneio.

Depois de consolidada a marca *Trump*, com outros empreendimentos similares no litoral, o empresário pretenderia partir para o licenciamento no Brasil de produtos ligados ao esporte, com fabricação industrial, comercialização interna e exportações de tacos, roupas, sapatos, bolas e bolsas.

(26) Pelo referido contrato, a Sky TV pagou US\$ 1,1 bilhão para transmitir até 60 jogos ao vivo por ano, mais US\$ 120 milhões para reprisar gols e melhores momentos. Entram agora na acirrada disputa, a *OnDigital*, uma associação da *Granada* e da *Carlton Communications*, maior concorrente da Sky no mercado da televisão digital, a companhia de TV a cabo NTL, da qual Bill Gates adquiriu 25% das ações, a ITV, o Canal 4, o Canal 5 e a própria BBC, a par de um consórcio de empresas de outros setores. Ainda no Império Britânico do futebol, Rupert Murdoch, o magnata australiano naturalizado norte-americano, proprietário de 40% da Sky TV, resolveu adquirir 9,9% das ações do Clube Leeds United, depois que o governo da Inglaterra vetou sua tentativa de comprar inteiramente o Manchester United, para coibir manobras monopolistas na comercialização dos direitos de transmissão. Murdoch detém hoje um pouco menos de 10% do Leeds United, do Manchester United e do Manchester City, em obediência ao limite imposto pela legislação inglesa para o caso de único investidor simultâneo em dois clubes disputantes da mesma competição.

(27) A respeito do filão automobilístico, a FIA – Federação Internacional de Automobilismo negociou, no ano 2000, os disputados direitos de exploração comercial e publicitária da Fórmula 1. Uma nova empresa, a *Holding Slec Formula-1*, pagou US\$ 360 milhões para ter a exclusividade pelo prazo de cem anos. A FIA deverá conservar responsabilidade apenas sobre os assuntos de caráter essencialmente esportivos, enquanto a *Holding Slec Formula-1* e a *EM.TV*, empresa alemã que atua no ramo de telecomunicações, deverão assumir a gestão dos negócios movimentados pela competição automobilística. A referida empresa alemã já havia adquirido, no ano 2000, participações do *Deutsch Bank* (12,5%) e da sociedade norte-americana *Hellman & Friedman* (outros 37,5%) no capital acionário da *Formula One Administration*. Tratou-se inclusive de um negócio de parceria comercial e estratégica para conseguir a aprovação da Comunidade Europeia ao ingresso de ações de escuderias da Fórmula 1 nas Bolsas de Valores. Desde que a CE acusara a FIA de formar monopólio mediante a cessão exclusiva de seus direitos à holding FOA – *Formula One Administration*, um projeto pioneiro e tentativo de lançar a F-1

na Bolsa de Valores de Londres emperrara. Com a FIA tendo cedido os direitos a uma outra empresa, de sócios alemães, aumentariam as possibilidades de a Comissão Europeia permitir a aprovação da proposta.

(28) Filho, João Lyra. *Introdução à Sociologia dos Desportos*. O sociólogo João Lyra Filho recordou diálogos mantidos com Getúlio Vargas e uma ousada sugestão que fez ao Presidente, nas vésperas de um grande jogo de futebol realizado no estádio do C. R. Vasco da Gama, entre as seleções do Brasil e do Uruguai. Parecia iminente a reforma do Ministério e o sociólogo sugeriu ao mandatário que ela acontecesse naquela oportunidade, quando o povo só discutia a formação da seleção de futebol; a substituição de certos jogadores, no entendimento popular, importaria mais do que a de ministros. Segundo João Lyra Filho, o Presidente prestou atenção e acolheu a ponderação com a seguinte referência: “o chefe de polícia já me fez observações parecidas. A ordem pública dorme nos dias de grandes jogos de futebol; os bordéis entram em maré-vazante, os botequins ficam às moscas e o próprio tráfego concentra-se numa só direção. Sei que o entusiasmo no estádio leva os próprios comunistas a se confraternizarem com os integralistas, entre abraços efusivos, se há gol nacional”.

(29) Filho, João Lyra. *Introdução à Sociologia dos Desportos*. Os espetáculos dos jogos da seleção brasileira de futebol no México em 1970, reverenciados em várias regiões do mundo, proporcionaram ao Brasil um conduto para revelar imagens positivas, embora também canal direto que, naquele contexto, indicava servir ao poder até mesmo na campanha momentânea do regime vigente para provar “o desacerto de tantos juízos políticos e ideológicos internacionais a respeito do país”. Contudo, perspectiva mais transcendente e permanente comprovou, no referido evento desportivo, sobretudo em seus intensos reflexos sociais, o valor, conforme prognosticara Rio Branco, da solidariedade reunida do povo e da função do programa esportivo de massas, em proveito da afirmação e da projeção nacional.

(30) Filho, João Lyra. *Introdução à Sociologia dos Desportos*. Nacionalismo e trabalhismo eram políticas de massa que requisitavam pontes de ligação com o povo. Uma dessas pontes era o futebol. Em 1940, ao lado de Adhemar de Barros, Getúlio Vargas fundara o novo estádio do Pacaembu. No ano seguinte, organizara o Conselho Nacional de Desportos, enquanto instalava na CBD Luís Aranha, dirigente esportivo de sua mais inteira confiança. Os domínios do

esporte, como o Estádio de São Januário, campo do Vasco da Gama, tornaram-se seu palanque preferido para encontros e mensagens populares.

(31) A Comissão Desportiva Militar do Brasil, que também funciona no âmbito do Ministério da Defesa, convalida “o desporto como fator de integração e a posição dos países-membros do CISM que procuram voltar-se para o campo desportivo ao invés do campo operacional”. A Comissão Desportiva do Ministério da Defesa assinala a aceitação unânime e o apelo válido dos eventos desportivos internacionais que “promovem o estabelecimento de parcerias, demonstrações de amizade e camaradagem entre os atletas de países, raças, línguas e religiões diferentes... prova disso se observou nos II Jogos Mundiais Militares, em 1999, na Croácia, um país que saíra há oito anos de uma guerra e que, mesmo com a recente campanha militar de Kosovo, ao seu lado, corajosamente sediou esses Jogos. Compareceram 82 países, 5.000 atletas, 2.000 dirigentes. Um trabalho digno de realce” no relacionamento melhorado das nações.

(32) Pelo esporte, quase todos os países contraem universalmente o mesmo compromisso e convergem para uma arena de emulação em que o confronto virtuoso, o bom combate, exime-se do ônus de recriminações e censuras eventualmente assestadas pela opinião pública internacional às derivações de cunho bélico. A rejeição, transitoriedade ou obsolescência das guerras traduz a necessidade de novos cenários, novas trincheiras, mais sutis e positivas, que acomodem lides internacionais por protagonismo, poder e prestígio. Assim, o contexto olímpico internacional também repercute o escopo perseguido de afirmação e competição, no caso sadias, entre países e povos. Assim, como prognosticava o filósofo Charles Maurras, “o internacionalismo olímpico não matará as pátrias, ao contrário as fortalecerá” e, na comparação do esporte com a guerra que fazia o ex-Presidente norte-americano Gerald Ford, “levando em conta o que representa o esporte, um êxito esportivo pode servir a uma nação tanto como uma vitória militar”.

(33) Com o objetivo de reduzir os índices de poluição da cidade de Pequim, 8.000 canteiros de obra foram paralisados e 150 fábricas obrigadas a suspender suas atividades. Antes, o governo já transferira 200 indústrias poluidoras da capital para dezenove parques industriais montados nos arredores da cidade. Algumas rumaram para mais longe, como a gigantesca Shougang, um complexo siderúrgico que produz 8 milhões de toneladas de aço e que ficava

a apenas dezessete quilômetros da Praça da Paz Celestial. A transferência das unidades mais poluentes da Shougang para a Província de Hebei, ao sul de Pequim, foi um processo tão complexo que o governo criou uma Secretaria – a Secretaria de Transferência de Shougang – só para cuidar da tarefa. Três parques de Pequim foram designados como locais oficiais para manifestações durante as Olimpíadas, mas qualquer manifestação ainda assim dependia de autorização prévia das autoridades. Os ‘protestódromos’ eram os parques Ritan, Shijie e Zi Zhu, localizados em diferentes sítios da capital. Para analistas internacionais, cabiam também descréditos e descrenças. Os Jogos teriam servido para reforçar a natureza repressiva do regime chinês em série de abusos contra os direitos humanos, como a remoção forçada de milhares de pessoas para dar lugar à remodelação da cidade, a intimidação, perseguição e prisão de críticos do governo e o aumento dos casos de violações à liberdade de imprensa. Os Jogos também revelaram a latente tensão entre a maioria han, que compõe 91% da população chinesa, e as minorias, em especial tibetanos e uigures muçulmanos. Jeffrey Bader, Diretor do *John Thornton China Center* do *Brooking Institute*, afirma que a ideia de que a Olimpíada vai transformar a China em uma sociedade aberta é e sempre foi uma ilusão. Mas o analista considera que os Jogos podem provocar avanços a longo prazo, principalmente pela pretensão do Partido Comunista de que a RPC seja tratada como potência credenciada e confiável pela comunidade global. Por isso, o país procuraria adotar padrões ‘palatáveis’ em questões como liberdade de expressão e direitos humanos, avalia.

(34) A guerra começou um dia antes da abertura dos Jogos, quando a Geórgia invadiu a Ossétia do Sul numa tentativa de retomar o controle do território autônomo russófilo, que um acordo de 1992 transformou numa espécie de protetorado de Moscou. A Rússia respondeu com uma ofensiva maciça contra a Geórgia, em cumprimento à advertência de Vladimir Putin, feita de Pequim, de ações de represália. Aliados da Geórgia, os EUA pediram aos demais membros da OTAN a consideração de medidas para instar a Rússia ao respeito ao cessar-fogo acordado com Tbilisi. Como, na ocasião, ainda inexistiam sinais claros de desocupação russa na Geórgia, Washington propunha o fim da colaboração com Moscou no âmbito da aliança militar, a exclusão da Rússia das discussões do Grupo dos 8 das nações ricas e sugeriam que a adesão daquele país a organismos internacionais como a Organização Mundial do Comércio estava em risco.

(35) <<http://www.turismologia.com.br>>. Na área de hotelaria, por exemplo, a movimentação causada pelo Grande Prêmio acaba de render um novo hotel. Foi inaugurado recentemente, na região do Autódromo, o hotel Ibis Interlagos. O empreendimento recebeu investimentos de R\$ 8,5 milhões e conta com 144 apartamentos. Trata-se da 33^a unidade da rede Ibis (Accor Hotels). Segundo Frank Pruvost, diretor de operações das marcas Ibis e Fórmula I, o hotel vai preencher uma lacuna na região, que não conta com nenhuma operação próxima ao autódromo. “O objetivo da Accor seria inaugurar 100 hotéis no Brasil nos próximos anos. O foco são as cidades com mais de 300 mil habitantes e a região de Interlagos é praticamente uma cidade”, afirma Pruvost.

Além dos hotéis, existem empresas do setor de serviços que há 14 anos lucram com a Fórmula 1. Um exemplo disso é a Unidas, locadora oficial do evento. Para a empresa, o Grande Prêmio Brasil de Fórmula 1 é a data mais importante do ano para seus negócios. Segundo Wilson Domingues, Diretor da Divisão de Aluguel de carros da empresa, a maratona para atender à demanda da Fórmula 1 começa 15 dias antes do evento. São mobilizados cerca de 550 carros para atender a competição. Somente para as equipes de Fórmula 1, são 100 veículos exclusivos. As operadoras de turismo também descobriram um grande mercado ao redor da Fórmula 1. Muitas empresas que tradicionalmente investem em viagens de incentivo passaram a solicitar também pacotes de viagens para o Grande Prêmio, com o objetivo de premiar funcionários e clientes.

Bibliografia

ANDREFF, Wladimir & NYS, Jean-François. *Économie du Sport*, Paris: Presses Universitaires de France, 2001.

ASSOCIATION, Fédération Internationale de Football. *Estatutos Reglamento*, Zurich, Suisse: FIFA, 1986.

BARBOSA, Sérgio Marinho. *Jogos Olímpicos Modernos – Esboço de História*, Rio de Janeiro : Edições Mobral, 1981.

BIRMAN, Patricia and PEREIRA LEITE, Márcia. *Class, Ethnicity and Color in the Making of Brazilian Football*, MA, USA: *in* Daedalus Journal of the American Academy of Arts and Sciences, 2000.

CARDOSO, Maurício. *Os Arquivos das Olimpíadas*, São Paulo: Editora Panda Books, 2000.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre Práticas e Representações*, Lisboa: Difel – Difusão Editorial Limitada, 1990.

CULTURA, Ministério da Educação e. *Legislação sobre Esportes*, Brasília: Coleção Textos Legais, MEC, 1985.

DA SILVA, Victor Deodato. *Cavalaria e Nobreza no Fim da Idade Média*, Belo Horizonte: Ed. Itatiaia Limitada, 1990.

DE MASI, Domenico. *O Ócio Criativo*, Rio de Janeiro: Editora Sextante, 2000.

DIEGUEZ, Gilda Korff (org.). *Esporte e Poder*, Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1985.

ESPINAS, Alfred. *La Philosophie Expérimentale en Italie: in* Introdução à Sociologia dos Desportos (obra citada).

FILHO, João Lyra. *Introdução à Sociologia dos Desportos*, Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1973.

FUKUYAMA, F. *The End of History and the Last Man*, London: Hamish Hamilton, 1992.

GILET, Bernard. *Historia del Deporte*, Barcelona: Oikos-Tau Ediciones, 1971.

GRAHAN, Peter & UEBERHORST, Horst. *The Modern Olympics*, New York: Leisure Press, 1984.

GROUSSARD, Serge. *La Medaille de Sang*, Paris: Editions Denoël, 1974.

GUTMAN, Allen. *The Olympics – A History of Modern Games*, Chicago: University of Illinois Press, 1992.

HACHE, Françoise. *Jeux Olympiques – La Flamme de L'Éploit*, Paris: Gallimard, 1992.

HOBSBAWN, Eric J. *Nações e Nacionalismo*, São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1991.

HOULIHAN, Barrie. *Sport, Policy and Politics – a comparative analysis*, London : Routledge, 1997.

HUIZINGA, Johan. *Homo Ludens, O Jogo como Elemento da Cultura*, São Paulo: Editora Perspectiva, 1980.

INTERNATIONAL, Comité Olympique. *Charte Olympique '87*. Lausanne, Suisse: COI Ed., 1987.

JUNIOR, Gelson Fonseca & BELLI, Benoni. *Novos Desafios das Nações Unidas: Prevenção de Conflitos e Agenda Social: in Política Externa*, vol. 10, nº1; Paz e Terra, São Paulo, junho, 2001.

LE FLOC' HMOAN, Jean. *La Génesis de Los Deportes*, Barcelona: Editorial Labor, 3ª edição, 1969.

NAISBITTI, J e ABURDENE, P. *Megatrends 2000*, New York: William Morrow & Co., Inc, 1990.

NETO, Francisco Paulo de Melo. *Marketing no Esporte*, Rio de Janeiro: Incentive Editora, 1986.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Politics, Nationality, and the meaning of "Race" in Brazil*, Ma, USA: *in* Daedalus Journal of the American Academy of Arts and Sciences, 2000.

PRADO, Flávio. *O Arquivo Secreto das Copas*, São Paulo: Editora Publisher Brasil, 1998.

RAMSAMY, Sam. *O Esporte como Arma Política: in* Cadernos do Terceiro Mundo, nº 75, 02/1985.

REPÚBLICA, Presidência da. *Governo Fernando Henrique Cardoso, Uma Estratégia de Desenvolvimento Social*, Brasília, 1996.

RIO BRANCO, Raul. *Reminiscências do Barão do Rio Branco: in* *Introdução à Sociologia dos Desportos* (obra citada).

SANTOS, Joel Rufino dos. *História do Futebol Brasileiro*, São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

SCHAAP, Dick. *An Illustrated History of the Olympics*, New York: Ballantine Books, 1976.

SEIXAS CORRÊA, L. F. *Diplomacia e História: política externa e identidade nacional brasileira: in* Política Externa, vol. 9, nº 1. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

TUBINO, M. J. Gomes. *O Esporte no Brasil – Do Período Colonial aos Nossos Dias*, São Paulo: Editora Ibrasa – Instituição Brasileira de Difusão Cultural Ltda, 1996.

UNESCO *Comité Intergouvernemental Pour L'Éducation Physique et le Sport, Fonds International Pour le Développement de L'Éducation Physique et du Sport, (FIDEPS)*, Moscou: 15-18/11/1988.

VEITCH, Colin. *Play up! Play up! And win the war! Football, The Nation and the First World War*, London: *in* Journal of Contemporary History, vol. 20, 1985.

VON CLAUSEWITZ, Carl. *“Da Guerra (1832)”*, Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1979.

WALLACE, Irwin. *The Politics of International Sports – Games of Power*, New York: Foreign Policy Association, 1998.

Notícias, Periódicos, Edições

Facts on File World News Digest, New York, Editions of : 20/08/1972, 26/08/1972, 03/09/1972, 09/09/1972, 10/09/1972, 16/09/1972, 17/09/1972, 23/09/1972, 24/09/1972, 30/09/1972, 15/10/1972, 21/10/1972, 12/11/1972, 18/11/1972, 10/12/1972, 16/12/1972, 07/01/1980, 25/01/1980, 01/02/1980, 08/02/1980, 15/02/1980, 22/02/1980, 29/02/1980, 11/04/1980, 18/04/1980, 25/04/1980, 02/05/1980, 23/05/1980, 06/06/1980, 20/06/1980, 27/06/1980, 08/08/1980, 15/08/1980, 21/11/1980, 24/02/1984, 18/05/1984, 15/06/1984, 29/06/1984, 27/07/1984, 17/08/1984 e 24/08/1984.

- “Seoul set to clear first hurdle”*: *in* Asia Magazine, 07/07/1986.
- “US Military bans 9 boxers from Goodwill”*: *in* Miami Herald, 11/05/1986.
- “A battered sport and a troubled business”*: *in* The Economist, 31/05/1986.
- “Esporte na Constituinte”*: *in* Correio Braziliense, 26/10/1986.
- “Olimpíada testará política chinesa de esportes e relações exteriores”*: *in* O Estado de São Paulo, 12/06/1988.
- “Cubanos revelam as receitas do sucesso”*: *in* O Globo, 01/03/1991.
- “Falklands querem equipe em Jogos de britânicos”*: *in* O Globo, 02/08/1986.
- “Coreia prepara Olimpíadas”*: *in* Correio Braziliense, 7 de setembro de 1986.
- “Coreia do Sul, uma guerra permanente”*: *in* O Estado de São Paulo, 05/10/1986.
- “Aceno de última hora”*: *in* Revista Veja, Editora Abril, 03/08/1988.
- “Japão tenta a paz entre as Coreias”*: *in* O Estado de São Paulo, 08/08/1988.
- “Thatcher já fala em sanções”*: *in* Correio Braziliense, 18/06/1986.
- “Sucessão de equívocos abala o Governo Thatcher”*: *in* O Globo, 27/07/1986.
- “Aumenta a pressão sobre Pretória”*: *in* Correio Braziliense, 12/07/1986.
- “África do Sul divide comunidade britânica”*: *in* Correio Braziliense, 05/07/1986.
- “Boicote aos Jogos da Commonwealth”*: *in* O Globo, 22/07/1986.

“Negros sofrerão mais com sanções à África do Sul”: *in* O Globo, 17/08/1986.

“Comissão do Senado dos EUA aprova sanções”: *in* O Globo, 22/10/1986.

“O fechado clube dos que ditam o destino dos Jogos”: *in* Jornal do Brasil, 03/07/1986.

“COI decide quem mediará as Olimpíadas”: *in* O Estado de São Paulo, 21/10/1986.

“Vitória catalã”: *in* Revista Veja, Editora Abril, 22/10/1986.

“O Fenômeno Fora do Campo”: *in* Revista Exame, Editora Abril, 22/12/2004.

BONALUME NETO, Ricardo. *“No Haiti, Brasil Encara Tarefa de ‘Construção de Nações’*”, *in* Folha de São Paulo, 18/07/2004.

“A Giant Stirs”: *in* The Economist, 12/07/2004.

ROHTER, Larry. *“Brazil is Leading a Largely South American Mission to Haiti”*, *in* The New York Times, 01/08/2004.

<http://portal.Unesco.org/education/en/ev.php>

http://www.jeunesse_sports.gouv.fr/sport/international.asp

http://www.jeunesse_sports.gouv.fr/sport/plan_sport_emploi.asp

<http://www.turismologia.com.br>

“F-1 Apresenta Xangai ao Mundo”: *in* <http://www.estadao.com.br/esportes/noticias>, 24/09/04.

“Comitê dos Jogos de 2008 Destaca Mudanças Ambientais em Pequim”: *in* <http://www.jbonline.terra.com.br/extra>, 04/10/04.

“ONU, Ronaldo e Zidane Contra a Pobreza”: in <http://www.estadao.com.br/esportes/noticias>, 15/10/04.

Cara Brasileira: a brasilidade nos negócios um caminho para o “made in Brazil”, Brasília: SEBRAE, 2002.

CONFEDERAÇÃO Nacional do Transporte & Sensus – Pesquisa e Consultoria. *Relatório Síntese*, Brasília: CNT, 2001.

Divisão das Nações Unidas/MRE. *59ª Assembleia Geral das Nações Unidas – Livro de Instruções à Delegação do Brasil*, Brasília: MRE, 2004.

DOUGAN, Andy. *Futebol e Guerra*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004.

LINS DA SILVA, Carlos Eduardo. *Futebol, Paz e Riscos para o Brasil no Haiti*: in *Política Externa*, Volume 13, nº 2. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

NAÇÕES UNIDAS. *Esporte para o Desenvolvimento e Paz: Em direção à Realização das Metas de Desenvolvimento do Milênio – Relatório da Força Tarefa entre Agências das Nações Unidas*, Nova York: UN, 2003.

Subsecretaria-Geral de Cooperação e Comunidades Brasileiras no Exterior/MRE. *Brasil-Haiti. Cooperação. Informação para o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores*, Brasília: MRE, 2004.

<i>Formato</i>	<i>15,5 x 22,5 cm</i>
<i>Mancha gráfica</i>	<i>12 x 18,3cm</i>
<i>Papel</i>	<i>pólen soft 80g (miolo), cartão supremo 250g (capa)</i>
<i>Fontes</i>	<i>Times New Roman 17/20,4 (títulos), 12/14 (textos)</i>

Douglas W. de Vasconcellos é Ministro da Carreira Diplomática com lotações e missões em, entre outras, Hong Kong, Buenos Aires, Zurique, Paris, Rotterdam, Bruxelas, Kiev, Atenas e Washington. Na Secretaria de Estado das Relações Exteriores, chefiou a Divisão de Feiras e Turismo, Divisão de Informação Comercial, Divisão da Organização dos Estados Americanos e Divisão Jurídica. Cedido pelo Itamaraty, exerceu os cargos de Coordenador-Geral de Relações Internacionais da Secretaria Nacional de Turismo e Serviços, do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, e o de Diretor do Departamento de Estrangeiros do Ministério da Justiça. Foi encarregado da instalação do EREBAHIA – Escritório Regional do Itamaraty na Bahia – no quadro da Diplomacia Federativa. Participou como Conselheiro Representante Titular no Conselho Federal de Entorpecentes, no Conselho Nacional de Turismo, no Conselho Nacional de Imigração e no Conselho de Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado da Bahia. É Grande Oficial da Ordem de Rio Branco.

ISBN 85-7631-319-7



9 788576 313199

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO
www.funag.gov.br